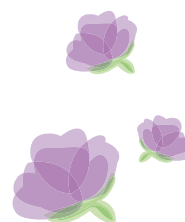


Gênero na
Amazônia

Belém, n. 19, janeiro/junho, 2021





GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero

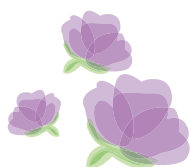


Coordenação

Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)
Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA)
Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA)
Maria Angelica Motta Maués (UFPA)
Telma Amaral Gonçalves (UFPA)

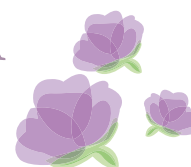
Conselho Científico

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA); Adriane Lima (UFPA); Alda Britto da Motta (UFBA); Ana Alice Alcântara Costa (UFBA) - *In Memoriam*; Cecília Sardenberg (UFBA); Celecina de Maria Sales (UFC); Cristina Donza Cancela (UFPA); Denise Machado Cardoso (UFPA); Eunice Ferreira dos Santos (UFPA); Gema Galgani Esmeraldo (UFC); Glória de Lourdes Rabay (UFPB); Hildete Pereira de Melo (UFF); Iraildes Caldas Torres (UFAM); Jorge Lyra (UFPE); Jussara Reis Prá (UFRGS); Laura Duque Arrazola (UFRPE); Ligia Melo (Fundação Joaquim Nabuco); Luanna Tomaz de Souza (UFPA); Marcia Tavares (NEIM/UFBA); Margarete Edul Lopes (UFAC); Maria Ângela D’Incao (UNESP); Maria Angelica Motta-Maués (UFPA); Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA); Maria de Nazaré dos Santos Sarges (UFPA); Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA); Maria Mary Ferreira (UFMA); María Rosal Nadales (Universidad de Córdoba/Espanha); Mercedes Arriaga Flórez (Universidad de Sevilla/Espanha); Scarleth Yone O’hara Arana (UFPA); Telma Amaral Gonçalves (UFPA).



REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 19, janeiro/junho, 2021



Editoras

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFGA); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É coordenadora do GEPEM/UFGA e coordenadora do Observatório Regional Norte da Lei Maria da Penha.

Eunice Ferreira dos Santos é Professora da Universidade Federal do Pará (UFGA); graduada em Letras; mestrado em Teoria Literária; doutorado em Letras (UFMG); vice-coordenadora do GEPEM e coordenadora do GT-Gênero, Arte/Literatura e Educação/GEPEM. Desenvolve pesquisa sobre a autoria feminina na história literária do Pará.

Maria Cristina Alves Maneschy é Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFGA. Graduada em Ciências Sociais pela UFGA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFGA) e Doutora em Sociologia pela Universidade Toulouse-Le Mirail, na França. Realiza pesquisas sobre gênero, desenvolvimento e meio ambiente.

Maria Angelica Motta Maués é Professora associada 2 (IFCH/UFGA); graduada em História pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Antropologia Social/UnB; doutorado em Sociologia/IUPERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA. Atua na área de antropologia, com ênfase em gênero, família, infância e identidade. Coordena a Linha de Pesquisa do GEPEM - Gênero, Identidade e Cultura.

Telma Amaral Gonçalves é Professora Adjunto 4 (IFCH/UFGA); Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/ UFGA); graduada em Ciências Sociais/UFGA; mestrado em Antropologia/UFGA; doutorado em Ciências Sociais/PPGCS/UFGA. Coordena a linha de pesquisa Gênero, Corpos e Sexualidades (GEPEM/UFGA). Área temática: gênero, afetividades, sexualidades, diversidade sexual.

Adelma Pimentel é Professora Titular na UFGA. PHD em Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento pela UEVORA-PT; Orientadora de mestrado e doutorado na UFGA, linha de pesquisa: Fenomenologia: teoria e Clínica.

Copyright ©-2020-2021/Gepem. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610/ 19.02.1998.

STAFF EDITORIAL

Edição

Maria Luzia Miranda Álvares
Adelma Pimentel
Maria Cristina Alves Maneschy
Telma Amaral Gonçalves

Web Designer

Leandro Machado de Sousa

Projeto Gráfico

Ana Carolina Álvares Branco

Formatação Eletrônica

Ana Carolina Álvares Branco

Capa (criação e arte)

André Stenico

Revisão Técnica

Responsabilidade dos/as autores/as a revisão gramatical final do texto.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) (Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Gênero na Amazônia / Universidade Federal do Pará/ GEPEM.
- n. 19 (jan./jun. 2021). - Belém: GEPEM, 2021.

ISSN 2238-8184

Qualis B2

1. Mulheres - Amazônia - Condições sociais - Periódicos.

CDD - 22. ed. 305.4209811

GEPEM

Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH - Altos).
Av. Augusto Corrêa, n.1 - Guamá - Belém/PA- 66075-110
Fone: (91)3201-8215.

E-mails: generonaamazonia@gmail.com; aninha.branco@hotmail.com;
luziamiranda@gmail.com

Sites: www.generonaamazonia.com/www.generonaamazonia.ufpa.br

Blogs: www.gepemacontece.blogspot.com.br; www.observeregional-gepem.com

Fanpage: www.facebook.com/projetogepem **Instagram:** [@gepemufpa](https://www.instagram.com/gepemufpa)

Sumário/Sumario/Contents

APRESENTAÇÃO

..... 11

Adelma Pimentel

Luzia Álvares

Maria Cristina Maneschy

Telma Amaral

SEÇÃO A:

Estudos sobre o Fenômeno da Pandemia sob a Perspectiva de Gênero

Idas e Vindas e Vidas: cotidiano e trabalho doméstico remunerado durante a pandemia da Covid-19 em Belém/PA 15

Idas y Venidas y Vidas: vida cotidiana y trabajo doméstico remunerado durante la pandemia de Covid-19 en Belém/PA

Comings and Goings and Lives: daily life and the paid domestic work during the Covid-19 pandemic in Belém/PA

Gabrielle Tavares da Silva

Luísa Maria Silva Dantas

Impactos da Pandemia e da Violência de Gênero para Mulheres em Situação de Privação de Liberdade 29

Impactos de la Pandemia y la Violencia de Género en las Mujeres en Situación de Privación de Libertad

Impacts of the Pandemic and Gender Violence on Women in a Situation of Deprivation of Freedom

Elizete Cardoso Assunção

A Recessão, a Pandemia e o Desempoderamento das Mulheres Brasileiras 43

La Recesión, la Pandemia y el Desempoderamiento de las Mujeres Brasileñas

The Recession, the Pandemic and the Disempowerment of Brazilian Women

José Eustáquio Alves

Suzana Cavenaghi

Reflexões sobre o Luto Público pelas Empregadas Domésticas na Pandemia da Covid-19 57

Reflexiones acerca del Duelo Público por Empleadas Domésticas en la Pandemia del Covid-19

Reflections about Public Grief for Housemaids in the Covid-19 Pandemic

Manoel Rufino David de Oliveira

Vitória de Oliveira Monteiro

Crise Covid-19 e Trabalho: Um olhar sobre a desigualdade de gênero na ciência 71

La Crisis y el Trabajo de Covid-19: Una mirada a la desigualdad de género en la ciencia

Covid-19 Crisis and Work: A look at gender inequality in science

Ivanete Modesto do Amaral

Trabalho Doméstico como Essencial no Lockdown do Pará: análise de comentários no Instagram 85

Las Tareas del Hogar como algo Esencial en Lockdown do Pará: análisis de comentarios de Instagram

Domestic Labour as Essential at Lockdown do Pará: Instagram comment analysis

Camila Fagundes Leal

Danila Cal

Narrativas do Sofrimento Psíquico de Mulheres na Pandemia da Covid 19 105

Narrativas de la Angustia Psicológica de las Mujeres en la Pandemia de Covid 19

Narratives of the Psychological Distress of Women in the Covid Pandemic 19

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel

Maria de Nazareth Rodrigues Malcher O. Silva

SEÇÃO B:

Relatos de Experiência: Mulheres e suas Histórias

Pandemia Aumenta Exploração da Mulher e Escancara Desigualdades 119

Byanka Arruda

Sobre Lutos, Cuidado e Mulheres: o que resiste ao fim do mundo? 123

Fernanda Eduarda da Silva Oliveira

Eu Sinto Muito: a condição crônica de saúde em tempos de (sobre) vivências da pandemia do Covid-19 129

Kamilla Sastre da Costa

Com a Pandemia, a Rotina tem seus Encantos 135

Rosa Maria Salvador Miranda

SEÇÃO C:

Fotobiografias: Linguagens Poéticas e Artísticas como Resistência Criativa

Fotobiografia de uma Família no Contexto da Covid-19: entre plantas e animais 139

Célia Leite

SEÇÃO D: Temática Livre

A Fuga do Padrão Dicotômico de Homem e Mulher no Filme A Garota Dinamarquesa 145

La Fuga del Patrón Dicotómico del Hombre y Mujer en la Película La Chica Danesa

The Escape from the Dichotomic Pattern of Man and Woman in The Danish Girl Movie

Flamilda de Moraes Paiva

Sandra Nazaré Dias Bastos

Mulheres nas Agitações Trabalhistas em Belém entre 1918 a 1919: nas greves, nos sindicatos e na imprensa operária 159

Mujeres en la Agitación Laboral en Belém de 1918 a 1919: en las huelgas, en los sindicatos y en la prensa obrera

Women in Labour Agitations in Belém between 1918 to 1919: in the strikes, in the unions and in the working press

Marcos Lucas Abreu Braga

Relações de Gênero e Empoderamento do Futebol Feminino 177

Relaciones de Género y Empoderamiento del Fútbol Femenino

Gender Relations and Women's Soccer Empowerment

Reinaldo Eduardo da Silva Sales

Mayara Mendes Leal

Ítalo Fabiano Correa Silva

Paulo Henrique Garcia da Silva

Grupos de Reflexão para Mulheres que Sofreram Violência Doméstica: um estudo de campo 187

Grupos de Reflexión para Mujeres que han Sufrido Violencia Doméstica: un estudio de campo

Reflection groups for women who have suffered domestic violence: a field research

Elza Beatriz Barros de Paiva

Julio Cesar Pinto de Souza



SEÇÃO E: Resenha

Isolamento, Cuidados e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia 209

Evelyn Neves de Souza

NORMAS DE PUBLICAÇÃO 213



Repercussões Pessoais e Sociais no Brasil da Covid-19 em Perspectiva de Gênero e Feminismos

A pandemia da Covid-19 iniciou em 2020 e prossegue em 2021, em âmbito planetário, como um fenômeno que atinge as esferas biológica, econômica, psicossocial e a saúde mental da humanidade, a despeito do negacionismo de governantes mundiais que circunda a doença.

O compromisso e a tarefa editorial deste periódico implicam em divulgar artigos de pesquisadoras e docentes; a experiência de mulheres e de alunas dos cursos da Universidade Federal do Pará; e de homens alinhados às preocupações com a redução da violência de gêneros. Usamos no volume as linguagens científica e a artística para dar voz e visibilidade às reflexões.

Lembramos que discordamos da polarização entre a saúde e a economia, divulgada pelos meios de comunicação massivos e pós-massivos, de que os governos devem priorizar uma ou outra. Consideramos que a Covid-19 é composta por mais do que as duas dimensões, já que afeta a vida e o viver; a sanidade psicológica, mental e social; bem como acarreta miséria, aumento das tensões entre as famílias, mantendo mulheres, idosos e crianças reféns em suas próprias casas e submetidos a formas de violência, abusos, explorações e finitude. Este debate é inerente a esta chamada.

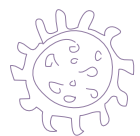
O fenômeno social da pandemia levanta questões centrais de pesquisa sobre as relações entre Estado, Sociedades e Regulações do Mercado, o tipo de ordem política e social vigente nos diferentes países e sobre como se reage individual e coletivamente aos riscos. Portanto, o compromisso da **Revista Gênero na Amazônia** é trazer à tona debates sobre políticas sociais/vacinas, equipamentos de saúde, medidas de prevenção, auxílios materiais e financeiros a vulneráveis, redes de proteção social etc.

O Dossiê organizado permite uma compreensão acurada da pandemia, sobretudo aplicando o olhar de gênero e dos feminismos sobre as relações de poder, pois o vírus não atinge a todos indistintamente. Sua difusão e os riscos de acometimento da doença cruzam-se com as estruturas de desigualdade vigentes, dentre as quais as desigualdades de gênero são fundamentais de se observar. O volume se alinha com a preocupação de contribuir para o entendimento do fenômeno da pandemia da COVID-19, atento às demandas e mobilizações da sociedade, particularmente dos movimentos sociais de mulheres que criticam a visão de mundo patriarcal que fundamenta a ordem social e econômica. E abre espaço para a produção pertinente no Brasil e, em particular, na Amazônia.

Boa leitura!

Belém/PA (Amazônia/Brasil), 2021.

Adelma Pimentel, Luzia Álvares, Maria Cristina Maneschy e Telma Amaral
Comissão Editorial da Revista Gênero na Amazônia - GEPEM


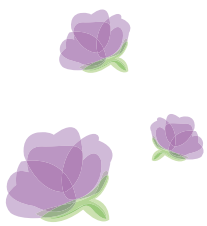




Seção

A

Estudos sobre o Fenômeno da
Pandemia sob a Perspectiva de
Gênero



Idas e Vindas e Vidas: cotidiano e trabalho doméstico remunerado durante a pandemia da Covid-19 em Belém/PA

Idas y Venidas y Vidas: vida cotidiana y trabajo doméstico remunerado durante la pandemia de Covid-19 en Belém/PA

Comings and Goings and Lives: daily life and the paid domestic work during the Covid-19 pandemic in Belém/PA

Gabrielle Tavares da Silva
Luísa Maria Silva Dantas

Resumo: O serviço doméstico no Brasil é historicamente executado, em sua maioria, por mulheres negras, em muitos casos com idade elevada e com doenças crônicas, colocando este grupo, além de exposto ao novo coronavírus, em maior risco. Este artigo se propõe analisar impactos da pandemia da COVID-19 na categoria das trabalhadoras domésticas, apoiando-se em matérias jornalísticas nacionais e locais, e em entrevistas realizadas com uma doméstica residente na cidade de Belém/PA, com o intuito de apurar possíveis mudanças ocorridas na vida e no cotidiano de trabalhadoras durante esse período. Ao longo desta pesquisa, foi identificado elevada perda de postos de trabalho para a categoria; no caso da interlocutora, há o aumento da jornada de trabalho somada à constante preocupação de perder o emprego e a proteção de sua família.

Palavras-chave: Emprego Doméstico. Pandemia do novo coronavírus. Cotidiano. Trabalhadoras.

Resumen: El servicio doméstico en Brasil ha sido históricamente realizado en su mayoría por mujeres negras, en muchos casos en edad avanzada y con enfermedades crónicas, lo que coloca a este grupo, además de expuesto al virus, en mayor riesgo. Este artículo pretende analizar el impacto de la nueva pandemia de coronavirus en la categoría de los trabajadores domésticos, basándose en las noticias nacionales y locales y en los resultados de entrevistas realizada a una trabajadora doméstica que vive en la ciudad de Belém/PA, con el fin de investigar los posibles cambios en la vida y el día a día de los trabajadores domésticos durante este período. A lo largo de esta investigación, se identificó una alta pérdida de puestos de trabajo para la categoría; en el caso de la interlocutora, hay un aumento en la jornada laboral, sumado a la preocupación constante de perder su trabajo y proteger a su familia.

Palabras clave: Trabajo doméstico. Pandemia del nuevo coronavirus. Diario. Trabajadoras.

Abstract: Domestic service in Brazil is historically performed mostly by black women, in many cases with high age and chronic diseases, putting this group in addition to being exposed to the virus, at greatest risk. This article proposes to analyze impacts of the new coronavirus pandemic on the category of domestic workers, based on national and local news reports and on the results of interviews conducted with a domestic worker living in Belém/PA, with the aim of investigating possible changes in the lives and daily of domestic workers during this period. Throughout this research, it identified high loss of jobs for the category; in the case of the interlocutor, there is an increase in working hours plus the constant worry of losing his job and his family protection.

Keywords: Domestic Employment. Coronavirus. Daily. Women. Housekeeper.

Gabrielle Tavares da Silva – Discente em Ciências Sociais/IFCH e Bolsista PIBIC pela Universidade Federal do Pará/UFPA. E-mail: idkwandenkolk@gmail.com

Luísa Maria Silva Dantas – Doutora e pós-doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da Faculdade de Ciências Sociais/IFCH e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. E-mail: luisadantas@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Em 17 de novembro de 2019 foi registrado o primeiro caso de Covid-19¹ em Wuhan, cidade chinesa. Após um ano desse registro, o mundo se encontra em estado de pandemia, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde – OMS em março de 2020, e totalizado 95.488.424 milhões de casos e 2.038.477 milhões de mortes ao redor do mundo, até o momento em que escrevemos este artigo². Ao trazer um olhar para o Brasil, os números de casos e mortes são expressivos, sendo 8.512.238 milhões de casos confirmados e 210.328 mil mortes³, nesta data (janeiro/2021), o país se encontra em terceiro lugar no quadro de países com mais incidência da doença e, quando se explora esses números, é possível encontrar enormes desigualdades quanto aos impactos da pandemia nas vidas de diferentes corpos e grupos sociais.

É simbólico que o primeiro caso registrado no Brasil tenha sido de um homem que veio de uma viagem à Itália. Na época, durante os meses de fevereiro e março de 2020, o país europeu era o epicentro de contágio e foram identificadas inúmeras pessoas de classes altas e médias voltando para o Brasil com a possibilidade de estar carregando o vírus e transmiti-lo, inclusive e/ou principalmente para pessoas de classes baixas que oferecem serviços para estes grupos.

É ainda mais simbólico que a primeira morte por Covid-19 confirmada no Rio de Janeiro tenha sido de uma mulher negra empregada doméstica, que provavelmente contraiu o vírus de sua patroa que tinha viajado para a Europa. Esse caso, assim como vários outros que não são noticiados, contados, indica que nem todos os brasileiros estão na mesma condição para enfrentar a pandemia.

De acordo com o levantamento realizado pela CNN Brasil, o percentual de vítimas da covid-19 no país entre os negros é maior que entre os brancos, na matéria feita em 05 de junho de 2020⁴, para cada 10 brancos mortos pela covid-19, morrem 14 pretos e pardos, sendo estes considerados os negros brasileiros. Em relação às categorias de trabalho, identificamos um grupo que é colocado abaixo, seja em relação aos direitos trabalhistas, como em respeito às condições de manutenção da vida, posto que em milhares de casos não tiveram a possibilidade de realizar a quarentena⁵, ou ficaram desempregadas, perdendo sua única fonte de renda: as trabalhadoras domésticas.

Sendo o serviço doméstico executado no país por, em sua maioria, mulheres negras – herança do período da escravidão –, estas trabalhadoras se viram em uma situação com poucas saídas para viver neste momento de grandes mudanças: dispensas sem remuneração, tentativas

¹ Doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), que é integrante de um grupo de vírus que causam infecções respiratórias e que de acordo com a microscopia possui algo semelhante a uma coroa, por isso o nome.

² Dados coletados no dia 18 de janeiro de 2021, no portal da BBC News, em que monta um mapa com os dados da Covid-19 no mundo. Disponível em <<https://www.bbc.com/news/world-51235105>>.

³ Números disponibilizados pelo consórcio de veículos de Imprensa, atualizados no dia 18 de janeiro de 2021. Disponível em <<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>>.

⁴ Matéria escrita por Diego Viñas, Pedro Duran e Júlia Carvalho da CNN São Paulo, 06 de maio de 2020, <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>>

⁵ A principal prevenção à Covid-19, para além do cuidado com a higiene, é ficar em casa, para evitar o número muito grande de contágios e a falta de estrutura para tratamento, fazendo com que vários órgãos governamentais decretassem a quarentena, ou seja, a suspensão de atividades presenciais, com exceção dos serviços considerados indispensáveis, como segurança, saúde e comércios alimentares.

para receber o auxílio emergencial⁶, sendo negado em alguns casos, ou permanência no trabalho, se expondo ao contágio nas casas dos empregadores e dentro dos transportes públicos.

A partir da leitura de matérias jornalísticas, unida à entrevista com uma trabalhadora doméstica, e apoiada em trabalhos que contribuem para o estudo do tema abordado, este artigo se propõe a refletir sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 no serviço doméstico remunerado no Brasil no ano de 2020, e especificamente na cidade de Belém/PA.

Afirmamos que, por ser uma pesquisa feita durante a pandemia, usando dados que são diariamente atualizados, haverá diferença dos números apresentados neste artigo e os números divulgados pela OMS no momento em que você, leitor, irá adentrar nesta pesquisa.

1. Quem São Elas?

O modelo familiar patriarcal que coloca a mulher como a responsável pela manutenção do lar, sendo cuidadora dos membros da família, da alimentação e higiene da casa, vem sendo tensionado com a entrada destas “chefes do lar” no mercado de trabalho; contudo, sem a equiparação dessas atividades entre homens e mulheres, percebemos um movimento de terceirização desse serviço (DANTAS, 2016). Essa mudança acerca do papel das mulheres enquanto apenas reprodutoras da família e do lar, “um mero instrumento de produção”⁷, foi impulsionada pela movimentação de mulheres em busca de sua independência financeira no início do século XX no Ocidente, gerando grande atuação do movimento feminista, sobretudo a partir dos anos 1970; mas, ao falar disso, é necessário compreender que a voz dominante dentro deste movimento, nesse período temporal, era de mulheres brancas europeias, de classe média.

A respeito disso, bell hooks⁸, em *Mulheres negras: moldando a teoria feminista* (2015), levanta um ponto crucial sobre como sobrou para as mulheres negras e/ou racializadas o papel terceirizado de cuidar dessas casas, de entrarem nelas para prover essa manutenção; mesmo podendo haver uma remuneração por seus serviços, essas mulheres estavam/estão em uma situação de servidão dentro da casa de outra pessoa. A autora fala como a busca pela liberdade para as mulheres brancas não incluiu as mulheres negras, já que, para essas “donas de casa” saírem e viverem a sua liberdade e o seu lazer, foi preciso ter alguém em sua casa fazendo as tarefas que lhe eram colocadas, e que não foram questionadas em termos de desigualdade de gênero.

⁶ O auxílio emergencial, ou coronavouer, é um benefício de caráter emergencial, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, que teve seu projeto de lei – Nº 13.982, de 2 de Abril de 2020 – apresentado pelo Deputado Federal Eduardo Barbosa (PSDB/MG), o qual foi votado pela Câmara de Deputados em 26 de Março de 2020, e aprovado pelo Senado brasileiro em 30 de Março de 2020, sendo enfim, sancionado pela Presidência da República, pelo decreto Nº 10.316, de 7 de Abril de 2020. Foi pago, inicialmente, cinco parcelas de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para o grupo geral – trabalhadores informais, pessoas com baixa renda e microempreendedores individuais, e R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para mães solo e chefes de família. Em 16 de abril de 2020, foi aprovada na Câmara dos Deputados o projeto de lei Nº 837/2020 de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP), que ampliou a lista de beneficiários do auxílio, sendo eles: diaristas, motorista de aplicativo, taxistas, mototaxistas, manicures, catadores de materiais recicláveis, seringueiros e pescadores artesanais, incluindo também mães menores de 18 anos. No dia 16 de setembro de 2020, o decreto de Nº 10.488 estendeu o auxílio emergencial para mais dois meses, liberando o depósito e saque de mais quatro parcelas – dependendo do ciclo de cadastro e recebimento da primeira parcela, variaram em 4, 3, 2 ou 1 parcela – nos valores de R\$ 600,00 para mães solo ou chefes de família, e de R\$ 300,00 para os outros grupos de beneficiários inclusos. Segundo dados disponibilizados pela Caixa Econômica Federal em julho de 2020, mais de 65 milhões de pessoas receberam o auxílio emergencial.

⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista, Editora Expressão Popular, 2008. p. 38.

⁸ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Walkins e formado com os sobrenomes de sua mãe e avó. A autora prefere assiná-lo em letras minúsculas pois “O mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu”. Disponível em <<https://mardehistorias.wordpress.com/2009/03/07/bell-hooks-uma-grande-mulher-em-letras-minusculas/>>.

Adentrando ainda mais no que tange ao serviço doméstico, a antropóloga Dora Porto, em seu artigo: “*Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero marcadas pela desigualdade*” (2018), mostra que o serviço doméstico é milenarmente tido como um afazer feminino, acima de tudo, pautado pela divisão sexual do trabalho, em que, historicamente, no mundo moderno e ocidental, se deixa para as mulheres a responsabilidade por tudo relacionado à casa e ao lar, muitas vezes, sem haver remuneração, devido ao discurso de que faz parte da “natureza feminina”, portanto realizado como vocação, com prazer e amor. A autora fala de como em certas ocasiões isso reforça ou propicia a subordinação da mulher, podendo gerar violências em variados níveis e tipos (PORTO, p. 288).

As contribuições de hooks e Porto são necessárias para compreendermos que o serviço doméstico, sendo algo ligado quase que estritamente à esfera feminina, acaba por “aprisionar” mulheres nessa função. Se desprender dessa lógica, alcançar a liberdade de poder ter um emprego fora da casa, foi um passo importante para as mulheres, porém nem todas foram contempladas nesse grupo. Quando mulheres brancas começaram a reivindicar o direito ao trabalho fora de casa, mulheres negras já estavam cumprindo expedientes longos e cansativos, muitas vezes, como trabalhadoras domésticas, pondo em evidência as diferentes possibilidades de vida.

No Brasil, assim como nos demais países da América Latina, o serviço doméstico é historicamente ligado à colonização e à escravização de africanos e indígenas, herança ainda ativa e perpetuada em nossos dias, posto que o trabalho continua a ser majoritariamente executado por mulheres negras, de baixa escolaridade, que encontram dificuldades de entrar no mercado de trabalho formal e em outros setores. Ítala Cardoso e Sílvia Guimarães (2018), em *Vivências e narrativas de trabalhadoras domésticas diaristas*, se referem ao trabalho de Renata Macedo (2015) para falar da relação do trabalho doméstico com o período pós-abolição, em que o emprego doméstico se tornou uma atividade das mulheres, sobretudo negras, posto que já era realizado de forma compulsória por mulheres escravizadas, dentro das casas. A construção do trabalho doméstico remunerado está fortemente imbricada à formação e posterior desdobramentos que o Brasil passou e passa:

Ao longo desses processos históricos, no Brasil, o trabalho doméstico foi sendo concebido como um trabalho desqualificado, que qualquer pessoa pode realizar, tornando-se estigmatizado por envolver sujeira, corpos e intimidade e por ser ocupado por pessoas definidas como de *status* mais baixo. (CARDOSO; GUIMARÃES, 2018, p. 207)

Esses aspectos concordam com os dados acerca do trabalho doméstico remunerado na contemporaneidade, pois continuam sendo mulheres, em sua maioria negras, com baixa escolaridade e de camadas populares que o realizam, frequentemente na informalidade. Segundo um levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, em 2019, usando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD Contínua atualizado até 2018 – pertencente ao IBGE – que traça o perfil do serviço doméstico no Brasil, 14,6% das mulheres brasileiras estão no serviço doméstico remunerado, compondo mais de 5,7 milhões de mulheres. Ao incluirmos o marcador de raça, encontramos 3,9 milhões de mulheres negras no trabalho doméstico remunerado, 63% do total. Falando do mercado de trabalho em geral, do total de pessoas exercendo trabalho remunerado, 18,6% das mulheres negras estavam no contingente do trabalho doméstico remunerado, enquanto somente 10% das mulheres brancas.

No trimestre que vai de novembro a janeiro, lançado pela PNAD 2019, no dia 30 de abril de 2020, o número de trabalhadores domésticos (homens e mulheres) no Brasil chegou a 6,3 milhões. Esse número expressivo foi considerado um recorde, dado o aumento em comparação aos últimos anos. Essa crescente veio acompanhada da informalidade, pois o número de carteiras assinadas caiu em relação aos trimestres passados em que houve o levantamento. Considerando que a pesquisa do PNAD foi feita até janeiro de 2020, antes da alta taxa de contágios, casos e mortes por Covid-19 no Brasil, a possibilidade de o número de informalidade ter aumentado, juntamente com o número de demissões, é real, além dos casos invisíveis ao conhecimento público de trabalhadoras domésticas vítimas da Covid-19.

O trabalho doméstico feito na própria casa já expõe quem o pratica a produtos de limpeza fortes e agressivos, além do contato com a água e movimentos bruscos e repetitivos. Ao trazer isso para a rotina das trabalhadoras domésticas remuneradas, há maior contato com esses produtos de limpeza, frequência de momentos com os “pés n’água”, e os movimentos repetitivos dessas práticas que, com o tempo, colocam a saúde destas mulheres em estado de vulnerabilidade, contribuindo para a presença delas no grupo de risco da covid-19, considerando também que há um grupo representativo com trabalhadoras acima dos 60 anos, de acordo com os dados do PNAD 2018, as trabalhadoras deste grupo etário chegam a marca de 7,4%⁹. Logo, outro fator que as coloca no grupo de maior risco em relação à letalidade e às complicações que podem ser causadas pela Covid.

O desgaste físico pode se refletir no mental e se aprofundar durante a pandemia, seja pela preocupação com a perda de emprego e de renda, ou por estarem expostas ao vírus durante a locomoção casa-trabalho-casa, ou pela possibilidade de contrair o vírus através dos patrões. Essa conexão entre o contexto da Covid-19 no Brasil e o trabalho doméstico remunerado traz uma luz aos problemas de saúde físicos, mentais e sociais de domésticas, gerando questionamentos acerca da desigualdade na qual estão inseridas estas mulheres, e salientando a importância de debates para visibilizar a situação, como afirma Dora Porto:

(...) É uma forma de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e saúde das mulheres trabalhadoras domésticas, propiciando sua libertação, empoderamento e emancipação, enquanto indivíduos e como categoria profissional, frente às moralidades iníquas e a ética sexista, racista e classista que as sustentam. (p. 298)

Ao conversarmos com Branca¹⁰, mensalista que atua como cuidadora de idoso e doméstica em Belém/PA, obtivemos o relato do quanto é importante para ela poder ter uma saúde de qualidade, principalmente neste ano, em que o mundo “parou” e as práticas de trabalho mudaram para se adaptarem às medidas de manutenção da saúde e do distanciamento social. Compreender e estudar o serviço doméstico, para além da herança escravocrata, é adentrar na vida de mulheres que enfrentam diariamente desigualdades sociais, raciais e de gênero, como afirma Ítala e Sílvia: “Investigar o trabalho doméstico significa apreender o universo de milhões de trabalhadoras brasileiras que ainda se encontram à margem [pelo menos a maioria] da produção acadêmica”. (p. 207)

Destacamos que esta pesquisa não tem a pretensão de falar por essas mulheres usando suas vozes como mero instrumento acadêmico para engrandecimento próprio das autoras que vos to-

⁹ Dados do PNAD Continua/IBGE de 2018, utilizados no Texto para Discussão do Ipea lançado em 2019.

¹⁰ Nome fictício dado pela própria interlocutora que preferiu manter a sua identidade preservada. Tal decisão não anula ou retira a credibilidade da entrevista que foi feita no segundo semestre de 2020, a fim de pesquisar a rotina de uma trabalhadora doméstica durante a pandemia.

mam a fala agora; deixarei que os relatos de nossa interlocutora e as matérias midiáticas tomem as rédeas nos próximos itens para refletirmos sobre o cotidiano de trabalhadoras domésticas brasileiras desde o ano de 2020 e as mudanças ocorridas.

2. Metodologia e Caminhos

Sendo o campo feito apenas por uma das autoras, Gabrielle, tomo a fala neste momento para apresentar a interlocutora e adentrar na questão das entrevistas. Foi necessário recorrer a outros modos e meios para construir a pesquisa, ou simplesmente olhar para o nosso redor com uma “visão mais curta” e começar a “estranhar o familiar” (Velho, 1978). O exercício de estranhar uma história que faz parte da construção da minha própria vida foi um desafio instigante, ouvir casos e trajetórias que eu já conhecia, somadas a questões nunca antes contadas foram essenciais para a construção da narrativa da interlocutora.

Após encontros de orientação e definição do roteiro de entrevista, tive a facilidade de realizar observações, conversas informais e entrevistas formais presencialmente com pelo menos uma trabalhadora doméstica, que será a protagonista de nosso trabalho. Branca é natural da Ilha do Marajó, mas há 27 anos se mudou para Belém, capital do estado do Pará, com o intuito de trabalhar, guardar dinheiro e ir embora para o Rio de Janeiro, onde tinha esperanças de conseguir ter uma vida financeira melhor.

Branca trabalhou como babá, morando na casa dos patrões, com jornadas longas, sem ter hora certa pra dormir, porém com horário marcado para acordar; após dois anos morando em Belém, Branca teve sua única filha, que no caso sou eu. Por ser filha de uma trabalhadora doméstica, tive a oportunidade de entrevistá-la pessoalmente, além da proximidade para adentrar em certos assuntos que talvez não conseguiria com a mesma rapidez com alguma desconhecida; sem deixar de levar em consideração também as limitações que esse lugar de enunciação me atinge.

Este artigo abarca duas entrevistas formais com Branca e conversas soltas que temos em seus dias de folga. As análises também tiveram a colaboração de matérias jornalísticas acerca do serviço doméstico no Brasil durante a pandemia da Covid-19, a fim de nós, autoras, compreendermos e entendermos quais possíveis mudanças ocorreram no cotidiano destas mulheres.

3. A pandemia e o trabalho

Vinte e quatro dias após o primeiro caso de Covid-19 no Brasil, foi confirmado o primeiro em Belém¹¹, um homem de 37 anos que tinha acabado de chegar de uma viagem ao Rio de Janeiro, que estava em estado de transmissão comunitária. Logo que foi atestado, este ficou em isolamento social em sua casa. Desde o dia 4 de fevereiro, o Governo Federal decretou emergência sanitária¹² em decorrência da Covid-19.

Nesse período, que irei chamar aqui de início da pandemia no Brasil, Branca já estava trabalhando em seu atual emprego como cuidadora de idoso. No começo de 2020, a nossa interlocutora

¹¹ Primeiro caso de Covid-19 confirmado em Belém, em 18 de março de 2020. G1 Pará, por Caio Maia e Gil Sóter. Disponível em <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/03/18/secretaria-estadual-de-saude-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-no-para.ghtml>>

¹² Decreto do Governo Federal em que coloca o país em emergência sanitária Por Jornal Nacional. 04 de fevereiro de 2020. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm>

trabalhava com mensalista e fazia hora extra como folguista¹³ para a idosa que hoje cuida. Após uma das cuidadoras – eram duas cuidadoras intercalando os turnos – ficar resfriada e ficar em isolamento social no mês de abril, Branca foi chamada para cobrir a vaga até a outra moça melhorar; naquele período, o Pará já tinha casos e uma morte¹⁴ por Covid-19 confirmados, o que resultou em esquemas de horário para que Branca e a outra cuidadora se mantivessem o mais longe possível de aglomerações.

No momento, onde eu tô trabalhando, é cuidando de idoso, de uma idosa. Como aconteceu isso da pandemia, teve que mudar o horário porque antes eu já ficava tomando conta dessa senhora nos finais de semana (...) só que agora eu passo 4 dias lá direto ou 3 dias, numa semana 4, numa semana 3. Quando eu trabalho 4 dias, eu descanso 3, quando depois eu trabalho 3 eu descanso 4. Numa semana eu fico 3, na outra eu fico 4. (Branca, 29/09/2020)

Diferente de milhares de brasileiras que perderam seus empregos ou que continuaram a circular pela casa dos patrões sem a possibilidade de usar veículos particulares, Branca saiu de folguista para mensalista no começo da pandemia e se mantém no trabalho até o presente momento, tal informação não diminui toda a dificuldade enfrentada por ela durante este período, a exemplo de noites mal dormidas, estresse e cansaço gerado pelos dias seguidos de trabalho até ter os dias de folga.

Neste momento atípico em que estamos vivendo, pessoas de diferentes categorias de trabalho acabaram por perder seus empregos ou ter redução em seus salários, isso impactou em maiores dispensas das trabalhadoras domésticas durante a pandemia. Em matéria feita pelo site de notícias UOL¹⁵, as dispensas de trabalhadoras domésticas tiveram o maior índice no primeiro semestre de 2020, segundo dados do IBGE, em alguns casos, essas dispensas não vieram com a devida remuneração pelo tempo de serviço; para as mulheres que estão nestes casos, de dispensa ou de redução de salário, o auxílio emergencial¹⁶ – projeto da Câmara dos Deputados – aprovado pelo Governo, foi uma saída para aquelas que conseguiram recebê-lo.

Em contrapartida, e retomando a perspectiva das trabalhadoras que continuaram empregadas durante a pandemia, como Branca, aquelas que permaneceram tiveram que, além de adotar as normas de distanciamento social, lidar com o vai-e-vem do dia a dia, seja nos transportes públicos que podem gerar aglomeração ao se pensar nos horários de funcionamento das linhas de ônibus ou pelo contato com a família empregadora, e a possibilidade de não cumprirem o isolamento social de maneira correta.

A respeito disso, a Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - DISOC lançou uma Nota Técnica, em junho de 2020, com título *Vulnerabilidades das Trabalhadoras Domésticas no contexto da pandemia*

¹³ Folguista é quando uma pessoa é chamada para cobrir os dias de folga das outras trabalhadoras. Acredito que podemos chamar de diarista, já que recebe o valor por um dia de serviço. No caso de Branca, era o valor do período do dia mais o adicional do período da noite de serviço.

¹⁴ Primeira morte por Covid-19 no estado do Pará ocorreu em 19 de março, foi uma senhora de 87 anos moradora da Vila de Alter do Chão, no município de Santarém. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/01/governo-do-para-confirma-primeira-morte-por-coronavirus-no-estado.htm>>

¹⁵ Matéria Valor Econômico. Por Bruno Villas Boas, 30 de abril de 2020. Disponível em <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/30/dispensa-de-trabalhador-domestico-bate-recorde-no-1o-tri-segundo-ibge.ghtml>>

¹⁶ O Auxílio Emergencial foi um projeto da oposição na câmara de deputados, que foi debatido com o Governo Federal acerca dos valores, período e quem seria contemplado. Decreto nº 10.316 do dia 7 de abril de 2020, regulamentou a Lei nº 13.982 acerca de medidas excepcionais durante a pandemia, oferecendo o pagamento de cinco parcelas de R\$ 600,00 e R\$ 1.200, 00 para mães solo. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm>

de Covid-19 no Brasil¹⁷, trazendo uma série de análises pertinentes, porém, vamos nos ater a uma específica: a circulação.

As autoras apontam que se o serviço doméstico remunerado, principalmente as atividades de cuidados, é essencialmente ligado ao contato direto com outras pessoas dentro de uma casa que não é sua, então estas trabalhadoras estão expostas ao contágio do vírus, “ao serem mantidas em suas funções rotineiras no contexto da pandemia, rompe-se o isolamento social tanto da família contratante do trabalho doméstico quanto da família da própria trabalhadora.”. (p. 08)

Para a nossa interlocutora, foi e ainda é oferecido o pagamento de carros particulares para que ela possa ir até o serviço e voltar para a casa sem passar por aglomerações; entretanto, não devemos usar o caso de Branca como sendo universal. No *blog* da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD¹⁸, em uma postagem feita em outubro de 2020, foi anunciada uma campanha nacional intitulada: “Essenciais São Nossos Direitos”, com o intuito de informar às trabalhadoras, aos empregadores e à sociedade acerca dos direitos trabalhistas e leis sobre o trabalho doméstico, muitas vezes, não conhecidas e obedecidas pelo público geral. A campanha ocorreu nos sindicatos e a FENATRAD realizou uma *live* em uma rede social para divulgação e debates.

Ainda neste mesmo *post*, a presidente da federação, Luiza Batista, falou como a pandemia, somada à postura dos governos estaduais e municipais – aqueles que determinaram nos decretos de *lockdown* o trabalho doméstico e de limpeza como sendo essenciais – reforçaram a ideia de que “ter” uma empregada doméstica dentro da sua casa é “item” básico, um pensamento herdado da escravidão em que estas mulheres eram tomadas como objetos. “O tipo de trabalho da nossa categoria é muito importante, sim, mas é preciso saber que nossos direitos são mais importantes ainda. Inclusive, nosso direito à vida”, disse Luiza para o *blog* do FENATRAD.

A pandemia afetou famílias e vidas de trabalhadoras domésticas em níveis imensuráveis, casos como o de Cleonice Gonçalves, a primeira vítima registrada no Estado do Rio de Janeiro¹⁹, que entrou em contato com a patroa que tinha recém-chegado da Itália, acendem um alerta sobre a vulnerabilidade em que essa categoria se encontra.

Para Mateus Westin²⁰, professor do departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, o risco das trabalhadoras se contaminarem está na circulação e no contato com pessoas de outras casas, corroborando a linha de pensamento das autoras da Nota Técnica nº75, já exposta anteriormente; principalmente ao analisar a perspectivas das diaristas, Westin fala:

Quanto mais ambientes diferentes elas tiverem que atuar, maior será esse risco porque vão interagir com núcleos familiares diferentes e o risco está exa-

¹⁷ Nota técnica - Disoc (Diretoria de Estudos e Políticas Sociais) nº75, publicada em junho de 2020 sob o título “Vulnerabilidades das Trabalhadoras Domésticas no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil”, pela autoria de Luana Pinheiro, Carolina Tokarski e Marcia Vasconcelos. Disponível no portal do Ipea. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/portal/>>

¹⁸ Fenatrad (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas) fundada em 1997. Notícia do lançamento da campanha publicada em 08 de outubro de 2020. Disponível em <<https://fenatrad.org.br/2020/10/08/trabalhadoras-domesticas-lancam-campanha-nacional-contra-violacao-de-direitos-apos-perderem-12-milhao-de-vagas-na-pandemia/>>

¹⁹ Primeira morte por Covid-19 no estado do Rio de Janeiro ocorreu em 17 de março no município de Miguel Pereira. Matéria por G1 Rio em 19 de março de 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>>

²⁰ Matéria do portal da Faculdade de Medicina da UFMG, autoria de Gabriela Meireles. Publicada em 01 de setembro de 2020. Disponível em <<https://www.medicina.ufmg.br/trabalhadoras-domesticas-estao-estre-os-grupos-mais-vulneraveis-durante-a-pandemia/>>

tamente nessa interação, já que elas vão estabelecer algum grau de contato com pessoas com as quais essas trabalhadoras não estão convivendo em suas próprias casas. (Portal da Faculdade de Medicina da UFMG, 2020)

Com a necessidade de prevenção e preservação da saúde, é necessário o uso de máscaras não só na rua, como no trabalho também. A nossa interlocutora, Branca, relata que passa todos os dias de trabalho – sendo em algumas semanas três dias e outras quatro dias – com máscaras durante o expediente, só retirando quando vai dormir, além das trocas de 4 em 4 horas por outra limpa.

Até o momento, não há números definitivos acerca de mortes por Covid-19 dentro da categoria das trabalhadoras domésticas, porém sabemos que perdas ocorreram. Os poucos casos de morte que foram noticiados não cobrem um universo de pessoas que provavelmente não saberemos os nomes, as histórias, ou quem deixou para trás. Além disso, essas trabalhadoras são muito mais do que apenas uma força de trabalho, são mães, filhas, avós, netas, tias, esposas e etc. Os sentimentos de medo e preocupação se fazem presentes, com isso, a carga emocional que estas mulheres carregam ao ir para o trabalho interfere na execução de sua atividade e no psicológico delas.

4. Casos, Medo e Perdas

No dia 5 de maio de 2020, o governador do estado do Pará, Helder Barbalho, anunciou o decreto que colocou em *lockdown*²¹, bloqueio total, a Região Metropolitana de Belém e alguns municípios do Estado. O decreto especificou a proibição de circulação de pessoas pelas ruas dos municípios sem ser por motivos emergenciais, devendo sair de casa apenas quem fosse ao médico, comprar alimentos e remédios, ou trabalhadores e prestadores de serviços considerados essenciais.

Foram classificadas trabalhadoras domésticas, diaristas, babás e responsáveis pela limpeza e higiene como essenciais. Na época, o governo foi criticado por incluir uma categoria que necessitava transitar e se estabelecer por um período de várias horas dentro de residências de outras pessoas. Após a repercussão, no dia 7 de maio, foi mudado o item 58 do Anexo Único do decreto N° 729²² de 05 de maio de 2020, trazendo como essencial apenas em situações extraordinárias:

Serviços domésticos, quando imprescindíveis aos cuidados de criança, idoso, pessoa enferma ou incapaz, caracterizada pela ausência ou impossibilidade de que os cuidados sejam assumidos por pessoa residente no domicílio, devendo tal circunstância constar em declaração a ser emitida pelo contratante, acompanhada da CTPS quando for o caso. (Diário Oficial do Estado do Pará)

Ironicamente triste, no mesmo dia que o decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado, Socorro Freitas (47 anos) diarista e moradora do bairro Tenoné, periferia de Belém, entrou para a lista de vítimas fatais em decorrência da Covid-19²³. Socorro e seu marido, Nazareno Launé (48

²¹ *Lockdown*, (em tradução literal) do inglês, é confinamento. Em 2020, no contexto da pandemia, foi usado para o bloqueio total visando garantir o isolamento social da população. Dependendo do local e do decreto, quem descumprisse o *lockdown* estaria sujeito a pagar multa. Em Belém, este primeiro *lockdown* durou de 6 a 24 de maio de 2020.

²² Decreto n°729 impôs o lockdown na região metropolitana de Belém e demais municípios. Disponível em <<https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/5578>>

²³ Matéria do portal de notícias Brasil de Fato, escrita por Catarina Barbosa em 07 de maio de 2020. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/07/para-considera-empregada-domestica-servico-essencial-e-expoe-trabalhadoras-a-covid-19>>

anos), morreram com a diferença de 48h de um para outro – Nazareno faleceu no dia 2 de maio –, deixando uma filha adolescente. Socorro continuou trabalhando durante a pandemia; por ser diarista, frequentava quatro casas, precisava do dinheiro neste momento difícil para sustento da família.

Além da violência direta para com a vida das trabalhadoras domésticas, há também a dolorosa perda daqueles que elas cativam, que são da sua família. O caso do menino Miguel Otávio, filho de Mirtes²⁴, que morreu ao cair do 9º andar do prédio em que Mirtes trabalhava – a criança estava sob os cuidados da patroa, Sarí Corte Real, enquanto Mirtes passeava com o cachorro dos patrões –, é simbólico quando falamos que as violências que afetam essas mulheres vão além do ataque direto a elas. Babás e domésticas mensalistas e diaristas precisam e devem ter carinho e preocupação com os filhos dos patrões, porém, em contrapartida, parece não haver possibilidade de paciência, carinho e cuidado com os filhos das trabalhadoras (Dantas, 2016).

Ao falar sobre o medo e as preocupações na pandemia, para Branca, nossa entrevistada, a sua maior preocupação era que sua filha pegasse a Covid-19 e ela não pudesse cuidar ou auxiliar a filha por ter que ir ao emprego. Um dos medos de Branca era se contaminar e ter que parar de trabalhar, ou a senhora que ela cuida pegar a Covid-19. Nas palavras dela, o medo de perder o emprego no meio dessa situação a deixava nervosa:

De pegar eu não fiquei, mas eu fiquei com medo da minha filha pegar, do pai dela que vem na casa de vez em quando visitá-la, trazer alguma coisa pra ela; eu fiquei com medo dela pegar ou da minha irmã pegar que é mais vulnerável, mais frágil, e que mora só, do que eu pegar, como eu ia socorrê-la? Ou então da senhora lá que eu tô cuidando pegar e ela ir pro hospital, morrer. Me deu um desespero de ficar sem trabalho. (Branca)

Segundo o IBGE²⁵, 1,2 milhões de trabalhadoras domésticas perderam seus empregos na pandemia no primeiro semestre de 2020. Com o relaxamento das medidas de distanciamento por parte da população e o não monitoramento frequente dos órgãos competentes, podemos supor que no segundo semestre algumas vagas voltaram a ser preenchidas, principalmente entre as diaristas, porém elas não entram na legislação das domésticas.

CONCLUSÕES

Sendo o trabalho doméstico remunerado um serviço majoritariamente ocupado por mulheres negras, as desigualdades já visíveis que essa categoria enfrenta se tornaram mais intensas em 2020. Toda a população está vulnerável a se contaminar pelo coronavírus, porém, ao considerarmos quem está nas camadas mais baixas, sem possibilidade de cumprir um isolamento social com o mínimo de garantias para sobrevivência básica, alimentação e saneamento básico, esse risco é bem maior.

²⁴ Caso do menino Miguel foi nacionalmente divulgado e gerou uma enorme comoção pública. Matéria da Folha de São Paulo, com a autoria de João Valadares no dia 4 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/menino-de-5-anos-que-estava-aos-cuidados-da-patroa-da-mae-morre-apos-cair-de-predio.shtml>>

²⁵ Dados do IBGE, referentes à Pnad C, expostos no site da campanha “Essenciais São Nossos Direitos”, da FENATRAD, em parceria com o THEMIS - **Gênero, Justiça e Direitos Humanos**. Disponível em <<http://essenciaissao-nossosdireitos.themis.org.br/>>

Dentro do número de vítimas fatais pela Covid-19, a população negra aparece na frente como a mais afetada, isso reitera o quanto essa parcela da população está constantemente em uma posição suscetível, tendo suas vidas sob o jugo de uma política neoliberalista que define quem será o próximo alvo (MBEMBE, 2018).

Para as mulheres negras, que ocupam a base da pirâmide societária, a situação se agravou ainda mais. Ocupadas historicamente como serviçais, herança do período da escravidão, que se reproduziu no pós-abolição, as trabalhadoras domésticas contemporâneas estão em ano na luta para conseguir seus direitos e o cumprimento destes. A Lei Complementar²⁶ n° 150, de 01 de junho de 2015, atualiza, altera e revoga leis e incisos anteriormente decretados, mas ainda é pouco obedecida por grande parte dos empregadores.

Ainda usando os dados apresentados pela campanha “Essências São Nossos Direitos”, nos deparamos com 70% das trabalhadoras domésticas sem estar com a carteira assinada, este fato se torna ainda mais preocupante ao combinar com o número de dispensas no ano de 2020 e aquelas que ainda podem ocorrer, mostrando o quanto estas mulheres, na informalidade, possivelmente não receberam os seus direitos pelo tempo de serviço, e nem poderão recorrer ao FGTS. Dora Porto sintetiza bem como esta categoria de trabalho é vista pela sociedade: “Colocado à margem das atividades produtivas o trabalho doméstico é invisível aos olhos da sociedade, que dele se serve amplamente, sem, no entanto, reconhecer este fato.”. (p. 296)

A trajetória de Branca se encontra com a de várias domésticas, são mulheres pretas, pardas, indígenas, brancas, amarelas, de camadas populares, trabalhando para ter uma condição financeira mínima para sobrevivência de sua família. Em 2020, estas mulheres se defrontaram com uma pandemia que impactou a vida de todos e modificou em variados níveis a execução de seus serviços. A exposição ao vírus, dispensas e situações de violências dentro do trabalho são evidências de um cotidiano que normalmente já lida com grandes dificuldades e que agora está enfrentando uma crise sanitária e política de nível mundial. Portanto, este breve artigo pretendeu mostrar impactos e mudanças no cotidiano das trabalhadoras domésticas partindo de relatos em jornais, com matérias midiáticas publicadas ao longo de 2020, e entrevista qualitativa com uma mensalista – Branca – a fim de compreender como um grupo “invisível”, mas tão representativo e atuante na sociedade esteve/está sobrevivendo a um ano/período atípico.

A atuação da FENATRAD e sindicatos, além de grupos nas redes sociais criados com o intuito de mobilizar uma rede de apoio para as trabalhadoras, mostraram que há um campo de forças entrando em ação para educar, conscientizar e garantir direitos. Tal mobilização reforça também a necessidade de cuidados com a saúde destas mulheres e de suas famílias.

Nas margens do Estado e de seus direitos como cidadãs e vivendo sob o jugo do racismo, machismo e desigualdade de classe, resta a essas mulheres criarem estratégias de cuidado, em uma rede de apoio marcada pelo feminino subvertendo a subalternização de suas vidas. (CARDOSO; GUIMARÃES, 2018, p. 224)

Reiteramos que por ser uma pesquisa realizada durante a pandemia da Covid-19, em que os números são atualizados diariamente, haverá diferença dos números apresentados ao longo do trabalho e os números disponibilizados pela OMS, Secretarias e Ministérios no exato momento em que este artigo for lido. Mais pessoas estão sendo contaminadas e vítimas fatais seguem ocorrendo

²⁶ Lei complementar n° 150 de 01 de junho de 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm>

no Brasil e no mundo; enquanto isso, o serviço doméstico remunerado conta suas perdas e demissões, o salário baixo e longas jornadas de trabalho, sabendo que, mesmo durante uma pandemia, o emprego doméstico segue em ação pelas mãos de mulheres que não podem parar.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Nathália. *Dia da Consciência Negra: números expõem desigualdade racial no Brasil*. Agência Lupa, 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/>>. Acesso em: 2 de novembro de 2020.

AUXÍLIO emergencial alcança mais de 65 milhões de brasileiros. Governo do Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/07/auxilio-emergencial-alcanca-mais-de-65-milhoes-de-brasileiros>>. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

BARBOSA, Catarina Barbosa. *Filha de trabalhadora doméstica vítima de covid-19 no Pará relata dor de ficar órfã*. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/07/para-considera-empregada-domestica-servico-essencial-e-expoe-trabalhadoras-a-covid-19>>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.

BOAS, Bruno Villas. *Dispensa de trabalhador doméstico bate recorde no 1º trimestre, segundo IBGE*. Valor Econômico, 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/30/dispensa-de-trabalhador-domestico-bate-recorde-no-1o-tri-segundo-ibge.ghtml>>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.

CÂMARA aprova auxílio emergencial de R\$ 600 para mais categorias. *Revista Consultor Jurídico*, 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-abr-16/camara-aprova-auxilio-emergencial-categorias>>. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

CARDOSO, Ítala Lopes; GUIMARÃES, Silvia Maria. Vivências e narrativas de trabalhadoras domésticas diaristas. *Revista de Ciências Sociais*, nº49, p. 205-226, 2018.


DANTAS, Luísa M. S. *As domésticas vão acabar? Narrativas biográficas e o trabalho como duração e interseção por meio de uma etnografia multi-situada: Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. 2020. Pará. Disponível em: <<https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/5578>>. Acesso em: 2 de novembro de 2020.

FENATRAD; THEMIS. “*Essenciais São Nossos Direitos*”, 2020. Disponível em: <<http://essenciais-saonossosdireitos.themis.org.br/>>. Acesso em: 2 de novembro de 2020.

GOVERNO FEDERAL. *Decreto Legislativo Nº6, de 2020*. 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.

Hooks, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16, 2015.



MAIO, Caio; SÓTER, Gil. *Secretaria estadual de saúde confirma primeiro caso de coronavírus no Pará*. G1 Pará, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/03/18/secretaria-estadual-de-saude-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-no-para.ghtml>>. Acesso em 5 de novembro de 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Editora Expressão Popular, 2008.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*, Editora N-1 Edições, 2018.

MEIRELES, Gabriela. *Trabalhadoras domésticas estão entre os grupos mais vulneráveis durante a pandemia*. Faculdade de Medicina Portal UFMG, 2020. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/trabalhadoras-domesticas-estao-estre-os-grupos-mais-vulneraveis-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 2 de novembro de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Coronavírus Brasil*, 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

PINHEIRO, L; LIRA, F; FONTOURA, N; Rezende, M. *Os desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua*. 2019, Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 8 de novembro de 2020.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. *Vulnerabilidades das Trabalhadoras Domésticas no Contexto da Pandeia de Covid-19 no Brasil*. n° 75, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 5 de novembro de 2020

PORTO, Dora. Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero marcadas pela desigualdade. *Revista Bioética*, n° 16, p. 287-303, 2018.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Editora Zahar, 1987.

VIÑAS, Diego; DURAN, Pedro; CARVALHO, Júlia. *Morrem 40% mais negros que brancos por coronavírus no Brasil*. CNN São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.



Impactos da Pandemia e da Violência de Gênero para Mulheres em Situação de Privação de Liberdade

Impactos de la Pandemia y la Violencia de Género en las Mujeres en Situación de Privación de Libertad

Impacts of the Pandemic and Gender Violence on Women in a Situation of Deprivation of Freedom

Elizete Cardoso Assunção

Resumo: Há décadas, a mulher vive em uma cultura de submissão imposta por uma sociedade patriarcal que naturalizou a desigualdade entre ela e o homem. O caráter determinista do comportamento feminino inscreveu no corpo da mulher o sentido de objeto e a violência de gênero é muito presente nos dias atuais. Quando se trata das mulheres presas, esse quadro foi ainda mais agravado pela pandemia da Covid 19. Este estudo buscou discutir e denunciar as formas de violência por elas enfrentadas, suas causas e consequências e destacar a importância da educação no espaço prisional, especificamente no Centro de Reeducação Feminino (CRF) em Belém/Pa., por meio do Projeto de Remição de pena *A Leitura que liberta* como ferramenta fundamental para a luta contra a opressão feminina.

Palavras-chave: Violência de gênero. Pandemia. Mulher presa. Educação.

Resumen: Durante décadas, las mujeres han vivido en una cultura de sumisión impuesta por una sociedad patriarcal que naturalizó la desigualdad entre ellas y los hombres. El carácter determinista de la conducta femenina inscrito en el cuerpo de la mujer el sentido de objeto y la violencia de género está muy presente en la actualidad. En lo que respecta a las mujeres presas, esta situación se agravó aún más con la pandemia de Covid 19. Este estudio buscó discutir y denunciar las formas de violencia que enfrentan, sus causas y consecuencias, y resaltar la importancia de la educación en el espacio carcelario, específicamente en el Centro de Reeducción Femenina (CRF) en Belém / Pa., a través del Proyecto de Remisión de Pena de Lectura que libera como herramienta fundamental para la lucha contra la opresión femenina.

Palabras clave: Violencia de género. Pandemia. Mujer arrestada. Educación.

Abstract: For decades, women have lived in a culture of submission imposed by a patriarchal society that naturalized the inequality between them and men. The deterministic character of female behavior inscribed in the woman's body the sense of object and gender violence is very present nowadays. When it comes to imprisoned women, this situation was further aggravated by the Covid 19 pandemic. This study sought to discuss and denounce the forms of violence they face, their causes and consequences, and highlight the importance of education in the prison space, specifically in the Center of Feminine Reeducação (CRF) in Belém/Pa., through the Project of Remission of Penalty Reading that liberates as a fundamental tool for the fight against female oppression.

Keywords: Gender violence. Pandemic. Arrested woman. Education.

Elizete Cardoso Assunção – Mestra em Linguística/ Universidade Federal do Pará – UFPA, docente da Faculdade Conhecimento e Ciência – FCC e da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. Atua no Projeto de Remição de pena “A Leitura que Liberta”, no Centro de Reeducação Feminino – CRF, em Belém. E-mail: prof.elizete@faculdadefcc.edu.br

INTRODUÇÃO

O encarceramento feminino é gritante, é desumano e brutal. São mulheres negras, pobres, em condições indignas de comer, de amar, de sentir e de ser.

A administração penitenciária tem, entre seus objetivos, orientar a pena da prisão para a reinserção social, respeitar o marco normativo da execução da pena, evitar os efeitos nocivos da instituição penitenciária e facilitar os meios formativos, culturais e terapêuticos que incrementem o repertório e o comportamento psicossocial das pessoas presas (BRASIL, 2011).

Todavia, esses objetivos se mantêm nos discursos e nos documentos; na prática, há uma instituição que tende, por suas características, a despersonalizar, a fomentar a dependência, diminuir o nível de autoestima e fazer perder a intimidade das pessoas em situação de restrição e privação de liberdade, o que dificulta a manutenção dos vínculos com a vida social desses indivíduos.

A distância entre os objetivos propostos e os almejados produzem efeitos nocivos sobre a população apenada e isto resulta em graves consequências, especialmente no caso das mulheres cujos direitos são mais vulneráveis que os dos homens (já que a prisão não foi pensada para elas), de modo que padecem em maior grau da violência institucional.

Azaola (2005) indica que os controles formais e institucionalizados, como a prisão por delitos, foram pensados e desenhados para a população masculina, enquanto que o controle social e a estigmatização são usados para pressionar as mulheres a desenvolver condutas adequadas.

O autor afirma que as mulheres são conduzidas para serem domesticadas depois de terem transgredido as normas legais, sobretudo as normas sociais, e considera que as mulheres que cometem crimes transgridem duas ordens: a jurídica e a social (AZAOLA, 2005). É social porque os papéis de gênero marcam como deve e como não deve ser uma mulher, não se espera que cometam crimes; ademais os efeitos da reclusão são diferentes para as mulheres em relação aos homens, sobretudo quando elas têm que deixar seus filhos pequenos em casa, realidade muito comum na população carcerária feminina de vários presídios.

A escritora e jornalista Nana Queiroz, autora da obra “Presos que menstruam”, apresenta-nos a dura realidade dos presídios femininos brasileiros por meio de narrativas de vida dessas mulheres, feitas por elas mesmas e transmitidas à autora, durante a coleta de dados de sua pesquisa:

É fácil esquecer que mulheres são mulheres sob a desculpa de que todos os criminosos devem ser tratados de maneira idêntica. Mas a igualdade é desigual quando se esquecem as diferenças. PE pelas gestantes, os bebês nascidos no chão das cadeias e as lésbicas que não podem receber visitas de suas esposas e filhos que temos que lembrar que alguns desses presos, sim, menstruam. (QUEIROZ, 2018, p. 19)

Nos relatos dessas mulheres, estão casos de violência física e moral, violação dos direitos e profundos traumas de experiências frustradas sob o fantasma da estigmatização, intensificado ainda mais pelo preço alto da reclusão, pois a privação da liberdade as faz se sentirem mais culpadas. Muitas vezes, até mesmo alguns profissionais que trabalham dentro do ambiente carcerário que não têm a formação e reflexão crítica necessária de temas como esses, tendem a julgar a mulher presa usando parâmetros de gênero, aumentando assim seu sentimento de culpabilidade (ALMEIDA, 2002; JULIANO, 2009).

Cabrera Márquez (2008) afirma que, ao agir assim, a sociedade está castigando as mulheres por se afastarem de seus papéis, em lugar de centrarem-se nos delitos cometidos. Desta maneira, os recursos utilizados originalmente para personalizar o tratamento de mulheres apenadas terminam apoiando os prejuízos e estereótipos enraizados. Assim, isso se configura como um quadro de violência institucional, cuja discriminação começa a evidenciar-se desde o momento em que elas são detidas, onde, em diversas ocasiões, sofrem vexações de caráter sexual, inclusive.

[...] no cárcere, as mulheres enfrentam um duplo tipo de controle, um formal, desenhado para os homens e um informal, que tende a reprimi-las por ter falhado com a sociedade, por não ter cumprido com suas obrigações de serem boas, belas ou mães exemplares” (CABRERA MARQUEZ, 2008, p. 117).

Com isso, as mulheres que se encontram nessa situação de privação são consideradas excluídas, mas não pela razão de sua penalidade, com o agravante de se considerar não apenas o fato de ela ter cometido um crime, mas também de que essa atitude vai de encontro ao modelo “normal” feminino, pois isso afeta não apenas o que faz, mas também o que ela é.

Nesta distribuição de possibilidades de manifestar e de receber agressividade, para as mulheres, têm sido designado o papel de receber violência e a sociedade tem se mostrado particularmente indulgente com os violentos, especialmente se a agressão for produzida dentro do âmbito familiar. Felizmente essa permissividade tem sido aos poucos superada, mas as condutas ainda permanecem arraigadas, resistentes à mudança. Os maus tratos continuam e têm consequências duradouras. E no caso das mulheres presas, geralmente arrastam histórias de vida recheadas de situações de violência física, sexual, psicológica, isto é, elas sofreram violência de gênero em algum momento de suas vidas antes de cometerem os delitos que resultaram no seu ingresso na prisão.

Diversos estudos tratam sobre a gravidade da problemática da violência de gênero entre as mulheres presas e reforçam a necessidade de explicarem suas vivências, suas ansiedades e cargas emocionais (ALMEIDA, 2002). As experiências desastrosas de relatos de internas que ainda mantêm relações de violência e que têm problemas de saúde devido à prevalência de experiências traumáticas que viveram, mostram que esses problemas psicológicos que adquiriram antes de entrarem na prisão se intensificam durante o confinamento.

Este estudo trata da situação de violência de gênero sofrida por mulheres em situação de privação de liberdade, agravada em meio a um contexto da Pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus. Os pontos de intersecção são as relações de gênero e as condições do cárcere.

Dentre os desafios que se impõem aos avanços civilizatórios na sociedade brasileira, destaca-se a dificuldade histórica de vencermos, também, a cultura da subordinação de gênero em nossa sociedade. Embora muitas conquistas possam ser elencadas no histórico de lutas em prol dos direitos das mulheres, a luta contra as discriminações de gênero enfrenta, ainda, resistência dentro das próprias instâncias de poder político instituídas no país.

A incapacidade do Estado Brasileiro em legitimar os direitos das mulheres em implementar e consolidar, a contento, políticas públicas para este segmento (que, diuturnamente, esbarra na reprodução de machismo, misoginia e patriarcalismo em nossa realidade), faz-nos ter uma pálida noção do que está em pauta quando se fala em Políticas Públicas para mulheres encarceradas.

Essa intersecção que sobrepõe a realidade do Sistema Prisional brasileiro com a realidade vivenciada por mulheres e meninas em nosso país é um dos pilares que justificam a necessidade de

estudos focados em trazer à tona as múltiplas vulnerabilidades por elas enfrentadas, pelo fato de serem mulheres.

Ao discutir as consequências que este momento deixará na vida dessas mulheres, damos destaque para o trabalho realizado por profissionais do Projeto de remição de pena “*A Leitura que Liberta*” nesses espaços, como uma das alternativas mais positivas no combate a toda forma de violência e opressão. Nesse sentido, a educação é concebida na perspectiva da transformação, da mudança, no exercício do respeito à igualdade de direitos e à dignidade da pessoa humana, a partir do senso de justiça social, como defendeu Paulo Freire em sua “*Pedagogia do Oprimido*” (1996). Ela não é punitiva, pois o que se quer é potencializar as qualidades dessa mulher em processo de humanização, é ressignificar sua existência ao conscientizá-la do seu poder de transformação de si e da sociedade que a oprime.

1. Lições no Cárcere: a semeadura do projeto de remição de pena “A Leitura que liberta”

Em agosto de 2015, a Secretaria de Educação do Estado do Pará — SEDUC/Pa. implantou em cinco unidades penitenciárias o Projeto de Remição de Pena intitulado “*Projeto a Leitura que Liberta*” (PLL), por meio do convênio 268/2014 (PARÁ, 2014), em conjunto com a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará — SUSIPE/Pa¹. O Projeto possibilita que os apenados e os custodiados das Unidades Penais da Região Metropolitana de Belém e de Santa Izabel consigam remir 04 (quatro) dias de pena a cada produção textual da obra lida, no período mínimo de um mês. O PLL propicia aos leitores(as) momentos que despertem neles (as) o hábito pela leitura, a fim de potencializarem a importância do ato de ler e, assim, possam valorizá-la no sentido de abstrair, por meio dela, informações que venham contribuir com o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva sobre si e sobre a sociedade.

Paralelamente às atividades de leitura e de produção textual, os professores do PLL desenvolvem subprojetos com o intuito de ampliar o interesse e a participação dos leitores nas atividades, permitindo a eles vivenciar múltiplas ações, como a análise dos conteúdos de obras literárias, discussão acerca de assuntos da atualidade, dramatizações, saraus, apresentações musicais etc. que muito têm contribuído para a motivação, interesse e aumento da autoestima dos leitores.

Peças teatrais e de dança com a participação dos leitores já foram apresentados em eventos locais, como na Feira Pan Amazônica do Livro², assim como seminários em comemoração ao aniversário do projeto e tantas outras ações que muito contribuem para a ressocialização por meio da cultura, estimulando os talentos que já existem na música, na pintura e na literatura (“*Páginas da minha vida*”³).

¹ Em 2019, a SUSIPE assumiu o status de Secretaria e passou a ser denominada SEAP/Pa. (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará).

² Em janeiro de 2017, durante a execução do subprojeto “*A Leitura da vez*”, foi desenvolvido o trabalho com a obra “*A bolsa amarela*”, da autora Lygia Bojunga, cujo enredo suscitou interesse das leitoras, já que a obra apresenta as angústias de uma personagem do sexo feminino e a batalha para esconder suas vontades. Decidiu-se então pelo ensaio de uma peça teatral cuja apresentação aconteceu no HANGAR – Centro de Convenções, durante a XXI Feira PAN-AMAZÔNICA DO LIVRO, em maio daquele ano. Em 2018, no mesmo evento, foi a vez das leitoras apresentarem a dança “*Fênix, o eterno renascer*” baseada na letra da música do cantor Jorge Vercilo. Dois anos depois, no auditório da Escola Salesiano do Trabalho, por ocasião do seminário sobre Trabalho Infantil, as leitoras apresentaram outra peça teatral, intitulada “*Encontros, desencontros e Peripécias: uma releitura da obra A bolsa amarela*, em que interpretaram cenas de acontecimentos reais pautados em suas próprias trajetórias de vida, seus sonhos e suas angústias.

³ A partir do trabalho com o gênero textual autobiografia, este subprojeto deu origem ao texto intitulado “*Retalhos de uma mulher*” o qual, brevemente, o PLL pretende publicar no formato de um livro.

Figura 1: Apresentação do espetáculo de dança *‘Fênix, o eterno renascer’*



Fonte: arquivo pessoal

Figura 2: Apresentação da peça teatral *‘Encontros, desencontros e peripécias’*⁴



Os momentos desses encontros, seja nos ensaios das peças teatrais ou nas orientações das produções escritas, nada mais são que situações em que colocamos essas mulheres em um lugar de fala, em um lugar que a sociedade talvez lhes tenha tirado ou no qual nunca lhes permitiu estar. E é essa potência da arte da escuta que é o ponto de partida do PLL. O lugar de escuta possibilita que o ser humano possa furar bolhas, quebrar paradigmas (FERREIRA, 2021). O silenciamento que elas sofreram surge nesse momento, como no relato de uma dessas mulheres. E esse grito é o registro para a sociedade de que estar naquele lugar não foi só culpa delas. Nós também somos responsáveis por cada corpo que está naquela prisão. Por si só, talvez elas não conseguissem falar, como já tentaram silenciá-las diversas vezes; e a prisão é um modo de silenciar.

Por meio da partilha de histórias (troca de sensações e sentimentos numa relação dialógica de equidade), discute-se a cultura da submissão que lhes foi pré-determinada e imposta por serem mulheres (maus tratos, violação dos direitos etc.). A grande maioria está lá por crimes passionais, por defender um amor, como apresentado na história de Júlia, narrada por Nana Queiroz:

[...] Abriram a bolsa dela, na esperança de encontrar algo. Fizeram com que engolissem cada papel e folha de cheque que saía dali. Apanhou tanto que entrou em turbulência. Começou a acreditar que não ia aguentar, que ia falar tudo mesmo, assumir até o que não fez. No delírio da dor, pensava: “Realmente, é tudo verdade. Fala logo, para de sofrer”. O corpo pedia, mas ela não iria entregá-lo. Antes ficar presa do que ser morta ou acabar com a vida da minha família. (QUEIROZ, 2018, p. 89)

É preciso problematizar com essas mulheres a ideia da felicidade e do bem-estar da maravilha que é a vida familiar (FRIEDAN, 2020); a consciência de seu próprio corpo, de que não é um objeto e que ele lhe pertence e ela pode fazer suas escolhas.

A autora Janice Ferreira, conhecida por Preta Ferreira, em seu livro *‘Minha carne: diário de uma prisão’*, aborda o cotidiano de mulheres encarceradas para expor o sistema necropolítico⁵ que todos

⁴ A cena retrata o momento em que a leitora narra um episódio de violência sexual praticada pelo padrasto, ocorrida no ambiente familiar, quando ela tinha 12 anos. De acordo com o seu depoimento, após 20 anos, aproximadamente, essa foi a primeira vez (nos ensaios da peça teatral) que ela teve a coragem de revelar o fato.

⁵ A autora se utiliza do sentido filosófico do termo “necropolítico” associado ao racismo, segundo o pensamento Frantz Fanon, que afirma que a necropolítica estabelece uma linha divisória entre o que é ser e o que não é ser. O racismo participa do estabelecimento dessa linha de demarcação entre os que existem e os que não existem; entre as pessoas que importam e as que não têm importância para a sociedade (FERREIRA, 2021).

os dias nega possibilidades e retira vidas, sobretudo da população negra. Nessa obra, Preta nos fala de desumanização, mas também da resistência que ressignifica e atravessa os corpos subjugados pela desumanização em todas as suas representações (FERREIRA, 2021).

Rangel (2009) e Onofre (2011) discutem a importância da educação ao longo da vida nas prisões, tratam da educação prisional sob uma perspectiva humanista, legado de Paulo Freire, que ultrapassa o tempo de encarceramento, entendida como um contínuo, pois têm uma visão coerente com os direitos dos aprisionados.

Mediações pedagógicas como as utilizadas no PLL são fundamentais para que as mulheres em situação de restrição de liberdade revisitem situações que marcaram suas trajetórias de sua vida, como o abuso sexual na infância, o momento da prisão etc., que revelam a falta de uma estrutura familiar, condições de vida precárias e a dependência afetiva pelo parceiro, fatores bastante comuns nas histórias de vida da maioria das internas da unidade penitenciária.

A violência contra as mulheres é um flagelo social generalizado que se arraiga nos modelos de gênero que atuam a nível pessoal e institucional, onde geralmente assume a forma de violência simbólica de preconceito e discriminação. Muitas mulheres têm dificuldade em tocar seu próprio corpo devido ao trauma do abuso sexual sofrido na infância e por não terem sequer noção e conhecimento acerca da violência de gênero a que são a todo momento submetidas, sentem-se invisíveis e mutiladas e necessitam de orientação para evitar uma revitimização.

2. Pandemia e as Mulheres nas Prisões

De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2020), o Brasil tinha cerca de 37.200 mulheres privadas de liberdade em dezembro de 2019. O número é 13% maior que o de vagas disponíveis nas unidades prisionais.

Durante o período de pandemia da Covid-19 provocada pelo coronavírus, as mulheres em situação de privação de liberdade no Brasil estão sendo isoladas, silenciadas e invisibilizadas e o espaço da prisão se torna um ambiente ainda mais árduo e hostil.

Uma pesquisa da Pastoral Carcerária Nacional sobre a situação da mulher presa⁶, divulgada em dezembro de 2020, aponta esses dados e atribui como uma das causas, segundo o levantamento, a subnotificação de dados por parte dos órgãos oficiais (Pastoral Carcerária, 2020). Casos confirmados de Covid-19 e de óbitos nesses espaços têm aumentado consideravelmente nos últimos meses, segundo pesquisas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no final de 2020.

A pesquisa da Pastoral Carcerária também destaca a queixa dos parentes por falta de informação e do contato com as mulheres. Um dos únicos aspectos humanizados da pena, a suspensão da visita dos filhos e de alguns poucos familiares, devido às medidas de biossegurança, endureceu o encarceramento das mulheres nesta quarentena.

Se a prisão para as mulheres já era uma experiência mais difícil do que para os homens por causa da maternidade, com a pandemia, todos os problemas sociais dessas mulheres recrudesceram.

⁶ A pesquisa da Pastoral Carcerária Nacional para a Questão da Mulher Presa sobre a situação das mulheres encarceradas ocorreu durante o período da pandemia da COVID-19. Foi baseada em um questionário enviado às secretarias penitenciárias de 19 estados de todas as regiões do país; destes, 13 responderam com dados e informações sobre as prisões femininas, do período de maio a agosto de 2020.

As mulheres encarceradas sofrem por estarem sem suas famílias, que são, na maioria, matrifocais. Nessa configuração familiar, a paternidade é algo ausente por diversos motivos, tais como abandono, pais presos ou mortos.

As mulheres presas, em sua maioria, não têm visita íntima, fato motivado por abandono ou porque seus parceiros têm conflito com a justiça. A fila do presídio feminino, comparada à do masculino, é um grande marcador para se perceber que as mulheres são abandonadas quando presas.

Conforme dados do INFOPEN (2019) — Sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro —, de 2010 a 2019, houve um encarceramento em massa de mulheres no país. A política de drogas, nesse sentido, vem sendo um vértice de aprisionamento.

Prisão, no Brasil, tem cor, etnia específica e, na atualidade, gênero. As mulheres vêm sendo o grande alvo de encarceramento. Isso traz desdobramentos sociais diversos, refletidos nas crianças. Estudos apontam que a ausência da mãe causa sofrimento psicológico para a criança e traumas irreversíveis.

Sob o fundamento do exercício de direito à alimentação, os filhos das mulheres presas se encontram imersos no sistema prisional, no caso dos bebês encarcerados, mas também em relação ao convívio familiar, direitos esses preconizados pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e pela Lei de Execução Penal (BRASIL, 2011).

Sem as visitas das crianças por conta da pandemia, essa situação está bem pior. Os filhos das presas não têm atendimento psicológico privado por serem pobres e não há, por parte do Estado, atendimento, muito menos nas escolas públicas em que estão matriculadas. Esses dados também foram encontrados em uma pesquisa realizada no município de Belém por estudantes do curso de Graduação em Pedagogia sobre a influência do encarceramento de mães no processo de ensino e aprendizagem de educandas/os do Ensino Fundamental I. Segundo as autoras:

a privação da mãe possui um efeito diferenciado sobre variados aspectos do funcionamento humano, e tal privação, quando rigorosa durante os primeiros anos de vida, pode afetar os processos psicológicos da criança. Desta forma, dependendo do tempo de aprisionamento da mãe e do trauma que este contexto causa ao desenvolvimento da criança, é possível que se tenha consequências bastante acentuadas no processo educacional. (BOWLBY, 1988 *apud* MARGALHO *et al*, 2020)

Nesse estudo, as autoras refletem sobre as graves consequências na vida escolar de crianças, filhos de mães encarceradas, após a ruptura do laço maternal, expondo-as ainda mais a um agravamento da vulnerabilidade social a que já eram expostas.

Esses atores sociais (presos e família) são invisíveis para uma sociedade que sobeja vingança e vendetas, corroborado com os desvios de função ou omissão do Estado em políticas públicas que envolvam essas pessoas. Neste sentido, há uma escassez de pesquisas em prisões, pois esses trabalhos acadêmicos não são de interesse da sociedade, tampouco do poder público (BISPO, 2020).

Durante a pandemia da Covid 19, as visitas, o recebimento e envio de cartas, de alimentos e de material de higiene pessoal por parte dos visitantes foram suspensos. As aulas presenciais em todas as unidades prisionais também foram interrompidas. Confinadas, as mulheres não só sentem a falta das aulas, das notícias dos familiares, mas também o medo de adoecer, haja vista o altíssimo

risco de contaminação devido às péssimas condições sanitárias, alimentação de baixo valor nutricional e convivência com surtos de doenças, como infecções de garganta e tuberculose. Esse pânico se agrava ainda mais por saberem da dificuldade em receber atendimento médico.

No último levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (Depen, 2021), divulgado no fim de abril deste ano, dentre as mais de 37 mil mulheres encarceradas, foram identificadas 4.052 que possuem doenças crônicas (as mais comuns são hipertensão, HIV e diabetes) ou doenças respiratórias. Além disso, 208 estão grávidas e 434 possuem idade igual ou superior a 60 anos.

A Recomendação 62 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2020) recomenda a concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto, sobretudo em relação às mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até 12 anos, ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com necessidades especiais e demais pessoas presas que se enquadrem no grupo de risco. Há também a Lei 13257/2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e dá o direito à prisão domiciliar para a mãe lactante e seus bebês.

De acordo com a Pastoral Carcerária (2020), os fatos apresentados acerca de toda essa situação de violações de direitos e que ferem a dignidade da pessoa humana, experienciadas pelas mulheres em privação de liberdade, configuram-se como tortura. São negligências cometidas não só pelo sistema prisional (que não atende como corresponderia a LEP), mas também pelo poder judiciário, que coaduna com tal situação e descumpre legislações e recomendações específicas para essa população prisional.

As iniciativas adotadas pelos Estados brasileiros como forma de tentar conter a disseminação do coronavírus nas unidades prisionais foram, no geral, medidas que visam à restrição dos direitos de pessoas presas, como a suspensão das visitas por familiares e entidades religiosas, visitas imprescindíveis em um momento tão delicado, em que o apoio emocional ofertado pelo atendimento religioso, direito da pessoa presa, possibilitam também o combate à tortura e a promoção da dignidade humana, sendo a única voz das pessoas presas fora do cárcere. Caracteriza-se outra espécie de tortura, uma vez que as pessoas privadas de liberdade e seus respectivos visitantes são punidos pela falta de prudência do Estado e permitido pela maioria dos magistrados que dizem atuar conforme a lei, mas, se fizessem de fato, não estaríamos tratando de tantos descasos até os dias de hoje (DIP, 2020).

As mulheres que visitam seus/suas familiares presos/as geralmente passam por inúmeras formas de agressões e dificuldades, como a revista vexatória, violência extrema, e os rótulos e rejeições que sofrem no dia a dia por serem parentes de pessoas presas.

Com essa pesquisa, pôde-se confirmar a grande dificuldade que os familiares têm em obter informações sobre as mulheres privadas de liberdade, reforçando sua invisibilidade dentro de um contexto que já é excludente e agravado pela pandemia.

Além da superlotação, condições precárias de higiene, doenças, violências e torturas às quais essas mulheres estão submetidas são parte do funcionamento do sistema carcerário, cujo objetivo é punir esses corpos e vidas.

Outra questão é a situação da população LGBTQI+ encarcerada, que se caracteriza como outra expressão do machismo estrutural. A invisibilidade dessas pessoas é tamanha que, recorrentemente, são negligenciadas nos levantamentos e dados governamentais sobre o sistema carcerário. As violências e opressões das quais são alvo provêm de todos os lados, sendo incomum o apoio e a solidariedade.

A Pastoral Carcerária Nacional realizou um novo questionário neste ano de 2021 para ter maior compreensão da situação dos presídios em meio à enfermidade pandêmica, e revelou que a situação no cárcere está muito pior um ano após o início da pandemia (PASTORAL CARCERÁRIA, 2021).

O enfrentamento da pandemia do lado de fora das grades é aterrorizador, no sistema prisional, a saúde física e mental é ainda mais prejudicada. O estresse psicológico é constante. As medidas de distanciamento adotadas no interior dos presídios interferem nos poucos momentos de afeto que essas mulheres têm umas com as outras, numa realidade de tamanho desamparo e abandono.

O que se constata é que a maior parte de iniciativas adotadas pelos Estados brasileiros para conter a disseminação do novo coronavírus nas unidades prisionais resultou, na realidade, em ainda mais restrições dos direitos de pessoas presas.

Segundo o calendário do Plano Nacional de Imunização (PNI), a população privada de liberdade está prestes a ser vacinada, de acordo com o perfil de vulnerabilidade dessas pessoas, entretanto, antes de isso se tornar uma realidade, em uma reportagem divulgada pelo G1, neste mês de maio, deputados do Estado de Alagoas criticaram a inclusão de presidiários no novo cronograma de vacinação contra a Covid-19 (G1, 2021).

Nesse cenário pandêmico, confinadas em suas celas, sem direito a visitas e às interações com os profissionais da educação, o elemento tempo torna-se um vilão ainda maior, pois ele custa a passar. Sobre esse aspecto, a pesquisadora Muniz (2016), em sua monografia de Especialização, “Educação no Cárcere: o tempo não para”, investigou a percepção do tempo para as mulheres do Centro de Reeducação Feminino, em Belém/Pa. e destacou a importância da educação no redimensionamento da visão de como o tempo na prisão pode ser aproveitado de maneira produtiva, por meio do avanço nos estudos, do aprendizado de uma nova habilidade e de outras ações que irão contribuir diretamente para a utilização desse tempo, de modo produtivo:

Analizando suas respostas (das alunas), percebe-se a importância reservada ao ato de estudar, como indispensáveis para que o tempo das mulheres encarceradas não pare. Sair da cela para estudar é também sinônimo de mobilidade. [...] as alunas fazem referência ao ato de estudar como possibilidade de impedir que o “tempo pare”. E esse tempo que elas não querem que pare, não é unicamente o tempo que se pode mensurar, ou seja, para as alunas do Centro de Reeducação Feminino, a escola também representa, não parar o tempo de suas vidas. (MUNIZ, 2016)

Haesbaert (2014), ao tratar sobre a noção de território não apenas como espaço físico e sim como identidade, como sentimento de pertencimento, suscita a necessidade de rever e reconsiderar as problemáticas da realidade, das verdades absolutas, a partir de conceitos e de categorias que sejam capazes de examinar os fenômenos em seus mais variados matizes. Nessa concepção, os sujeitos do poder são múltiplos, admitindo a existência de territórios construídos não apenas pela fixação/mobilidade, mas “no e pelo movimento”.

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disso, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença do sagrado marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. O território não diz respeito apenas a função ou ao ter, mas ao ser. (HAESBAERT, 2004)

Para o autor, o território se fundamenta nas relações de poder, mas em uma perspectiva relacional e inteiramente pertinente à análise do território desde um olhar de gênero. Sob este enfoque, entende-se como as mulheres territorializam os espaços sociais e como se expressa o sentido político da territorialidade ou da apropriação social do espaço.

No caso específico do público feminino, é crucial que as mulheres sejam ensinadas a questionar o lugar determinado para si no contexto da sociedade patriarcal, entendendo-se não apenas como um corpo regulado, mas como um corpo político que tem por direito viver a sua liberdade. Mas é preciso criar possibilidades para que este entendimento coletivo e político aconteça, e a educação pode ser um movimento de reterritorialização, conceito bastante discutido por Haesbaert (2014) e que tem sido utilizado por Onofre (2002; 2011) ao analisar o significado e o sentido da vida nos espaços de privação de liberdade. A autora sinaliza alguns pontos que devem estar presentes quando se pensa o processo educativo, considerando esse momento da história de vida do aprisionado.

Ao chegar à prisão, o (a) sentenciado (a) traz uma concepção de si mesmo (a) formada ao longo de sua vivência no mundo doméstico. Nesse momento, ele (ela) é despido (a) de seu referencial, e o processo de admissão o (a) leva a outras perdas significativas em relação ao seu pertencimento à sociedade. Ao despir sua roupa e vestir o uniforme da instituição, o indivíduo começa a perder suas identificações anteriores para sujeitar-se aos parâmetros ditados pelas regras institucionais (ONOFRE, 2002).

Para a autora, o processo de “desterritorialização” e “reterritorialização” mostra a trajetória dos indivíduos desde o abandono da sociedade em que viviam até sua inscrição em um microcosmos que destrói o essencial de suas existências, deixando clara a construção dessa experiência do aprisionado. O encarceramento traz ao indivíduo situações novas às quais precisa se adaptar para sobreviver, e tais situações não dizem respeito somente à dominação do sistema, mas ao convívio com os companheiros, ao convívio cotidiano que ele precisa descobrir (ONOFRE, 2002).

O isolamento produz no indivíduo a sensação de perdas pessoais, como explicita Goffman (1974), quando observa que o encarcerado passa por um processo de descaracterização de sua identidade adquirida anteriormente nas relações com a família, amigos e instituições religiosas, educacionais, profissionais.

Nesse sentido, buscar a escola para ampliar conhecimentos é uma maneira de resistir ao processo de perdas a que a prisão submete o homem e a mulher, uma vez que é a região mais sombria do aparelho de justiça que organiza silenciosamente um campo de subjetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica (FOUCAULT, 1987).

Desse modo, a pandemia também veio evidenciar o papel da educação como alavanca de suporte para essas mulheres dentro de um espaço de repressão e de confinamento. Mas, para isso, faz-se necessária uma ruptura com as colonialidades do poder⁷ que se manifestam quando são tratadas como objetos, como “o corpo sem mente” (processo de objetificação) pelo qual não só elas que estão atrás das grades, mas também a maioria de nós mulheres passamos.

Considerando o disposto na portaria nº 010/ 2021 — GS/ SEDUC, que regulamenta a realização das aulas e de atividades escolares não presenciais a serem desenvolvidas nas unidades

⁷ A colonialidade, sendo parte do projeto civilizatório da modernidade, pode ser entendida como um padrão ou uma matriz colonial de poder que, com base na naturalização de determinadas hierarquias (territoriais, raciais, epistêmicas, culturais e de gênero), produz subalternidade e oblitera conhecimentos, experiências e formas de vida daqueles/as que são explorados/as e dominados/as. Esse movimento colonizador, por sua vez, possibilita a reprodução e a manutenção das relações de dominação ao longo do tempo nas diversas esferas da vida social (QUIJANO, 2000).

escolares da rede estadual do Estado do Pará durante o período da pandemia do novo coronavírus (Covid -19), o Projeto *A Leitura que liberta* se prepara para retornar com os atendimentos aos leitores de forma remota/híbrida, sob a lógica adaptação do formato inicial, a fim de garantir o direito à educação e de mínimos momentos de reflexão e de respeito da individualidade humana para essas mulheres.

CONCLUSÕES

A invisibilidade da mulher dentro de um contexto que já é excludente e que foi ainda mais agravado pela pandemia é cada vez mais evidente.

Este estudo destacou que a pandemia veio para escancarar os processos de violência e de exclusão que compõem as biografias das mulheres em situação de restrição e privação de liberdade e, neste cenário, a negação de seus direitos é ainda mais evidente.

Em contrapartida, a educação nas prisões é apresentada como ferramenta para garantia de direitos e da dignidade humana, como uma possibilidade de intervenção positiva nessa realidade em que prevalece a desumanização (ONOFRE, 2016, p. 74). O papel da educação nesses espaços é humanizar — quem escuta e quem fala.

Antes da pandemia, mesmo com as adversidades de um sistema coercitivo instauradas no interior das unidades prisionais, o Projeto de Remição de Pena *A Leitura que liberta* (PLL) tem levantado a bandeira da humanização e da conscientização necessária para que a pessoa presa exercite a transformação de si própria e da sociedade, uma vez que esta só existe, de fato, senão um sentimento de preocupação com o próximo e com a vida. As práticas educativas realizadas naqueles encontros eram uns dos poucos momentos em que eram dadas a essas mulheres oportunidades para criarem novos sonhos para continuar a vida e romper com o ciclo da violência, superar o sentimento e as emoções de desvalia, de sobrecarga e de discriminação pela condição de gênero em que estão inseridas.

Durante a pandemia, com as aulas presenciais suspensas, o PLL tem proposto ações para retomada das atividades em formato híbrido nas unidades prisionais, inclusive no Centro de Recuperação Feminino, buscando garantir, pelo menos, o direito à leitura das obras literárias; entretanto, tais iniciativas ainda não se concretizaram, não por falta de vontade por parte da equipe do projeto, mas, certamente, por falta de vontade política. Com isso, as mulheres têm passado a maior parte do tempo confinadas em suas celas, sem os tão esperados encontros diários com os professores e, ainda, sem atendimento psicológico e a todos os serviços públicos a que têm direito, com ênfase à educação, interrompida em função dos estigmas e discriminações a que elas foram submetidas nas várias etapas do seu desenvolvimento humano.

Destaca-se que os impactos da Pandemia da COVID-19 na saúde das mulheres presas não se restringem ao risco de contágio pelo novo Coronavírus, mas tem o condão de afetar, inclusive, sua saúde mental/psicológica, uma vez que se fez necessária a suspensão das visitas, dos serviços de acompanhamento e assistência psicossocial, além da atuação de entidades religiosas, de projetos das universidades, das aulas regulares e dos encontros do PLL que, de diferentes maneiras, levam um pouco da dinâmica e das interações com “o mundo” além dos muros da prisão.

Ao assumirmos esse lugar de fala da denúncia sobre a violência de gênero atrás das grades, espera-se que outras mulheres sejam alcançadas, conscientizem-se e engajem-se na luta, pois ela não é individual e sim coletiva. Queremos que essas mulheres, ao saírem das prisões, não represen-

tem perigo para a sociedade, mas influenciem outras, inclusive suas filhas, a serem resistência e a não se submeterem a qualquer forma de opressão.

Não podemos nos calar. Mesmo diante do cenário necropolítico instaurado pela pandemia. Sabemos que o silêncio é cúmplice da violência. Ele também é uma forma de opressão. Precisamos aprender e ensinar a resistir, a denunciar e a propor alternativas. Nós mulheres vivemos em um campo em constante disputa, estamos sempre em embate e precisamos demarcar os nossos espaços para que não haja dúvidas sobre o que estamos falando, de onde nós estamos falando e que lutamos pela dignidade de um sujeito de direitos e por uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elisabet. *Corregir y castigar. El ayer y hoy de las cárceles de mujeres*. Barcelona: Edicion Bellaterra. 2002.

AZAOLA, Elena. *El delito de ser mujer*. México: Plaza y Valdez. 2005.

BISPO, C. (2020). *Mulheres Encarceradas em Tempos de Corona*. Associação Elas Existem. Disponível em <https://elasexistem.files.wordpress.com/2020/05/elas-existem-mulheres-encarceradas-em-tempos-de-corona.pdf>.

BRASIL. *Lei de Execução Penal n. 12.433* de junho de 2011.

BRASIL. *Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. *Lei nº 13.257*, de 8 de março de 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen*. 2019. 80 p.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CABRERA MÁRQUEZ, Felipa Letícia. Investigación. *El estudio de personalidad aplicado mujeres privadas de su libertad a la luz de los estándares en materia de debido proceso con perspectiva de género*: Gobierno Federal. México. Secretaria de Desarrollo Social. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ); DEPEN. (2020). *Boletim Semanal CNJ Covid-19*. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em 24 de maio de 2021.

DEPEN (2020). *Levantamento nacional de informações penitenciárias - dezembro de 2019*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em <https://app.powerbi.com/>.

DEPEN. (2021). *Relatório Temático Sobre Mulheres Privadas de Liberdade*. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br>. Acesso em 05 de maio de 2021.

DIP, A. (2020). *Gestantes e mães com bebês enfrentam pandemia dentro das prisões paulistas*. Agência Pública. Disponível em <https://apublica.org/2020/05/gestantes-e-maes-com-bebes-enfrentam-pandemia-dentro-das-prisoas-paulistas/>. Acesso em 23 de maio de 2021.

FERREIRA, Preta. *Minha carne*: diário de uma prisão. 1ª edição. Boitempo. 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIEDAN, Beth. *A Mística feminina*. Rosa dos Tempos. 1ª ed. 2020.

G1(2021). *Prioridade de presos na vacinação contra a Covid é criticada por deputados estaduais de AL*. Disponível em <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/05/04/prioridade-de-presos-na-vacinacao-contr-a-covid-e-criticada-por-deputados-estaduais-de-al.gh.html>. Acesso em 29/05/2021.

HAESBAERT, Rogerio. *Viver no limite: território e multi/ transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

JULIANO, Dolores. *Consideraciones sobre el delito desde la perspectiva de género Jornadas de trabajo, Ejecución penal femenina em el Estado Español* Barcelona: Copolis.2009

MARGALHO, Dandara S. T. S.; MELLO, I. P. B.; OLIVEIRA, I. C.B.O. *FILHOS DO CÁRCERE*: uma imersão no processo escolar de educandos com mães privadas de liberdade. Monografia do Curso de Pedagogia. Universidade Estadual do Pará. 2020.

MUNIZ, Diana. *Educação no cárcere: o tempo não para*. Monografia do Curso de Especialização em Educação de Jovens e adultos privados de liberdade. Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Pará. 2016.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Escola da prisão. In: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (org). *Educação escolar entre as grades*. São Carlos: EDUFSCar, 2011.

PARÁ, *Portaria 01/2014* do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – 1ª vara de Execução penal.

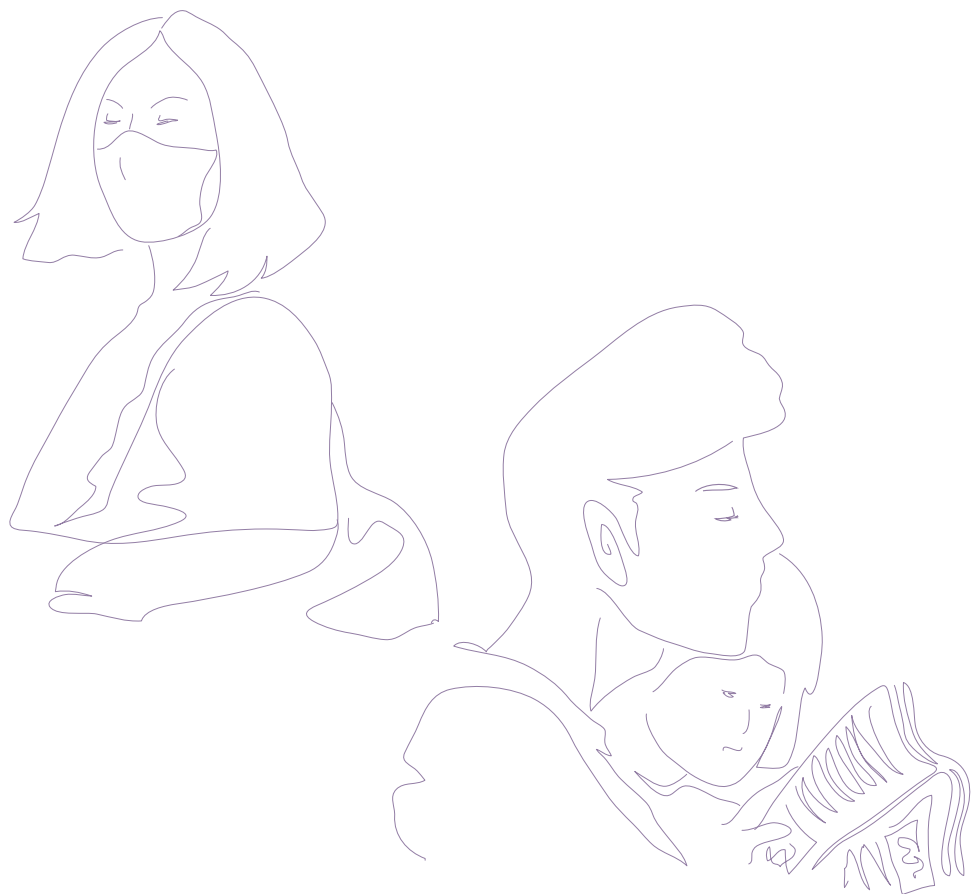
PASTORAL CARCERÁRIA. *Relatório A Pandemia de Tortura no Cárcere*. Misereor. 2020.

PASTORAL CARCERÁRIA. *Relatório A Pandemia de Tortura no Cárcere*. Misereor. 2021.

QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 9ª edição. Rio de Janeiro. Record. 2018.

QUIJANO, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: E. Lander (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. pp. 201-245.

RANGEL, Hugo. *Estratégias sociais e educação prisional na Europa*: visão de conjunto e reflexões. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, 2009.



A Recessão, a Pandemia e o Desempoderamento das Mulheres Brasileiras

La Recesión, la Pandemia y el Desempoderamiento de las Mujeres Brasileñas

The Recession, the Pandemic and the Disempowerment of Brazilian Women

José Eustáquio Alves

Suzana Cavenaghi

Resumo: O Brasil foi um dos países que apresentou maior crescimento econômico entre 1900 e 1980. A dinâmica econômica favorável ajudou no progresso geral das condições de vida da população e possibilitou a redução das desigualdades de gênero no país. As mulheres brasileiras conquistaram vitórias expressivas, como a conquista do direito de voto em 1932, o aumento da esperança de vida, o aumento das matrículas escolares, maior acesso aos benefícios da previdência e da proteção social (como o Bolsa Família) e grandes avanços no mercado de trabalho. A partir de 1940 as mulheres passaram a ser maioria da população brasileira e, a partir de 1998, passaram a ser maioria do eleitorado. Parecia que o país caminhava ao longo do século XXI para uma sociedade que se aproximava da paridade de gênero. Porém, a conjuntura favorável ao progresso feminino mudou a partir da crise econômica de 2014 e se agravou ainda mais com os impactos da pandemia da covid-19. O Brasil tem assistido retrocessos no campo da maior autonomia feminina e na inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Pandemia. Gênero. Bônus Demográfico Feminino. Desempoderamento.

Resumen: Brasil fue uno de los países que mostró el mayor crecimiento económico entre 1900 y 1980. La dinámica económica favorable ayudó en el progreso general de las condiciones de vida de la población y posibilitó la reducción de las desigualdades de género en el país. A lo largo de los años, las mujeres brasileñas han logrado importantes victorias, como la consecución del derecho al voto en 1932, el aumento de la esperanza de vida, el aumento de la matrícula escolar, un mayor acceso a las seguridad y protección social (como el Bolsa Familia) e importantes avances en la participación en el mercado laboral. A partir de 1940, las mujeres se convirtieron en la mayoría de la población brasileña y, a partir de 1998, se convirtieron en la mayoría del electorado. Parecía que el país avanzaba en el siglo XXI hacia una sociedad que se acercaba a la paridad de género. Sin embargo, la situación favorable al progreso de las mujeres ha cambiado desde la crisis económica de 2014 y se ha agravado aún más con los impactos de la pandemia del covid-19. Brasil ha experimentado retrocesos en el ámbito de la mayor autonomía de la mujer y la participación de la mujer en el mercado laboral.

Palabras clave: Pandemia. Género. Bono demográfico femenino. Desempoderamiento.

Abstract: Brazil was one of the countries that showed the greatest economic growth between 1900 and 1980. The favorable economic dynamic helped in the general progress of the population's living conditions and made it possible the reduction of gender inequalities in the country. Along the years, Brazilian women have achieved significant victories, such as achieving the right to vote in 1932, increasing life expectancy, increasing school enrollment, greater access to social security and social protection benefits (such as Bolsa Família) and major advances in labor market participation. From 1940 onwards, women became the majority of the Brazilian population and, from 1998 onwards, they became the majority of the electorate. It seemed that the country was moving in the 21st century towards a society approaching gender parity. However, the favorable situation to women's progress has changed since the 2014 economic crisis and has worsened even more with the impacts of the covid-19 pandemic. Brazil has seen setbacks in the field of greater female autonomy and women's participation in the labor market.

Keywords: Pandemic. Gender. Female Demographic Bonus. Disempowerment.

José Eustáquio Diniz Alves – Doutor em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento Regional (Cedeplar) da UFMG e pesquisador aposentado do IBGE. E-mail: jed_alves@yahoo.com.br

Suzana Cavenaghi – Doutora em Demografia pela Universidade do Texas - Estados Unidos e pesquisadora aposentada do IBGE.

INTRODUÇÃO

1. O Debate sobre a Inserção Feminina no Mercado de Trabalho

As mulheres brasileiras foram excluídas das atividades do mercado de trabalho extra doméstico ao longo da história brasileira, pois sempre existiu uma enorme concentração ocupacional em poucas atividades produtivas e uma considerável discriminação salarial. Mas, assim mesmo, o crescimento da inserção feminina na força de trabalho foi significativo, especialmente após a Segunda Guerra mundial.

Em meados do século passado, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho era de somente 13,6%, passando para 16,5% em 1960 e atingindo 18,5% em 1970. Ou seja, menos de uma mulher em cada cinco tinha acesso às oportunidades laborais remuneradas, segundo os dados dos censos demográficos do IBGE. Estes números sustentaram a abordagem teórica sistematizada pela socióloga e feminista Heleieth Saffioti, no livro “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”.

Nas palavras da autora, o objetivo do livro era: “*Apreender os mecanismos típicos através dos quais o fator sexo opera na sociedade de classes de modo a alijar da estrutura ocupacional grandes contingentes de elementos do sexo feminino*”(Saffioti, 1976, p. 17). Sem dúvida, Saffioti fez grande esforço para denunciar a exclusão feminina do mercado laboral e seus trabalhos acadêmicos contribuíram para dar visibilidade ao problema da segregação ocupacional.

Contudo, ao contrário da exclusão sistemática, houve uma entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho nas décadas seguintes, em decorrência da maior escolaridade feminina e das transformações econômicas, sociais e demográficas ocorridas na segunda metade do século XX. Isto possibilitou que, cerca de vinte anos após a publicação do livro de Saffioti, outra socióloga e feminista, Cristina Bruschini, fizesse uma constatação oposta àquela da tese da exclusão feminina do mercado de trabalho. No texto, “O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes”, ela diz: “O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro foi uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país desde os anos 70. Fartamente documentada pelos estudos sobre o tema e apoiada em dados, a presença das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo o urbano, vem sendo cada vez mais intensa e diversificada e não mostra nenhuma tendência a retroceder, apesar das sucessivas crises econômicas que têm assolado o país a partir dos anos 80” (Bruschini, 1994, p. 179).

De fato, Bruschini captou as tendências daquele momento, pois o Brasil seguiu mais a linha de países que incorporaram as mulheres na população economicamente ativa (como na China - que tem taxas recordes de participação feminina no mercado de trabalho urbano), do que de países que desperdiçam o potencial produtivo das mulheres (como a Índia - que tem taxas de participação feminina no mercado urbano menores do que no rural). De fato, durante as últimas cinco décadas, grande parte das mulheres brasileiras conquistaram, pouco a pouco, o direito básico ao trabalho.

Entre 1970 e 2010 a taxa de participação feminina no mercado de trabalho passou de 18,5% para 48,9%, segundo dados dos censos demográficos do IBGE. Quase metade das mulheres de 15 anos e mais estavam no mercado de trabalho. A diferença em relações aos homens diminuiu muito. Em 1950, a taxa de participação masculina era de 80,8% contra 13,6% da taxa feminina (uma diferença de 67,2%). Em 2010, a taxa masculina estava em 67,1% contra 48,9% das mulheres (uma diferença de somente 18,2%). Ou seja, o hiato de gênero diminuiu muito e a tendência histórica

indicava uma aproximação no futuro imediato. Houve, neste período, uma redução do hiato de gênero nas taxas de atividade e maiores ganhos de produtividade em função do fato de as mulheres possuírem níveis educacionais superiores aos dos homens. Por isso se diz que o bônus demográfico no Brasil é feminino (WAJNMAN, 2006).

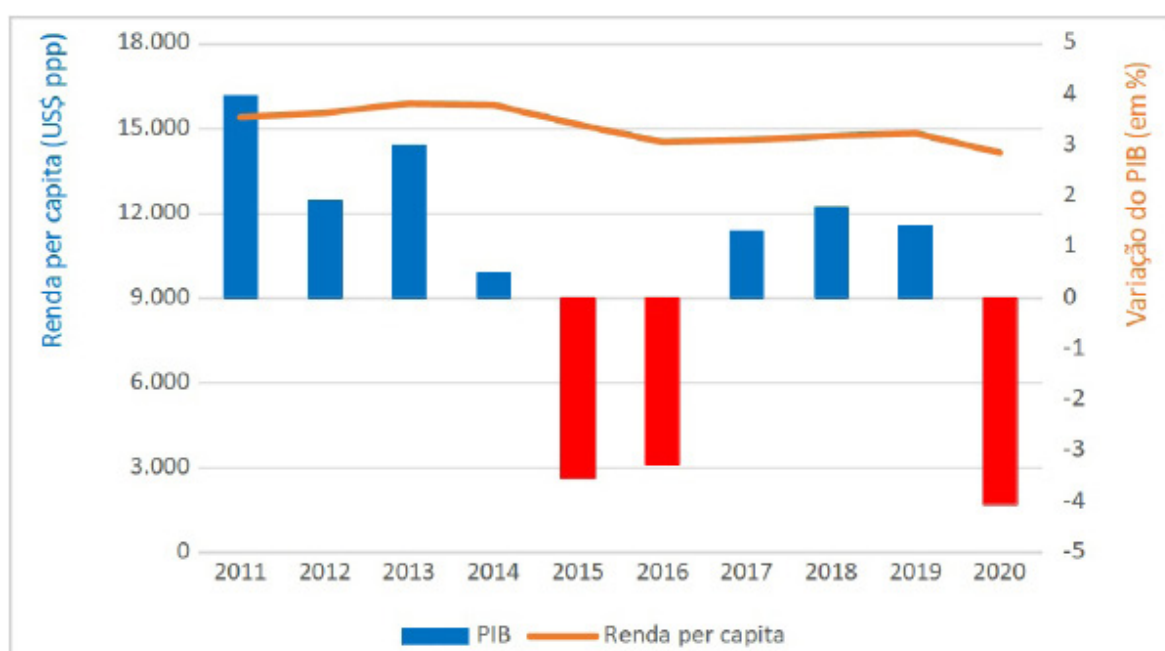
2. A década economicamente perdida (2011-20)

Os “anos dourados” não existem mais. Desde o ano de 1980 o Brasil tem apresentado uma taxa de crescimento abaixo da média mundial. O país teve a sua primeira década perdida de 1981-90, apresentou uma retomada moderada do Produto Interno Bruto (PIB) e, novamente, vivenciou uma nova década perdida entre 2011-20, com valores mais graves do que a anterior.

O relatório WEO, do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado em abril de 2021, sistematiza uma série de estatísticas nacionais e internacionais de 1980 até 2020. O gráfico abaixo mostra a variação do PIB e da Renda per capita (US\$ a preços constantes em poder de paridade de compra – ppp) do Brasil, entre 2011 a 2020. Nota-se que o PIB cresceu acima de 2% entre 2011 e 2013, caiu para próximo de zero em 2014, teve uma grande queda em 2015 e 2016, uma recuperação lenta de 2017 a 2019 e uma queda recorde em 2020. No conjunto da década, houve uma redução de cerca de 3% do PIB e uma redução ainda maior da renda por habitante. Isto quer dizer que a renda per capita brasileira caiu de US\$ 15,4 mil em 2011 para US\$ 14,1 mil.

Evidentemente, esta queda do PIB e da renda média da população brasileira significa que aumentou a pobreza, o desemprego e o desalento da força de trabalho. Esta situação é ruim para todas as pessoas, mas afeta especialmente as mulheres que vinham avançando nas últimas seis décadas e que ainda tinham perspectiva de aumentar a taxa de atividade e reduzir o hiato de gênero no mercado de trabalho.

Variação do Produto Interno Bruto e da Renda per capita (em ppp), Brasil: 2011-2020



Fonte: FMI, WEO, Abr21 <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April>

A situação econômica do Brasil já estava ruim antes de 2020, com graves problemas sociais e uma gravíssima crise fiscal (enorme déficit e dívida pública). Contudo, o que estava ruim, piorou muito com a chegada do novo coronavírus, que se transformou não só na maior emergência sanitária da história, mas também gerou um pandemônio econômico e social no país.

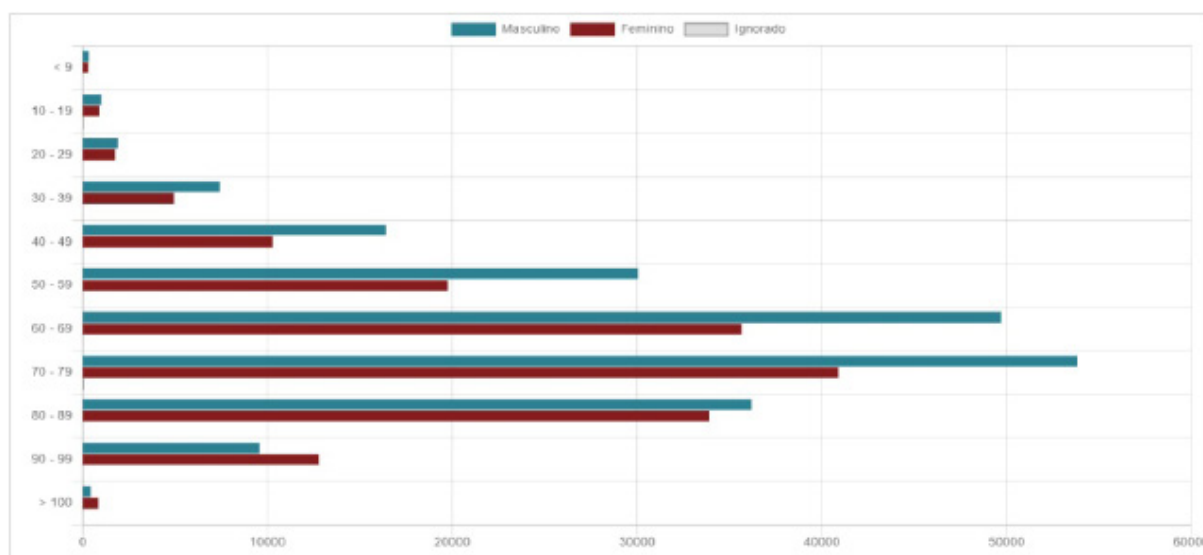
3. O impacto da covid-19 na morbimortalidade

O Brasil vive o momento mais dramático da pandemia da covid-19 e as mulheres brasileiras não tiveram nada a comemorar no Dia Internacional da Mulher, em 08 de março de 2021. O país atingiu 11 milhões de infectados pelo SARS-CoV-2 no Dia das Mulheres e se aproximou de 270 mil vidas perdidas. Mas o que estava ruim piorou ao longo dos meses de março e abril, e o Brasil se aproxima de 15 milhões de casos e de 400 mil mortes no final de abril de 2021. Os homens (especialmente os mais idosos) são os que mais morrem pela covid-19, mas as mulheres pagam um preço maior pela perda de conquistas históricas e em função do agravamento das dificuldades econômicas, sociais e familiares do dia a dia.

O gráfico abaixo, do Portal da Transparência do Registro Civil, administrado pela AR-PEN Brasil (Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais), mostra que a maior parte das mortes pela covid-19 no Brasil está concentrada nas idades acima de 60 anos, sendo que os homens são maioria entre as vítimas fatais em todas as faixas etárias, com exceção de 90 anos e mais. No acumulado das mais de 260 mil vidas perdidas do país no período, os homens representam 57% do total de mortes e as mulheres 43%. Em consequência, o Brasil deve apresentar, assim que saírem os dados definitivos de 2020, a primeira redução da esperança de vida ao nascer em mais de um século.

A esperança de vida ao nascer sempre foi baixa na maior parte da história do Homo sapiens. Durante cerca de 200 mil anos a média de vida das pessoas estava abaixo de 30 anos. Todavia, com os avanços no padrão alimentar, as melhorias no saneamento e na higiene e com os avanços da medicina, a esperança de vida começou a subir no século XIX. No Brasil, a esperança de vida ao nascer era de 29 anos em 1900, passou para 70,1 anos em 2000 e alcançou 75,9 anos em 2019. Portanto, a longevidade mais do que dobrou no século passado e, no século XXI, o Brasil continuou ganhando 0,3 ano a cada 12 meses. O aumento da esperança de vida é fundamental para o desenvolvimento humano dos indivíduos, das famílias e da nação, pois o aumento do capital humano é tanto maior quanto maior for a longevidade. Contudo, a pandemia da covid-19 deixou 194.949 vítimas fatais em 2020 (segundo o Ministério da Saúde) e provocou uma redução da esperança de vida do Brasil, constituindo um retrocesso sem precedente nos 200 anos da Independência do país.

Óbitos com suspeita ou confirmação de covid-19, por sexo e faixa etária Brasil: 01/09/2020 a 18/03/2021



Fonte: Portal da Transparência do Registro Civil (<https://transparencia.registrocivil.org.br/especial-covid>)

O mês de abril foi o mais letal da pandemia e, pela primeira vez na história do país, o número de óbitos superou o número de nascimentos na região Sudeste. Nos primeiros 300 anos do Brasil, após a chegada dos portugueses, a população não nativa cresceu em ritmo lento e a população indígena sofreu um grande genocídio devido à dominação europeia e em decorrência das epidemias exógenas que se espalharam pelo território de “Pindorama”. Mas a partir da chegada da Corte Portuguesa, a população brasileira deu um salto fenomenal. O Brasil tinha 3,5 milhões de habitantes em 1808 e chegou a 213 milhões em 2021 (um aumento de 61 vezes em 213 anos). O incremento anual foi crescente e ininterrupto entre 1808 e 1980, mas, a partir das duas últimas décadas do século XX, os acréscimos anuais, embora sempre positivos, entraram em fase de desaceleração.

Ou seja, com a transição demográfica, as taxas de natalidade começaram a cair e, com o envelhecimento populacional, o número absoluto de óbitos iniciou uma trajetória ascendente. Mas o encontro das duas curvas estava previsto para 2047, segundo as últimas projeções do IBGE. Em 1980, o número anual de nascimentos no Brasil era de 4 milhões de bebês. Este número caiu para cerca de 3 milhões em 2010. Em 2016, principalmente em decorrência da epidemia da Zika, o número de nascimentos caiu para 2,9 milhões, mas subiu novamente, em 2017, para o patamar estimado da projeção populacional, em torno de 3 milhões. A estimativa é que o número de nascimentos chegue a 2,35 milhões em 2047. O número de mortes estava na casa de 1 milhão de óbitos em 1980 e subiu para algo em torno de 1,25 milhão de óbitos em 2010. As projeções do IBGE indicavam 1,7 milhão de óbitos em 2030 e 2,36 milhões de óbitos em 2047 (quando os óbitos passariam, definitivamente, o número de nascimentos). Assim, mesmo que de forma temporária, uma mortalidade acima da natalidade é um fato inédito.

O artigo "Reduction in the 2020 Life Expectancy in Brazil after COVID-19", publicado no site Medrxiv (09/04/2021) e elaborado por pesquisadores de renome internacional, encabeçado pela demógrafa Marcia Castro (da Universidade de Havard), estima que houve uma redução média de 1,94 ano na expectativa de vida ao nascer da população brasileira, voltando aos níveis de 2013.

Considerando a expectativa de vida aos 65 anos, a queda foi de 1,58 ano, fazendo a sobrevida da população idosa voltar ao nível de 2009. A queda da esperança de vida ao nascer foi maior entre os homens e a população da região Norte. Ambos os sexos vão pagar um alto preço, mas o diferencial de gênero, em termos de anos esperados de vida, que já é elevado, irá aumentar ainda mais.

Choques exógenos podem derrubar a esperança de vida, mas, em geral, ela se recupera rapidamente, como aconteceu no Japão, quando Fukushima foi atingida por terremoto, tsunami e acidente nuclear, ao mesmo tempo, em 2011. Porém, os autores consideram que a atual queda no tempo médio de vida da população brasileira não deve se recuperar de imediato, por cinco motivos. Primeiro, o Brasil continua batendo recordes de vidas perdidas em 2021 e, apenas nos 4 primeiros meses de 2021, deve repetir o número de mortes da covid-19 de 2020 e o país se tornou um berçário de novas cepas do novo coronavírus. Segundo, a sobrecarga do sistema de saúde e o colapso hospitalar prejudica o atendimento dos serviços de atenção primária no Brasil. Terceiro, aumenta a morbidade em decorrência da covid-19 e há evidências de que as sequelas da pandemia podem encurtar a vida de parte dos milhões de brasileiros que foram infectados pelo SARS-CoV-2. Quarto, o Brasil já vinha sofrendo com a recessão econômica que começou em 2014, mas o declínio da economia em 2020 e todo o impacto da pandemia veio agravar a situação de pobreza, insegurança alimentar e desemprego, o que deve ter impacto na sobrevivência da população mais pobre do país. Quinto, as reduções no orçamento da saúde e as mudanças no modelo de financiamento tendem a reduzir o acesso e a cobertura da atenção primária e aumentar a mortalidade infantil e outras mortes evitáveis. Em síntese, a queda inédita da esperança de vida que ocorreu em 2020 pode se repetir com maior intensidade em 2021, especialmente porque não há um planejamento por parte do Governo Federal para aliviar o Brasil desta situação catastrófica.

A maior longevidade feminina seria motivo de grande comemoração se viesse acompanhada de uma esperança de vida saudável e de melhores condições cotidianas de existência. Contudo, a pandemia da covid-19 não afetou somente as estatísticas vitais, mas também provocou um pandemônio na economia e nas relações costumeiras das pessoas, no âmbito profissional e familiar. A modernidade tem sido marcada pela separação entre locais de trabalho e estudo e local de moradia. Contudo, a covid-19 forçou a “volta para casa”, recorrendo ao “home office” e ao “homeschooling” forçados.

Sem embargo, a pandemia não mudou o cerne da divisão sexual do trabalho que comumente reserva o trabalho remunerado e produtivo em maior proporção aos homens e, de forma extrema, atribui às mulheres o trabalho não remunerado e reprodutivo. Assim, a pesada e desigual responsabilidade das tarefas do cuidado e da reprodução da vida cotidiana acentua as desigualdades de gênero, em especial, após o fechamento das escolas, de muitos serviços e da maior centralidade dos trabalhos domésticos. Em muitos casos, a dupla jornada de trabalho feminino passou a ser realizada dentro das quatro paredes do lar.

4. A queda da natalidade e o aumento da mortalidade materna em meio à pandemia

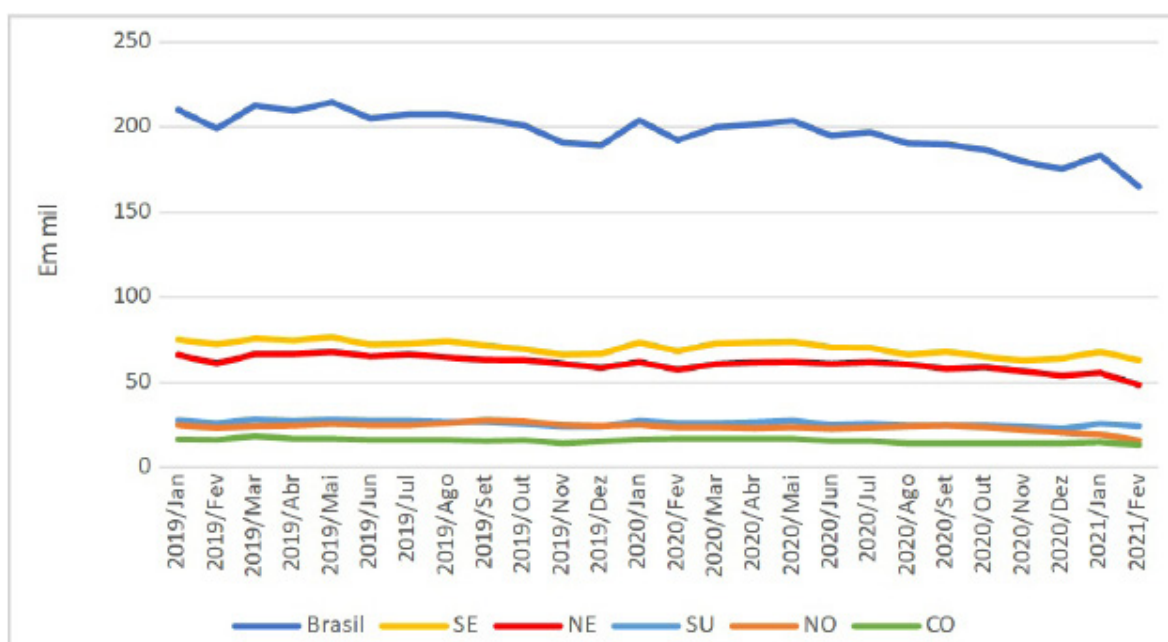
Além da alta mortalidade provocada pelo SARS-CoV-2, a pandemia também tem afetado as taxas de natalidade em muitos países do mundo. Ao contrário de alguns analistas que não entendem das complexidades da dinâmica demográfica e que previram um “baby boom” no Brasil durante a pandemia, o que ocorreu no país foi uma redução do número de nascimentos. Como apontou Coutinho *et al*, em artigo publicado na revista acadêmica REBEP: “A literatura aponta que, em cenários de crises de saúde pública e de eventos catastróficos, pode haver redução temporária do

número de nascimentos, seguida de uma recuperação nos cinco primeiros anos subsequentes, ou seja, um aumento da fecundidade como resposta à melhoria no cenário econômico, social e de saúde pública” (2020, p. 2).

Como mencionei no hebdomadário Diário da Covid-19, “No Sudeste, pela primeira vez, óbitos superam nascimentos”, aqui no # Colabora (Alves, 11/04/2021), muitas mulheres e casais optaram por postergar suas decisões reprodutivas em função do medo do contágio pela covid-19, da sobrecarga do sistema hospitalar, da crise econômica que gerou grande aumento do desemprego e redução da população ocupada. Tudo isto aumentou o desejo de adiamento da gravidez em decorrência das incertezas e dos constrangimentos de uma conjuntura adversa. Além disso, o agravamento dos problemas familiares durante o confinamento fez aumentar o número de separações e divórcios e o distanciamento social e a proibição de festas e aglomerações fez cair o número de casamentos de 960 mil em 2019 para 710 mil em 2020, segundo o Portal da Transparência do Registro Civil. O resultado agregado de todos estes fenômenos foi a diminuição do número de nascimentos, a ponto do número de óbitos superarem o número de nascimentos na região Sudeste em abril de 2021.

O gráfico abaixo, com dados do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), mostra que, para o Brasil como um todo, as internações por Gravidez, Parto e Puerpério diminuíram de cerca de 200 mil ao mês em 2019, para cerca de 180 mil no final de 2020 e menos de 170 mil em fevereiro de 2021. As maiores quedas ocorreram, evidentemente, na região Sudeste, mas o número de internações se reduziu em todas as regiões, variando de 10% a 20% a menos.

Internações por Gravidez, Parto e Puerpério, Brasil e regiões: jan/2019 a fev/2021



Fonte: MS - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) - Capítulo CID-10: XV

Para agravar a situação, aumentou a taxa de mortalidade materna no Brasil pandêmico. O número de óbitos de gestantes e de puérperas (mães de recém-nascidos) por Covid-19 mais do que dobrou em 2021 em relação à média semanal de 2020, segundo dados do Observatório Obstétrico

Brasileiro Covid-19 (OOBr Covid-19). No ano passado, foram registradas 453 mortes (10,5 óbitos na média semanal) e, em 2021, foram 289 mortes até 7 de abril (22,2 óbitos na média semanal). Assim, a pandemia tem aumentado o número de vidas perdidas e tem reduzido o número de nascimentos. Este processo vem ocorrendo desde o ano passado, mas agora (dia 16/04) o secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, Raphael Parente, pediu, se for possível, que as mulheres adiem a gravidez até haver uma melhora da pandemia.

Um aspecto inegável é que as mulheres foram as mais afetadas pela crise econômica e o colapso do mercado de trabalho, com a perda de empregos e renda e o acirramento do fenômeno da “feminilização da pobreza” (as mulheres são maioria entre os segmentos mais pobres da população). Décadas de progresso feminino foram interrompidas nos últimos anos de recessão e as perspectivas para 2021 não são nada boas.

5. A Covid-19, o Mercado de Trabalho e o Desempoderamento Feminino

A entrada da mulher no mercado de trabalho é uma conquista histórica que ocorreu progressivamente na modernidade. A escritora Mary Wollstonecraft (1759-1797), considerada a primeira feminista da era moderna, escreveu o livro “Reivindicação dos Direitos da Mulher” (2016), publicado originalmente em 1792, defendendo a necessidade da autonomia feminina para a garantia dos direitos de cidadania e para o progresso material e intelectual de ambos os sexos. Ela afirmou: “É hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres – hora de devolver-lhes a dignidade perdida – e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar reformando a si mesmas para reformar o mundo”.

Das reivindicações dos direitos da mulher, a participação política, a educação e a inserção no mercado de trabalho são as bandeiras mais fundamentais para o fortalecimento do “segundo sexo”. O empoderamento feminino no Brasil começou com o direito de voto estabelecido em 1932 e, em sequência, com a inserção em massa das mulheres na educação e no mercado de trabalho. A partir de 1940, o sexo feminino passou a ser maioria da população brasileira e as mulheres com maior participação política, maior nível educacional e maior inserção no mercado de trabalho tiveram um papel fundamental nos avanços econômicos e sociais do país após o fim da Segunda Guerra.

De modo geral, o Brasil avançou no sentido de estabelecer maior equidade de gênero. Em alguns casos – como na educação – as desigualdades de gênero foram revertidas e, em outros casos – como no mercado de trabalho – as desigualdades foram reduzidas. O fato é que o Brasil estava caminhando, mesmo que em ritmo pouco acelerado, para um quadro de relações de gênero cada vez menos desigual. As relações sociais entre homens e mulheres estavam progredindo durante as últimas seis a sete décadas, como mostraram Alves e Cavenaghi (2019).

Entretanto, os avanços foram interrompidos com a grande recessão econômica de 2014-16 e se transformaram em retrocesso com a recessão covídica de 2020. O pesquisador do IPEA, Marcos Hecksher – doutor em estudos populacionais – mostrou que a taxa de atividade feminina voltou aos níveis de 1990, quando havia menos da metade das mulheres em idade produtiva inseridas no mercado de trabalho (Hecksher, 2020). De fato, o quadro é desalentador não só para as mulheres, mas também para toda a nação brasileira.

O trabalho é um direito estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e também na Constituição Brasileira, de 1988. Mas além disto, o trabalho é a fonte da riqueza

za das nações como mostraram Adam Smith no século XVIII e Karl Marx no século XIX. Desta forma, o “Pleno Emprego e o Trabalho Decente” é a bandeira que une concretamente um direito fundamental e os meios para se avançar nas conquistas sociais juntamente com uma maior equidade de gênero, de geração, de raça e de qualquer outro recorte interseccional.

Portanto, o grande drama do Brasil atual se deve ao desrespeito ao direito básico ao trabalho e também em decorrência do desperdício do potencial produtivo da população brasileira. O Brasil fechou o ano de 2020 com cerca de 14 milhões de pessoas procurando trabalho (desemprego aberto) e com 32 milhões de pessoas subutilizadas, segundo a taxa composta de subutilização da força de trabalho (que mede o percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial), do IBGE.

Isto contrasta com o fato de que o Brasil vive o seu melhor momento demográfico e poderia ter aproveitado este instante para dar um salto na renda e na qualidade de vida de seus habitantes. Porém, na prática, está desperdiçando uma janela de oportunidade única, como mostra o gráfico abaixo, que utiliza três fontes de dados do IBGE, para descrever a evolução da relação entre a população ocupada total (e por sexo) em relação ao conjunto da população brasileira de 1950 a 2020 e com projeções até 2040.

6. O Desperdício do Bônus Demográfico Brasileiro

Em meio à crise de 2015, o Grupo de Trabalho Gênero da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e a Fundação Carlos Chagas (FCC) organizaram o seminário “Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais”, ocorrido em São Paulo. Os principais trabalhos do evento foram publicados em livro com o mesmo título (ITABORAI; RICOLDI, 2016).

Foi reconhecido que a crise econômica brasileira estava interrompendo seis décadas de aumento da taxa de ocupação das mulheres, reduzindo, inclusive, o percentual daquelas com curso superior nas atividades produtivas. A conjuntura econômica estava revertendo o processo de inserção feminina no mercado de trabalho exatamente no momento em que a estrutura etária brasileira encontrava-se em seu momento mais favorável, pois a razão de dependência demográfica apresentava os valores mais baixos no quinquênio 2015-20. Dessa forma, foi chamado a atenção para a tendência de “desempoderamento das mulheres brasileiras” e o desperdício do bônus demográfico feminino (ALVES, 2016).

No mesmo seminário, apresentando uma visão otimista, Wajnman (2016) entendia que a crise econômica teria, de fato, um efeito desastroso no curto prazo, mas, no longo prazo, os efeitos de composição provocados pela maior escolaridade feminina deveriam elevar novamente as taxas de atividade das mulheres na força de trabalho, possibilitando que as tendências de maior inserção feminina, de longo prazo, fossem retomadas e as desigualdades na taxa de participação entre homens e mulheres pudessem ser reduzidas.

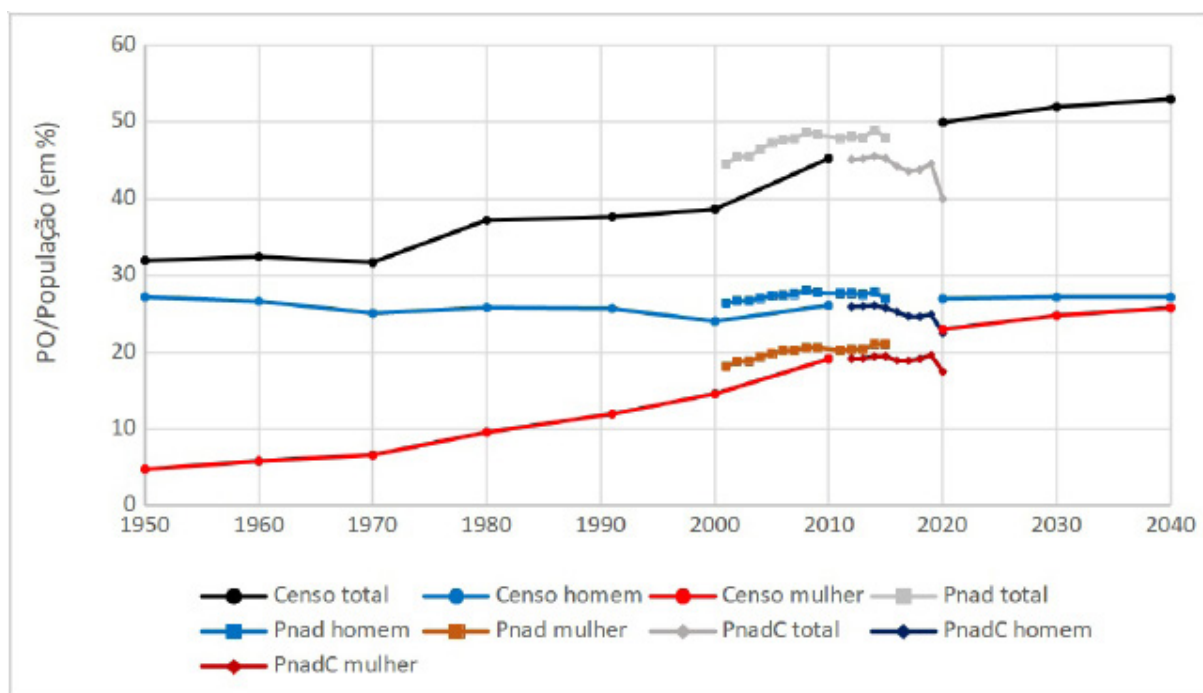
Não sem surpresa, a realidade brasileira confirmou as previsões pessimistas e não as otimizistas. Analisando os dados dos censos demográficos, nota-se que a população ocupada masculina em relação à população total do país ficou praticamente constante, em torno de 27% entre 1950 e 2010. Já a população ocupada feminina em relação à população total cresceu de 4,7% em 1950 para 19,2% em 2010, mostrando que a inserção da mulher no mercado de trabalho foi o principal componente do bônus demográfico brasileiro. O conjunto dos ocupados (homens + mulheres)

em relação à população total passou de 32% em 1950 para 31,7% em 1970 e para 45,3% em 2010, significando que, entre 1970 e 2010, houve um aproveitamento do bônus demográfico, pois a proporção de trabalhadores efetivos aumentou em relação aos consumidores efetivos.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) também mostram que a relação entre a população ocupada e a população total estava aumentando entre 2001 e 2014 (2015 já teve uma pequena queda). Da mesma forma, os dados da PNAD Contínua (para o segundo trimestre do ano) mostram que a relação entre a população ocupada e a população total estava avançando até 2014. Portanto, as taxas de ocupação estavam com viés de alta e, consequentemente, a renda estava crescendo, a pobreza estava se reduzindo e o Brasil estava aproveitando, ainda que parcialmente, o bônus demográfico. A diferença de gênero entre as taxas de ocupação de homens e mulheres estava se reduzindo e a maior inserção feminina no mercado de trabalho contribuía não somente para a autonomia das mulheres, mas para a melhoria das condições de vida de toda a população brasileira. No Brasil, os ganhos da estrutura etária são decorrentes, essencialmente, de um bônus demográfico feminino.

Desafortunadamente, o quadro mudou completamente com a recessão econômica que teve início em 2014. Os dados da PNADC mostram que a população ocupada (de 14 anos e mais) em 2014 era de 92 milhões de pessoas e caiu para 83 milhões no segundo trimestre de 2020, a despeito do crescimento da população total. A taxa de ocupação (PO/PT) feminina, que estava acima de 19% no início da série da PNADC, caiu para 17,5% em 2020. Ou seja, depois de 60 anos de ganhos ininterruptos no mercado de trabalho, houve uma diminuição na proporção de mulheres inseridas nas diversas profissões. Isto significa não somente um empobrecimento nacional, mas um desempoderamento feminino, conforme discutido no artigo “Crise no mercado de trabalho, bônus demográfico e desempoderamento feminino” (Alves, 2016).

População Ocupada (PO) sobre a População Total (PT), Brasil: 1950-2040



Fonte: IBGE, Censos demográficos (1950-2010), PNAD (2001-2015) e PNADC (2º trimestre, 2012-2020)

Nota: Projeções de 2020 a 2040

Para aproveitar o bônus demográfico, as taxas de ocupação deveriam seguir a linha pontilhada do gráfico entre 2020 e 2040. O Brasil ganharia e teríamos uma maior igualdade de gênero com a continuidade da inserção feminina no mercado de trabalho. A projeção do aumento da taxa de ocupação para 53% pode até ser considerada conservadora, diante de experiências como as da China e do Vietnã, que chegaram a ter cerca de 60% da população total ocupada. A experiência internacional mostra que nenhum país conseguiu enriquecer e manter elevados Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) após envelhecer (ALVES e CAVENAGHI, 2019). Países de renda média que não aproveitam o bônus demográfico costumam ficar presos eternamente na “Armadilha da renda média”.

O Brasil já enfrenta uma situação crítica. No dia 31 de março de 2021, o Fórum Econômico Mundial divulgou o ranking global de igualdade de gênero, mostrando que o Brasil ocupa o 93º lugar entre 156 nações, uma perda de 22 posições em relação ao ano de 2014, quando estava em 71º lugar. Uma das principais causas deste retrocesso está no mercado de trabalho (inclusive na política), pois a taxa de atividade feminina voltou aos níveis de 1990, quando havia menos da metade das mulheres em idade produtiva inseridas no mercado de trabalho. Isto contrasta com o fato de que o Brasil está vivendo o seu melhor momento demográfico e poderia ter aproveitado este instante para dar um salto na renda e na qualidade de vida de seus habitantes.

CONCLUSÕES

O Brasil está passando por um momento de regressão da renda per capita, de reprimarização e de especialização regressiva na estrutura produtiva. O ano de 2020 trouxe grande recessão, aumento do déficit e da dívida pública e grande crise no mercado de trabalho, enquanto quase 200 mil pessoas morreram pela covid-19 somente de março a dezembro. O ano de 2021 terá um número de mortes pela covid-19 ainda maior. Se o quadro não mudar, em 2022, o país vai chegar nos 200 anos da Independência com enormes retrocessos.

Neste complexo quadro econômico e político, certamente a demografia – considerando a queda da fecundidade e o envelhecimento populacional – não pode ser responsabilizada pela estagnação nacional. Na verdade, os erros da política macroeconômica estão provocando o fim precoce do bônus demográfico, com grande desperdício de pessoas não ocupadas, em particular pessoas que estudaram mas não encontram uma colocação no mercado de trabalho. Há milhões de jovens que nem estudam e nem trabalham e possuem um futuro incerto.

Há 80 anos, em 1941, o jornalista austríaco Stefan Zweig publicou o livro “Brasil, País do Futuro”. Nos primeiros 40 anos da obra de Zweig, parecia que o futuro estava cada vez mais perto, pois o Brasil crescia acima da média mundial e avançava de maneira célere no ranking dos indicadores sociais. Contudo, nos últimos 40 anos, a partir da crise de 1981, o fluxo da evolução virou refluxo. O futuro está ficando cada vez mais distante. Na última década o país encolheu de forma absoluta e relativa no contexto internacional e o sexo feminino foi o mais prejudicado.

Desta forma, o destino do Brasil está intrinsecamente ligado ao destino das mulheres. Só haverá progresso nacional se houver maior empoderamento feminino e maior equidade de gênero. Assim como toda maratona começa com um simples passo, o Brasil do futuro depende, em primeiro lugar, da vitória sobre o SARS-CoV-2 e, em segundo lugar, a retomada do mercado de trabalho. Isto posto, é preciso reforçar a luta pelo Pleno Emprego e o Trabalho Decente. Como disse Simone de Beauvoir (1908 – 1986): “É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância

que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”. E, segundo a perspectiva de Mary Wollstonecraft, trata-se de: “trabalhar reformando a si mesmas para reformar o mundo”.

Infelizmente, como mostrei em 2015, o processo de empoderamento feminino tinha sido interrompido e o Brasil iniciava uma fase inédita nas últimas 7 décadas, que é a novidade do desempoderamento feminino. A pandemia da covid-19 apenas agravou uma situação que já vinha se deteriorando desde 2014. Neste momento, somente uma grande mobilização nacional pode mudar esta conjuntura adversa e avançar na inclusão equitativa de gênero.

REFERÊNCIAS

ALVES, JED; CAVENAGHI, S. Progressos e retrocessos na conquista da equidade de gênero no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 122, p. 11-26, julho/agosto/setembro 2019. <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/162614/156453>

ALVES, J. E. D. Crise no mercado de trabalho, bônus demográfico e desempoderamento feminino. In: ITABORAI, N. R.; RICOLDI, A. M. (Org.). *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?* Belo Horizonte: Abep, 2016. p. 21-44. ISBN 978-85-85543-31-0. <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/ebook/issue/view/40>

ALVES, JED. CAVENAGHI, S. O rápido e intenso processo de envelhecimento populacional no Brasil. In: CÔRTE, B. LOPES, RGC (Orgs.) *Longeviver, políticas e mercado*, Portal Edições, SP, 2019. <https://edicoes.portaldoenvelhecimento.com.br/produto/longeviver-politicas-e-mercado/>

ALVES, JED. *Diário da Covid-19*: Na contramão da queda global, mortes sobem no Brasil, # Colabora, 14/02/2021. <https://projetocolabora.com.br/ods3/na-contramao-da-queda-global-mortes-sobem-no-brasil/>

BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo: A Experiência Viva. Rio de Janeiro: Ed. NovaFronteira, 1980
BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes, *Revista Estudos Feministas*, 1994

CASTRO, Marcia et. al. *Reduction in the 2020 Life Expectancy in Brazil after COVID-19*, Medrxiv, 09/04/2021. <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2021.04.06.21255013v1.full.pdf>


COUTINHO, R. Z. et. al. Considerações sobre a pandemia de Covid-19 e seus efeitos sobre a fecundidade e a saúde sexual e reprodutiva das brasileiras. *Rev. bras. estud. popul.* vol.37 São Paulo 2020 Epub Oct 26, 2020. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982020000100552

FMI. *Fundo Monetário Internacional*, WEO, Abril de 2021. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April>

HECKSHER, Marcos. *Datação de microdados da Pnad contínua, queda recorde da ocupação e proposta para desonerar o emprego*, Webinar IPEA, 15/07/2020

IBGE. *Censos demográficos (diversos anos) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)*, 2021

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Vozes, 1976



SIMÕES, PHC. ALVES, JED. SILVA, PLN. Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: paradoxo do baixo desemprego? *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v.33, n.3, p.541-566, set./dez. 2016

WAJNMAN, S. “Quantidade” e “qualidade” da participação das mulheres na força de trabalho brasileira. In: ITABORAI, N. R.; RICOLDI, A. M. (org.). *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?* Belo Horizonte: Abep, 2016. p. 45-58.

WAJNMAN, S. Mulheres na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro: avanços e entraves. In: PORTO, M. (org.). *Olhares femininos, mulheres brasileiras*. Rio de Janeiro: X Brasil, 2006. p.77-108.

WEF. *Global Gender Gap Report 2021*, World Economic Forum, 03/2021. http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf

WOLLSTONECRAFT, M. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Boitempo, São Paulo, 2016



Reflexões sobre o Luto Público pelas Empregadas Domésticas na Pandemia da Covid-19

Reflexiones acerca del Duelo Público por Empleadas Domésticas en la Pandemia del Covid-19

Reflections about Public Grief for Housemaids in the Covid-19 Pandemic

Manoel Rufino David de Oliveira

Vitória de Oliveira Monteiro

Resumo: Neste artigo, buscamos discutir o luto público pelas mortes das empregadas domésticas no contexto pandêmico, a partir da teoria de Judith Butler. Para tanto, relacionamos os conceitos de condição precária e precariedade com as mortes daquelas trabalhadoras. Por fim, analisamos o enquadramento dessas trabalhadoras como vidas passíveis de luto no contexto pandêmico. A metodologia consistiu em revisão bibliográfica de obras da Judith Butler, além de análise de dados estatísticos do Departamento Intersindical de Estatística e dos Estudos socioeconômicos e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Da mesma forma, estudamos os pronunciamentos da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas e do movimento *Pela Vida de Nossas Mães*. Concluímos que a precariedade pertinente às trabalhadoras domésticas remuneradas foi agravada no contexto pandêmico e o luto público pode ser um instrumento político para insurgir contra a precariedade dessas vidas.

Palavras-chave: Luto Público. Precariedade. Judith Butler. Empregadas Domésticas.

Resumen: En este artículo buscamos discutir el duelo público por la muerte de empleadas domésticas en el contexto pandémico, basándonos en la teoría de Judith Butler. Para eso, conectamos los conceptos de condición precaria y precariedad con las muertes de esos trabajos. Luego, analizamos el encuadre de estas trabajadoras como vidas susceptibles de duelo en la pandemia. La metodología consistió en una revisión bibliográfica de trabajos de Judith Butler, además del análisis de datos estadísticos del *Departamento Intersindical de Estadística e dos Estudos socioeconômicos* y del *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Asimismo, estudiamos los pronunciamentos de la *Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas* y el movimiento *Pela Vida de Nossas Mães*. Concluimos que la precariedad de las empleadas domésticas se agravó en la pandemia y el duelo público puede ser un instrumento político para levantarse contra la precariedad de estas vidas.

Palabras clave: Luto público. Precariedad. Judith Butler. Empleadas domésticas.

Abstract: In this article we discuss public grief for the deaths of housemaids in a pandemic context, based on the theory of Judith Butler. In order to do so, we relate the concepts of precariousness and precarity with the deaths of these works. Then, we analyze the framing of these workers as lives capable of mourning in the pandemic context. The methodology is a literature review of Judith Butler's books, in addition to a data analysis of the *Departamento Intersindical de Estatística e dos Estudos socioeconômicos* and the *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Likewise, we study the *Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas*'s discourses and the *Pela Vida de Nossas Mães* Movement's statements. We conclude that the precarity of housemaids has been exacerbated in the pandemic context and the public grief can be a political instrument to rise up against the precarity of these lives.

Keywords: Public grief. Precarity. Judith Butler. Housemaids.

Manoel Rufino David de Oliveira – Doutorando em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor universitário na Universidade Federal do Pará (UFPA), na Faculdade Faci Devry Belém e na Escola Superior Madre Celeste (ESMAC). E-mail: manoelrufinoadv@gmail.com

Vitória de Oliveira Monteiro – Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA). E-mail: vitória.monteiro93@gmail.com

INTRODUÇÃO

A filósofa estadunidense Judith Butler, a partir do conceito de luto público, ensina-nos como esta forma de comoção social é destinada somente a algumas pessoas e a grupos sociais específicos. De acordo com as suas pesquisas, o enlutamento não está relacionado tão somente ao momento do lamento diante da morte, mas também ao processo de indignação que dá razão às proteções conferidas em vida às pessoas. Ao estudar essa exposição diferenciada à violência, aos maus tratos, à morte, Butler nos propicia ferramentas teóricas para entender o racismo estrutural que a população negra brasileira sofre, em especial, as empregadas domésticas.

O conceito de luto se relaciona com o de precariedade, e esta, por sua vez, resulta da desigual incidência de políticas institucionais de proteção, as quais geram maior exposição às condições precárias de vida, alicerçadas nas desigualdades de classe, raça e gênero. Nesse sentido, com base em dados acerca dos riscos diários aos quais as empregadas domésticas estão expostas no contexto pandêmico da Covid-19, e na análise do histórico de explorações de trabalho a que essas mulheres foram (e ainda são) submetidas, o presente artigo pretende responder à seguinte questão: **as mortes das empregadas domésticas geram luto público em torno da pandemia de covid-19?**

Para responder a esse questionamento, o presente artigo desenvolverá os seguintes objetivos específicos: analisar a condição precária e a precariedade das empregadas domésticas; compreender a dimensão política do processo de enlutamento em torno das empregadas domésticas no contexto pandêmico; analisar o enquadramento das empregadas domésticas como vidas passíveis de luto no contexto pandêmico; discutir o luto público pelas empregadas domésticas como instrumento de insurgência política.

Do ponto de vista metodológico, além da revisão bibliográfica, realizada a partir do referencial teórico de Judith Butler e das pesquisas estatísticas produzidas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos (DIEESE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), desenvolvemos uma análise documental com base nos pronunciamentos da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENETRAD) e do movimento *Pela Vida de Nossas Mães*.

Mediante a análise desses documentos, almejamos elucidar concretamente como se dão as reclamações de determinados grupos sociais em torno de uma comoção social e luto público, a fim de promover transformações sociais. Além disso, esses debates permitem compreender o agravamento de uma precariedade das empregadas domésticas na pandemia, momento este marcado por políticas de desmantelamento e sucateamento de serviços de saúde, assistência social, direitos trabalhistas, que aprofundam as desigualdades já historicamente consolidadas na sociedade brasileira.

1. Condição Precária e Precariedade no Contexto Pandêmico

O Brasil ultrapassou, no momento da escrita do presente texto, a marca de mais de 14 milhões de casos confirmados e 395 mil mortos por conta do COVID-19. Com a evolução da pandemia, constatamos que as pessoas negras e pobres foram atingidas de forma mais violenta pelos processos de adoecimento e morte por contágio de coronavírus, principalmente em comparação à

população branca¹. As vidas que importam são generificadas e racializadas, assim como são as vidas que não importam, ou seja, as vidas precárias, conforme nomeia Judith Butler.

Em seu artigo *Capitalism has its limits*², publicado no portal *Versobooks*, Judith Butler discute a pandemia COVID-19 e seus crescentes efeitos políticos e sociais na América. Se o contexto da pandemia deixa, de um lado, mais evidente a interdependência global para que se mantenham as estruturas viabilizadoras da vida em face da precariedade, de outro, o processo de desigualdade radical repercute de forma mais crítica sobre certas populações, pois a supremacia branca e a violência contra mulheres, pessoas *queer* e trans, encontra maneiras de reproduzir e fortalecer seus poderes em áreas pandêmicas.

Ao publicar a obra *Vida Precária*, em 2003, Judith Butler se refere de maneira indistinta à precariedade e às vidas precárias, utilizando as expressões *precariousness* e *precarious lives*. A autora explica que a precariedade é algo comum a todos nós, uma condição de estarmos vulneráveis desde o início da vida e com a qual não podemos discutir (BUTLER, 2004, p. 31). De acordo com Judith Butler, a precariedade diz respeito ao viver socialmente, a uma dimensão inevitável, relacional, de dependência recíproca para que a vida seja mantida, retroativamente ao próprio nascimento. A precariedade é coextensiva ao nascimento, tendo em vista que a sobrevivência inicial depende de uma rede social de ajuda, do trabalho do outro. Sem a proteção, sem a salvaguarda, sem os cuidados prestados pelo entorno, nenhuma vida pode sobreviver.

Contudo, Butler (2004, p. 31) aponta a existência de vidas que são sustentadas e mantidas de maneira diferente. Em outras palavras, a autora propõe que viver é mais arriscado para uns do que para outros, pois “a precariedade implica um aumento da sensação de ser dispensável ou de ser descartado que não é distribuída por igual na sociedade” (BUTLER, 2018, p. 29). Essa diferenciação de vidas com maior e menor condição precária implica que certas vidas não sejam consideradas vidas de modo algum, por não se encaixarem em nenhum enquadramento humano, o que inscreve esses sujeitos num processo de desumanização e de violência (BUTLER, 2004, p. 34). É a partir desse pensamento que a filósofa irá desenvolver em futuras obras uma distinção entre a condição precária, comum a todos os seres humanos, e a precariedade induzida politicamente a determinados grupos de pessoas.

Com a publicação da obra *Quadros de Guerra*, originalmente no ano de 2009, a autora passou a distinguir dois conceitos diferentes, mas que se entrecruzam: *precarious/precariousness* e *precarity*. Nas edições brasileiras, foram utilizadas as expressões “condição precária” (*precarious/precariousness*),

¹ O Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (2020), liderado pelo Departamento de Engenharia Industrial do Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio), analisou a variação da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil conforme as variáveis demográficas e socioeconômicas da população em mais de 30 mil casos de contágio e confirmou que no contexto da pandemia pretos e pardos morreram mais do que brancos no Brasil. Considerando os casos analisados, quase 55% de pretos e pardos morreram, ao passo que morreram 38% de pessoas brancas. A porcentagem de mortalidade foi maior entre pessoas negras do que entre brancas em todas as faixas etárias e todos os níveis de escolaridade. O estudo também concluiu que, quanto maior a escolaridade da pessoa contagiada pelo coronavírus, menor a letalidade, já que pessoas sem escolaridade tiveram taxas três vezes superiores (71,3%) às pessoas com nível superior (22,5%). Caso seja cruzada a taxa de escolaridade com raça, essa disparidade é escancarada: pretos e pardos sem escolaridade tiveram 80,35% de taxas de morte, contra 19,65% dos brancos com nível superior. Esse fenômeno não se restringe apenas ao Brasil, pois, nos Estados Unidos, a organização APM Research Lab (2020) mostra que negros morreram a uma taxa de 50,3 por 100 mil pessoas, comparado com 20,7 para pessoas brancas. Em sua última atualização no mês de novembro, a organização atesta que, pela primeira vez desde o início da pandemia, o índice de óbito da população indígena excedeu aquele referente ao da população negra. Por sua vez, no Reino Unido, a organização Office for National Statistics (2020) revelou em dados oficiais que homens negros da Inglaterra e de Gales têm três vezes mais chance de morrer em função do contágio do que homens brancos.

² Disponível em: <https://www.versobooks.com/blogs/4603-capitalism-has-its-limits>. Acesso em: 26 abr. 2021.

para se referir à condição universal de todo vivente, e “precariedade” (*precarity*) para abordar ao que ocorre de forma induzida, por violência a grupos vulneráveis ou ausências de políticas protetivas. A condição precária é um traço constituinte, compartilhado por toda e qualquer vida humana, ao passo que a precariedade designa a “situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte” (BUTLER, 2018, p. 59-60).

A autora frisa que a condição precária está situada num plano ontológico: “afirmar que a vida é precária é afirmar que a possibilidade de sua manutenção depende, fundamentalmente, das condições sociais e políticas, e não somente de um impulso interno para viver” (BUTLER, 2009, p. 21). Como explica Butler (2009, p. 41), a condição precária comum a todos implica compromissos positivos no sentido de oferecer os suportes básicos que buscam minimizar a precariedade, tais como, alimentação, abrigo, trabalho, cuidados médicos, educação, proteção contra maus-tratos e opressões, entre outros.

A precariedade, por sua vez, é a distribuição diferencial da condição precária num plano político: “em resumo, que a precariedade é distribuída de maneira desigual e que as vidas não são consideradas igualmente passíveis de luto ou igualmente valiosas” (BUTLER, 2018, p. 169). Segundo Butler (2015a, p. 46; 2018, p. 60), a condição precária é uma condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas às doenças, à pobreza, à fome, à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes. Nesse contexto, a autora alerta que certos tipos de corpos parecerão mais precariamente em relação a outros, dependendo de que versões do corpo apoiam ou endossam a ideia da vida humana digna de proteção, amparo, subsistência e luto (BUTLER, 2015, p. 85).

As vidas precárias são vidas cuja precariedade foi politicamente induzida, pois a precariedade de determinadas pessoas e grupos são acirradas, seja por meio de guerras, seja por meio de políticas racistas e sexistas, por exemplo. Logo, a vida precária é politicamente induzida, por ser estabelecida mediante operações de poder, as quais determinam que certas populações tenham sua condição precária maximizada e outras minimizadas, conforme a organização das suas redes de apoio social e econômico.

Dessa maneira, em meio às negligências sistemáticas de atenção de saúde ao COVID-19, testemunhamos uma distribuição diferencial, assimétrica e politicamente induzida das condições necessárias para a manutenção da vida. Ao falar sobre como diferentes corpos podem determinar diferentes distribuições políticas de condição precária, Butler (2015a, p. 45) menciona formas de racismo instituídas e ativas no nível da percepção que produzem versões icônicas de populações eminentemente lamentáveis e de outras cuja perda não é perda, por isso não é passível de luto³.

No contexto devastador do coronavírus, uma vida não é o mesmo que um organismo vivo, como ensina Judith Butler (2009, p. 51), pois uma vida, para ser reconhecida enquanto tal, tem que ser politicamente enquadrada nessa condição. O vírus sozinho não discrimina, mas a desigualdade social e econômica garantirá que o vírus discrimine. Diante do quadro pandêmico, algumas pessoas

³ Por exemplo, Angela Davis (2020, p. 17) chama atenção não apenas às altas taxas de mortalidade do povo negro, mas também às falhas em fornecer kits de teste para hospitais, clínicas e bairros negros, e que, portanto, no contexto da pandemia é necessário que nos organizemos contra o racismo estrutural que dirige nossas instituições e contra o racismo do cotidiano. Em tempos de COVID-19, são essas vidas precárias que estão em risco no Brasil.

fazem valer seu direito de viver às custas de outras, reinscrevendo a distinção entre as vidas que serão protegidas da morte e os organismos (ainda) vivos que não valem a pena proteger contra o adoecimento e a morte.

Sendo assim, uma pessoa branca e rica, salva no hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, é uma vida, enquanto uma pessoa negra e pobre deixada à morte e à negligência estatal no caos do Sistema de Saúde de Manaus é um organismo vivo. Por isso, Carla Rodrigues (2020, p. 65) aponta-nos Butler como uma filósofa adequada para nos ajudar a pensar sobre as mortes por COVID-19 no Brasil e no mundo, pois esta autora entrelaça os conceitos de precariedade, vida precária, enquadramento e reivindicação de direito ao luto público, faz uma proposição ética da morte a partir da condição de ser uma vida enlutável, digna de ser chorada e lembrada, ou não enlutável, indigna de comoção pública.

2. Filosofia Política do Enlutamento Público de Judith Butler

Vive-se em um mundo precário e, para cada um, em cada situação, o sentir-se precário tem a ver com sentir-se sem proteção e insuficiente frente a forças ou exigências maiores do que se pode enfrentar ou responder (MAGALHÃES, 2020, p. 162). No presente trabalho, partimos da constatação de que, quando do rompante da pandemia do coronavírus, a condição de vida precária das trabalhadoras domésticas remuneradas não apenas se escancarou, mas se intensificou, e os dados coletados pelos institutos de pesquisa⁴ comprovam que o aumento da precariedade da vida dos trabalhadores brasileiros foi mais severo para as mulheres negras⁵.

Diante desse cenário, o conceito de “luto público” desenvolvido por Butler torna-se uma importante ferramenta conceitual para compreendermos a ausência de indignação perante essa maximização da condição de precariedade das empregadas domésticas no Brasil. Para tanto, é preciso considerar inicialmente a existência de um esforço político para gerir populações com base na distribuição tática de precariedade, que depende de normas para enquadrar vidas passíveis de luto, as quais devem ser protegidas, e excluir as vidas não passíveis de luto, ou apenas dignas de um luto marginal e episódico e que, por essa razão, merecem menos proteção e apoio (BUTLER, 2018, p. 208-209).

Em sua obra *Vida Precária*, Judith Butler já aventava a ideia de que a problemática do luto não é apenas uma questão de ordem meramente privada, mas também possui uma dimensão política que nos permite desvelar certos fenômenos sociais:

⁴ Em estudo realizado pelo DIEESE (2020), foi apontado o aumento das desigualdades entre negros e brancos no mercado de trabalho brasileiro durante a pandemia. Cerca de 8 milhões de pessoas perderam seus empregos entre o primeiro e o segundo trimestres de 2020, e 70% destas pessoas são negras. Além disso, houve queda de 385 mil pessoas ocupadas como trabalhadoras domésticas no primeiro trimestre de 2020, em comparação ao trimestre imediatamente anterior. Desse total, 254 mil postos de trabalho perdidos são de trabalhadoras sem carteira assinada e 130 mil das trabalhadora com carteira. Além dos considerados sem ocupação ou sem trabalho, aumentou a quantidade de pessoas subutilizadas, ou seja, aquelas pessoas que estão trabalhando menos do que costumeiramente trabalham e que estão demandando mais trabalho para poder manter a mesma renda. Segundo o estudo, no 2º trimestre deste ano, cerca de 18% das mulheres negras estão subutilizadas, enquanto 14% dos homens negros se encontram na mesma situação. A taxa de subutilização da mulher não-negra permaneceu em 11%, enquanto a de homens não-negros foi de 9,5%. Portanto, o departamento conclui que “homens e mulheres negros, ocupados em situação de informalidade, no trabalho doméstico e sem vínculo legal, foram os que mais sofreram os efeitos da parada da economia brasileira por causa do coronavírus” (DIEESE, 2020, p. 7).

⁵ Fazendo uma análise do perfil das trabalhadoras domésticas remuneradas no contexto nacional, o IPEA (2020, p. 11) reconhece que o trabalho doméstico no Brasil é um trabalho realizado majoritariamente por mulheres negras oriundas de famílias com baixa renda. Atualmente, 6,2 milhões de pessoas estão empregadas no serviço doméstico, e as mulheres negras respondem por 63% do total de trabalhadores(as) domésticos(as). Nesse caso, o instituto conclui que a realidade brasileira direciona, de maneira desproporcional, mulheres negras ao serviço doméstico remunerado, com toda a precariedade e exploração que lhe são características (IPEA, 2020, p. 12).

Muita gente pensa que o luto é privado, que nos leva de volta a uma situação solitária e, nesse sentido, despolitizante. Mas eu acho que ele fornece um senso de comunidade política de uma ordem complexa, e faz isso antes de tudo trazendo à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética. (BUTLER, 2004, p. 22-23)

Na referida obra, a autora apresenta a proposta de que certas vidas são altamente protegidas, ao passo que outras não encontrarão apoio tão rápido e furioso, pois não se qualificarão como “enlutáveis” (*griavable*) (BUTLER, 2004, p. 31). Ao analisar o caso do obituário nos Estados Unidos, Butler (2004, p. 34) o percebe como um instrumento pelo qual o luto é distribuído publicamente. É o meio pelo qual uma vida se torna, ou deixa de se tornar, uma vida publicamente enlutável, ou seja, uma vida se torna digna de nota. Essa questão é de extra relevância de discussão, pois “se uma vida não é dolorosa, não é exatamente uma vida; não se qualifica como uma vida e não vale a pena notar” (BUTLER, 2004, p. 34).

Ao lembrar como poucas mortes por AIDS foram perdas publicamente lamentáveis nos Estados Unidos, Butler expõe a existência de um discurso público, explícito e implícito, que desumaniza essas pessoas ao estabelecer certos limites de inteligibilidade humana (BUTLER, 2004, p. 35). É pela distribuição de enlutamento público que percebemos como os enquadramentos interpretativos em torno do que entendemos por vida humana se fazem. Portanto, uma das maiores contribuições desta autora foi tratar sobre a distribuição desigual de luto público enquanto consequência de determinadas operações de poder. A distinção entre vidas dignas de luto, comoção, de outras que não são objeto de indignação e, por conseguinte, proteção, dá-se a partir de um poder que visa controlar a opinião e a comoção pública.

Por isso, Butler (2018, p. 346) sugere que, para entender a maneira diferenciada como esse luto público é alocado, torna-se necessário questionar quais vidas são passíveis de luto e quais não são num contexto de administração biopolítico daqueles enlutáveis e não enlutáveis. A distribuição diferencial de condição de ser passível de luto entre as populações tem implicações sobre por que e quando são mobilizados sentimentos e disposições afetivas politicamente significativas, tais como horror, culpa, sadismo justificado, perda e indiferença (BUTLER, 2015a, p. 45). Em atenção a isso, é preciso refletir sobre como determinadas vidas precárias, fora de um enquadramento de normas de inteligibilidade social, tornam-se incapazes de gerar o sentimento de luto.

No contexto pandêmico brasileiro, a questão da privação ou da impossibilidade do luto é acirrada pela dificuldade imposta aos familiares e amigos de processar o luto pelas vítimas do coronavírus – mortes naturalizadas pelo poder público, ao mesmo tempo em que são privados de rituais funerários para ajudá-los a elaborar essa dor. Portanto, a ausência de luto público pelas vidas das empregadas domésticas, expostas e submetidas a um vírus altamente contagioso para continuarem a servir seus patrões, é um reflexo de um racismo que as torna vidas precárias, e, ao mesmo tempo, não é reconhecido publicamente (SCHWARTZ, 2012).

Angela Davis alerta que “muitas pessoas no centro desta crise, na linha de frente, são mulheres. Mulheres de todas as origens raciais e étnicas, mulheres pobres, mulheres trans - especialmente nos países do sul do mundo” (DAVIS, 2020, p. 17). Contudo, o sofrimento dessas mulheres não tem gerado comoção pública, sendo constantemente visto com indiferença ou, ainda, não visto. A precarização dessa categoria profissional excede os limites da preservação da própria existência

dessas trabalhadoras, denotando a ausência desse sentimento de empatia, a qual silencia e naturaliza os seus sofrimentos. A inexistência de reconhecimento dessas mulheres, em sua maioria negras e pobres, como vítimas, revela que a “branquitude segue indiferente à dor e ao sofrimento negro” (FLAUZINA; FREITAS, 2017, p. 67).

3. Enquadramento de Vidas Passíveis de Luto Público

Ao considerar o risco de contaminação pelo novo coronavírus, o Ministério Público do Trabalho (MPT) emitiu a Nota Técnica Conjunta 04/2020 e recomendou que as empregadas domésticas remuneradas fossem dispensadas do comparecimento ao local de trabalho e tivessem sua remuneração assegurada pelo tempo que vigorassem as medidas de contenção da pandemia do coronavírus, exceto nos casos de prestação de serviços absolutamente indispensáveis, ou seja, serviços essenciais:

como no caso de pessoas cuidadoras de idosas e idosos que residam sozinhos, de pessoas que necessitem de acompanhamento permanente, bem como no caso de pessoas que prestem serviços de cuidado a pessoas dependentes de trabalhadoras e trabalhadores de atividades consideradas essenciais nesse período. (MPT, 2020)

A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), por meio de nota técnica emitida em 7 de maio de 2020, solicitou ao governador do Pará, Helder Barbalho, a revisão do Decreto nº 729, de 5 de maio de 2020, em que coloca o trabalho doméstico como serviço essencial⁶ durante a pandemia do novo coronavírus. O referido decreto instituiu o *lockdown* (suspensão total de atividades não essenciais) em Belém e em outros nove municípios, mas penalizou as trabalhadoras domésticas ao incluir a atividade de serviços domésticos de forma geral ampla e restrita como atividade essencial para atuar durante o período crítico da pandemia do COVID-19. Logo em seguida, o Estado do Pará revisou seu decreto e retirou o trabalho doméstico remunerado da lista de atividades essenciais.

Além disso, a FENATRAD, em conjunto com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado do Maranhão (Sindoméstico/MA) emitiu uma nota técnica conjunta solicitando ao governador do Maranhão, Flávio Dino, a urgente revisão do Decreto nº 35.784, de 3 de maio de 2020, que estabelecia o trabalho doméstico remunerado como atividade essencial na Ilha do Maranhão, e englobava quatro municípios: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. As referidas entidades pleitearam o afastamento de qualquer interpretação que incluísse a atividade de serviços domésticos de forma geral, ampla e irrestrita como atividade essencial para atuar durante o período crítico da pandemia. Mesmo em atenção a essas demandas, o Estado do Maranhão manteve o decreto sem qualquer alteração.

Ao analisar a disputa em torno da definição do trabalho doméstico remunerado como atividade essencial, entendemos que o “serviço essencial” é uma categoria operacionalizada para a

⁶ As atividades essenciais discutidas por esses decretos são aquelas indispensáveis ao atendimento das necessidades da população, ou seja, aquelas que, se não forem realizadas, podem colocar em perigo pontos como saúde e segurança da sociedade. A Lei de Greve (Lei 7.783/89) já definia os serviços essenciais para os quais não se permite paralisação total e não se admite greve, e a Lei da Quarentena (Lei 13.979/2020), em conjunto com o Decreto Federal 10.282/2020, apresentam um rol exemplificativo de atividades essenciais, além da possibilidade de futuramente adicionarem outras atividades consideradas essenciais, cabendo aos Estados, municípios e ao poder judiciário a atribuição de interpretar quais seriam essas atividades.

produção de vidas precárias dentro de um contexto pandêmico. Os decretos estaduais sobre serviço essencial consistem numa forma de enquadramento (jurídico, normativo, político, social, econômico) sobre as vidas, reconhecendo determinadas pessoas que podem ser protegidas pelo trabalho remoto, em detrimento de outras. Pensando dessa maneira, é possível fazermos uma relação direta com a teoria de Judith Butler (2015), quando esta autora recorre ao conceito de “enquadramento” (correspondente ao termo inglês *framing*, que também significa moldura) como chave de inteligibilidade para compreender a diferença no modo como certas vidas são enquadradas como enlutáveis ou não enlutáveis.

Em *Quadros de Guerra*, Butler parte do princípio de que a distribuição diferencial de precariedade se fundamenta em certos esquemas de inteligibilidade que constroem as normas e determinam os enquadramentos pelos quais uma vida pode ser reconhecida enquanto tal, pois “uma vida tem que ser inteligível como uma vida, tem de se conformar a certas concepções do que é a vida, a fim de se tornar reconhecível” (BUTLER, 2015a, p. 21). Contudo, certos seres não são enquadrados, apreendidos, nem reconhecidos como vidas, não sendo enlutadas quando eliminadas, porque “uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada vida” (BUTLER, 2015a, p. 13).

Os enquadramentos, enquanto operações de poder, são “as molduras pelas quais apreendemos ou, na verdade, não conseguimos apreender a vida dos outros como perdida ou lesada (suscetível de ser pedida ou lesada)” (BUTLER, 2015a, p. 14). A autora defende que as molduras sempre selecionam o que fica dentro e o que é deixado de fora. A filósofa ainda associa o conceito de enquadramento à noção de *inteligibilidade*, “entendida como o esquema (ou esquemas) histórico geral que estabelece os domínios do cognoscível” (BUTLER, 2015a, p. 21).

Em *Vida Precária*, Butler (2004, p. 46) já apontava que os tipos de luto público que estão disponíveis para alguém tornam claras as normas pelas quais o “humano” é constituído, de forma que a pessoa é constituída por aqueles cuja morte enluta e por aqueles cujas mortes rejeita. Essa questão é melhor desenvolvida ao tratar do enquadramento, pois Butler (2015a, p. 23) considera que ser enquadrado (na língua inglesa, *to be framed*) pode assumir diversos significados. Quando se fala sobre “ser enquadrado” no sentido de incriminação/armação, constrói-se em torno da ação do sujeito um enquadramento que lhe confere o estatuto de culpado enquanto conclusão inevitável do espectador. O ato de enquadrar alguém é uma maneira de organizar e apresentar uma ação, o que leva a uma conclusão interpretativa acerca da própria ação (BUTLER, 2015a, p. 23).

As normas e os enquadramentos operam para tornar certas vidas sustentáveis e outras mais difíceis de serem reconhecidas: “esses enquadramentos normativos estabelecem de antemão que tipo de vida será digna de ser vivida, que vida será digna de ser preservada e que vida será digna de ser lamentada” (BUTLER, 2015a, p. 85). A depender da construção de enquadramentos que configuram normas, alguns seres humanos não são considerados sujeitos, e é isso que permite o apagamento dessas pessoas (às vezes, simbólico mediante a morte, porém, em muitos casos, também literalmente). Fora do enquadramento, essas vidas não são enlutáveis, são indignas de serem choradas e lembradas.

O caso concreto analisado no presente artigo é obviamente distinto do apresentado por Butler. Não se trata da guerra entre nações, mas sim da realidade pandêmica brasileira, na qual as empregadas domésticas, frente aos decretos estaduais sobre “serviço essencial”, foram obrigadas a cumprir a sua rotina de trabalho para garantir seu vínculo empregatício, expondo-se a grande risco,

enquanto outras pessoas puderam cumprir com as medidas de *lockdown* sem colocar em risco seus empregos, permanecendo protegidas dentro de casa. Como explicita a filósofa, “não há vida, nem morte, sem relação com um determinado enquadramento” (BUTLER, 2015a, p. 22).

O referencial teórico de Butler permite-nos visualizar essa alocação diferencial da precariedade da vida entre a comunidade humana, conforme haja adequação às normas sociais, isto é, aos enquadramentos jurídico, normativo, político, social, econômico sobre a vida. No enquadramento fornecido pelos decretos estaduais do Pará e do Maranhão, as empregadas ficam de fora do rol de quem pode ser considerado uma vida. No espectro de quem merece reconhecimento, a empregada doméstica está no extremo inferior. Excluídas desse enquadramento, essas trabalhadoras negras e de baixa renda não são reconhecidas como vidas passíveis de luto ou enlutáveis. É preciso, como menciona Judith Butler (2015a, p. 23), questionar a moldura, “enquadrar o enquadramento” ou “enquadrar o enquadrador”, e expor o artifício que produz o efeito de ausência de enlutamento público.

4. Formas de Resistir às Ausências de Reconhecimento de um Luto Público

A filosofia política de Judith Butler sobre o luto público é marcada pela classificação de *enlutável*, esta determinada por enquadramentos a normas de inteligibilidade de raça, gênero e classe. O luto público é um fenômeno reservado aos que se adequam às molduras de humano, entretanto os considerados irreais têm suas vidas negadas e suas perdas silenciadas. Em entrevista a George Yancy, professor de filosofia da *Emory University* e correspondente do portal *Truthout*, Judith Butler defende que o luto pode ser um ato político em meio à pandemia, a partir do momento que se enluta pelas mortes em massa e se lamenta os sofrimentos do outro:

Aprender a lamentar a morte em massa significa marcar a perda de alguém cujo nome você não conhece, cuja língua você não pode falar, que vive a uma distância intransponível de onde você mora. Não é preciso conhecer a pessoa perdida para afirmar que ela foi uma vida. O que se lamenta é a vida interrompida, a vida que deveria ter tido uma chance de viver mais, o valor que a pessoa carregou agora na vida dos outros, a ferida que transforma para sempre aqueles que vivem. O que outra pessoa sofre não é o próprio sofrimento, mas a perda que o estranho sofre atravessa a perda pessoal que a pessoa sente, potencialmente conectando estranhos em luto⁷.

Butler (2019, p. 387) alerta acerca do risco gerado na medida em que o luto permanece indizível, pois a raiva pela perda pode redobrar em razão da impossibilidade de confessá-la, e se essa própria raiva sobre a perda for publicamente proscrita, os efeitos melancólicos de tal proibição poderão alcançar proporções suicidas. É indispensável reivindicar o luto público, pois ser enlutável é mais do que uma resposta moral na ocasião da morte: “apenas uma vida passível de luto vai ser candidata ao apoio social e econômico, à habitação, à assistência médica, ao emprego, ao direito de se expressar politicamente, às formas de reconhecimento social e às condições para a atuação política” (BUTLER, 2018, p. 348).

É em relação a essa noção de reconhecimento público de uma vida humana, com a finalidade de garantir proteções sociais, que a filosofia política de Butler nos fornece ferramentas para exa-

⁷ Disponível em: <https://truthout.org/articles/judith-butler-mourning-is-a-political-act-amid-the-pandemic-and-its-disparities/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

minar documentos como o *Manifesto das filhas e dos filhos de empregadas(os) domésticas(os) e diaristas*, assinado e divulgado em março de 2020 precipuamente na rede social *Facebook* e *Instagram*, na página *Pela Vida de Nossas Mães*. Neste documento, os autores apresentam medidas concretas que podem e precisam ser cumpridas pelos empregadores, visando o bem comum, tais como, dispensa remunerada imediata de domésticas, com carteira assinada ou informais, e de diaristas, e o adiantamento das férias em sua totalidade ou de forma parcial.

Nesta carta manifesto, a política do bem comum é acionada para cobrar ações individuais para o bem-estar da coletividade, assim como das empregadas domésticas e diaristas que continuam trabalhando normalmente em plena pandemia:

Há anos nossas mães, avós, tias, primas dedicam suas vidas a outras famílias, somos todas (os) afetadas (os) por essa “relação trabalhista” de retrocesso e modos escravistas. Tivemos nossas vidas marcadas por esse contexto, que precisa ser repensado por toda sociedade, sobretudo, pelos empregadores. Nesse contexto, nós, filhas e filhos de empregadas domésticas e diaristas, vivenciamos os incômodos relatados por nossas parentes.⁸

Por meio da manifestação de pautas de proteção social, podemos verificar reivindicações voltadas a um discurso que questiona enquadramentos de raça e gênero, especialmente os que excluem essas mulheres enquanto dignas de direitos. O reconhecimento de luto pelas vidas das trabalhadoras domésticas é mais do que reivindicações no momento da morte, quando ela já ocorreu, diz respeito às garantias de vida. Este documento, um abaixo-assinado *online*, já contando com 131.188 assinantes até o momento da última consulta, é uma mobilização para resgatar narrativas de familiares de mulheres subalternizadas, cuja condição de precariedade se sedimenta em uma ausência de enlutamento.

Em alguns dos relatos transcritos nesse manifesto, os familiares destacam a precariedade de proteção social destinada às mulheres que exercem o ofício de empregadas domésticas durante a pandemia:

No meu caso, minha vó trabalhou anos em uma casa de família. Ela tinha seus 63 anos, chegava lá às 6h duas vezes na semana, depois passou a cozinhar, a passar, a lavar terraço... Ganhando apenas R\$100, sem a passagem. Em janeiro ela veio a óbito e a mensagem recebida pelo whatsapp foi “Dona Conceição, arrumei outra pessoa para pôr no seu lugar, já que a senhora não veio mais, a minha casa tá toda suja porque as paredes foram pintadas” (Nicole Nascimento, Japeri/RJ)

(...)

Minha mãe trabalha desde os 6 anos de idade como doméstica e diarista, e a vi muitas vezes ir trabalhar doente para manter seus compromissos. Mesmo falando sobre os riscos do Corona, ela não tem como faltar com risco de ser demitida. As domésticas estão correndo grandes riscos e também são uma grande possibilidade de contágio, principalmente nos transportes nas metrópoles (Marcelo Rocha, de Mauá/SP)⁹

⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/cartamanifesto/photos/a.103227627987708/103226661321138/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/cartamanifesto/photos/a.103227627987708/103226661321138/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

Pela divisão entre humanos e não humanos, verificamos projetos e mobilizações populares com o objetivo de reivindicar um senso de comunidade política mais igualitário, e assim podermos questionar os enquadramentos excludentes da formação de laços sociais pautados na experiência da perda. Nesse sentido, os familiares dessas mulheres clamam pelo poder transformador do luto público, para que a precariedade das vidas dessas trabalhadoras seja reconhecida enquanto demanda por mudanças institucionais. O ato de reivindicar esse reconhecimento, de se insurgir contra os enquadramentos de raça, gênero e classe, tem, por si só, uma potência política. O luto público pode ser um mecanismo político de assembleias.

A respeito dessas movimentações públicas em torno da perda, Judith Butler (2003, p. 189), em *Problemas de Gênero*, já falava brevemente sobre como a soropositividade era considerada uma transgressão das fronteiras corporais e poluição para os sistemas sociais vulneráveis em suas margens. Contudo, foi apenas em *Corpos que Importam* que a autora abordou o luto dessas “pessoas poluidoras” não mais por uma dimensão meramente individual, mas sim por uma dimensão política. Judith Butler (2019, p. 386) menciona que, para evitar o penetrante risco cultural da melancolia gay, houve publicização e politização profunda de luto em torno dos que morreram com HIV/AIDS.

Judith Butler (2019, p. 387) aponta o projeto *NAMES*, mobilizado para ritualizar e repetir os nomes das vítimas como uma forma de publicamente admitir a perda de intelectuais, artistas, músicos, escritores e filósofos, os quais foram privados do direito de receber honras fúnebres por terem sido vítimas do que então se chamava de “peste gay”. Compreendemos então que um processo de luto culturalmente frustrado e proscrito é um risco para as pessoas impedidas de vivenciá-los, daí surgirem, como forma de sobrevivência da própria comunidade, instituições coletivas que encorajam o luto, praticam a publicização e a dramatização da morte (BUTLER, 2019, p. 387).

De modo semelhante, é possível traçarmos um paralelo com as mobilizações públicas criadas para que a morte de Marielle Franco fosse lamentada publicamente. A fim de que a perda desta mulher negra, periférica e em exercício de cargo político, fosse reconhecida e, assim, promovesse transformações institucionais, foram elaboradas inúmeras iniciativas de rememoração da vida de Marielle: “lugares batizados com seu nome, no Brasil e no exterior – como o Jardim Marielle Franco em Paris, uma estação de metrô em Buenos Aires e uma rua em Lisboa” (RODRIGUES; VIEIRA, 2020, p. 145). Nesse sentido, vemos o luto sendo mobilizado como mecanismo político e como gerador de assembleias performativas corpóreas derivadas desse contexto de perda e luto.

O que essas mobilizações políticas em torno da perda significativa compartilham em comum é o fato de pessoas terem sido tomadas por um sentimento de usurpação e indignação e deslocado esse luto para o campo da política: “podemos encarar essas manifestações de massa como uma rejeição coletiva da precariedade induzida social e economicamente” (BUTLER, 2018, p. 46). Diante dessa situação de extrema precariedade, foi forjada uma aliança corpórea que extrapolou a inércia melancólica e trouxe à tona debates sobre direitos humanos, perseguição e violência do Estado e de seus agentes contra minorias. Dessa forma, por considerar que nem todos os vivos têm o direito de reconhecer os seus mortos, é que o manifesto dos filhos de empregadas domésticas busca reconhecer a precariedade da vida de suas mães, reivindicando proteção dessas vidas.

Como acentua Butler (2018, p. 62), a questão do reconhecimento é importante porque, se dizemos acreditar que todos os sujeitos humanos merecem igual reconhecimento, presumimos que todos os sujeitos humanos são igualmente reconhecíveis. Nesse sentido, entendemos que essa noção de alteridade abala a concepção de indivíduo autônomo, e, conseqüentemente, assumimos

a existência de uma interdependência entre as pessoas: o “eu” se constitui a partir de uma relação com o outro. Em *Relatar a si mesmo*, Butler explicita sua leitura pós-hegeliana: “há uma perda constitutiva no processo de reconhecimento, uma vez que o “eu” é transformado pelo ato de reconhecimento (...) O encontro com o outro realiza uma transformação do si-mesmo da qual não há retorno” (BUTLER, 2015b, p. 41).

A partir dessas considerações, destaca-se a relevância da concepção positiva do reconhecimento, exercida mediante uma ação política corpórea, que reconhece nossas ligações derivadas da precariedade compartilhada e forja alianças políticas diante do sofrimento ocasionado pela perda. Parafraseando Judith Butler, em sua obra *Corpos em aliança e a política das ruas* (2018, p. 379), a resistência tem que ser plural e corporificada, uma reunião daqueles que não são passíveis de luto no espaço público, fazendo de sua existência e da reivindicação por vidas vivíveis a demanda por uma vida anterior à morte, algo exposto de maneira simples. Portanto, conforme Butler (2015a, p. 92), a força esmagadora do luto, da perda e do isolamento pode ser transformada em um instrumento de insurgência.

CONCLUSÕES

A partir da discussão realizada no presente estudo, concluímos que a precariedade da vida das empregadas domésticas brasileiras foi acirrada no contexto pandêmico, pelo fato de não apenas ter sido retirado seu sustento, mas também foram pioradas suas condições de trabalho. Além disso, quanto às trabalhadoras que não perderam seu emprego, estas foram obrigadas a se expor ao risco de contaminação e morte por Covid-19, a partir de decretos estaduais que reconheceram a essencialidade de seus serviços.

No repertório teórico de Judith Butler, os conceitos de condição precária (*precariousness*), precariedade (*precarity*), enquadramento (*framing*) e luto público (*public grief*) despontam como ferramentas epistemológicas importantes para analisar esse fenômeno em nosso país. As empregadas domésticas ficam de fora de um enquadramento que determina quais vidas merecem proteção de sua condição precária, apresentando uma condição precária induzida politicamente por regras de inteligibilidade determinada por marcadores de classe, gênero e raça. Em razão de sua precariedade, o sofrimento e a morte das empregadas domésticas no contexto pandêmico não é capaz de gerar luto público ou comoção social, sendo retirado de seus familiares até mesmo a realização dos ritos e momentos próprios de enlutamentos.

A partir da leitura de Judith Butler, podemos sugerir que o luto público e a precariedade também possuem sua dimensão positiva, pois é possível mobilizar o luto público em torno dessas vidas excluídas da comoção social, à semelhança das manifestações públicas quando das mortes das vítimas de HIV/AIDS, do assassinato de Marielle Franco e, no contexto pandêmico atual, da morte de empregadas domésticas. Por fim, a teoria da filósofa estadunidense permiti-nos perceber o luto como um instrumento político de insurgência contra a precariedade de determinadas vidas e de formação de alianças políticas para questionar o enquadramento dessas vidas impassíveis de comoção social.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: N-1 edições, 2019.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.
- BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015b.
- BUTLER, Judith. *O clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- BUTLER, Judith. *Precarious life: the powers of mourning and violence*. London: Verso, 2004.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DAVIS, Angela. *Construindo movimentos uma conversa em tempos de pandemia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia*. São Paulo: DIEESE, 2020.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS (FENETRAD). *Nota da FENATRAD pela revisão do Decreto nº 729*, emitida em 7 de maio de 2020. Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2020/05/08/fenatrad-protesta-contradecreto-no-para-que-determina-a-atividade-domestica-como-servico-essencial-durante-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS (FENETRAD). *Nota da FENATRAD pela revisão do Decreto nº 35.784 do Estado do Maranhão*, emitida em 13 de maio de 2020. Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2020/05/13/fenatrad-e-sindomestico-ma-solicitam-a-revisao-do-decreto-que-coloca-o-servico-domestico-como-essencial-no-maranhao/>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. FREITAS, Felipe da Silva. Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro do Brasil. *Revista brasileira de ciências criminais*, n. 235, 2017.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua*. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2020.
- MAGALHÃES, Priscila Melillo de. Vida Precária: o insuportável e o possível na cultura e na clínica psicanalítica. *Cad. Psicanál. (CPRJ)*, Rio de Janeiro, v. 42 n. 43, p. 161-169, jul./dez. 2020.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT). *Nota Técnica Conjunta 04/2020 PGT/COORDIGUALDADE/CODEMAT/CONAETE/CONAFRET/CONAP*. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-no-4-coronavirus-1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MOREIRA, Lisandra Espíndula. Por quem nos comovemos? Reflexões sobre nossos enquadramentos bélicos. *Revista Psicologia e Sociedade*, v. 30, 2018.

RODRIGUES, Carla. Por uma filosofia política do luto. *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, v.29, n.46, p. 58-73, jan.-jun, 2020

RODRIGUES, Carla; VIEIRA, Tássia Áquila. A função política do luto por Marielle Franco. *Cadernos de Gênero e Diversidade*. Vol. 06, N. 02 - Abr. - Jun., 2020.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Crise Covid-19 e Trabalho: Um olhar sobre a desigualdade de gênero na ciência

La Crisis y el Trabajo de Covid-19: Una mirada a la desigualdad de género en la ciencia

Covid-19 Crisis and Work: A look at gender inequality in science

Ivanete Modesto do Amaral

Resumo: Este artigo discute a desigualdade de gênero na ciência através de relatos de mulheres cientistas em diferentes áreas de atuação no Brasil, entrevistadas por órgãos de pesquisas, em 2020. As profissionais falaram como estão suas ocupações no mercado de trabalho e os principais obstáculos nesse momento de pandemia da Covid-19. Fundamentando-se na categoria da “divisão sexual do trabalho” e complementando com os dados levantados pelo movimento *Parent in Science*, concluiu-se que, mesmo com suas qualificações e experiências profissionais, as mulheres enfrentam questões decorrentes do predomínio de práticas patriarcais na sociedade brasileira, diante da difícil articulação entre o trabalho profissional e o trabalho doméstico no período de isolamento social.

Palavras-chave: Crise Sanitária. Divisão Sexual do Trabalho. Gênero. Trabalho.

Resumen: Este artículo discute la desigualdad de género en la ciencia a través de informes de mujeres científicas en diferentes áreas de actividad en Brasil, entrevistadas por organismos de investigación, en 2020. Los profesionales hablaron sobre sus ocupaciones en el mercado laboral y los principales obstáculos en esta área. Momento pandémico de Covid-19. Con base en la categoría de “división sexual del trabajo” y complementando con los datos recolectados por el movimiento *Parent in Science*, se concluyó que, aun con sus calificaciones y experiencias profesionales, las mujeres enfrentan problemas derivados del predominio de prácticas patriarcales en la sociedad brasileña. ante la difícil articulación entre trabajo profesional y trabajo doméstico en el período de aislamiento social.

Palabras clave: Crisis sanitaria. División sexual del trabajo. Género. Trabajo.

Abstract: This article discusses gender inequality in science through reports by women scientists in different areas of activity in Brazil, interviewed by research bodies, in 2020. The professionals spoke about their occupations in the labor market and the main obstacles at the moment. Covid-19 pandemic. Based on the category of “sexual division of labor” and complementing with the data collected by the Parent in Science movement, it was concluded that, even with their qualifications and professional experiences, women face issues arising from the predominance of patriarchal practices in Brazilian society, in the face of the difficult articulation between professional work and domestic work in the period of social isolation.

Keywords: Sanitary Crisis. Sexual Division of Labor. Gender. Work.

Ivanete Modesto do Amaral – Doutora em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Ex-professora da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e da Faculdade Ideal (FACI). Hoje, pesquisadora independente e colaboradora da Revista Científica “Gênero na Amazônia”, do Grupo de Estudos e Pesquisas da UFPA “Eneida de Moraes”. E-mail: amaral.ivanete@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde o último trimestre do ano de 2019, o mundo todo vem atravessando uma crise profunda e singular provocada pela pandemia da Covid-19. Sabemos que o período atual de quarentena representa um grande esforço por parte dos indivíduos e suas famílias, onde o isolamento não somente enfraqueceu a regularidade dos laços e das ligações sociais de proximidade física, mas vem gerando processos disruptivos¹ com esse confinamento prolongado. Ou seja, sociologicamente pode-se dizer que essa crise vem modificando relações sociais com impacto no mercado de trabalho e nas estruturas do trabalho, exigindo a necessidade de se pensar saídas para minimizar as desigualdades sociais e o aprofundamento drástico das vulnerabilidades socioeconômicas.

As desigualdades sociais e também raciais do Brasil estão assentadas numa matriz de opressão interseccional colonial, patriarcal e classista. Com mais de 400 mil mortes² decorrentes da pandemia da Covid-19, o país enfrenta uma crise sanitária, política e econômica que incide com maior força na população preta, pobre e de mulheres. A formulação e a implementação de políticas públicas de desigualdades, particularmente num contexto pandêmico, exige que se considere os marcadores sociais de diferença de classe, raça e gênero (PEREIRA, 2020).

Fazendo um recorte para a questão de gênero e, particularmente, refletindo sobre o trabalho das mulheres cientistas nesse momento de isolamento social, se ressalta a chamada “dualização do emprego feminino”, ou mais precisamente, na compreensão de Hirata e Kergoat (2003), trata-se de uma das configurações da divisão sexual do trabalho que ilustra o cruzamento das relações sociais. Aqui, neste texto, esse argumento é interpretado no sentido de que o isolamento pela pandemia impôs às mulheres um confronto do trabalho profissional com o trabalho doméstico, incluindo o cuidado com os filhos. Ou seja, no meio acadêmico, os desafios das mulheres cientistas com os trabalhos de casa se intensificaram mais do que nunca, haja vista que o serviço doméstico e a atenção aos filhos ainda são vistos como papéis femininos, apesar de terem os mesmos direitos assegurados pela Constituição Federal.

Este cenário que ainda perdura na sociedade atual, no caso, a separação social do trabalho de homens e mulheres leva a pensar historicamente na diferença de desigualdade no mundo do trabalho. Hoje, com a crise da Covid-19, essa desigualdade tornou-se mais acentuada se lembrarmos do modelo tradicional onde o papel doméstico parece ser assegurado inteiramente pelas mulheres. Nesse sentido, o trabalho de “fazer ciência”, que requer horas de dedicação, silêncio e concentração, é prejudicado no todo ou em parte porque, dentre outras situações, o tempo reservado para esse trabalho se mistura com os serviços domésticos, levando ao fenômeno da baixa produtividade das pesquisadoras, modificando a vida dessas profissionais e suas limitações no espaço científico. São situações observadas quando analisados diferentes aspectos, tais como produção científica e número de citações de artigos científicos, sendo que o homem vem publicando “duas vezes mais que as mulheres” (SANTOS e JORGE, 2019).

O comentário acima leva a refletir que as mulheres pesquisadoras enfrentam mais desafios do que os homens e permite questionar: **a)** Por que a igualdade de gênero na ciência ainda é uma luta?; **b)** Em que medida essa transição que envolve a pandemia reforçou a desigualdade de gênero?;

¹ Termo aqui considerado como de impacto negativo nas relações de trabalho e no mercado de trabalho, como por exemplo, a precarização do trabalho e desigualdade de gênero.

² G1 (16/04/2021) – informações baseadas no consórcio de empresas com dados fornecidos pela Secretaria Nacional de Saúde do Brasil.

c). Quais os grandes impactos que as mulheres cientistas estão enfrentando nesse isolamento do trabalho em casa? Essas questões são consideradas base de discussão neste artigo, de acordo com o objetivo que se propôs que é analisar a desigualdade de gênero na ciência.

Os caminhos metodológicos para se chegar à produção deste artigo envolveram pesquisa bibliográfica em livros, textos científicos, textos jornalísticos, estatísticas de produção científica de homens e mulheres e reflexão crítica sobre os relatos de mulheres pesquisadoras. Incluiu, ainda, utilização de vídeos de sociólogos professores e pesquisadores inerentes à crise da Covid-19 e o olhar sociológico sobre ela. Todo esse material selecionado proporcionou a base de reflexão teórica para discutir os relatos das mulheres pesquisadoras, como parte empírica desta pesquisa.

Neste sentido, o artigo envolve, num primeiro momento, comentários teóricos sobre a categoria da divisão sexual do trabalho, utilizando como pano de fundo a desigualdade de gênero e seus rebatimentos para a crise sanitária da Covid-19. A segunda parte, ou segundo momento, corresponde às interpretações dos relatos das mulheres cientistas, capturados nas leituras das fontes citadas e analisados sob uma perspectiva sociológica. Por último, na Conclusão, apresentam-se considerações que finalizam este artigo com principais reflexões que se destacaram no conteúdo deste trabalho.

1. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa realizada para a elaboração deste artigo foi de natureza bibliográfica, delineada pela escolha e leitura de textos inerentes ao tema, cujos autores encontram-se na seção de referências. Considerou-se como método de investigação empírica o relatório quantitativo elaborado pelo movimento *Parent in Science* (www.parentinscience.com), acessado de forma online em 27/03/2021. Segundo esse relatório, o grupo de pesquisadores desse movimento realizou um levantamento quantitativo pelo Brasil, durante os meses de abril e maio de 2020, onde foram entrevistados aproximadamente 15 mil cientistas por meio de questionários eletrônicos (pesquisa online).

Após analisarem os dados, os pesquisadores do referido movimento identificaram três questões-chave: gênero, raça e parentalidade, as quais foram apresentadas no seu relatório de forma estatística, ou seja, mostraram os procedimentos quantitativos em forma de gráficos, evidenciando seus aspectos mais importantes e, naturalmente, com oportunidade de outros pesquisadores utilizarem essa fonte como base para analisar a situação apresentada de certo modo, de forma qualitativa. Portanto, o enfoque qualitativo adotado para discutir a questão empírica neste artigo sobre a crise Covid-19 e o trabalho de mulheres cientistas teve como elemento de discussão os referidos dados produzidos pela pesquisa do movimento acima mencionado.

Sabe-se, segundo Richardson (2008), que o aspecto qualitativo de uma investigação pode ser explorado a partir de informações colhidas por estudos essencialmente quantitativos, evitando, não obstante, a perda do seu caráter qualitativo numa tentativa de assegurar uma boa análise e compreensão dos resultados. Isto significa dizer que os dados utilizados neste trabalho contribuíram de forma relevante para verificar as informações e interpretar a parte qualitativa, ainda que sucintamente apresentada.

2. Considerações acerca da Divisão Sexual do Trabalho

Este artigo se propôs analisar de forma breve a desigualdade de gênero na ciência. Como ponto de partida, se fará uma reflexão sobre a divisão sexual do trabalho, tornando-se indispensável dizer, inicialmente, que não é um conceito recente, versa dos anos 70, na França, precisamente, sob o impulso de movimentos feministas. É um termo sociográfico³ que estuda não somente a diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho e suas profissões, com as variações no tempo e no espaço, mas também estuda como se dá a repartição do trabalho doméstico entre os sexos.

Nos argumentos teórico-metodológicos de Hirata e Kergoat (2003), falar de divisão sexual do trabalho é mostrar primeiro que esse termo vai além da constatação de desigualdades sistemáticas para, em seguida, articular esse entendimento com os processos em que a sociedade utiliza uma diferenciação para hierarquizar as atividades e criar um sistema de gênero. É o caso de se entender a articulação de duas esferas, o trabalho doméstico e o trabalho profissional, abrindo espaço para pensar o conceito “divisão sexual do trabalho” numa análise de relação social recorrente entre o grupo dos homens e o das mulheres.

Esses argumentos interagem com a compreensão de Delphy (2002/1 e 2002/2) a qual se refere a gênero como princípio de divisão, explicado da seguinte forma: “Gênero é o sistema de divisão hierárquica da humanidade em duas metades desiguais” (p.127). Ou seja, é uma afirmação baseada numa abordagem holística e estruturalista, onde existe a separação de um todo em partes e, nesse caso, em dois termos distintos e opostos que não preexistem à sua partição, mas fluem dela. É interessante ressaltar que essa autora faz uma distinção de gênero e sexo partindo de uma tese que inverte a perspectiva naturalista tradicional. Para ela, gênero não é baseado em sexo e não é a divisão do trabalho que induz a hierarquia, mas a hierarquia induz a divisão do trabalho. Portanto, essa divisão do trabalho, em sentido amplo, pode ser chamada de gênero, ou de um sistema, que se refere ao patriarcado, definido como uma estrutura social hierárquica e desigual onde práticas sociais materiais explicam a dominação patriarcal sobre as mulheres, sendo esse tema do patriarcado muito bem explicado por Lerner (2019) em suas pesquisas sobre o trabalho feminino ao longo da história da humanidade.

Em que pesem essas análises sobre o conceito de divisão sexual do trabalho que, de um lado, pensam em termos de constatação de desigualdades entre homens e mulheres (entendendo a noção atual de acúmulo de tarefas) e, de outro, procuram compreender a natureza do sistema que dá origem a essas desigualdades, torna-se importante lembrar que o entendimento aceito no tempo e no espaço sobre a divisão sexual do trabalho, embora não seja imutável, é uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos. Segundo Hirata e Kergoat (2003), essa forma é modulada histórica e societalmente e tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social, como por exemplo, político, religioso, militar, etc. sendo que essa definição, segundo as autoras, quase todo mundo está de acordo.

Ainda sob o ponto de vista da Hirata e Kergoat (2003), existe uma distinção precisa entre os princípios da divisão sexual do trabalho e suas modalidades. São princípios chamados organizadores e hierárquicos que ainda hoje se mantêm muito claros, como, por exemplo, quando se fala na separação dos trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, assim como que um trabalho de

³ Parte da Sociologia descritiva que cuida do material demográfico, estatístico, histórico, folclórico, geográfico, ecológico etc., de grupos sociais. (<https://www.dicio.com.br/sociografia/>).

homem vale mais que um trabalho de mulher, muito embora seja inegável que a condição feminina tenha melhorado, no tempo e no espaço, ao longo dos anos, em várias sociedades.

Mesmo diante do período de fortes turbulências no mundo do trabalho, com precarização e flexibilização do emprego e a despeito do aumento do número de mulheres contabilizadas no mercado de trabalho que, dentre outras profissões e cargos exercidos, estão as “altas funcionárias”, pesquisadoras e profissionais de curso superior, considera-se que permanece constante o caráter sexuada sobre a realidade de trabalho, onde os homens são melhor posicionados, inclusive, com melhores salários do que as mulheres. Nesse sentido, não se pode ignorar a especificidade da situação das mulheres trabalhadoras, sendo oportuno chamar atenção para a realidade do trabalho das mulheres cientistas em razão de pandemia da Covid-19, momento em que se tornam mais evidentes as relações entre os trabalhos produtivos e os trabalhos domésticos e de cuidados, bem como a sobrecarga das mulheres em âmbito geral.

3. A Crise Sanitária Versus Trabalho/Emprego

A pandemia da Covid-19 tem levado a globalidade de uma crise sanitária e humanitária e põe à prova a espécie humana nas suas várias dimensões: social, econômica, política, ambiental, entre outras. A rápida propagação da doença e o uso do distanciamento como forma de prevenção expuseram as desigualdades sociais, impactos na saúde pública e choques nunca vistos na economia e no mercado de trabalho. A avaliação preliminar da Organização Internacional do Trabalho (OIT), datada de 07 de abril de 2020, mostra quase 23 milhões de empregos que podem ser perdidos no mundo devido à Covid-19. Segundo a OIT, o mundo do trabalho está sendo profundamente afetado pela pandemia viral global. Além da ameaça à saúde pública, a perturbação econômica e social ameaça os meios de subsistência a longo prazo e o bem-estar de milhões de pessoas.

No caso do Brasil, as estatísticas do Ministério da Saúde (MS), conforme os noticiários, contabilizaram, até 11/05/2021, que o Brasil já tinha atingido mais de 400 mil mortos por Covid-19, caracterizando uma imensa tragédia. As medidas de bloqueio total ou parcial realizadas no país para reduzir a disseminação da doença vêm afetando milhões de trabalhadores. E a pandemia, nesse contexto, traz como uma das consequências o aumento do desemprego e atinge com maior intensidade a população que vive da informalidade e que reside em áreas precárias.

Não restam dúvidas de que este é um momento bastante desafiador e fenomenal que mostra profundas mudanças nas relações entre espaço e tempo, conforme os autores Lima, Buss e Sousa (2020):

A pandemia magnifica as tensões dilacerantes da organização social do nosso tempo: globalizada nas trocas econômicas, mas enfraquecida como projeto político global, interconectada digitalmente, porém impregnada de desinformação, à beira de colapso ambiental, mas predominantemente não sustentável, carente de ideais políticos, mas tão avessa à política e a projetos comuns. A pandemia nos coloca diante do espelho, que nos revela um mundo atravessado por muitas crises e carente de mudanças (LIMA; BUSS e SOUSA, 2020, 24 jul/20).

A frase pronunciada pelos autores acima, de que “a pandemia nos revela um mundo atravessado por muitas crises...”, nos remete a reflexão sobre essa crise sanitária atual no Brasil, que

chegou num momento de grave crise econômica e crise política, potencializando a fragilidade do mercado de trabalho que já estava em processo de deterioração de emprego, diante das mudanças com a reforma trabalhista de 2017. E tudo isso na esteira da flexibilização do trabalho e desregulamentação laboral, que se caracterizam pela multiplicação das formas enfraquecidas de emprego e trabalho, negação de conquistas sociais do trabalho, generalização de contratos temporários, enfim, crises que contribuíram para aumentar o cenário de precarização das relações de trabalho e do mercado de trabalho.

Por afetar de forma desigual a força de trabalho, a pandemia trouxe impactos diversos para diferentes grupos ocupacionais. Se por um lado aumentou o desemprego e ampliou a parcela de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, por outro, forçou trabalhadores em condições mais favoráveis a adaptarem-se ao trabalho remoto como forma de manterem seus empregos. Em julho de 2020, o Home Office (trabalho em casa) já tinha sido adotado por 46% das empresas, conforme a Agência Brasil (2020). Porém, há de se considerar que esse tipo de trabalho pode levar ao aumento da já expressiva desigualdade social, haja vista que trabalhadores mais qualificados e mais escolarizados, sendo a maioria com superior completo, tendem a melhor aderir à transição para o trabalho remoto. E os trabalhadores pertencentes às classes menos favorecidas certamente devem sentir mais dificuldades com a prática do Home Office, sobretudo em relação à familiaridade com as ferramentas de comunicação.

Segundo pesquisa do *LinkedIn* (2020), 62% de 2 mil entrevistados estavam ansiosos e estressados com o Home Office em função do isolamento social provocado pelo novo Coronavírus, ou seja, trabalhar em casa, com essa adoção do Home Office, nas condições da pandemia, não só afeta a saúde mental dos profissionais como também reflete as desigualdades de gênero. Por outro lado, de acordo com um levantamento da Organização Mundial de Saúde (OMS), publicado pela Revista da UFJF, em abril de 2020, 70% dos profissionais que atuam em linha de frente do combate ao novo Coronavírus são mulheres. Essas informações foram complementadas por dados do Conselho Federal de Enfermagem, demonstrando que 84,6% das equipes de enfermagem no Brasil (enfermeiros, auxiliares e técnicos) também são mulheres. As hipóteses sobre essa questão são levantadas no sentido de que as mulheres sofrem impacto maior ao lidarem diretamente com essa pandemia, não só pelas suas atuações nos hospitais, postos de saúde, etc., mas, também, por trabalharem como cuidadoras de idosos e outras situações de cuidados.

4. Sobre a Desigualdade de Gênero na Ciência em Tempos de Pandemia

No contexto da pandemia da Covid-19, apesar de potencialmente alcançar a todos de forma global, sabemos que nem todos são atingidos da mesma maneira. Os estudos indicam uma distribuição desigual entre os grupos que são afetados e focalizam aqueles em maior situação de vulnerabilidade social, tanto por conta da informalidade do trabalho quanto pela difícil condição de moradia e dificuldades de acesso aos serviços de saúde (ESTRELA *et al*, 2020).

No campo das atividades acadêmicas, a pandemia tem gerado muitas tensões e conflitos. Quer seja pelas dificuldades impostas do ensino aprendizagem à distância, onde diversas instituições tiveram que aderir, quer seja pelas dificuldades que pesquisadores, particularmente mulheres com filhos, vêm sentindo com relação ao acúmulo de atividades diárias e a pressão em produzir conhecimento num período de exceção ou anormalidade.

Estudos mostram que o isolamento social na Europa colocou as mulheres arcando com o “peso” dos cuidados familiares e, por conta disso, estão publicando menos do que os homens, causando impacto nos níveis de fadiga, ansiedade e estresse, reforçando a desigualdade de gênero também na ciência e na pesquisa (AGÊNCIA SINC SOCIEDADE, 2020).

“... meu marido tem um trabalho totalmente inflexível e se tranca no escritório das 9 às 6, na maioria das vezes com teleconferências. Tenho o computador na cozinha e três crianças pequenas que me interrompem a cada cinco minutos porque não entendem algo de dever de casa, estão com fome ou querem que eu brinque com elas. É impossível concentrar-se assim para escrever um artigo...”
“...Estou exausta e desesperada porque estou falhando como cientista e como mãe...” (RONI WHIGHT, pesquisadora, pós-doutoranda do Centro de Regulação Genômica de Barcelona. www.agenciasinc.es/reportajes/).

O relato acima de uma mãe profissional pesquisadora, em Barcelona, mostra que a pandemia vem agravando a desigualdade de gênero na Europa e serve como um exemplo para tantos casos parecidos que ocorrem no Brasil. Dentre eles, destacam-se a fala de mulheres cientistas no Rio Grande do Sul, que enfrentam desafios com a pandemia.

“... podemos dizer que a pandemia intensifica a precarização do trabalho de nós, cientistas mulheres, uma vez que intensifica nosso trabalho nas frentes de cuidado tanto familiares quanto sociais. Além disso, não podemos esquecer que essa precarização do trabalho não é uniforme no meio científico. Ela se distribui de forma desigual a partir de marcadores sociais como raça, gênero, orientação sexual, classe social, maternidade. Por exemplo, encontraremos nas universidades um número ainda pequeno de pesquisadoras negras, de pesquisadoras oriundas de classes menos favorecidas” (Camila., psicóloga, profa. da Universidade Federal de Pelotas/-UFPel-RS. <https://www.psdb.org.br/mulher/>).

“...entrei em uma neura de trabalhar de madrugada, trocar o dia pela noite, ter que produzir a qualquer custo. Fiquei com a sensação que se eu trabalhar muito, fico devendo na questão familiar... Noto que, psicologicamente falando, a gente fica bastante abalada” (Eliade, física e pesquisadora da Universidade Federal do Pampa – Unipampa/RS- <https://www.psdb.org.br/mulher/>).

Em tempos de crise sanitária, esses dois relatos de mulheres cientistas brasileiras fomentam uma comprovação de como elas são afetadas diretamente e como estão suportando uma carga maior de trabalho. Por vezes, exercem dupla ou tripla jornada quando se juntam a tarefas domésticas. Ou seja, os impactos da pandemia para as mulheres são ampliados pela necessidade do isolamento social, e a tendência é do aumento da desigualdade, sobrecarregando suas atividades. Isto vem gerando problemas de saúde, como ansiedade e estresse.

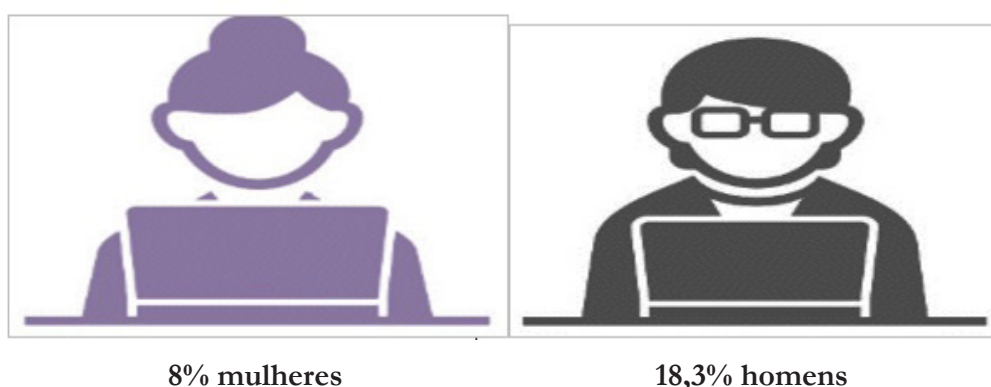
Importante ressaltar que uma das falas acima mencionou a questão racial. Isso leva a refletir que, quando se trata de mulheres em tempos de pandemia, essa conversa não pode estar dissociada da discussão racial. Sabemos que a Covid-19 escancara as desigualdades existentes no Brasil, sobretudo as desigualdades raciais. A difícil situação vivenciada nesse momento coloca em visibilidade limitações históricas da sociedade brasileira como, por exemplo, a dificuldade em garantir condições

básicas para que a população, especialmente a mais vulnerável, possa adotar o isolamento social. Até porque, no momento inicial da crise sanitária, a doença atingiu grupos sociais mais privilegiados e, hoje, atinge de forma desproporcional segmentos mais vulnerabilizados.

Um levantamento realizado em abril e maio de 2020 por pesquisadores do movimento *Parent in Science*⁴ apontou que, para as cientistas mulheres e cientistas que são mães, o impacto foi mais pronunciado em como a pandemia afeta seus trabalhos, visto que o tempo dedicado à pesquisa diminuiu. Esse estudo aplicou questionário específico para 15 mil cientistas brasileiros, entre discentes de pós-graduação, pós doutorandas (os) docentes/pesquisadores que atuavam em várias áreas do conhecimento (exatas, biológicas, humanas, agrárias, saúde, letras e artes). Os dados foram analisados considerando questões centrais de gênero, raça e parentalidade, onde os pesquisadores identificaram que, nessa pandemia, nem todos os cientistas sofrem os mesmos impactos.

O amplo e detalhado relatório de dados percentuais divulgado pelo *Parent in Science*, em 2020, mostrou um conjunto de resultados nos quais as mulheres se destacaram em menor quantidade nas suas atividades de praticar a ciência. Mostrou também que cientistas mulheres, principalmente negras ou que são mães, foram as mais afetadas pela pandemia. Aqui, neste artigo, destacam-se alguns resultados desse relatório, considerados importantes para a discussão deste trabalho, conforme a seguir:

- O percentual de mulheres em produção acadêmica reduziu nessa pandemia com relação aos homens. Ou seja, segundo o levantamento, do total de entrevistados, apenas 8% de produção acadêmica correspondeu às mulheres em trabalho remoto; e 18,3%, aos homens.

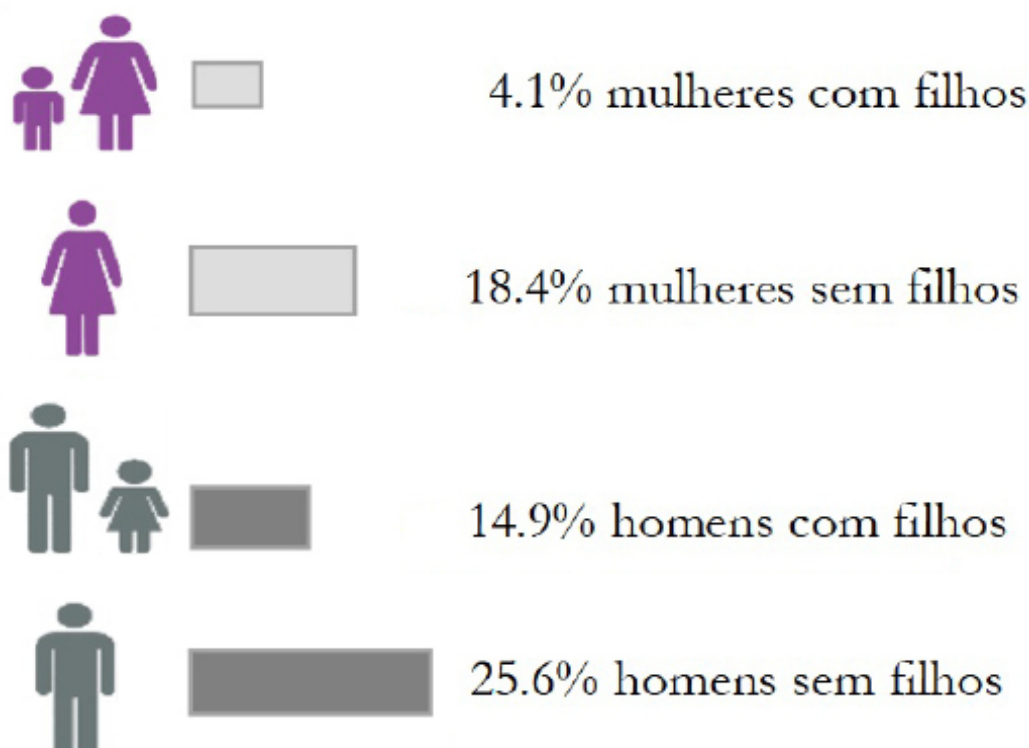


Fonte: Levantamento de dados realizado pelo movimento *Parent in Science*, 2020.

Essas figuras têm como fonte o movimento *Parent in Science* e ilustram os percentuais apresentados. Assim sendo, torna-se importante ressaltar que a baixa produtividade das mulheres comprovou que elas vêm contribuindo em menor grau com a prática da ciência, sendo fato revelador e evidente o fenômeno da representação desigual, onde as mulheres se depararam com várias barreiras, muitas, até hoje, quase intransponíveis se considerarmos aspectos já comentados, como o trabalho doméstico e de cuidados.

⁴ Discute as questões da maternidade na ciência. Com o isolamento social, o projeto fez um questionário, respondido por cerca de 15 mil cientistas — homens e mulheres, onde ressaltaram duas coisas principais: cumprimento de prazos e submissão de artigos, que, para os docentes, é o essencial. Tanto no cumprimento de prazos quanto na submissão dos artigos, observaram um efeito de gênero, de raça e um efeito de parentalidade que impacta. Ter filhos impacta e ser negro impacta também. A comunidade científica observou uma queda nos artigos submetidos por mulheres pesquisadoras (<https://bit.ly/2ApPH10> / www.parentscience.com).

• Efeito do gênero e parentalidade. Segundo o relatório divulgado pelo movimento Parent in Science, a produtividade acadêmica brasileira durante essa pandemia reduziu para as mulheres com filhos, correspondendo a 4.1%, ao passo que, para as mulheres sem filhos, o resultado foi de 18.4%. Essa redução da produção acadêmica também foi percebida entre os homens com filhos (14.9%) e sem filhos (25.6%), conforme as ilustrações abaixo:



Fonte: Levantamento de dados realizado pelo movimento *Parent in Science*, 2020.

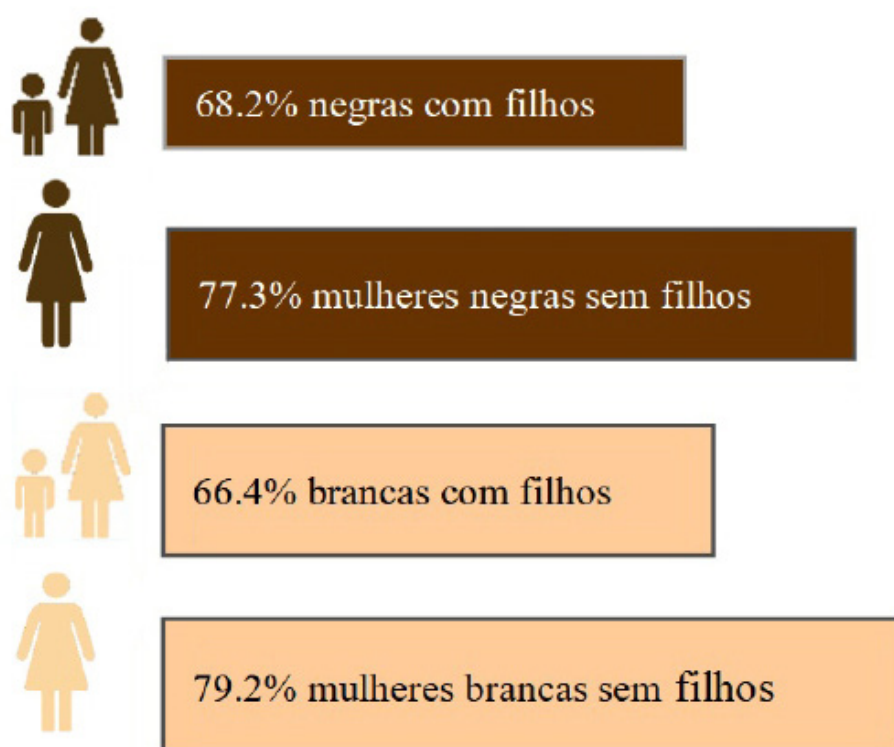
Se os dados mostraram que as mulheres com filhos representaram o menor percentual de produção acadêmica, tornou-se evidente que a pandemia de Covid-19 trouxe impacto negativo para a carreira de mulheres que são cientistas e mães. Isso porque, com as medidas de isolamento social, o tempo a mais em casa não significou necessariamente, no caso de mães cientistas, mais tempo para a pesquisa. Até porque, quem tem filhos tem aumento de sua jornada de trabalho em casa, implicando em assistência às crianças e trabalho doméstico, o que, certamente, tornou a situação bem diferente para aquelas que não possuem filhos e estão melhor representadas.

Por outro lado, vale ressaltar os percentuais de produtividade acadêmica referentes aos homens com e sem filhos. Segundo o relatório Parent in Science, houve bastante respondentes dos questionários e, supõem-se que, se os respondentes foram homens e mulheres, é certo que as respostas dos homens também seriam trabalhadas. Nesse sentido, a pesquisa mostrou o percentual de 25.6% para os homens sem filhos que produziram suas pesquisas, enquanto aqueles que possuem filhos o percentual foi de 14.9%, o que significa dizer que, mesmo para os homens, o fato de ter ou não filhos foi uma variável relevante.

Importante lembrar que não foi identificado no levantamento da pesquisa a situação de estado civil dos homens que responderam os questionários, ou seja, se moravam sozinhos com os filhos, se eram solteiros, casados etc. Essa questão daria mais oportunidade de ampliar e fortalecer

a discussão sobre gênero aqui apresentada. Entretanto, vale a reflexão de que existiu uma correlação entre os fatores, tempo dedicado à pesquisa e aumento de jornada em casa pelas mulheres, mas não foi possível dizer que apenas o gênero e o cuidado com os filhos são a causa da redução de produtividade para a pesquisa. Certamente existem outras diferenças entre os cientistas que devem ser melhor compreendidas, talvez em outra oportunidade de estudo. Por enquanto, vai-se entendendo como a pandemia e as políticas de isolamento social, nesse momento, estão afetando as cientistas, porque as circunstâncias podem continuar evoluindo com mais impactos negativos para a ciência. Como exemplo, quando o avanço na carreira depende da produtividade científica, as cientistas mães de filhos menores podem não progredir e a diferença na produção acadêmica talvez seja maior, impedindo as mulheres de avançarem e chegarem no “topo” da carreira.

- Efeito da raça – Os pesquisadores do movimento *Parent in Science* procuraram saber o efeito da raça na produtividade acadêmica brasileira durante a pandemia. O resultado mostrou que mulheres negras e brancas com filhos foram as mais impactadas no trabalho remoto. Esses grupos se apresentaram como os que menos conseguiram submeter seus artigos científicos para publicação, embora pais acadêmicos não estivessem imunes aos impactos do isolamento, mas foram as mulheres as mais prejudicadas em suas carreiras.



Fonte: Levantamento de dados realizado pelo movimento *Parent in Science*, 2020.

Conforme as figuras, os maiores percentuais corresponderam às mulheres sem filhos que conseguiram submeter seus trabalhos científicos. Assim, 77.3% das negras e 79.2% das brancas foram as que mais conseguiram cumprir os prazos relacionados com a produtividade acadêmica envolvendo artigos, relatórios, bolsas, prestação de contas, etc. Os dados apontaram menores percentuais para as mulheres com filhos, negras (68.2%) e brancas (66.4%), que conseguiram submeter seus trabalhos acadêmicos e cumprir prazos.

Esses dados mostraram que a desigualdade de gênero na ciência é um desafio urgente e a maternidade desempenha um papel importante nela. Entretanto, vale lembrar que essa desigualdade precede a Covid 19, muito embora a pandemia tenha agravado um problema estrutural já existente, tornando mais desafiadora uma evolução que caminhava devagar para as mulheres. Os últimos anos testemunharam o surgimento de muitas iniciativas que desencadearam mudanças para solucionar esse problema. Daí porque se chama atenção para a importância de se avançar com ações de políticas afirmativas e metas claras evitando que essa pandemia aprofunde ainda mais a lacuna de gênero na ciência.

CONCLUSÕES


Conforme o que se expôs no conteúdo deste Artigo, considerou-se que, no contexto de isolamento social, no qual se atribui às mulheres a maior carga de trabalho e exigências de cuidados em relação aos filhos, a produtividade acadêmica foi drasticamente reduzida. Sendo assim, percebeu-se que atividades tão necessárias à produção acadêmica de qualidade, como dar sequência à leitura dos textos e avançar em reflexões mais profundas e críticas, tornaram-se cada vez mais complexas de serem realizadas. Para além dos cansaços físico e mental sentidos, as preocupações constantes com o risco de adoecimento próprio e dos familiares levaram a uma total vulnerabilidade e até a um bloqueio de processos de escrita, leitura e outras formas de coleta de dados imprescindíveis à consolidação da pesquisa.

Esta reflexão responde a questões levantadas neste trabalho sobre os grandes impactos que as mulheres cientistas vêm enfrentando nesse momento do isolamento do trabalho em casa e, também, sobre essa transição que envolve a pandemia e que reforçou a desigualdade de gênero. Entender esses motivos pode ser simples e, ao mesmo tempo, complexo, ao se compreender o quanto a concepção sobre como funciona a “divisão sexual do trabalho” ainda está impregnada na sociedade e nas famílias, haja vista que os homens, no sentido da produção acadêmica, estão com melhor representação percentual. Isto significa dizer que, embora os homens pais não sejam imunes aos impactos do isolamento, tradicionalmente, são as mulheres que carregam a carga mais pesada. E as mulheres ainda correm o risco de sofrerem penalidades por serem mães, porque, ao invés de trabalharem as suas pesquisas, dedicam tempo com atenção aos filhos pequenos e às tarefas domésticas. Esse é um grande desafio para as mulheres, de conciliarem maternidade e produção acadêmica.

Por fim, é interessante ressaltar que a crise da Covid-19 e as novas dinâmicas sociais por ela impostas tornaram ainda maiores os obstáculos enfrentados pelas mulheres cientistas que precisam trabalhar. Tentar conciliar as diversas demandas que emergem na vida cotidiana da família com a necessidade de trabalho profissional é um exercício diário e um dilema que pode estar longe de ser resolvido, visto que isto aflige grande parte das mães trabalhadoras. Por isso, essa discussão não pode e não deve parar por aqui, ao contrário, é importante em outra oportunidade continuar analisando as implicações que o entrelaçamento entre gênero, família e trabalho têm, ainda hoje, para o estabelecimento de relações mais igualitárias entre homens e mulheres no país.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. 2020. *Home office foi adotado por 46% das empresas durante a pandemia*. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/economia/noticia/2020-07/>. Acesso em: 24 de março de 2021.
- AGÊNCIA SINC SOCIEDADE. 2020. Disponível em: <https://www.agenciasinc.es/Reportajes/Estoy-fallando-como-investigadora-y-madre-la-COVID-19>. Acesso em 27 de março de 2021.
- AGÊNCIA USP DE GESTÃO E INFORMAÇÃO ACADÊMICA. 2020. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/noticias/49310/>. Acesso em: 23 de março de 2021.
- BRIGUGLIO, Bianca et al. 2020. As proposições teórico-metodológicas de Danièle Kergoat e Helena Hirata. *Revista Política e Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Sociologia* – Vol. 1, Ano 37, n.53 (jun./dez.2020). João Pessoa, UFPB, 2020.
- BUSS, Paulo Marchiore; LIMA, Nísia Trindade; SOUSA, Rômulo Paes. La pandemia de COVID-19: una crisis sanitaria y humanitaria. 2020. *Cadernos de Saúde Pública* nº 36. 24 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n7/e00177020/>. Acesso em 23 de março de 2021.
- C6 BANK NOTÍCIAS, DATAFOLHA/C6 BANK. 2020. *Pandemia é pior para mulheres, pretos e pardos e classes mais baixas*. Recuperado de: <https://medium.com/c6banknoticias/datafolha-c6-bank-pandemia-%C3%A9-pior-para-mulheres-pretos-e-pardos-e-classes-mais-baixas-ca116bfd6643>.
- DELPHY, Cristine. 2002/1. *L'ennemi principal économie politique du patriarcat*. Tome 1 _____ . 2002/2. *L'ennemi principal. Penser le genre*. Collection « Nouvelles Questions Féministes ». Paris: Éditions Syllepse, 2002/1. Vol. 21. Pages 126 à 133. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2002>.
- Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sociografia/>. Acesso em 15 de março de 2021.
- ESTRELA, Fernanda Mateus et al. 2020. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. *Ciência & Saúde Coletiva*. Vol. 25, nº 9. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232020000903431>. Acesso em: 27 de março de 2021.
- GLOBO. com: <https://g1.globo.com/bem-estar/Corona-virus/noticia/2021/03/24/>.
- International Labour Organization. (2020, 07 de abril). *ILO Monitor: Covid-19 and the world of work*. Second Edition. Updated estimates and analysis. Geneva, Switzerland: Autor Recuperado de https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefing-note/wcms_740877.
- LERNER, Gerda. 2019. *A criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. In Sellera Luiza (trad.). São Paulo: Cultrix.
- LINKEDIN. 2020. *Brasileiros estão mais estressados no home office*. Disponível em: <https://www.linkedin.com/news/story/>. Acesso em 24 de março de 2021.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. 2003. Divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. P. 111-123. São Paulo, Brasil, Senac.



PARENT IN SCIENCE. 2020. *Como a Pandemia de COVID-19 está afetando a vida de cientistas no Brasil?* Disponível em www.parentinscience.com. Acesso em: 27 de março de 2021.

PEREIRA, Lucélia Luiz. 2020. *Pandemia tem cor, raça e gênero*. <https://www.abrasco.org.br/site/gtra-cismoesaude/2020/11/20/pandemia-tem-cor-renda-e-genero>. ABRASCO, GT Racismo e Saúde, 2020.

PSDB mulher. 2020. *Mulheres cientistas relatam desafios enfrentados com a pandemia no RS*. Disponível em <https://www.psdb.org.br/mulher/>. Acesso em 28 de março de 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry. 2008. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

SANTOS, Gisele Moreira dos. e JORGE, Daisy. 2019. *Desigualdade de gênero na ciência*. <https://jornal.ufg.br/n/121129-desigualdade-de-genero-na-ciencia>, Jornal UFG, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). 2020. *Desigualdade de gênero em tempos de pandemia e isolamento*. Abril de 2020 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/04/06/>. Acesso em 26 de março de 2021.



Trabalho Doméstico como Essencial no Lockdown do Pará: análise de comentários no Instagram

Las Tareas del Hogar como algo Esencial en Lockdown do Pará: análisis de comentarios de Instagram

Domestic Labour as Essential at Lockdown do Pará: Instagram comment analysis

Camila Fagundes Leal
Danila Cal

Resumo: Analisa-se a discussão, no contexto da pandemia da Covid-19, sobre o trabalho doméstico como serviço essencial no *lockdown* em perfis ligados ao governo do Pará e à prefeitura de Belém (PA) no *Instagram*. Fundamenta-se a pesquisa nas relações conceituais entre esfera pública e mídias digitais. Recorre-se ainda a perspectivas sociais, culturais e de gênero relacionadas ao trabalho doméstico na Amazônia. A metodologia se baseia em análise de conteúdo e de similitude. Ao final desta pesquisa, concluímos que houve um embate de discursos e posicionamentos sobre se o trabalho doméstico deveria ser atividade essencial e que esse processo foi promovido principalmente pela interação entre perspectivas ativistas e não ativistas, ao mesmo tempo em que identificamos resquícios coloniais que ainda sustentam opressões ligadas ao trabalho doméstico.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico. *Lockdown*. *Instagram*. Debate Público. Interseccionalidade.

Resumen: Se analiza la discusión, en el contexto de la pandemia Covid-19, sobre el trabajo doméstico como servicio esencial en *lockdown* en perfiles vinculados al gobierno de Pará y la ciudad de Belém (PA) en *Instagram*. La investigación se basa en las relaciones conceptuales entre la esfera pública y los medios digitales. También utiliza perspectivas sociales, culturales y de género relacionadas con el trabajo doméstico en la Amazonía. La metodología se basa en el análisis de contenido y similitudes. Al final de esta investigación, concluimos que hubo un choque de discursos y posiciones sobre si el trabajo doméstico debe ser una actividad esencial y que este proceso fue promovido principalmente por la interacción entre las perspectivas activistas y non-activistas, a la par que identificamos vestigios coloniales que aún soportan la opresión ligada al trabajo doméstico.

Palabras clave: Trabajo doméstico. *Lockdown*. *Instagram*. Debate Publico. Interdeccionalidad.

Abstract: It analyzes the discussion on domestic labor as an essential service at lockdown in the context of pandemic Covid-19 in profiles linked to the government of Pará and the city of Bethlehem (PA) on Instagram. The research is based on the conceptual relationships between the public sphere and digital media. It also uses social, cultural and gender perspectives related to domestic work in the Amazon. The methodology is based on content and similarity analysis. At the end of this research, we concluded that there was a clash of discourses and positions on whether housework should be an essential activity and that this process was mainly promoted by the interaction between activist and non-activist perspectives, while we identified colonial remnants that still sustain oppression linked to domestic work.

Keywords: Domestic Labor. Lockdown. Instagram. Public debate. Intersectionality.

Camila Fagundes Leal – Graduanda em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (COMPOA). Bolsista de iniciação científica do CNPq. E-mail: cah.jorn@gmail.com

Danila Cal – Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará. Uma das líderes do Compoa. E-mail: danila@ufpa.br

INTRODUÇÃO

(...) *Eles acham que as empregadas domésticas não são gente.*

Elzalina Pamplona, trabalhadora doméstica (SANTOS *et al.*, 2020, p.125)

O primeiro caso de COVID-19 no Brasil ocorreu em 26 de fevereiro no Estado de São Paulo¹. Sem tratamentos efetivos e com a ausência de vacina até aquele momento, a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) foi o isolamento social, devido ao período de incubação do vírus de 7 a 15 dias (SOTERO; SOARES, 2020, p.92). Dentre as estratégias adotadas por diversos Estados brasileiros para impedir a disseminação do vírus, está o *lockdown* (confinamento). “O *lockdown* é tido como eficaz para reduzir a curva de casos e reorganizar o sistema em situação de aceleração descontrolada de casos da doença e de óbitos” (SOTERO; SOARES, 2020, p.106). Quando adotado, a população, em geral, não tem permissão para sair de casa, salvo em casos excepcionais listados em decretos estaduais e municipais.

Em 05 de maio de 2020, entrou em vigência no Estado do Pará o Decreto nº 729, que dispunha sobre o *lockdown*, que ocorreu de 07 a 17 de maio e foi estendido até o dia 24 do mesmo mês. Dentre as 59 atividades essenciais permitidas no período estavam “serviços domésticos”. O decreto foi assinado pelo Governador do Pará, Helder Barbalho, e por dez prefeitos de municípios do Estado do Pará, inclusive o de Belém (PA).

O fato de o trabalho doméstico estar inserido na categoria essencial gerou grande repercussão na internet e figurou em vários portais noticiosos nacionais. Após o desdobramento da discussão sobre esse assunto, o governo lançou, dois dias depois, uma retificação do decreto, não retirando, mas especificando o tipo de serviço doméstico considerado essencial, o que foi acompanhado pelas prefeituras:

58. Serviços domésticos, prestados a empregador que atue em atividade/serviço essencial, na forma do decreto, desde que destinado ao cuidado de criança, idoso, pessoa enferma ou incapaz, ou quando o empregador for idoso, pessoa enferma ou incapaz, devendo tal circunstância constar em declaração a ser emitida pelo contratante, acompanhada da CTPS quando for o caso. (PARÁ, 2021, após retificação).

A partir desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a discussão sobre o trabalho doméstico como serviço essencial no *lockdown* em Belém no *Instagram*, nos perfis do governo do Estado, do governador do Pará (Helder Barbalho - MDB) e da prefeitura e do prefeito de Belém (Zenaldo Coutinho – PSDB). Consideramos que o *Instagram*², como mídia digital de amplo alcance, configura-se como ferramenta em potencial para o debate público, como ambiente propício para tematização de temas políticos relevantes.

Fundamentamos este trabalho nas discussões sobre esfera pública e debate público. Segundo Habermas (2003), as mídias possuem o potencial de generalização de processos de discussão pública, retirando-os de espaços localizados e os ampliando espaço e temporalmente. Além disso,

¹ Mais informações disponíveis em: <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/>

² Selecionamos o *Instagram* por ser uma das redes sociais digitais que mais cresceu nos últimos tempos entre eleitores e representantes políticos, sendo o Brasil o terceiro país com mais usuários do *Instagram* de acordo com a plataforma Statista (2021), ficando atrás de Estados Unidos e Índia. Atualmente, são 99 milhões de brasileiros utilizando a rede social.

no processo de circulação do poder político, a sociedade, por meio do poder comunicativo, pode pressionar e demandar ações, políticas e mudanças ao sistema político, que detém o poder administrativo (HABERMAS, 2003). Por sua vez, o trabalho doméstico, por suas raízes históricas raciais, classistas e de gênero, é uma pauta relevante no campo da comunicação e política (CAL, 2016; CAL; BRITO, 2020).

Como procedimentos metodológicos, selecionamos para análise 21 postagens do *Instagram* dos perfis do então prefeito Zenaldo Coutinho, do governador do Estado, Helder Barbalho, prefeitura de Belém e do governo do Estado, no período de 04 a 26 de maio de 2020, quando ocorreu o primeiro *lockdown* em Belém. A partir desse material, realizamos análise de conteúdo, a luz de Bardin (1977), para extrair resultados gerais. De modo complementar, selecionamos três postagens que trataram principalmente do trabalho doméstico e realizamos análise de similitude, por meio do software *Iramuteq*, que ajudou a visualizar as principais linhas de discussão dos comentários e suas conexões.

1. Trabalho Doméstico no *Lockdown*: essencial é discorrer sobre

(...) como se a gente fosse um objeto e existisse apenas para fazer as coisas; como se a gente não tivesse família e não corresse o mesmo risco que eles; como se a gente não tivesse um corpo; como se a gente não fosse um ser humano, mas uma coisa pra eles - Delha dos Santos, trabalhadora doméstica (SANTOS et al, 2020, p.125)

O Decreto nº729/2020 que dispunha sobre o *lockdown* foi assinado pelo governador Helder Barbalho (MDB) e por dez prefeitos de municípios do Estado, dentre eles Zenaldo Coutinho (PSDB), prefeito de Belém. O fato de essas autoridades, que representam o poder público e a gestão política institucional e oficial, terem discutido previamente o Decreto e não terem questionado a inserção dos serviços domésticos como essenciais mesmo quando há necessidade sanitária de um *lockdown*, deve-se, em grande medida, a nosso ver, ao fato de ser um trabalho perpassado pelo racismo, sexismo, classismo e patriarcalismo (CAL, 2016; GONZALEZ, 2020; CARNEIRO, 2011). O trabalho doméstico é uma realidade brasileira advinda das raízes escravocratas do nosso país, onde o colonialismo está enraizado como afirma Gonzalez (2020), mas é constantemente invisibilizado por ser estruturante de diversas nações mundo afora (SOUZA; MEDEIROS; MENDONÇA, 2020).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)³ de dezembro de 2019, o trabalho doméstico brasileiro é precário, com baixos rendimentos ou proteção social, perpassado pela discriminação e pelo assédio. São mais de 6 milhões de trabalhadores domésticos, sendo 92% mulheres, em sua maioria negras, de baixa escolaridade e renda (IPEA, 2019). Esses dados são reiterados na pandemia, quando as desigualdades interseccionais relacionadas ao trabalho doméstico ficam ainda mais agudizadas (CAL; BRITO, 2020). Um exemplo disso é o fato de a primeira morte por Covid-19 no Rio de Janeiro ter sido de uma empregada doméstica, cuja a patroa, recém-retornada da Itália, estava doente, mas não avisou a trabalhadora, nem a dispensou de forma remunerada no período de quarentena. Outro acontecimento trágico nesse cenário é a morte do menino Miguel Otávio, filho de uma trabalhadora doméstica, aos cinco anos de idade, após cair de 35 metros de altura no prédio em que os então patrões de sua mãe, Mirtes Renata Souza, moram, num bairro de

³ Ver mais em: https://www.ipea.gov.br/porta1/index.php?option=com_content&view=article&id=35255&Itemid=9

classe alta do Recife-PE. Sari Corte Real, ex-patroa de Mirtes, responde em liberdade na justiça por abandono de incapaz resultante em morte. Ainda não foi julgada, nem há previsão de julgamento. No contexto da pandemia, observamos como afirmam Cal e Brito (2020), citando David Harvey, que a crise sanitária que temos vivido se configura como uma pandemia de classe, gênero e raça.

Gonzalez (2020) ressalta a necessidade de construção de um olhar para a experiência das mulheres negras e suas vivências sem naturalizá-las. Nas análises sobre as representações da mãe preta e mucama, doméstica e mulata, Gonzalez destaca que os estereótipos em torno da mulher negra que limitavam o lugar dela na sociedade: “De mucama à mulata profissional, de mãe preta à doméstica” (GONZALEZ, 2020, p.19). Papéis esses que são construídos social, política e economicamente para a manutenção das desigualdades presentes na exploração do trabalho doméstico e suas imbricações no sistema capitalista, como observou Ann DuCille (1994), citada por Conrado (2020, p.73).

Quando trazemos a discussão sobre trabalho doméstico para o contexto amazônico, verificamos ainda mais a necessidade de pesquisas na região e de um olhar atento para suas especificidades. Na Amazônia, de maneira geral, o trabalho doméstico perpassa intersecções ainda mais complexas como a instituição das “crias de família” (MOTTA-MAUÉS, 2020; CAL, 2016; DANTAS, 2020; BRITO, 2020). Após a Lei do Ventre Livre e a abolição da escravidão, Motta-Maués (2020) relata uma espécie de “distribuição compulsória” de crianças e jovens enviados à capital, Belém, para formar um corpo de trabalhadores para serviços públicos: “E que, num desvio de finalidade, eram encaminhados às casas de autoridades do Estado para emprego nos serviços domésticos” (MOTTA-MAUÉS, 2020, p. 38).

A autora considera que esse processo pode ter sido precursor da instituição das “crias de família”, sistema que consiste numa espécie de apadrinhamento de crianças vindas dos interiores, sob promessa de educação (MOTTA-MAUÉS, 2020; CAL, 2016; BRITO, 2020) e que, no caso principalmente de meninas, demanda uma retribuição como a realização dos serviços domésticos (CAL, 2016). Motta-Maués (2020) destaca que há uma expectativa por parte dos patrões (e social, podemos dizer) de que a servidão se perpetue. Segundo Motta-Maués (2020, p. 46), há uma oscilação entre a situação de “criada” e “filha de criação”, totalmente distinta do sistema de adoção formal: “É justamente seu estatuto localizado, esdruxulamente, entre essas duas categorias, que dá à “cria” seu perfil e sua posição particulares na já longa história de sua presença nos lares da Amazônia”. Esse costume naturalizado social e culturalmente torna ainda mais difícil a percepção das opressões pelas quais as mulheres, principalmente, estão sujeitas, no âmbito do trabalho doméstico.

Sob um olhar micro, no Pará, estamos falando de uma região historicamente marcada pelo distanciamento do centro do país e subalternizada em diversos setores como econômico e social (CRUZ, 2019). Sob um olhar macro, falamos de um país de herança escravocrata, patriarcal e classista (RIBEIRO, 2016). Por essas razões, o olhar interseccional é fundamental para pensar o trabalho doméstico na região e no Estado. “Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras (...) É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável.” (RIBEIRO, 2016, p. 101). Portanto, é preciso enxergar e problematizar o trabalho doméstico como majoritariamente feminino, feito por mulheres negras e pobres, o que pode contribuir para aprofundar o debate sobre o assunto e estimular o desenvolvimento de políticas mais justas.

2. *Instagram* e seu Potencial para Debate Público

Segundo Habermas (2003), a sociedade civil é composta por movimentos, organizações e associações que captam ecos de problemas sociais com ressonância nas esferas privadas, condensados e transmitidos posteriormente para a esfera pública política. Sendo o núcleo da sociedade civil uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas (2003, p.99). Um exemplo disso pode ser visto no próprio debate público a respeito da legislação que envolve o trabalho doméstico:

O debate sobre a “PEC das Domésticas” tematizou a equiparação dos direitos das trabalhadoras aos já previstos para os demais trabalhadores e os desdobramentos sobre o cotidiano de trabalhadores e patrões. A visibilidade – a repercussão midiática, sobretudo –, foi fundamental para construção de opiniões públicas e de vontade política sobre esse assunto e, após a aprovação, os *media* foram centrais no processo de esclarecimento sobre a PEC, numa segunda via do processo de circulação do poder político por meio da esfera pública (CAL; LOPES; REZENDE, 2020 p.183, grifo no original).

Nesse sentido, cabe investigar as discussões referentes às postagens nos perfis políticos relacionados ao episódio do trabalho doméstico enquanto essencial no *lockdown* de Belém, vendo nas postagens, legendas, vídeos e comentários a possibilidade dessa circulação de discursos e disputas, entendendo o *Instagram* como um espaço midiático de esfera de visibilidade social (SAMPAIO *et al.*, 2020; RECUERO; SOARES, 2020).

O *Instagram* é uma rede social que surgiu em outubro de 2010 e hoje se configura como uma plataforma na qual os usuários compartilham imagens e vídeos acompanhados de mensagens, que vão desde a publicação de fotos no *feed* ao compartilhamento de vídeos nos *stories*. Possui novos recursos de vídeo como *Reels* e IGTV. O IGTV compartilha vídeos de média ou longa duração, podendo ter diversos formatos de desenvolvimento. Já o *Reels* produz vídeos curtos de 15 a 30 segundos (CAL; KAHWAGE, GONÇALVES, 2020).

Para Gomes (2014), as redes sociais “não apenas capturam, agregam e condensam os temas sociais, como também são meios de amplificação de questões, isto é, meios de aumentar-lhes eco, intensidade e volume, de forma a chamar a atenção inclusive dos meios de massa e do seu público, de um lado, e/ou da administração pública” (GOMES, 2014, p. 19).

Sobre esfera pública, Habermas (2003) afirma que se trata do espaço comunicativo gerado a partir de processos de debate público e por meio do qual é possível, por um lado, a sociedade civil pressionar o sistema político para que considere demandas sociais e, por outro, que o sistema político busque legitimar suas ações e políticas. Podemos, então, considerar as redes sociais como alguns dos ambientes em que se processam conversações políticas, nas palavras de Gomes (2014) “conversações digitais alargadas”, e mesmo debates públicos.

As conversações cotidianas configuram-se como elementos importantes na formação de opinião de indivíduos de uma sociedade. Mansbridge (2009), em um texto originalmente publicado em 1999, chamou atenção para esse fato ao propor uma perspectiva sistêmica do processo deliberativo, que levassem em conta as conversações em espaços informais, mais ligados ao cotidiano, como fundamentais para construção de opiniões políticas. “Por essa perspectiva, um debate não deve levar em consideração apenas uma argumentação racional, mas também as estratégias comunicativas subjetivas

empregadas pelos indivíduos – tais como a presença de narrativa e emoções” (SARAIVA; RIZZOTTO, 2021, p. 05). No episódio da discussão sobre o trabalho doméstico, considera-se o *Instagram* não só como ambiente para a formação da opinião pública, mas enquanto palco para discussões entre sociedade civil e instituições políticas capazes de ultrapassar o ambiente digital e incidir em decisões políticas.

Fuchs (2015) pondera, porém, que não podemos falar de discussão política nas mídias digitais sem levar em consideração os constrangimentos do sistema capitalista. Segundo o autor, mídias capitalistas (como, por exemplo *Google*, *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*) podem limitar a esfera pública por conta dos seguintes fatores: concentração de mídia, conteúdo comercializado e tabloidizado, desigualdade de poder no sentido de que dá aos proprietários a possibilidade de influenciar o conteúdo. Além disso, a lógica de lucro e da publicidade torna as organizações de mídia dependentes da lógica do mercado e dos bens, tendendo a excluir as vozes que questionam esta lógica. No *Instagram*, foco deste trabalho, as informações recebidas podem ser utilizadas para promover conteúdo personalizado e diversas formas de marketing, além de filtragens de conteúdos por meio de algoritmos que podem limitar expressões (FUCHS, 2015).

3. Metodologia da Pesquisa

Para realizar o objetivo do artigo de analisar como se deu a discussão sobre o trabalho doméstico como serviço essencial no *lockdown* em Belém na plataforma *Instagram* nos perfis da prefeitura de Belém, do governo do Pará e seus representantes, recorreremos à análise de conteúdo (Bardin, 1977), que consiste num conjunto de técnicas que explora e sistematiza por categorias o objeto de análise. Com isso, é possível descobrir informações e fazer confirmações a partir da sistematização e descrição de conteúdo.

Selecionamos 21 postagens do *Instagram* do então prefeito Zenaldo Coutinho 1). (@zenaldoprefeito); do governador do Estado do Pará, Helder Barbalho 2). (@helderbarbalho); do perfil da prefeitura de Belém 3). (@prefeiturabelem); e do perfil do governo do Estado 4). (@governopara). O período das postagens corresponde ao mês de maio de 2020, quando ocorreu o primeiro *lockdown* em Belém. A coleta foi feita manualmente em novembro de 2020, checando, nos perfis investigados, postagens que se referissem a: *lockdown*, serviços essenciais, serviços domésticos.

Após essa etapa, foi criado um livro de códigos com 15 variáveis: V01. Número da Postagem (para identificação por nº); V02. Data da postagem; V03. Perfil (@ dos perfis institucionais e pessoais do governador e do prefeito); V04. Tipo de postagem; V05. Temática principal; V06. Número de comentários (no momento da coleta); V07. Número de curtidas; V08. Número de visualizações (quando formato audiovisual); V09. Descrição da postagem (texto/legenda); V10. Decupagem (em caso de vídeo); V11. Tag(s) utilizada(s); V12. Descrição da imagem (quando for diferente da arte institucional); V13. Anexo das imagens para guardar no banco de dados; V14. Observações da pesquisadora; V15. Data da coleta.

A análise de dados foi feita a partir de duas estratégias metodológicas:

1) Análise quantitativa, em que foram analisadas as variáveis: V03, V04, V05, V06, V7, V08 e V11, a fim de fazer comparativos entre os perfis. As variáveis e V09, V10 foram analisadas através do *Iramuteq*⁴, especificamente por meio de nuvem de palavras, a fim de reiterar e confirmar os dados quantitativos encontrados nos perfis.

⁴ O *Iramuteq* é um software que possibilita visualizar a semântica entre os termos de um *corpus* textual apresentando tendências e padrões de conteúdo (SILVA; CASSIANO; CORDEIRO, 2019 *apud* CORDEIRO *et al* 2019, p.02). Segundo Cordeiro *et al.* (2019), o software realiza procedimentos que identificam grupos textuais com base em similaridade de conteúdo, permitindo conhecer termos de maior frequência.

2) Análise de similitude, por meio do *Iramuteg*, cujo detalhamento explicaremos mais adiante, a partir dos comentários das postagens que falavam em específico sobre a discussão do trabalho doméstico como essencial a fim de debater a respeito da conversação política sobre o assunto.

4. Resultados e Discussão

A Tabela 1 nos proporciona uma análise quantitativa e tem objetivo de mostrar qual perfil mais engaja e qual menos engaja a partir da quantidade de postagem, comentários, curtidas e visualizações das postagens dos perfis no período selecionado para análise (maio de 2020). Foi possível identificar que tipo de postagem e as temáticas mais recorrentes, quais as *tags* mais utilizadas e, ainda, realizar uma análise mais atenta dos conteúdos cujo trabalho doméstico era o foco.

Tabela 1 - Comparativo de alcance entre perfis

Perfil	Quantidade de posts	Comentários		Curtidas		Visualizações	
		maior*	menor**	maior	menor	maior	menor
@zenaldoprefeito	7	278	7	646	205	6584	1163
@helderbarbalho	4	1722	200	16700	2108	80400	45900
@prefeiturabelem	5	279	5	3878	480	não se aplica	não se aplica
@governopara	5	552	42	8811	566	4504	não se aplica

* Maior quantitativo encontrado referente à variável indicada;

** Menor quantitativo encontrado referente à variável indicada.

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 1 nos dá um panorama geral de dados quantitativos por perfis. Mostra que o perfil que mais postou foi o do prefeito Zenaldo Coutinho, porém, em número de comentários, curtidas e visualizações, o perfil do governador Helder Barbalho se destaca. Quando olhamos para o menor número de comentários, curtidas e visualizações, temos o prefeito e o perfil da prefeitura se sobressaindo. O post mais comentado (1722) e curtido (16.700) foi uma postagem do dia 05/05/2020 com a imagem do print do Twitter do governador, em que ele reclama do baixo índice de isolamento social no Pará e fala sobre a necessidade de definição de novas regras de restrição, além disso, reforça os serviços essenciais a serem mantidos.

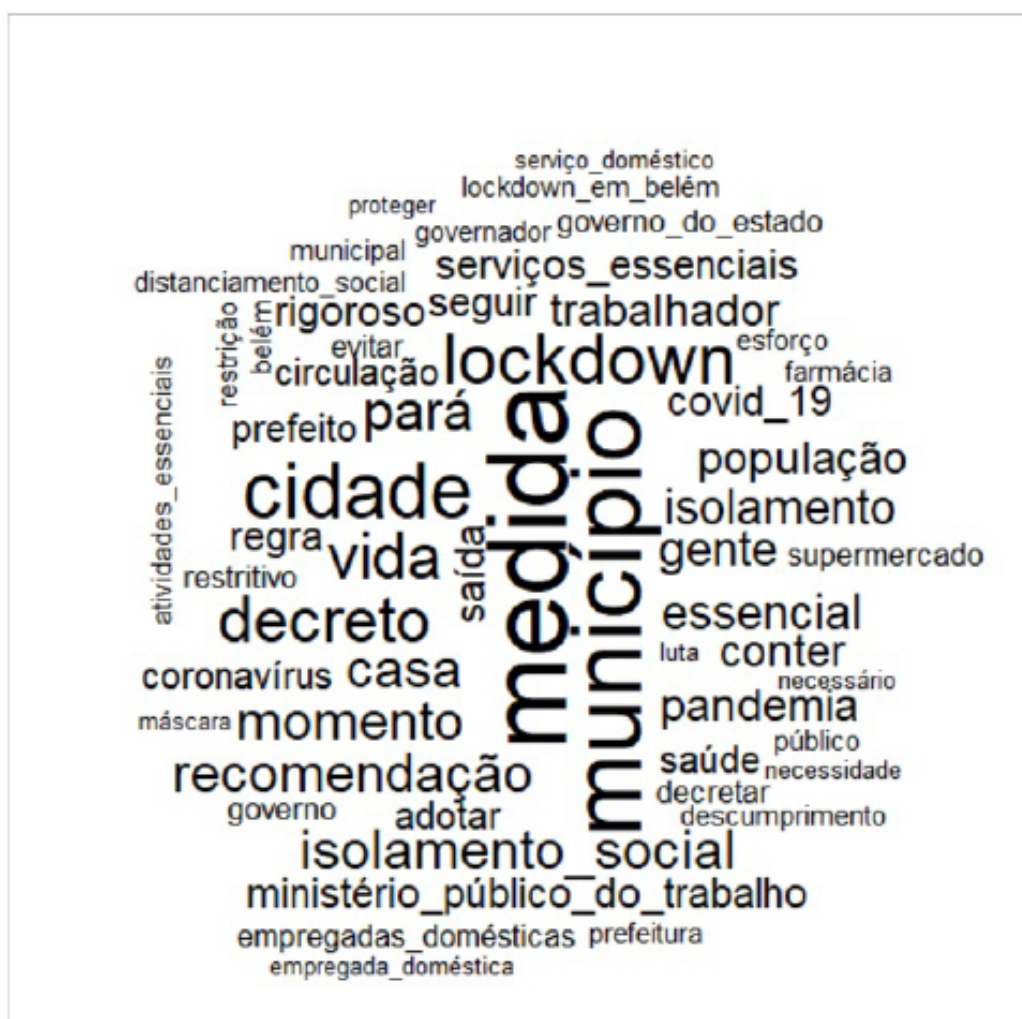
O vídeo mais visualizado (80.400) foi um IGTV a respeito do fim do *lockdown* no Estado pelo perfil do governador, onde ele fala sobre a edição de um novo decreto, cuidados e critérios técnicos e um meio termo entre *lockdown* e isolamento social. Tanto o post com menor número de curtidas, quanto o post com menor número de comentários referem-se a posts com artes institucionais sobre o fim do *lockdown*. Um destaque para o vídeo menos visualizado: um IGTV

postado no dia 07/05/2020, postado pelo prefeito Zenaldo Coutinho, onde ele discorre a respeito do novo decreto, dos serviços essenciais e dos serviços domésticos enquanto categoria de serviços essenciais.

A partir da análise de conteúdo, foi possível identificar que, das possibilidades de postagens existentes no *Instagram* (IGTV, *Reels*, *Cards*/Artes Institucionais, Vídeos e Fotos), a categoria *Cards*/Artes Institucionais é a que se sobressai de maneira geral com 12 postagens no total. Dentre as temáticas “Início *lockdown*”, “Coronavírus”, “Trabalho Doméstico”, “Serviços Essenciais” e “Fim *lockdown*”, a mais recorrente nos quatro perfis foi a referente ao começo do *lockdown*.

A partir do banco de dados, pudemos extrair as legendas e decupagens dos vídeos das postagens a fim de, por meio do *Iramuteq* com a análise de nuvem de palavras, identificar quais palavras foram mais frequentes e inferir os assuntos que mais emergiram. A nuvem de palavras abaixo foi construída a partir da seleção de todos os textos das postagens adicionadas somados às transcrições dos áudios dos vídeos.

Imagem 1- Nuvem de palavras gerada pelo *Iramuteq* dos textos das postagens e transcrições de vídeos



Fonte: Dados da pesquisa.

É possível afirmar que a preocupação maior dos perfis analisados no mês de maio de 2020 foi a reiteração constante da medida de restrição, o *lockdown*, e da necessidade desse isolamento social nos municípios a fim de proteger a vida da população. Empregada doméstica é um termo que surge à margem da nuvem, mostrando o distanciamento da temática em relação ao eixo principal.

A respeito das postagens sobre o Trabalho doméstico como essencial, foi possível identificar que há apenas 03 das 21 postagens que se referem diretamente à temática, e todas partem do perfil do prefeito Zenaldo Coutinho. Os detalhes das postagens podem ser vistos na tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Postagens sobre Trabalho Doméstico como tema principal

Nº post	Tipo post	Comentários	Curtidas	Visualizações
nº1	FOTO	278	646	Não se aplica
nº2	IGTV	41	Não se aplica	1163
nº3	IGTV	62	Não se aplica	2233

Fonte: Dados da pesquisa.

A postagem nº1, publicada em 06/05/2020, é uma imagem de um *tweet* do prefeito em que ele diz:

Informo que à medida que torna o serviço essencial durante o *lockdown* em Belém, está no decreto do Governo, subscrito por mim e mais 9 prefeitos. Portanto, a autoria é conjunta, fruto do entendimento quanto à essencialidade do serviço doméstico, em alguns casos. Os casos são os seguintes: "quando imprescindíveis aos cuidados de criança, idoso, pessoa enferma ou incapaz, caracterizada pela ausência ou impossibilidade de que os cuidados sejam assumidos por pessoa residente no domicílio". Segundo ainda o decreto do @GovernoPara, replicado pelo da @prefeiturabelem, tal circunstância excepcional deve constar em declaração a ser emitida pelo contratante, acompanhada da CTPS quando for o caso.

O post nº 2 é uma *live* postada em 07/05/2020 na qual o prefeito discorre sobre o Decreto nº 729/2020. O post nº 3 é uma versão mais curta dessa *live*, em que foi recortada apenas a parte que discorre sobre o Trabalho doméstico, a qual foi transcrita para esta pesquisa:

(...). O segundo assunto que foi ontem, eu vi até gente de fora me atacando, é a questão das empregadas domésticas, que o decreto municipal e o decreto estadual tratou a respeito. Eu vou buscar exatamente a recomendação dessa instituição que é muito respeitada no Brasil todo, que é o Ministério Público do Trabalho, que é a instituição que defende os trabalhadores na

justiça do trabalho e é exatamente o Ministério Público do Trabalho, através da sua recomendação nacional, que determina, como recomendação, que as empregadas domésticas sejam dispensadas do trabalho com a garantia da sua remuneração, exceto quando seja absolutamente indispensável, como no caso de pessoas cuidadoras e também idosos que residam sozinhos, e também de pessoas que necessitem de acompanhamento permanente, bem como no caso de pessoas que prestem serviços de cuidados à pessoas dependentes de trabalhadoras e trabalhadores de atividades consideradas essenciais neste período. Ou seja, não é uma previsão individual da prefeitura que queira agredir, atacar, de jeito nenhum. Nós estamos acompanhando uma recomendação do Ministério Público do Trabalho a nível nacional, um documento que aqui, no caso da nossa cidade, do nosso estado, foi assinado por mim, foi assinado também pelo governador do estado e foi assinado por mais nove prefeitos de cidades que estão também com essa pandemia. (...).

Observamos no conjunto desses *posts* uma busca por parte do prefeito de justificar seu posicionamento sobre a manutenção do trabalho doméstico como atividade essencial e, sobretudo, a tentativa de dar uma resposta ao questionamento social sobre o assunto. Como modo de responder à sociedade, destaca o respaldo em recomendação do Ministério Público e explica os casos específicos em que o trabalho doméstico passa a ser considerado essencial no *lockdown*.

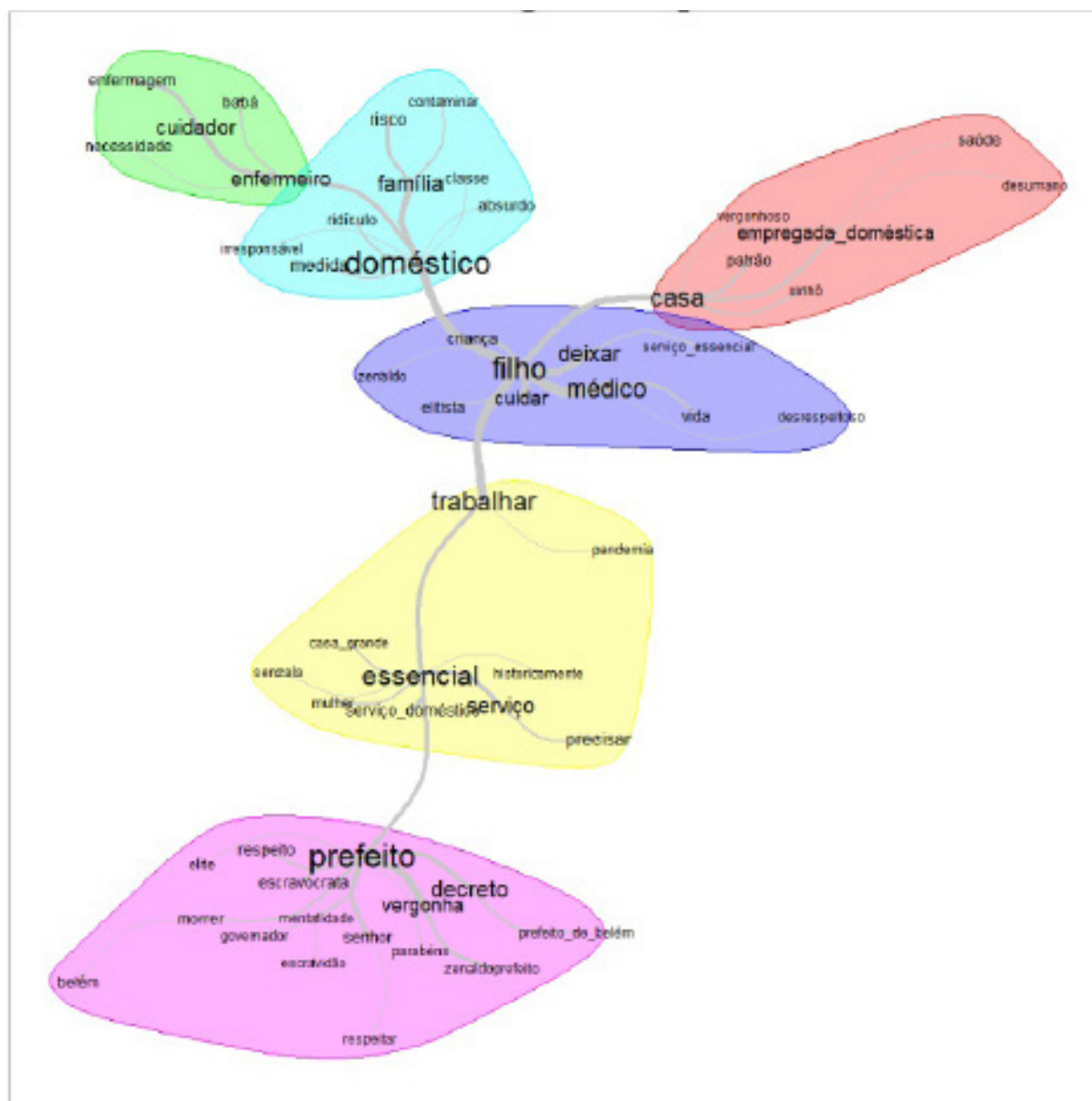
5. Análise de Similitude dos Comentários das Postagens sobre Trabalho Doméstico

Dentro das possibilidades do *Iramuteq*, está a análise de similitude que consiste em um grafo que representa a ligação entre as palavras do *corpus* textual. A partir dela, é possível inferir a estrutura de construção do texto e temas de importância. Para esta pesquisa, a análise de similitude foi usada nos comentários das três postagens que abordaram o trabalho doméstico como temática principal (Ver Tabela 2)⁵. Os comentários agrupados de cada uma das três postagens foram organizados num corpus textual e analisados conjuntamente.

O post nº1, postado pelo perfil do prefeito Zenaldo Coutinho, foi o que mais teve comentários das três postagens sobre o trabalho doméstico como essencial – no total, foram 278. A partir do grafo gerado na análise de similitude, podemos perceber algumas discussões que se destacaram nos comentários: - Em **azul marinho** está a justificativa aceita do trabalho doméstico como essencial: o médico que trabalha não tem com quem deixar seus filhos, dentro dele há comentários de oposição a essa perspectiva, que a acusam de um pensamento de elitista, desumano e desrespeitoso, já puxando para o grafo **vermelho** e **rosa**; - A indignação e o absurdo vistos no decreto também pode ser percebido no grafo por meio da cor **azul turquesa**, que se liga à discussão do elitismo por trás e do questionamento do papel da trabalhadora doméstica enquanto cuidadora, babá, enfermeira; - Muitos comentários relacionaram a situação como um retrato histórico da escravidão e isso aparece na cor **amarela**. É interessante observar como essas ramificações se dão, mostrando o intenso debate entre comentários da postagem.

⁵ Para evidenciar os resultados, foi necessário realizar limpeza nos termos a serem utilizados na análise de similitude, como, por exemplo, verbos considerados “neutros” (estar, falar, continuar, seguir, dentre outros), advérbios de lugar (aí, aqui) e advérbios de modo (bem, mal).

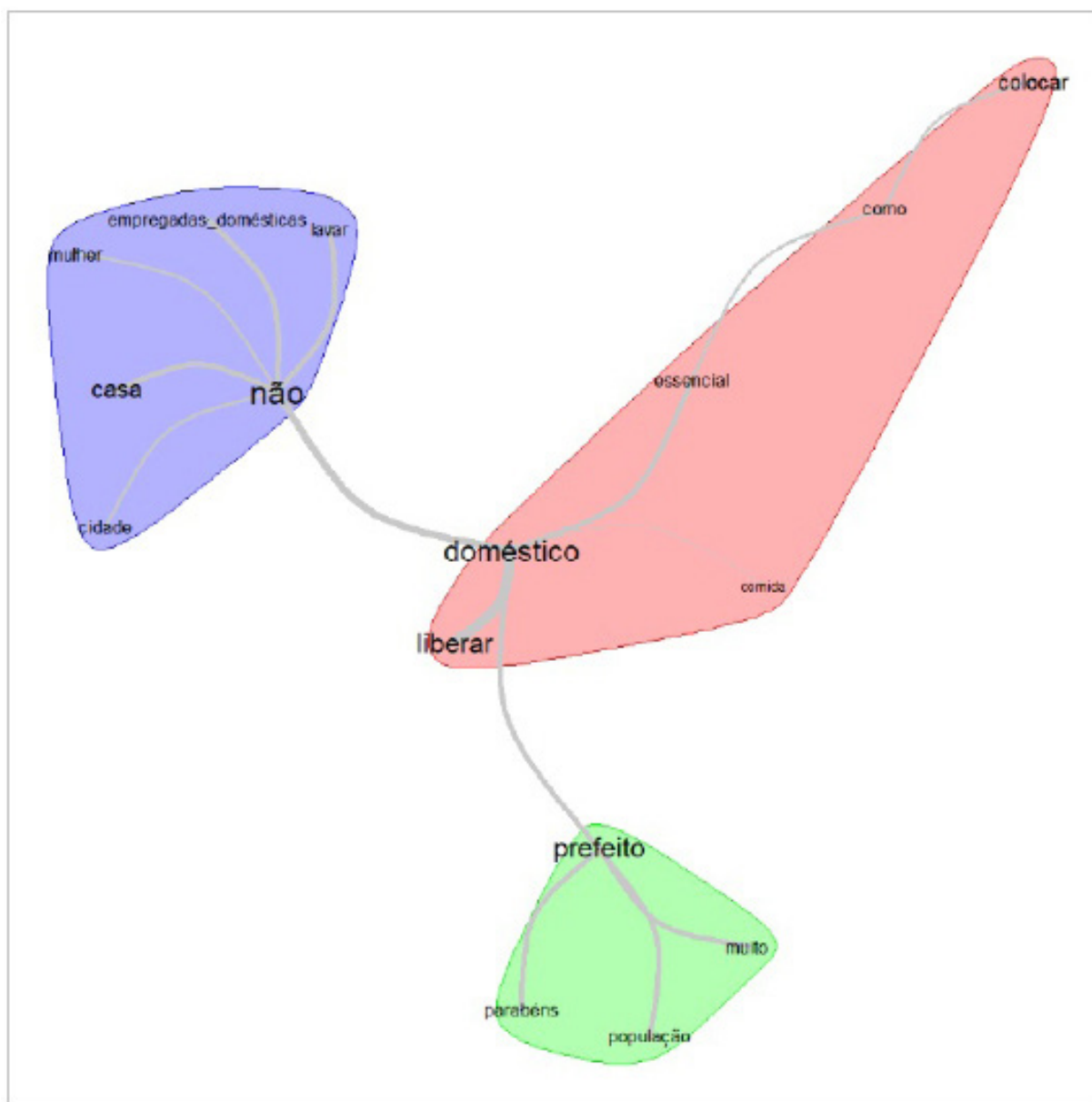
Imagem 2 - Análise de similitude gerada a partir dos comentários do post nº1



Fonte: Dados da pesquisa.

A postagem N° 2, teve 41 comentários, que abordaram, principalmente, o pedido da população para retirada do trabalho doméstico da lista de serviços essenciais, de um lado, e, de outro, pessoas parabenizando a iniciativa do prefeito em relação a seu posicionamento, concordando com o trabalho doméstico no decreto e pela iniciativa de ir a público, por meio de vídeo, explicar os respaldos legais da escolha do trabalho doméstico como essencial em casos especiais.

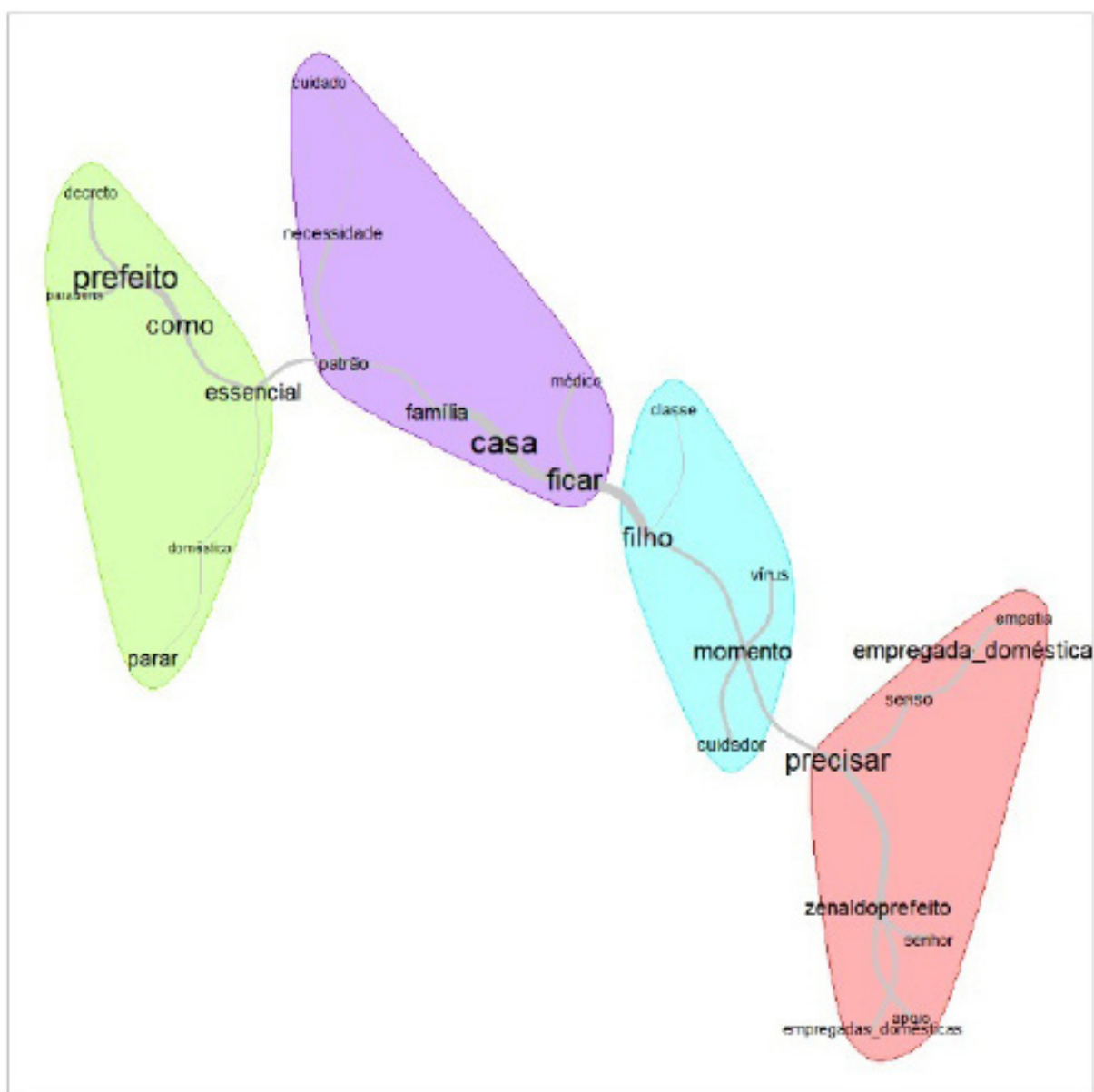
Imagem 3 - Análise de similitude gerada a partir dos comentários do post nº2



Fonte: Dados da Pesquisa.

A postagem nº3 foi um recorte da *live* anterior, apenas da parte que falava do trabalho doméstico. Ela contém 62 comentários similares ao do post nº 1: a justificativa, por parte da própria população, da necessidade das trabalhadoras domésticas enquanto cuidadoras e, por outro lado, a indignação das pessoas pelo trabalho doméstico constar como essencial.

Imagem 4 - Análise de similitude gerada a partir dos comentários do post nº3



Fonte: Autoria própria (2020)

Após a análise de conteúdo e de similitude, podemos destacar que:

- A ausência da discussão a respeito do trabalho doméstico enquanto essencial no perfil do governador. Apesar de a discussão ter adquirido um caráter nacional, foi invisibilizada (ainda que tenha sido mencionada nos comentários) no perfil mais acessado pelo público e também nos demais perfis com exceção do perfil do então prefeito Zenaldo Coutinho, como pode ser visto na Tabela 2;

- No vídeo em que fala sobre trabalho doméstico, Zenaldo se baseia em recomendação do Ministério Público do Trabalho como suporte para a justificativa de manutenção do trabalho doméstico no caso de babás e cuidadores. Dessa forma, amplia a responsabilidade por essa decisão, além de chamar à corresponsabilização o governador e demais prefeitos signatários. Busca, assim, responder a parte dos questionamentos iniciais sobre o trabalho doméstico como essencial;

- A partir da nuvem de palavras somada às outras análises, percebe-se que, no mês de maio, o foco dos quatro perfis investigados foi a reiteração constante das medidas de restrição por conta da pandemia, como *lockdown* e a necessidade do isolamento social. Foram 85,71% das postagens;

- Por meio da análise de similitude dos comentários, dois tipos principais de posicionamentos conflitantes: 1) a discussão a respeito da necessidade do patrão/patroa como justificativa para o trabalho doméstico durante a pandemia; e (2) a afirmação de que se tratava da manutenção de padrões históricos colonizadores reiterados na situação do decreto;

- Podemos observar, após a análise das postagens nº1, nº2 e nº3, no perfil do então prefeito Zenaldo, que não há interação direta entre o perfil oficial e as pessoas que comentam nos *posts*. A interação se dá entre as postagens dos perfis e comentários que são discutidos entre os próprios cidadãos, mas não entre o perfil e a população⁶.

A análise das postagens no perfil do Zenaldo corrobora, de certo modo, o que Marcos García (2018) percebeu em sua pesquisa a respeito da discussão política no *Twitter*⁷. No trabalho dela, um dos achados é que a rede social foi vista como um mero canal de autopromoção e não para se relacionar ou dialogar com os cidadãos. O mesmo é percebido nesta pesquisa a respeito do *Instagram* do ex-prefeito, quando se percebe que a interação se limita à postagem no feed, sem observação do que está sendo dito nos comentários das postagens. A possibilidade de interação entre representantes eleitos e cidadãos é importante para a democracia e potencializa a discussão política (SAMPAIO *et al.*, 2020). O que identificamos foi a tentativa no conteúdo dos *posts* de justificar suas decisões, baseando-se de modo indireto em discursos circulantes na esfera pública.

A interação entre prefeito/prefeitura e cidadãos em relação ao trabalho doméstico como serviço essencial não foi materializada com respostas do prefeito ou de sua equipe aos comentários analisados. Entretanto, os cidadãos que se manifestaram buscavam responder às postagens de Zenaldo com apoio ou questionando a sua decisão. É possível dizer ainda que houve interação entre discursos contrários e favoráveis a partir de comentários. Considerando uma perspectiva ampliada de discussão sobre esse assunto, as reverberações de posicionamentos contrários ao trabalho doméstico como essencial em outros ambientes da internet e na mídia contribuíram para a constituição de uma esfera pública de debate sobre esse assunto e influenciaram a mudança da decisão política em torno desse assunto.

Consideramos que o *Instagram* pode se constituir um dos ambientes de conversação pública nos termos desenvolvidos por Mansbridge (2009), embora a autora não tenha analisado fenômenos na internet, outras pesquisas já fizeram essa aproximação (FONSECA *et al.*, 2020; SARAIVA; RIZZOTTO, 2021).

O que chamarei de “conversação cotidiana” não abrange todos os critérios implícitos no uso ordinário da palavra “deliberação”. Ela não é sempre autoconsciente, reflexiva ou considerada. Mas a conversação cotidiana, se não é sempre deliberativa, é, todavia, uma parte crucial do amplo sistema deliberativo de que as democracias necessitam se os cidadãos devem, em qualquer sentido, se autogovernarem. (...) as pessoas começam a entender melhor o que querem e o que precisam, individual e coletivamente. (MANSBRIDGE, 2009, p. 207)

⁶Observação: Os comentários dos demais perfis não foram analisados para verificar interação entre eles e a população.

⁷“Embora o diálogo seja uma das maiores potencialidades das redes sociais, nem líderes, nem movimentos os exploram minimamente” (2018, p.135).

Mansbridge compreende as conversações cotidianas como importantes para a discussão política, no que diz respeito a um processo mais amplo de formação de opinião e de vontades políticas. O panorama conceitual da autora nos ajuda a identificar pontos importantes da discussão nos comentários, como, por exemplo, no caso do embate entre os comentários que defendiam a importância da manutenção do trabalho doméstico no *lockdown*⁸ com os que argumentavam que isso era reiterar lógicas escravagistas⁹.

Recuero (2020) também concluiu, a partir da pesquisa no *Twitter*, que a discussão política no âmbito da esfera pública se dá em um nível social, em conversações que vão além dos círculos sociais e estão aptos à reinterpretação de acontecimentos sociais (2020, p.04). Porém, a partir da análise, fica o desafio para pensar em como trabalhar e olhar para essas trocas deliberativas que se dão no ambiente virtual. Apesar da possibilidade de assegurar aos interessados em participar do jogo democrático (GOMES, 2005) “tais oportunidades serão aproveitadas apenas se houver uma cultura e um sistema políticos dispostos (ou forçados) a acolhê-los (2005, p.221). Cabe aqui a reflexão de Fuchs (2015) quando fala sobre a lógica das mídias capitalistas dentro das esferas públicas que as limitam. Para que ocorra essa cultura disposta a acolher as discussões das minorias, é necessário plataformas baseadas na lógica dos bens e do serviço público, que precisam de mais visibilidade e mais recursos. De acordo com Fuchs (2015), “Precisamos da descolonização do mundo e da internet para que sejam menos baseados no poder burocrático e econômico e mais ligados à racionalidade comunicativa e à lógica da esfera pública” (FUCHS, 2015, p.65).

No âmbito do trabalho doméstico, os resultados da pesquisa apontam a permanência de heranças do colonialismo, de uma sociedade que segue normalizando opressões sociais de classe, gênero e cor, que são reiteradas pelas instituições políticas governamentais. Por exemplo, a justificativa do trabalho doméstico enquanto essencial amparada pelo Ministério do Trabalho, como dito pelo prefeito Zenaldo e pela constante justificativa da população nos comentários de que trabalhadoras domésticas eram necessárias para cuidar dos filhos dos médicos. Podemos interpretar isso à luz da perspectiva de Saffioti (2004) quando fala em desigualdades de gênero. A desigualdade não é natural, mas sim posta pela tradição cultural, estruturas de poder e agentes envolvidos nas relações sociais. “Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência (...)” (2004, p.75) e, acrescentamos, reiteradas por práticas cotidianas. Por isso, apesar do escopo limitado desta pesquisa, a conversação política que analisamos mostrou que, mesmo numa mídia social como o *Instagram*, foi possível encontrar opiniões divergentes sobre o assunto evidenciado e também a relação entre quem consideramos ativistas (com repertório político mais ligado a lutas feministas) e não ativistas. Observamos isso por meio dos termos e das relações entre eles apresentados pela análise de similitudes.

Na tradição cultural brasileira, é considerado “natural” o fato de 92% das trabalhadoras brasileiras assumirem práticas de cuidados com a casa que vão além do seu escopo de trabalho, cuidados com os filhos de famílias mais abastadas, viabilizando que a patroa, “em sua maioria

⁸ Para ilustrar, citamos dois comentários ao post 3: “Doméstica é uma profissão como muitas e muito respeitada. Não vejo onde está a ofensa em serem essenciais em casos excepcionais”// “Eu também não lhe conheço. Mas o senhor está certo. Infelizmente tem pessoas que preferem fazer mimimi e desrespeitar uma classe apenas para aparecer”.

⁹ Para ilustrar, citamos dois comentários: “As medidas para evitar a contaminação da covid em Belém não se estendem às domésticas, né. Não importa quantas vão morrer, o que importa é a mão de obra delas para servir a tua família e as dos teus iguais. A síndrome de senhorzinho e sinhá nunca deixou de existir. O raça!” (Post 1)// “Prefeito, isso é um retrocesso. Você em nenhum momento se preocupou com as necessidades das trabalhadoras, só com as dos patrões. Assine um decreto explicando que estão liberados e com remuneração, precisamos ler isso (...)” (Post 3).

brancas e com mais recursos, possam exercer suas atividades profissionais, enquanto os homens, majoritariamente, seguem liberados para o mesmo fim.(...)” (CAL; BRITO, 2020, p.14) reiterando as lógicas opressivas e desiguais da divisão sexual do trabalho.

A dificuldade de definição do que seria trabalho doméstico é outro ponto de discussão neste trabalho, pois, como afirma Dantas (2016), dentre as nomenclaturas utilizadas pelas pessoas para denominar trabalhadoras domésticas “existem variações que explicitam algumas atividades em que as trabalhadoras se concentram como cozinheiras, faxineiras, lavadeiras, passadeiras, babás, cuidadoras, acompanhantes, jardineiros, motoristas, seguranças e caseiros(as)” (DANTAS, 2016, p.106). Isso porque as trabalhadoras domésticas desempenham atividades que são negociadas com os patrões e vão se modificando no decorrer do tempo de acordo com as mudanças no cotidiano da família da empregadora (DANTAS, 2016).

Vale pensar, assim, na exploração dessa categoria que, ainda que sob o aparato de leis criadas para sua regulamentação¹⁰, continua sofrendo pela indefinição das atividades concernentes ao trabalho doméstico, estando sujeitas ao excesso de trabalho e aos mais variados tipos de atividades de risco, até mesmo a possibilidade do risco à vida amparado pela lei, como no caso do decreto do *lockdown*. Por meio do debate público ampliado, houve uma mudança no decreto, cuja formulação final foi apresentada na introdução deste trabalho. Ainda assim, argumentamos, a manutenção do trabalho doméstico como atividade essencial ainda apresenta resquícios das opressões interseccionais que o sustentam. Concordamos com Cal e Brito (2020) quando dizem que, ao focalizarmos o trabalho doméstico, ficam evidentes as reiterações coloniais que são divisores de posições sociais e hierarquias valorativas em nossa sociedade, que podem ser combatidas por meio de processos ampliados de discussão, da interação entre ativistas e não-ativistas, das lutas políticas de movimentos como os dos feminismos negros, e da formulação de políticas que considerem esses aspectos.

CONCLUSÕES

Quando o decreto [do lockdown no Pará] saiu todo mundo chamou suas empregadas, um ou outro não chamou. O trabalho doméstico não é um trabalho essencial, importante é, mas não é essencial como o trabalho de um médico, como o trabalho de um guarda municipal, de uma polícia militar, de um bombeiro, não é essencial assim. Está expondo essa trabalhadora, vocês não estão pensando na família dessa trabalhadora.

Lucileide Reis, presidenta da Federação das Trabalhadoras Domésticas da Região Amazônica FETRADORAM (SANTOS *et al*, 2020, p. 125)

Pesquisar sobre o trabalho doméstico é desvelar opressões raciais, de gênero e classe que são cotidianamente reiteradas em nossas leis, nas falas e nas práticas sociais. Isso porque, como afirma González quando fala em racismo (2020, p.132), vivemos num sistema sofisticado suficiente para manter negros na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas.

¹⁰ BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4083999&ts=1594004424265&disposition=inline>.

¹¹ BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm

Sob a perspectiva de gênero, a divisão sexual do trabalho é um *lôcus* de produção de hierarquias que se conjugam com outras opressões (BRITO, 2020).

Quando se normaliza e se aceita que o trabalho doméstico é uma atividade essencial num período de pandemia do novo coronavírus, estamos reiterando e perpetuando essas opressões. O decreto, como documento e como política, institucionaliza a naturalização das desigualdades às quais estão sujeitas as trabalhadoras domésticas e que ficaram ainda mais agudizadas durante a pandemia (CAL, 2020). Como destaca a fala de Lucileide, que abre esta seção, mesmo no pior momento da pandemia em Belém, poucos empregadores dispensaram as trabalhadoras domésticas para fazerem isolamento e a política estadual ainda corroborou isso. Somente a partir da repercussão social e da discussão pública, os governos estadual e da capital ajustaram o decreto para considerar o trabalho doméstico como essencial em casos específicos, ainda assim, o que pode e foi motivo de questionamentos.

Consideramos também profícua a análise do *Instagram* como ambiente comunicacional com capacidade de amplificar questões e estimular processos de conversação política alargada. Nesse sentido, concordamos com Marcos García (2018), segundo quem as tecnologias digitais se converteram, de certo modo, em espaços de cidadania que implicam a vida pública, possibilitando a participação e a manifestação dos cidadãos sem, necessariamente, passar por mecanismos ou posições institucionalizadas. No entanto, as mídias sociais, como empresas, por sua lógica lucrativa, estão sujeitas a interferência daqueles que possuem mais poder, inclusive por meio dos seus algoritmos, e isso também precisa ser considerado. Nesta pesquisa, não foi possível avançar nesse aspecto, mas vislumbramos para uma agenda futura compreender melhor essas limitações para processos de conversação ampliada e debate público no *Instagram* de modo geral, e, de modo mais específico, ampliar a investigação para outras arenas de debate a respeito do trabalho doméstico na pandemia e buscar avaliar também, de modo mais detido, as opiniões das trabalhadoras domésticas sobre esse assunto.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRITO, Rosaly. JUVENTUDES À MARGEM: trabalho doméstico, corpos racializados e violências imemoriais. In: CAL, D.; BRITO, R. (org.). *Comunicação, gênero e trabalho doméstico: das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis*. Curitiba: CRV, 2020, p.49-66. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/904>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CAL, Danila. *Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico. Política, poder, resistências*. – Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19357> . Acesso em: 01 de maio de 2021.

CAL, Danila; BRITO, Rosaly. Desatando o nó de uma ferida colonial. In: CAL, D.; BRITO, R. (org.). *Comunicação, gênero e trabalho doméstico: das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis*. Curitiba: CRV, 2020, p.13-20.

CAL, Danila; KAHWAGE, Nathália; GONÇALVES, Cristiane. A Vereadora “tá on”: Gênero e Interseccionalidade em Campanhas Políticas no Instagram. 2020. In: AZEVEDO JUNIOR, A.; BERNARDI, K.; PANKE, L (org.). *Eleições 2020: Comunicação eleitoral na disputa para prefeituras*. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2020, p.37-52. Disponível em: <https://zenodo.org/record/4812865#.YMIQMvIKjIU>

CAL, Danila; LOPES, Maria Luiza; REZENDE, Thais. De Anjos a Trabalhadoras, de Patrões Gentis a Falidos: enquadramentos sobre a “PEC das domésticas” no jornalismo. In: CAL, D.; BRITO, R. (org.). *Comunicação, gênero e trabalho doméstico: das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis*. Curitiba: CRV, 2020. p.181-204.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CONRADO, Mônica. “Eu carrego comigo sete mulheres: elas viveram e vivem limpando a casa dos outros”: sobre o trabalho doméstico e suas imbricações. In: CAL, D.; BRITO, R. (org.). *Comunicação, gênero e trabalho doméstico: das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis*. Curitiba: CRV, 2020.p.67-84

CORDEIRO, Douglas; VIEIRA, Larissa; CASSIANO, Kátia; SILVA, Nubia. Análise da interação social sobre covid-19 no perfil do ministério da saúde no instagram. *Panorama*. Goiânia, v. 10, n. 2, p. 02-07, jul/dez. 2019.

DANTAS, Luísa. *As domésticas vão acabar? narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada*: Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. [Tese]. Doutorado em Antropologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

FONSECA, Nathália; CAL, Danila; DARWICH, Rosângela. Interfaces entre Comunicação e Feminismos do Sul Global: construindo direcionamentos analíticos. In: CAL, D.; BRITO, R. (org.). *Comunicação, gênero e trabalho doméstico: das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis*. Curitiba: CRV, 2020.p.101-118.

FONSECA, Nathália; LABOISSIERE, Luana; CAL, Danila; CARVALHO, Raphael. Ativismo digital, humor e o questionamento de hierarquias sociais na fanpage “Vagas Arrombadas”. In: CAL, D.; BRITO, R. (org.). *Comunicação, gênero e trabalho doméstico: das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis*. Curitiba: CRV, 2020.p.205-224.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, VII(3): 214-222, setembro/dezembro, 2005.

GOMES, Wilson. *A política na timeline*. Salvador: EDUFBA, 2014.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria (org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.49-62

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos / organização Flavia Rios, Márcia Lima*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

IPEA. Nota Técnica. *Estudo do IPEA traça um perfil do trabalho doméstico no Brasil*. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255&Itemid=9 . Acesso em: 23 de abril de 2021.

MAIA, Rousiley. Mídia e Deliberação: Atores críticos e o uso público da razão. In: MAIA, R.; CASTRO, M.(org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 153-182.

MANSBRIDGE, Jane. A conversação cotidiana no Sistema deliberativo. Tradução: Ângela Cristina Salgueiro Marques. In: MARQUES, A. C. S. (o rg.) *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas*: textos fundamentais. Belo Horizonte: Editora, 2009. p. 207-238.

MARCOS GARCÍA, Sílvia. *Las redes sociales como herramienta de la comunicación política. Uso políticos y ciudadanos de Twitter e Instagram*. Programa de Doctorado en Ciencias de la Comunicación. Escuela de Doctorado de la Universitat Jaume I.2018. p.131-146.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Uma vez “cria” sempre “cria” (?): adoção, gênero e geração na Amazônia. In: CAL, Danila Gentil Rodriguez; BRITO, Rosaly de Seixas (org.). *Comunicação, gênero e trabalho doméstico*: das reiterações coloniais à invenção de outros possíveis. Curitiba: CRV, 2020, p. 35-48.

PARÁ. *Decreto nº 729*, de 5 de maio de 2020. Dispõe sobre a suspensão total de atividades não essenciais (lockdown), no âmbito dos Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Santa Isabel do Pará, Santa Bárbara do Pará, Breves, Vigia e Santo Antônio do Tauá visando a contenção do avanço descontrolado da pandemia do coronavírus COVID-19. Diário Oficial da União.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão. In: SOSTER, D.; FIRMINO, F. (org.). *Metamorfoses jornalísticas 2*: a reconfiguração da forma. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009, p. 37-55.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe. O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter: Estudo de caso. *E-Compós*, 10 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.2127>

RECUERO, Raquel. Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre. nº38. Abril de 2009.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório: Uma perspectiva brasileira. *Revista Internacional de Direitos Humanos*. SUR 24 - v.13 n.24 • 99 - 104 | 2016

SAFFIOTI, Heleith. *Gênero patriarcado violência*. 2a edição. São Paulo: Expresso Popular: Fundação Perseu, Abramo, 2015.

SAMPAIO, Rafael C. et. al. . Instagram e eleições: os stories dos presidenciáveis do Brasil em 2018. *ANIMUS (SANTA MARIA. ONLINE)*, v. 19, p. 178-204, 2020.

SANTOS, Delha; PAMPLONA, Elzalina; REIS, Lucileide; SOARES, Maria; CAL, Danila. “AINDA TEM MUITA LUTA PELA FRENTE”: trabalho doméstico, direitos, política e pandemia. In: CAL, D.; BRITO, R. (org.). *Comunicação, gênero e trabalho doméstico*: das reiterações coloniais à invenção de outros possíveis. Curitiba: CRV, 2020. p.119-126.

SARAIVA, Aléxia; RIZZOTTO, Carla. 330 CONTRA 1: análise do debate de gênero presente nas conversações online sobre o caso João de Deus. *Anais do 9º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA)*, realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

SOTERO, Ana Paula; SOARES, Ricardo. Constituição e Restrição a Direitos Fundamentais em Tempos de Pandemia de COVID-19: um Breve Estudo do lockdown no estado do Maranhão. In: BAHIA, S.J.; MARTINS, C.E. (org.) *Direitos e Deveres Fundamentais em Tempos de Coronavírus*: Segundo Volume. São Paulo - SP Editora IASP 2020. p.91-111.

SOUZA, Flávia Assis; MEDEIROS, Thamires; MENDONÇA, André Luis de Oliveira. “Eu não posso respirar”: asfixiados pelo coronavírus e pelo Estado racializado. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro. V. 30(3), e300316, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312020300316>

STATISTA. *Leading countries based on Instagram audience size as of January 2021*. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/578364/countries-with-most-instagram-users/>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

Narrativas do Sofrimento Psíquico de Mulheres na Pandemia da Covid 19

Narrativas de la Angustia Psicológica de las Mujeres em la Pandemia de Covid 19

Narratives of the Psychological Distress of Women in the Covid Pandemic 19

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel

Maria de Nazareth Rodrigues Malcher O. Silva

Resumo: O texto reflete sobre narrativas de mulheres com o objetivo de conhecer as percepções dos impactos à saúde emocional de adultos, ante a expectativa de acometimento pelo Corona vírus. Pesquisa qualitativa narrativa, com mulheres adultas, convidadas por meio do *Facebook* a responderem um formulário on-line, com análise descritivo percentual e qualitativa pela inspiração fenomenológica hermenêutica da linguagem. Os resultados mostram que a vida de todos os gêneros foi afetada pela COVID-19, mas é relevante a compreensão do cenário da saúde mental de mulheres, pois não pode se dar apenas por enfoques biologizantes, de signos psicopatológicos, mas por abordagem complexa de dimensões e interdisciplinar. Foi relevante identificar sintomas psicossomáticos e compreender consequências psicológicas, emocionais e interpessoais em mulheres, neste cenário atual, que pode contribuir na elaboração de planos de intervenção para políticas públicas.

Palavras-chave: Mulheres. Covid 19. Sofrimento psíquico.

Resumen: El texto trata sobre narrativas de mujeres con el fin de comprender las percepciones de los impactos en la salud emocional de los adultos, ante la expectativa de ser afectados por el virus Corona. Investigación narrativa cualitativa, con mujeres adultas, invitadas a través de Facebook a contestar un formulario online, con porcentaje descriptivo y análisis cualitativo debido a la inspiración fenomenológica hermenéutica del lenguaje. Los resultados muestran que la vida de todos los géneros se vio afectada por el COVID-19, pero la comprensión del escenario de salud mental de las mujeres es relevante, ya que no puede darse solo por enfoques biológicos, de signos psicopatológicos, sino también por un enfoque complejo de diferentes dimensiones y con un enfoque interdisciplinario. La investigación demuestra su relevancia en la identificación de síntomas psicossomáticos, y en estudios que favorezcan la comprensión de las consecuencias psicológicas, emocionales e interpersonales en mujeres brasileñas, lo que puede contribuir a la elaboración de planes de intervención clínica y políticas públicas.

Palabras clave: Mujeres. Covid 19. Malestar psicológico.

Abstract: The text reflects on women's narratives in order to understand the perceptions of the impacts on the emotional health of adults, in view of the expectation of being affected by the Corona virus. Qualitative narrative research, with adult women, invited through Facebook to answer an online form, with descriptive percentage and qualitative analysis due to the hermeneutic phenomenological inspiration of language. The results show that the life of all genders was affected by COVID-19, but the understanding of the mental health scenario of women is relevant, as it cannot be given only by biologizing approaches, of psychopathological signs, but also by an approach complex of different dimensions and with an interdisciplinary focus. The research demonstrated its relevance in identifying psychosomatic symptoms, and in studies that favor the understanding of the psychological, emotional and interpersonal consequences in Brazilian women, which can contribute to the elaboration of clinical intervention plans and public policies.

Keywords: Women. Covid 19. Psychological distress.

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0048-4976>

Titular na Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: adelmapi@ufpa.br

Maria de Nazareth Rodrigues Malcher O. Silva – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4405-7378>

Faculdade Ceilândia/Universidade de Brasília, Brasil. E-mail: mnmalcher_to@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Considerando o escopo da Revista do GEPEM que apresenta textos com sangue e vida, faz-se necessário situar as autoras no conjunto de lutas por equidade, no contexto das relações inter-humanas. Sou Adelma Pimentel. Atuo profissionalmente em casa: a UniverCidade Federal do Pará, alocada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, unidades de Psicologia da Graduação e Pós-graduação. Porém, seu movimento se dá em todos os espaços físicos da bela área cortada por rios e bosques.

A Professora Dra Luzia Alvares me acolheu no GEPEM, especificamente na linha de pesquisa Gênero, Saúde e Violência, em que contribuí até o ano de 2018, momento em que, com o apoio da referida pesquisadora na vice coordenação, criei a linha de pesquisa e intervenções Interdisciplinaridade e Reconhecimento dos Saberes em Saúde, objetivando promover o esclarecimento na sua versão mais radical: a social, para além dos muros da Universidade, mantendo-a como um local de onde emana a produção do conhecimento, porém, que a transcende. Neste horizonte, as abordagens interseccionais e de gênero são articuladas às reflexões com o sujeito mulheres, como interlocutoras fundamentais na linha de pesquisa.

Gosto de sol e das cores amarelo e vermelho na minha pele. Da herança familiar culturalmente transmitida na casa de meus pais, trago a minha síntese de abertura para as pessoas, que reciprocamente também desejam estar comigo nas jornadas de atualização dos saberes e da vida.

Por sua vez, Eu sou Nazareth Malcher, atuo como Terapeuta Ocupacional, orgulhosa pelos papéis ocupacionais conquistados. Milito a favor de um cuidado em saúde mental organizado com estratégias terapêuticas que coloquem a pessoa, e sua história pessoal, como a priori aos signos psicopatológicos, e para o seu reconhecimento pelo seu fazer humano.

Pesquisadora dedicada, compreendo o mundo de vida como baliza que possibilita adaptação e buscas de vários suportes para lidar com ele, superando as mediações das representações sociais. São 28 anos de profissão, atuando na clínica da saúde mental e na docência universitária. Uma história em permanente atualização. Além disso, gosto de cantar, da Itália e de minha bela família.

Situando quem somos, passamos ao que desejamos problematizar. No texto, as autoras apresentam reflexões sobre as narrativas de mulheres que participaram em 2020 da pesquisa “Percepções dos Impactos à Saúde Emocional de Adultos, ante a Expectativa de Acometimento pelo Corona Vírus”. O estudo situa a importância de realizar-se estudos que favoreçam a compreensão das consequências psicológicas, emocionais e interpessoais em mulheres brasileiras.

A fundamentação epistemológica da escritura é baseada em proposições fenomenológicas, com destaque para a *atitude fenomenológica* que contribui para a desconstrução dos aprisionamentos da condição humana nos conceitos de normal e patológico; deste modo, consideramos na conjuntura dos estudos sobre a Psicologia Clínica e o Psicodiagnóstico, hipóteses de Monique Augras (1986), que elabora uma concepção dinâmica de saúde como “Um processo no qual o organismo vai se atualizando conjuntamente com o mundo, transformando-o e atribuindo-lhe significado à medida que ele próprio se transforma” (p 11). A perspectiva sinaliza a mutualidade e a dialética da relação ser humano com o mundo.

Com este ponto de vista, estabelecemos que a hermenêutica dos resultados encontrados na pesquisa, constituída em enfoque qualitativo, denota o entendimento da experiência, em que as percepções apontadas pelas mulheres foram ponderadas conjunturalmente, ou seja, inseridas

em uma totalidade geográfica, política, tecnológica informacional, e econômica permeada por interesses globais. Deste modo, apreendemos a COVID 19 como afetação da saúde vivenciada concretamente como um grave problema humano, cujas causas os cientistas estão labutando para enfrentar, tratar e curar (PERLS, 1997; POLSTER & POLSTER, 2001; PIMENTEL, 2003, 2018; PIMENTEL & MALCHER, 2020).

Outra base das análises qualitativas foi o diálogo com a premissa heideggeriana, de que *estar com o outro* é uma necessidade estruturante das relações interpessoais, portanto o isolamento social crônico pode ser um fator agravante à saúde mental. É importante, ainda, que os profissionais de saúde no tratamento da Covid-19 incluam a dimensão psicológica e mental, permeada pelas implicações dos vários “esquecimentos” da potência das emoções na superação da doença. Tais “ouvidos” circundam as concepções biologizantes de tratamentos, exclusivamente medicamentosos (HEIDEGGER, 2013).

Adotamos no estudo um enfoque de gênero por observar no Brasil que a saúde mental de mulheres está bastante afetada devido ao aumento das pressões, derivadas das ausências de recursos materiais para suprir as necessidades alimentares da família; pela limitação do espaço habitacional em que muitas mulheres vivem; e por vivenciarem abusos de várias formas, etc.

Santos e Diniz (2018) descreveram nos estudos epidemiológicos, em que apontam aspectos relacionados a questão de gênero e transtorno mentais, inferindo que,

Para uma inegável diferença de gênero quanto à incidência, prevalência e curso de transtornos mentais. Tanto as condições orgânicas, quanto, principalmente, as realidades sociais às quais as mulheres estão submetidas, favorecem um ambiente interno propício a uma maior ocorrência de problemas psicológicos, tais como depressão, ansiedade, distúrbios alimentares e transtornos associados ao ciclo reprodutivo” (p.29).

Importante delimitar-se que uma abordagem da saúde mental de mulheres não pode se dar por enfoques biologizantes, muitas vezes compostos por argumentação linear e preconceituosa; mas efetivar-se por um ponto de vista baseado na complexidade e interdisciplinaridade; focalizando-se associações entre os percursos de sociabilidade das mulheres, destacando-se a carga de trabalho em diversas jornadas; a responsabilidade central pelo cuidado com os filhos; busca por desenvolvimento pessoal e profissional; responder as repressões subliminares do mercado da beleza; racismo estrutural; geracionalidade, entre outros. Estas questões são extensões que atravessam as rotinas pessoais e interpessoais de mulheres, e que as pesquisadoras incluem nas apreciações dos percursos subjetivos e intersubjetivos da compreensão da saúde mental das mulheres.

O texto está composto em três seções: a) a introdução, discorrendo sobre o histórico sobre a pandemia e processos de proteção em saúde mental; b) método do desenho desenvolvido da pesquisa; c) e resultados e discussão apresentando as repercussões psicológicas da Covid-19 na existência das mulheres.

1. Um Resumo Histórico sobre a Pandemia

A humanidade, no ano de 2020, se viu às voltas ante um novo desafio: superar a ameaça da COVID-19, uma doença sem tratamento, iniciada na China, que se estendeu aos demais continen-

tes provocando uma crise global, ainda sem data limite para acabar. Trata-se de um novo tipo de *Corona Vírus*. Após o registro dos primeiros casos, outros surgiram em uma velocidade extraordinária, demonstrando o grave potencial de contaminação e de mortalidade, que culmina em sofrimento e luto em vários países.

A crescente escalada das mortes alimenta as estatísticas e causa pânico nas populações, assim, a Organização Mundial de Saúde (OMS) acionou seus protocolos e regulamentos sanitários preconizados para prevenir e combater a proliferação de doenças em esfera internacional, anunciando as orientações constantemente nos seus pronunciamentos mundiais: Regulamento Sanitário Internacional pactuado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005, por meio do Decreto Legislativo nº 395, de 9 de julho de 2009 foi revisado e recepcionado pelo Decreto Legislativo nº 10.212/2020 de 30 de janeiro de 2020. No artigo 1º, apresenta definições sobre “isolamento” e “quarentena”, como:

a separação de pessoas doentes ou contaminadas ou bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas de outros, de maneira a evitar a propagação de infecção ou contaminação” e, quarentena significa “a restrição das atividades e/ou a separação de pessoas suspeitas de pessoas que não estão doentes ou de bagagens, contêineres, meios de transporte ou mercadorias suspeitas, de maneira a evitar a possível propagação de infecção ou contaminação (OMS, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10212.htm)

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a *COVID 19* como uma pandemia; naquela altura, a doença já se encontrava registrada em 114 países e contabilizava 4.291 mortes, a maioria delas ocorridas no país epicentro, a China (ONU NEWS, 2020). Diante da declaração, no dia 20 de março de 2020, o Ministério da Saúde brasileiro emitiu a Portaria nº 454/2020, declarando o estado de transmissão comunitária do novo Corona vírus em todo o território nacional.

Na Europa, foi observado que a abstenção ou aplicação tardia de medidas de enfrentamento da pandemia provocou um aumento no número de infectados, consequentemente um colapso nos sistemas de saúde, a exemplo da Itália, da Espanha e, mais recentemente, os Estados Unidos. Por sua vez, no Brasil, a Portaria nº 356/2020 do Ministério da Saúde regulamentou que,

A medida de quarentena será determinada mediante ato administrativo formal e devidamente motivado e deverá ser editada por Secretário de Saúde do Estado, do Município, do Distrito Federal ou Ministro de Estado da Saúde ou superiores em cada nível de gestão, publicada no Diário Oficial e amplamente divulgada pelos meios de comunicação (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>)

A partir de então, o Brasil deixou de ser considerado País em estado de emergência para ingressar na condição de calamidade, implicando que podia ser decretado por municípios, Estados e pela União medidas emergenciais, quando a situação de danos à saúde e aos serviços públicos se instalassem. Decretar estado de calamidade pública permitiu aos governos estaduais gastar mais do que o previsto com medidas para conter os efeitos da COVID-19. A Lei 8.666/1993 (Lei de

Licitações), por exemplo, prevê dispensa de licitação nesses casos, "quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares". Os efeitos devem valer até 31 de dezembro de 2020 (PORTARIA Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020, Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>)

Entretanto, ressaltamos que o Estado Democrático de Direito vigente subsiste, mesmo em meio a conjuntura de calamidade pública, pois rege-se pelo direito e por normas democráticas, em que o povo escolhe os seus representantes, os quais agem como mandatários daquele, porém esse poder delegado não é absoluto (CAETANO, 2020). Portanto, "A curva precisa ser achatada. O Estado Democrático de Direito, não" (ALMEIDA, 2020, p 1).

2. A Proteção à Saúde Mental

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020) estabeleceu que as consequências da pandemia do novo *Corona Vírus* causam pressão psicológica e estresse em grande parte da população afetada, ante a sensação de incerteza, riscos de contaminação, obrigação de isolamento social e questões de cunho econômico e familiar.

Este conjunto de fatores pode agravar ou gerar problemas mentais; assim, no dia 18 de março de 2020, o Departamento de Saúde Mental da OMS lançou um documento compilando 31 orientações e cuidados para a saúde mental a fim de enfrentar o período atípico de pandemia. Um guia dirigido para diferentes grupos de pessoas, tais como: profissionais de saúde; gerentes de unidades de saúde; prestadores de cuidados infantis; idosos, prestadores de cuidados e pessoas com condições de saúde pré-existentes; e aqueles que estão isolados. No texto, foi preconizada a atitude empática nas relações entre todos com todos. O documento aponta os benefícios de ajudar outras pessoas, como telefonar para vizinhos ou membros da comunidade que possam precisar de assistência extra: "Trabalhar juntos como uma comunidade pode ajudar a criar solidariedade na abordagem à COVID-19" (p.7).

No Brasil, esse guia de cuidados em saúde mental foi recebido pelo Conselho Federal de Psicologia (<https://site.cfp.org.br/>), que reforçou a possibilidade de exercício profissional frente às situações de emergências e desastres, em contextos clínicos, de assistência social e de políticas públicas. Para tanto, prestou orientações à categoria profissional¹. Também assim procedeu o Conselho Regional de Psicologia 10ª Região, que engloba Pará e Amapá.

Por sua vez, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), a convite da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde (MS), participa de videoaulas voltadas para médicos e profissionais de saúde que estão na linha de frente do atendimento à Covid-19². No dia 23 de março, a ABP lançou um comunicado oficial sobre o uso da telemedicina aplicada à especialidade, chamada de tele psiquiatria, bem como orientações para associados e autoridades de saúde.

Sobre impactos psicológicos e emocionais, Kai Liu (2020) escreveu no texto *Como eu enfrentei minha ansiedade por coronavírus: uma narrativa*, e descreveu os sentimentos do morador de Xuzhou, China, a aproximadamente 500 quilômetros de Wuhan, o epicentro do COVID-19, na qual men-

¹ <https://site.cfp.org.br/coronavirus-comunicado-a-categoria/>

² <https://www.abp.org.br/covid19>

cionou que sentiu dificuldade para dormir e concentrar-se no trabalho. Para relaxar, ouviu gravações contendo orientações do taoísmo; contudo não conseguiu reduzir sua ansiedade, passando a contatar com ela, o que o ajudou a diminuir as lutas internas. Outra medida que Liu colocou em prática foi dar aulas pela internet, o que lhe trouxe uma alegria inesperada. Encerra sua narrativa apontando que “Não há problema em ficar ansioso”, e recomenda ficar aberto a mudanças. “Você nunca sabe o que aprenderá”.

Com a expansão do *Corona vírus* nas fronteiras geográficas no mundo, ampliou-se também no psiquismo das pessoas o temor ao desconhecido e a angústia ante à morte. Logo, sentimentos irracionais e a ausência de uma referência consolidada em saúde, contendo esclarecimentos às pessoas, são decorrências presentes na expressividade social cotidiana das pessoas, o que amplia a importância de estudos em saúde mental.

Finalizamos a seção apontando que, em janeiro de 2021, nos aproximando de completar um ano de intenso sofrimento psicológico e físico com a propagação da pandemia, observamos contexto de dor ao presenciar ou de saber dos milhões de mortos ao redor do mundo, que o vírus sofreu mutações, com gravidades clínicas adversas, mas ainda indefinido – quanto ao espectro dos graus e ao padrão de letalidade, mortalidade, infectividade e transmissibilidade – pelos médicos e equipes de saúde. Concomitantemente, grandes indústrias farmacêuticas avançam na produção da vacina e de medicamentos específicos para tratamento clínico, além do aumento de remédios para suportes físicos e emocionais das populações.

Para Henriques e Vasconcelos (2020), “Somos ao mesmo tempo vítimas da doença ou de suas consequências, testemunhas, observadores, analistas, torcedores e atores, com responsabilidades relacionadas à prevenção, ao cuidado, ao estudo e à mitigação do sofrimento, agora e dos desdobramentos ainda imprevisíveis, no futuro” (p.25).

3. Método

A pesquisa é de orientação qualitativa narrativa interpretativa. Foi aprovada pela CONEP sob o número de parecer: 4.008.456. Os colaboradores do estudo foram mulheres adultas: professoras, alunas e técnicas administrativas, que foram convidadas para participar do estudo por meio de chamadas ocorridas na página do *Facebook*. Buscamos identificar repercussões emocionais ante expectativa de acometimento pela COVID-19, uma doença, cujo tratamento os cientistas estão labutando para enfrentar, tratar e curar (PIMENTEL & MALCHER, 2020; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ [FIOCRUZ], 2020).

Após aceitar o convite para participar do estudo, as participantes responderam a um questionário no *Google docs*, na qual foi solicitado o endereço eletrônico caso desejassem receber os resultados da pesquisa. A coleta foi realizada em junho e julho de 2020, com questões que enfocaram dois aspectos: (1) sociodemográficos, como idade, sexo/gênero, escolaridade, estado civil, entre outros; e (2) relacionados à vivência das mulheres na pandemia, como com quem vivem, estado emocional, sintomas psicológicos, e os impactos do isolamento social na saúde emocional.

Os dados do formulário foram analisados de duas formas: por meio de questões fechadas descritivamente por valor percentual; e, para as questões abertas, priorizamos a busca dos sentidos, com base à inspiração fenomenológica hermenêutica da linguagem, que permite identificar estruturas significativas da experiência e desvelar modos de produção de sentidos, por meio dos atos e

funções da fala transformada em texto (RICOEUR, 1999). Além disso, foram utilizadas narrativas das mulheres (identificadas por pseudônimos) como ilustrativos relevantes que explicitaram suas vivências.

4. Resultados e Discussão

No estudo, são destacadas as vivências das mulheres, porém, iniciamos apresentando os dados sociodemográficos dos 124 participantes do estudo – nos quais 78% se declararam mulheres e 22% se afirmaram homens. Sendo que, destes, apresentaram uma idade média de 18 a 59 anos (94,3%), com predomínio de escolaridade nível superior (86,2%), solteiros (45, 2%), seguidas de 37,1% casados, divorciados (8,9%), em união estável (6,5%), viúvos (1,6%), e 0,7% não informou. Além disso, sobre a preocupação em serem acometidos pelo Corona vírus, apenas 4% informaram que não sentiam medo, enquanto que 96% de homens e mulheres afirmaram que sentiam medo, representando significativamente a inquietação neste cenário.

Além das mulheres, a vida de todos os gêneros foi afetada pela COVID-19. Oda e Leite (2020), no editorial da Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, evocam alguns sentidos da pandemia da COVID-19 no Brasil, comentando sobre a indiferença, o descaso, o entorpecimento, as consequências a longo prazo na saúde física e mental das pessoas. Para Vasconcelos, Feitosa, Medrado e Brito (2020), “As epidemias podem levar ao surgimento de sintomas psicológicos em pessoas que antes não os tinham, podendo agravar sintomas em pessoas com condições pré-existent e causar sofrimento aos cuidadores de pessoas doentes” (p. 77). Além disso, Schmidt, Bolze, Neiva-Silva, & Demenech (2020, p 9), em revisão narrativa, apontam que, na população em geral, principalmente entre as pessoas acometidas e os profissionais,

Pessoas com suspeita de infecção pelo coronavírus podem desenvolver sintomas obsessivo-compulsivos; e os profissionais de saúde sentem “Frustração por não conseguir salvar vidas, apesar dos esforços; sobre a COVID-19, os desafios enfrentados podem ser um gatilho para o desencadeamento ou a intensificação de sintomas de ansiedade, depressão e estresse” (p.10).

4.1. Repercussões Psicológicas da Covid-19 na Existência das Mulheres

No estudo, as mulheres apresentaram como repercussões psicológicas do cenário atual sentimentos de temor, medo, ansiedade e preocupação, voltadas para si mesmas, na saúde física e emocional, mas também para com os pais e familiares, ilustrados pelas narrativas.

Sobre si mesma, Sandra menciona: Estou em tratamento. Houve piora no meu quadro após a Pandemia; Se em certo momento começo a tossir, fico preocupada achando ser o sintoma da Covid-19. Dores de cabeça e articulação; insônia; não sei se se enquadra em "sintoma psicológico" porque sou leiga na área, mas tenho muita apatia por não conseguir ver as coisas "andando" e ansiedade por não conseguir imaginar um futuro. (pesquisa, 2020)

Sintomas físicos e emocional, Marcela destaca que: Venho me sentindo sozinha há muito tempo, às vezes, quando estou acordada de madrugada, sinto meu coração doer, mas não é essas dores que realmente sentimos. Não sei explicar, me pergunto o que isso significa. Só queria voltar a me sentir bem nova-

mente. Sinto medo de ser infectada na atual situação de colapso, porque não sei como será meus sintomas. Isso causa medo. (pesquisa, 2020)

Sobre os pais e outros familiares, a narrativa de Cristina destaca: sinto medo de alguém da família se contagiar, meus pais e irmãos estão trabalhando porque é necessário, eu e minhas irmãs somos as únicas a ficar em casa. Me dá medo que algum deles traga o vírus pra casa, me sinto angustiada sempre que saem para trabalhar, porque não sei se irão retornar. Ultimamente eu tenho misturado muitas emoções do meu passado na minha vida atualmente, isso me frustra, pois não sei se sinto isso realmente, ou então sinto falta de sentir. (pesquisa, 2020)

As mulheres relataram no estudo aspectos que necessitavam para se sentirem protegidas em relação à sua saúde emocional, onde se destacaram: melhorar a comunicação entre o Estado e a população; proteção no trabalho; ter atividade para fazer, companhia e lazer; produção da vacina; psicoterapia e fé. Estes aspectos foram ilustrados em algumas narrativas.

Margareth: Eu particularmente mantenho minha saúde emocional me livrando dos noticiários, evitando ver coisas que venham mexer com o meu psicológico, tento não ir a fundo em relação a isso. Alimento minha saúde emocional lendo um livro, assistindo desenho e, por fim, orando todas as noites. Deixar de assistir noticiários de quantitativo de morte. (pesquisa, 2020)

Marília: A cura; os remédios, que essa pandemia que estamos vivendo passe logo; Saber o que vai acontecer no futuro, se teremos chances de nos livrarmos do vírus, e ter soluções científicas (vacina) contra o mesmo. (pesquisa, 2020)

Gisele: Psicoterapia, apoio psicológico ajudaria a redimensionar; mesmo em tratamento, tenho medo. Relaxamento, reflexão, controle da respiração. Manter pensamentos e sentimentos alinhados às questões reais. Controlar minha ansiedade. (pesquisa, 2020)

Laís: Fé, força em Deus. Calma. Sou católica e tenho muita fé em Deus e Nossa Senhora. Quando estou firme em oração, me sinto bem, confiante e tranquila pra enfrentar os desafios; que independente de tudo o que vou viver terei a força necessária para reagir e tomar todas as decisões para me sentir a serviço de quem precisar. (pesquisa, 2020)

Sônia: Percebi que a demanda de informações que estava consumindo por redes sociais estava me prejudicando, e preferi excluir tais redes sociais e apenas filtrar o que importa nesse momento. Isso diminuiu muito minha ansiedade. Pratico meditação diariamente, que fortalece muito minha saúde emocional. Empatia, porém, essa é uma palavra muito difícil de ser praticada. (pesquisa, 2020)

Rafaela: Como moro longe da família, acho que a saudade e, às vezes, a solidão machucavam mais; sinto que estou descontando todos as minhas frustrações na comida, como já fiz muitas vezes. Não consigo criar forças para tentar coisas novas, não me concentro em nada; livros que eu amava, não consigo prosseguir, e isso me frustra muito. Medo de quando isso acabar eu ter que arrumar tanta coisa em mim psicologicamente,

financeiramente e fisicamente que parece uma bola de neve. Me pego chorando no quarto. Nível de estresse altíssimo também. (pesquisa, 2020)

Na pesquisa, foi possível sistematizar as percepções das vivências do sofrimento psíquico das mulheres (Figura 1), considerando que as manifestações se relacionaram a processos de base geradores de ansiedade, observado aspectos preditores de sintomas depressivos e transtorno do pânico.

Figura 1: Percepções sobre sofrimento psíquico das vivências das mulheres na COVID 19, geradores de Ansiedade



Fonte: Pesquisa, 2020.

Na pesquisa, três mulheres acometidas pela COVID 19 relataram que a preocupação, a tristeza e o medo de morrer foram sentimentos recorrentes, mas com redução de ansiedade; uma delas mencionou sentir-se bem, e a outra relatou preocupação com a saúde do bebê que esperava, afirmando: *rezando para não nascer doente*.

O isolamento social como medida preventiva da COVID impactou diretamente nas emoções, trabalho e tarefas domésticas. As mulheres mencionaram agravamento da ansiedade, da insônia, do medo, da apatia, da angústia e da tristeza; enquanto que, na esfera do trabalho, citaram a falta de rotina do trabalho externo, na qual gerava desmotivação. É importante destacar o contexto sociocultural das atividades da rotina doméstica, consideradas necessárias ao funcionamento da casa, mas não consideradas como trabalho, supostamente por não implicar ganho financeiro.

Na esfera do corpo, o sofrimento físico manifestou-se na forma de dores musculares, “embrulhos no estômago”, tensão, sobrepeso ou perda de apetite, e desregulação no ciclo menstrual; enquanto que, na esfera emocional, houve inconstância de humor, agravando para a impaciência, a irritabilidade e a sensação de impotência.

Destacamos uma menção prosaica do isolamento social como estratégia de prevenção à COVID 19; como também uma referência à característica de personalidade de uma mulher que afir-

mou: “não houve nenhum impacto, adoro ficar em casa, sou antissocial”. Neste sentido, é importante a reflexão sobre a magnitude do sofrimento humano diversa, mas singular de cada sujeito e representativa no contexto de vida, como no cenário atual da COVID 19, destacadas nas narrativas.

Marta: A pandemia segue me mostrando o quanto somos frágeis e o que é o mais importante na vida (família, afetos, amigos). Estes seguem sendo meus maiores medos. Perdê-los. Sigo pedindo a todos o máximo cuidado, mas também me comovo com as pessoas que não podem se dar os mesmos cuidados econômicos, habitacionais e de saúde que tenho. A sensação predominante é a de estar fazendo o isolamento enquanto o restante da sociedade continua sua rotina normal, contaminando-se com mais facilidade e diminuindo as chances da curva de contaminação descer. Além de temer pela saúde de familiares que estão distantes (...). A situação da pandemia me fez observar mais de perto sobre a diferente forma como as pessoas lidam com a mesma situação. Isso me gera angústia porque algumas pessoas colocam em risco a vida de outras por não pensarem coletivamente. (Pesquisa, 2020)

Sheila: Espero que essa fase passe logo. Têm sido dias de muita angústia, com número de vítimas crescendo a cada dia e a cada dia que passa esses números vêm se tornando rostos de entes de pessoas queridas, o que me deixa muito triste e com muito medo. Quando lembro que ainda não temos data para isso acabar (...), parece que a esperança vai dando lugar a mais ansiedade. (Pesquisa, 2020)

Juliana: Essa pandemia potencializou muito a percepção sobre as pessoas, tanto do seu lado negativo (egoísmo, individualidade, preconceito) como positivo (solidariedade, altruísmo, empatia). E isso de certa forma fez eu olhar mais pra mim e ver como eu quero ou não ser. No sentido de que estou procurando aprender a ser mais solidária, zelosa, amorosa etc. Acredito que, independente do que poderá vir a acontecer comigo por conta dessa pandemia, quero ter orgulho de mim por algo que vi, que melhorei individualmente e coletivamente. Tenho muita fé sobretudo, o que aconteceu na minha vida teve seu devido propósito, e entendo que essa pandemia não é diferente. Procuro extrair as lições dela da melhor forma possível, tentando olhar pelo lado positivo do que ela tem me permitido compreender. (Pesquisa, 2020)

Mariana: Sinto um medo terrível de pensar no futuro. Angústia é o sentimento que mais surge durante esse isolamento social. Vejo pessoas que não acreditavam, a princípio, no vírus, pessoas que preferiam brigar por políticas do que se proteger, julgaram e, no fim, perderam ou tiveram alguém da família infectado; é triste que o ser humano às vezes precisa sentir na pele a dor, ele não se sensibiliza pelo sofrimento dos outros e, por causa disso, muitos irão sofrer pra que outros venham acreditar na verdadeira situação; vejo uma guerra de dinheiro em meio de tanta dor e sofrimento; tenho medo que a cura já exista e pessoas de grandes poderes não deixem ela ser exposta e pessoas inocentes sofram mais por causa disso; tantas notícias, e já não sei em quem acreditar; só sei que muitos estão sofrendo e estão com medo assim como eu. Venho aprendendo a observar uma outra fase do luto. (Pesquisa, 2020)

CONCLUSÕES

A narrativa das mulheres demonstrou a intensidade do sofrimento humano, manifestado na esfera da saúde psicológica e mental, como ilustramos em alguns trechos das vivências. A pesquisa permitiu destacar impactos na saúde mental ante a possibilidade em ser acometida pelo Coronavírus. Considera-se a COVID-19 uma doença que alcança a todos os integrantes das sociedades mundiais; sendo assim, afirma-se como um grave acontecimento que se dá no *Lebenswelt*, ou o mundo da vida.

Ansiedade, pânico e depressão foram acometimentos psicológicos comuns descritos, que, acreditamos, somados ao estresse, temor, medo, falta de ar, taquicardia, aperto no peito, formigamentos, queda ou elevação da pressão arterial, dor de cabeça como sintomas psicossomáticos associados e derivados das emoções descritas na vivência dos participantes, e potencializadas pelo volume máximo e diário de notícias veiculadas em todos os telejornais brasileiros e redes sociais virtuais.

A pesquisa demonstrou sua relevância em identificar sintomas psicossomáticos, o que pode contribuir na elaboração de planos de intervenção clínica e de políticas públicas. A expectativa ante a proximidade – imaginada e real – de ser acometido pela COVID-19 foi chocante, sendo que todas as mulheres ressaltaram a vivência do sofrimento psicológico, conexo ao medo de alcançar a seus familiares; as incertezas ante ao futuro. Uma intensa agonia que tornou os participantes confusos e com as emoções à flor da pele.

REFERÊNCIAS

- AUGRAS, Monique. *O ser da compreensão: fenomenologia da situação de psicodiagnóstico*. RJ. Petrópolis, Vozes. 1986
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República, 1988.
- _____. *Decreto Federal n. 10.212*, de 30 de janeiro de 2020. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 20 mar. 2020.
- _____. *Lei Federal n. 13.979*, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 08 abr. 2020.
- _____. *Portaria n. 356*, de 11 de março de 2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). 2020.
- CAETANO, José Eduardo Silverino. *Covid-19 frente ao Estado democrático de direito e os direitos fundamentais*. JUS.com.br. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/81101/covid-19-frente-ao-estado-democratico-de-direito-e-os-direitos-fundamentais>

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Fiocruz divulga contrato de encomenda tecnológica com a AstraZeneca*. 2020. Consultado em: 12 de janeiro de 2021. <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-divulga-contrato-de-encomenda-tecnologica-com-astrazeneca>

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petropolis. RJ, Vozes. 2013

LIU, K. How I faced my coronavirus anxiety. *Science*. 2020. Vol 367, Issues 6485, pp. 1398. DOI: 10.1126/science.367.6484.1398. Acesso em: 02 de abr, 2020. Disponível: <https://science.sciencemag.org/content/367/6484/1398>

ODA, Ana Maria G. R.; LEITE, Sonia. A pandemia de COVID-19 no Brasil: em busca de sentidos em meio à tragédia. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 467-473, Sept. 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142020000300467&lng=en&nrm=iso>. access on 10 May 2021. Epub Oct 30, 2020.

ONUNews. “Covid-19: UNESCO divulga 10 recomendações sobre ensino a distância devido ao novo Coronavírus”. *ONU News* [10/03/2020]. Disponível em: <<https://news.un.org/pt>>. Acesso em: 06/05/2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Guia com cuidados para saúde mental durante a pandemia*. 2020a. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1707792>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Coronavirus disease 2019 (COVID-19): Situation Report–51*. 2020. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200311-sitrep-51-covid-19.pdf?sfvrsn=1ba62e57_10

PERLS, Frederick; HEFFERLINE, Ralph; GOODMAN, Paul. *Gestalt-Terapia*. São Paulo: Summus. 1997.

PIMENTEL, Adelma. *Psicodiagnóstico em Gestalt-terapia*. SP: Summus. 2003

PIMENTEL, Adelma. O Uso Cuidadoso das Redes Sociais Virtuais. *Estud. pesquis. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 978-996, 2018.

PIMENTEL, Adelma do Socorro; SILVA, Maria de Nazareth. Saúde psíquica em tempos de Corona vírus. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, e11973602, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.3602>

POLSTER, Erving & POLSTER, Miriam. *Gestalt-terapia integrada*. São Paulo: Summus, 2001

PORTARIA Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020, Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>

RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago. 1978

SANTOS, Luciana da Silva; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Saúde mental de mulheres donas de casa: um olhar feminista-fenomenológico-existencial. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 37-59, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 maio 2021. <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n01A02>.

VASCONCELOS, C. S. da S. F., Medrado, P. L. R., Brito, A. P. B. I. de O. O novo coronavírus e os impactos psicológicos da quarentena. *Revista Desafios – 7*. COVID-12. 2020



Seção

B

**Relatos de Experiência:
mulheres e suas histórias**



Pandemia Aumenta Exploração da Mulher e Escancara Desigualdades

Byanka Arruda

Desde o início da atual pandemia da covid-19 no Pará, cujo primeiro registro da doença foi divulgado no dia 18 de março do ano passado pela Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), mulheres de diferentes profissões, especialmente da área da saúde e demais serviços essenciais, estão na linha de frente de combate ao novo coronavírus. Destemidas e aguerridas, médicas, enfermeiras, fisioterapeutas, técnicas em radiologia, seguranças, recepcionistas, maqueiras, porteiras, auxiliares de limpeza, lidam há mais de um ano, ininterruptamente, com um inimigo invisível que já tirou a vida de mais de 15 mil pessoas no Pará. As profissionais da linha de frente de confronto à doença equilibram o próprio medo de serem contaminadas e de contaminar parentes com a doença com a necessidade de ajudar o próximo, de salvar vidas, de devolver a alegria para famílias aflitas que possuem um ente querido acometido pela covid-19.

Conciliar trabalho remoto, cuidado com os filhos e afazeres domésticos durante o período de isolamento social, que já dura quase um ano no Pará por conta da atual pandemia do novo coronavírus, tem sido um grande desafio para todos, mas principalmente para as mulheres que se vêm exaustas diante do acúmulo de tarefas em tempo integral. Se antes da pandemia a jornada feminina dentro e fora de casa já era considerada fatigante pela tripla responsabilidade trabalho-filhos-casa, o home office escancarou a sobrecarga que recai nos ombros das mulheres que precisam dar conta de tudo, muitas vezes sem ajuda.

"A pandemia revolucionou a nossa vida em todos os sentidos. O meu trabalho agora é totalmente remoto e a gente precisou se adequar. Isso significa que o meu trabalho se intensificou muito. Ano passado foi bem difícil, a sensação é que a gente trabalha muito mais agora. Você também tem uma carga, também tem que lavar sua roupa, cuidar das suas coisas. A sensação é de que o trabalho não tem fim", refletiu a educadora e psicóloga Ana Paula Sardinha, que leciona na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). "O nosso próprio espaço como mulher é afetado. O espaço que não é de mãe, não é de profissional, não é de filha, mas é de mulher, ele acaba sendo esquecido também, porque você tem que se adequar a essa realidade, porque você tem uma responsabilidade enorme. É a nossa vida, da nossa família. Então é muito difícil. Acho que o impacto emocional é o mais forte no isolamento", afirmou.

De acordo com a educadora, existe uma cobrança para que as mulheres tenham que dar conta da tríade trabalho-filhos-afazeres domésticos que foi intensificada com a pandemia. Às mulheres, segundo a professora, é negado o direito de cansar, se de aborrecer com a rotina extenuante. Segundo a professora, a sociedade exige da mulher uma postura de heroína em tempo integral e isso não reflete a realidade das mulheres de modo geral, sobretudo na pandemia. "Acho que a pandemia trouxe um desgaste emocional muito grande para todo mundo, mas para a mulher foi muito mais forte isso. A gente tem aquelas coisas de falar 'mulher maravilha', aquele

Byanka Arruda – Jornalista - DRT 0003320/PA. Mestranda em Comunicação (UFPA). Especialista em Comunicação Científica (NAEA/UFPA). Bacharela em Comunicação Social - Jornalismo (UNAMA). Coordenadoria Municipal de Comunicação / Comus Belém. E-mail: byankarruda@gmail.com

estereótipo. Eu particularmente não gosto. Eu entendo que seja um incentivo, um elogio, só que é uma cobrança pela perfeição. A mulher não pode cansar, ela dá conta de tudo e tem horas que a gente não dá conta. Tem horas que a gente também quer ser acolhida, quer ter nosso espaço e o home office é muito difícil nesse sentido. Existe a praticidade de poder estar em casa com segurança, e que bom que eu posso trabalhar em casa, ficar segura, mas existe esse impacto que é muito forte, nesse sentido de você ter que conciliar tudo", ponderou.

Para a professora, os homens, apesar de também estarem confinados por conta da atual pandemia, enfrentam menos dificuldades no trabalho remoto. "Não que isso não tenha impacto para os homens, mas a mulher acaba sentindo mais. Você está numa reunião, o menino está gritando ali. Você está noutra reunião e o menino está aprontando ali. Você não sabe se participa da reunião ou olha para o menino. E são cenas de home office que a gente geralmente não vê acontecendo com os homens com tanta frequência, porque a criança procura a mãe", avaliou.

1. Filhos

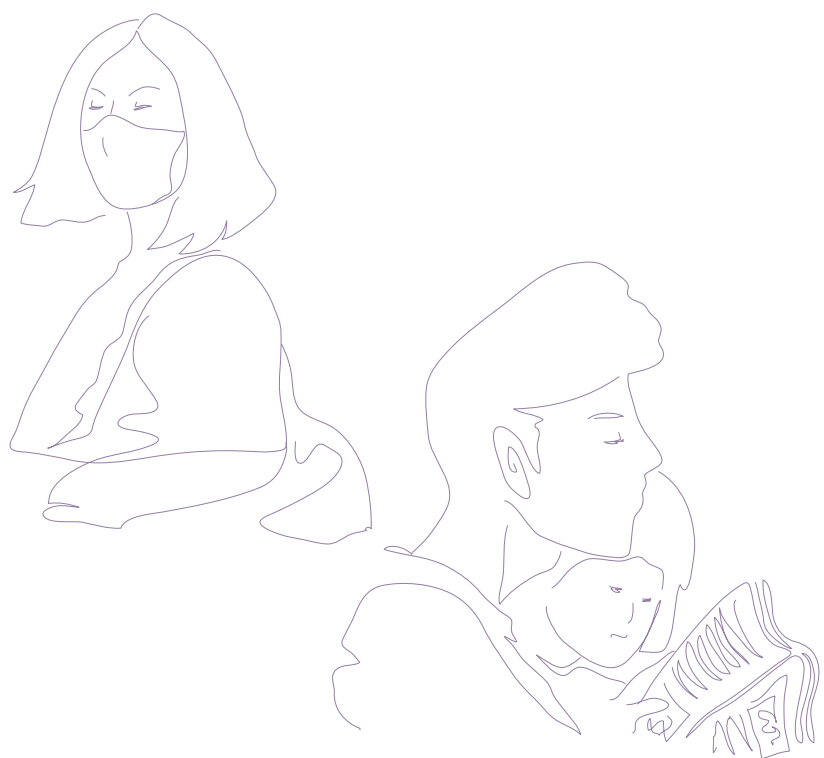
Para conseguir trabalhar com mais tranquilidade, a docente precisou elaborar estratégias e montou um escritório 'escondido'. "Eu trabalho num local da minha casa que é tipo um escritório-zinho fechado, escondido, meu filho pensa que eu não estou em casa. Porque de outro modo ele não entenderia. Foi a forma que eu encontrei para conseguir desenvolver meu trabalho dentro de casa, porque é muito difícil para a criança entender que a mãe não vai poder dar atenção para ele agora. Associado a isso, houve uma quebra de rotina da família inteira, porque eu passo a trabalhar em casa e meu filho não está mais na escola. Ele demanda muito, pois é uma idade que ele ainda estava se adaptando à nova escola, à rotina dele", destacou. "E quando as aulas retomaram no formato remoto, ficou mais complicado ainda, porque eu sigo meus horários de aula e eu tenho que me organizar. Tem que conciliar isso com uma criança e com todas as atividades e todos os papéis que a gente desenvolve, que não é fácil no dia a dia. Eu optei por não levar ele à escola e isso teve um impacto também na saúde mental do meu filho. Ele ficou mais ansioso. Ele tinha uma rotina comigo que foi totalmente quebrada", lamentou. "Eu tenho uma pequena rede de apoio, com dois irmãos e a minha mãe, e essa rede de apoio é fundamental. Eu fico imaginando como é para aquela mulher que não tem essa rede de apoio; é muito mais difícil".

2. Profissão Predominantemente Feminina, Enfermagem Enfrenta Pandemia com Bravura

Para a enfermeira Luana Miranda, que trabalha no Hospital e Pronto Socorro Municipal Mário Pinotti (PSM da 14 de Março), participar do processo de restabelecimento da saúde dos pacientes recompensa o cansaço, o esforço e o medo de lidar com um vírus ainda desconhecido. "A essência da enfermagem é isso, o cuidado com o outro. Eu me sinto muito feliz de estar executando a minha profissão, que sempre foi um sonho. Eu me sinto honrada por ser linha de frente, por poder estar ajudando as famílias. A gente também precisa ser suporte não só ao físico, mas ao espiritual também. A enfermagem é holística, ela olha o ser humano como um todo. Eu me sinto muito feliz de ver pacientes bem, nos agradecendo pelo cuidado, é muito gratificante", destaca.



A profissional de saúde lembra dos primeiros momentos vivenciados no começo da pandemia, quando contou com o apoio de outras colegas para suportar a rotina extenuante sem desistir. "Eu estava recente no hospital, apenas nove meses, e foi um susto grande ter que lidar logo de cara com uma pandemia, foi um choque. Nós não tínhamos muita estrutura para atender a grande demanda no início. Muitas vezes, ficavam pacientes do lado de fora, que não conseguiam entrar. A gente presenciou óbitos na frente do hospital que a gente não pôde fazer o atendimento. Outra parte dolorosa de lidar com a doença foi ver que os pacientes não podiam ter acompanhante, muitos eram idosos, dependentes de cuidados. A gente teve que fazer toda essa assistência, mas nem sempre a gente tinha todo o suporte, foi realmente muito difícil. Fora o pânico de chegar em casa e contaminar algum familiar. Minha mãe e meu pai são idosos. Eu até pensei em mudar temporariamente, mas não foi possível. Eu acabei me contaminando, tive a doença de forma moderada em abril. Nós vimos muita coisa triste e nós nos apoiamos umas as outras", completa.



Sobre Lutos, Cuidado e Mulheres: o que resiste ao fim do mundo?

Fernanda Eduarda da Silva Oliveira

Sou Fernanda Oliveira. Graduanda em Psicologia da Universidade Federal do Pará. Nasci em Belém do Pará, mas moro em Santa Isabel do Pará, durante toda a minha vida. Filha de professores e neta de agricultores nordestinos que vieram para o Pará em busca de melhores condições. Amante da literatura e das artes, os considero elementos potentes de produção de vida e de saúde mental. Atualmente, estou mobilizada pelas lutas dos Direitos humanos e da Saúde mental.

Com experiência em psicologia da saúde e pesquisa em fenomenologia, cultura e comunicação, fui bolsista PIBIC no projeto “O pensamento de Martin Heidegger e o horizonte da pesquisa em comunicação”. Atuei como estagiária na Atenção Básica do sistema de saúde a partir do projeto de extensão Multicampi-Saúde da Criança 2020. Atualmente, integro o projeto de extensão “Ações interventivas para a permanência com qualidade e equidade de discentes indígenas e quilombolas da UFPA”; e o projeto “Pesquisa e intervenção clínica para tratamento interdisciplinar da ansiedade pela psicoterapia, clínica e uso de gotas de *Rosmarinus Officinalis* (alecrim) em adultos”. Ainda sou voluntária na clínica virtual de psicologia da UFPA a partir do projeto “Saúde, Cidadania e Direitos Humanos.

Com este preâmbulo, relato a pergunta que me inquietou quando a pandemia da COVID-19, intrusa, chegou em nossas vidas: O que resiste ao fim do mundo? Deparei-me com essa pergunta em um livro que li recentemente chamado “o céu da meia noite” da autora Lily Brooks-Dalton. Desde então, não a tenho tirado da cabeça. Em minha infância, a ideia do “fim dos tempos” me chamava a atenção. Por ser uma promessa, eu me questionava quando e como isso iria acontecer. Talvez eu fosse uma criança estranha desde o início, pois sentia muito medo dessas histórias, mas sempre queria ouvi-las novamente. Para a minha imaginação, no fim de tudo, eu subiria aos céus de mãos dadas com Jesus. Uma história um tanto irreal, eu sei, mas era a fantasia que eu tinha em relação ao “fim”. À medida que fui crescendo, essa ideia foi se modificando, mas apenas no início da pandemia foi que me deparei fortemente com a sensação de “fim”. Eu brincava com meus amigos “será que o apocalipse, finalmente, chegou?”. Nesse período, oscilei entre o sofrimento e o cuidado com a vida. Em alguns momentos, me agarrei com todas as forças à realidade e às pessoas e, em outros, eu só pensava em fechar os olhos e dormir por um tempo.

Ainda no início de 2020, tudo caminhava como sempre, eu estava cheia de planos em relação ao ano que começava, queria mudar, sair, fazer novas coisas. Contudo, logo fui surpreendida pela notícia do agravamento do quadro de um amigo que há alguns anos enfrentava um câncer. Nesse momento, durante o mês de fevereiro, eu estava estagiando em uma outra cidade no interior do Pará. A notícia foi súbita, pois alguns dias antes eu tinha me comunicado com ele. Rimos e fizemos planos para quando eu retornasse, e ele parecia bem, como não havia estado em meses. Lembro que, após a notícia, forçava-me a ficar estável e continuar com o trabalho que fui realizar ali. Tentava silenciar em vão o medo, porque ele voltava através do meu corpo. As febres sem explicação foram inúmeras, bem como os episódios de ansiedade, até o dia em que pude retornar para minha cidade.

Terminei o estágio com extrema angústia por estar tão distante e pela possibilidade eminente da morte. No dia seguinte ao meu retorno, visitei-o no hospital, pude falar com ele e me despedir mesmo que estivesse cheia de esperança pela sua recuperação. O curioso é que, mesmo em seu estado delicado, ele ainda perguntava pelos meus problemas mais banais, como se estivessemos fofocando sobre nossas vidas em um dia qualquer. Nunca me esquecerei de como ele estava: só naquele momento eu me dei conta, verdadeiramente, do quanto ele estava sofrendo. Uma semana depois, já no início de março, meu amigo faleceu, aos 23 anos de idade. Olhando para trás, penso que, talvez, tenha sido o melhor para ele naquele momento. Fomos amigos por 10 anos, metade da minha vida. A dor foi gigante, deparei-me com muitos arrependimentos e, logo depois, com a saudade que não cessa.

Dessa forma, a pandemia invadiu a minha vida. Eu estava em luto por um amigo e, em seguida, em luto pela perda de todo o meu cotidiano. Quando pensávamos sobre a Covid-19, parecia algo muito distante, algo das grandes cidades. Todos diziam que, talvez, nem chegaria ao Pará. Infelizmente, o oposto aconteceu e, pouco tempo depois, espalhou-se pela região metropolitana, onde minha cidade fica localizada.

Em minha rotina de estudante, eu acordava às 5 da manhã e chegava em casa às 22 horas da noite na maioria dos dias. A semana era cansativa, principalmente pelo longo deslocamento entre as cidades, já que os ônibus estavam sempre lotados e os engarrafamentos não eram raros. Essa era a minha realidade, bem como a de muitos estudantes do interior. Com a divulgação do primeiro caso de Covid no Pará, eu fiquei assustada, mas, por outro lado, pensei que talvez fosse um momento oportuno para descansar da correria diária. Claramente, naquela época, eu não imaginava a gravidade da situação.

Tudo parecia novo demais durante o processo de afastamento social, lembro de sempre acabar chorando pelas mortes diárias e por toda a insegurança gerada pela crise política em que o país entrara. A ideia de não poder sair, de que pessoas estavam morrendo enquanto outras não se importavam, era absurda, quase da ordem do inominável.

Com a pandemia, os termos “máscara”, “isolamento”, “*lockdown*” passaram a ter relevância no meu mundo e no de muitas outras pessoas. Se, por um lado, as notícias eram desesperadoras, por outro, eu esperava que algo bom poderia vir das adversidades e tentava me agarrar a diversas ocupações. Vivenciava um confronto diário com a realidade de todo o sofrimento que estava sendo produzido. A pandemia escancarou muitas contradições e toda a violência presente em nossa sociedade, a morte do George Floyd foi um exemplo disso. Era difícil dar sentido a todo aquele momento, tanto que, aos poucos, as atividades que eu tentava realizar no dia foram se desgastando e se esvaziando. Sentia como se estivesse escondendo de mim mesma que estávamos em uma espécie de “fim”.

Acredito que todos vivenciamos momentos de solidão em nossas vidas, algo natural na vida humana. Senti-me solitária em muitos momentos, mas nunca com tanta intensidade como no ano de 2020. Parei de ir à faculdade, parei de frequentar a casa da minha avó, de ver amigos, e ainda me sentia sobrecarregada por ver como as pessoas pareciam bem e produtivas na internet. Enfim, tudo o que dava sentido para a minha vida foi se perdendo. Eu queria poder fazer algo, mas me sentia impotente.

Com o passar do tempo, houveram dias em que eu não conseguia levantar da cama; penso que era uma forma de manter a minha sanidade. Nos dias em que estava mal, sempre era acor-

dada aos berros por minha mãe que repetia com firmeza “você não é rica pra se dar a esse luxo! Acorda e vai fazer alguma coisa, garota!”. Em outros dias, me sentia cheia de energia, procurava me exercitar, cuidar da casa ou ler.

As noites eram marcadas pela indignação e tristeza ao ver as notícias e pelas partidas de uno que nos faziam rir até o relógio dizer que estava na hora de dormir. Recordo-me da presença marcante de minha mãe, minhas duas tias e irmã mais nova. Além delas, meu pai e meu tio também estavam por ali, mas de forma muito secundária. Cada um em seu mundo. A vida em família se demonstrou um desafio, pois não havia outros lugares para se refugiar. Habitar um mesmo espaço com modos de ser tão diferentes nos levou a vários conflitos. Com eles, pude compreender melhor a mulher que venho me tornando.

Minha mãe não teve a sorte de poder trabalhar em casa. Sendo atendente, todos os dias ela tinha contato com inúmeras pessoas que não respeitavam as recomendações de saúde. Isso a aterrorizava tanto que criamos uma nova categoria em minha casa “o covid psicológico”: toda semana era um sintoma diferente, que no fim não parecia confirmar a doença. O pior se dava quando a empresa a enviava para Belém com o intuito de cobrir a ausência de pessoas que estavam doentes. Era difícil para ela e para todos nós por sabermos de toda exposição a que um trabalhador precisa se submeter nos ônibus lotados.

Parece engraçado vivenciar tantas emoções conflitantes em um curto período de tempo, mas percebo que o apoio que recebi das mulheres de minha casa foi o que me manteve firme. Sempre estávamos trocando dicas de chás ou ervas para auxiliar na imunidade: açafrão para inflamações, chá de alface para ansiedade, xaropes de agrião, sucos verdes, enfim, uma infinidade de recomendações feitas por uma senhora de nosso bairro que cultivava muitos tipos de plantas e possui uma riqueza de saberes. Nós nos indignamos, choramos, brigamos, rimos, comemoramos aniversários, oramos, tudo em conjunto. E nesse “estar junto” tornou-se possível produzir cuidado e apoio.

Cuidar de mim e do meu ao redor foi uma preocupação que imergiu naturalmente. Isso nem sempre significava estar “saúdável”, eu apenas passei a observar mais as coisas. Nesse processo, me relatei mais afetivamente com a minha casa, escutei um pouco mais o meu próprio corpo, que era o primeiro a denunciar quando algo não estava indo bem. E em toda essa escuta e observação, a dança me apareceu como a possibilidade de dar sentido a todo um contexto angustiante. Eu passei a dançar para relaxar e, quando percebi, estava contando algumas histórias através do corpo.

A dança não era um elemento novo em minha vida, mas, sem dúvida, estava esquecido. Estudei dança durante 10 anos e parei por me sentir sufocada com tudo o que a envolvia. Porém, no momento extremo da pandemia, foi o que me permitiu respirar. Dançava em vários cantos da casa, sem muitas regras, sem muitas predeterminações. Os movimentos iam apenas surgindo, ganhavam contorno com base na música e em como eu me sentia. Nem sempre era esteticamente agradável, e pode ser que por isso tenha sido libertador.

A pandemia, que deveria durar no máximo alguns meses, foi-se alongando com o descaso do governo que apenas agravou a situação no Brasil. A única preocupação parecia ser com a economia ao invés das milhares de pessoas morrendo de covid, de fome e desempregadas no país. Afinal “não se pode parar por causa de uma gripezinha”. Era preciso produzir, comprar, vender e até mesmo morrer para que a entidade “economia” permanecesse viva. Com esse contexto,

deixei de me espantar com a negligência das pessoas em relação ao uso de máscaras e a proibição de aglomeração. Como se importar quando o Estado não se importa, e até mesmo agencia mortes? Tínhamos responsabilidades, é evidente, mas a impressão era de que nossas vidas não valiam muito.

Em meio a todas as pressões, a universidade passou a ofertar aulas em um modelo emergencial e *online*. Na realidade, a universidade não havia parado, estava promovendo pesquisas e ciência como sempre, ao contrário do que se pregava. Ainda no mês de setembro, as aulas retornaram para aqueles que tinham estruturas objetivas para se manter no ensino remoto. Apesar dos auxílios financeiros, muitos alunos foram excluídos desse processo. Passamos a ser atravessados por problemas constantes de internet, pela falta de aparelhos celulares ou computadores adequados e pela dificuldade de conciliar a rotina da casa com os estudos.


A invasão do mundo público em nossos ambientes privados teve impactos significativos para mim. Eu tinha a impressão de que não poderia parar um único minuto. De segunda a domingo não conseguia me dar ao luxo de descansar verdadeiramente. Era uma sensação de alerta constante, além da dificuldade em me adaptar ao novo modelo. Antigamente eu podia me concentrar nas demandas próprias de cada espaço: na universidade eu realizava minhas obrigações enquanto estudante e me divertia em alguns dias e, quando estava em minha casa, podia me preocupar com os afazeres domésticos dentre outras questões. Com o ensino *online*, tudo se confundia e eu não sabia como separar as coisas, as preocupações apareciam em minha mente de forma simultânea, me paralisando.

Atualmente, ainda estou em um processo de adaptação e nem sempre consigo me manter firme, mas sigo tentando, assim como tento respeitar os meus limites. Compreendo que não é possível ficar totalmente bem frente a tanto sofrimento e incerteza. O luto ainda define o momento atual, pelas milhares de vidas que estão se perdendo e, dentre elas, meus amigos e familiares. Assim, novamente retomo à pergunta inicial “o que resiste ao fim do mundo?”. Não ousou dizer que tenho uma certeza, apenas vislumbro. Talvez o fim traga consigo novas possibilidades, como um sistema que se retroalimenta. Para mim, trouxe muitas perdas e também um maior cuidado com a vida. O luto, o cuidado e as mulheres compõem minha experiência de resistência. Um resistir fluido que me permite chorar, desistir e depois retornar e lutar.

Por fim, devo dizer que, alguns meses após o início da pandemia, fui com meu pai fazer a feira da semana. No retorno, passamos pela rua onde meu amigo residia. Até aquele momento, pensava que estava tudo bem, mas ainda passava por um processo de luto. Ao chegar em casa, chorei muito no banheiro, chorei porque me dei conta de que ele não estava mais naquela casa, porque ele não estava mais no mundo. Lembrei-me de uma música que estava tentando aprender a tocar no violão, “Aquele adeus”, e, por fim, chorei porque o mundo continuava indo em frente.

*Aquele adeus não deu conta
Ainda sei o que você vai dizer
Tarde demais ou algo assim
Concordaremos*

*E o tempo a passar e se repetir
Todo momento está a seguir
Com ou sem você aqui*



*Queria te falar das coisas que entendi
Eu quis te dizer só verdade
A gente vai passar
Ninguém vai perceber*

Por onde andará você?
Cícero Lins



Eu Sinto Muito: a condição crônica de saúde em tempos de (sobre) vivências da pandemia do Covid-19

Lo Siento: La condición crónica de salud en tiempos de (sobre) vivencias de la pandemia del Covid-19

I Am So Sorry: Chronic conditions of health in the Covid-19 pandemic

Kamilla Sastre da Costa

“A saúde é o bem mais precioso”, já dizia o provérbio, sendo também um direito humano, porém, nem todo ser humano tem acesso garantido a esse bem precioso. Fomos educados a procurar ter saúde, a buscá-la, almejá-la incessantemente em nossas práticas cotidianas, de forma a preservar a manutenção física e mental do organismo humano. Nossa motivação para viver só ocorre se estivermos nos sentindo fortes, viris e saudáveis. De que adianta viver doente, se viver pressupõe sentir-se bem, sem anomalias e dores?

Os sentidos da saúde e da doença são configurados socialmente, culturalmente e historicamente (CZERESNIA; DE SEIXAS MACIEL; OVIEDO, 2013). Simultaneamente, o processo de adoecimento e saúde é relacional, pois cada pessoa tem uma história singular e experiência de forma única a sua vivência, dando a ela sentidos e valores próprios.

A pandemia do coronavírus evidenciou os efeitos que as fragilidades do sistema de saúde, junto à má gestão governamental em meio à crise sanitária, provocam nas complexidades que envolvem o adoecimento crônico. O confinamento e as suas dinâmicas desiguais, a luta por aquisição de leitos, o processo de vacinação, a política de vida e morte que impõe práticas – atravessadas pelo processo de soberania estatal de priorização de quais vidas merecem viver em detrimento das que já estão fadadas à morte – a condição dos “grupos de risco”, enquanto descartáveis, soa como a caracterização da necropolítica (MBEMBE, 2018) em sua forma mais dura e cruel. “[...] Que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem de poder?” (MBEMBE, 2018, p.7).

Em meio a tensões políticas e sociais, acentua-se o desafio de precisarmos aprender a (con)viver com dores constantes, mal-estar e incômodos corporais gerados por doenças crônicas, o que implica na qualidade da nossa vivência e, tudo isso, em meio a esse contexto duro e cruel que a pandemia trouxe. São essas doenças que comumente nos tornam ora passivos, ora “(im)pacientes” (GAMA, 2017) diante das formas de lidar com o corpo, por intermédio dos cuidados médicos imperiosos que buscam atenuar sintomas contínuos, visto que, como doentes crônicos, somos submetidos a procedimentos nem sempre confortáveis e fáceis de lidar que envolvem o manuseio do corpo por outros profissionais, e um exercício diário de autopercepção na tentativa de ouvir os seus sinais; além disso, a estrutura social é pouco adaptativa e não pensa nas necessidades específicas das invisibilidades geradas pelas cronicidades dessas doenças, que doem e machucam tanto quanto os sintomas físicos. A pandemia apenas acentuou as dificuldades.

A ideologia da saúde perfeita, trazida por Ortega e Zorzanelli (2010), define quais são os corpos que precisam de “ajustes” dentro da nossa sociedade, baseada em padrões que ratificam as

Kamilla Sastre da Costa – Cientista Social. Mestra e Doutoranda em Antropologia (PPGSA). Compõe a Coordenadoria da Associação de Discentes com Deficiência (ADD-UFPA). do Grupo de Estudos Culturais da Amazônia (GECA) e da Rede de Pesquisa sobre Pedagogias Decoloniais na Amazônia (RPPDA). E-mail: millasastre@gmail.com

desigualdades postas e naturalizadas, sejam elas econômicas, raciais, de gênero e sejam corporais também, principalmente quando pensamos em quem tem acesso a determinados recursos que podem mitigar as situações de extrema exigência ao corpo e à saúde ideal.

Imersos na trajetória do ser doente crônico, outros desafios de sobrevivência em tempos pandêmicos são lançados, em que a retórica necessária do isolamento social enquanto alternativa para a preservação de vidas precisa ser reafirmada a todo momento. Um isolamento já há tempos vivenciado por doentes crônicos, cuja vida é mergulhada em dores físicas e emocionais que o contato humano pouco compreende.

Refletir sobre o processo de adoecimento torna-se necessário no contexto de uma antropologia que analisa a saúde e a doença por meio dos parâmetros simbólicos estruturantes da cultura. Como paciente, pesquisadora e observadora crítica, desperto minha atenção à realidade social alinhada a conceitos que evidenciam a “experiência próxima” (GEERTZ, 1997) e familiar de vivências e sentimentos comuns que espelho e chegam até mim.

Durante o período de pandemia, em especial, essas reflexões passam a ser mais recorrentes a partir de análises particulares a respeito de um isolamento imposto e nada fácil – culturalmente falando também – de aceitar e permitir. Logo, as nossas raízes nortistas¹, embasadas no toque, no abraço, no cheiro e no apelo forte às reuniões e presenças físicas. Como acostumar-se com o que alguns chamam de “novo normal”?

É necessário ir às consultas, realizar exames de forma recorrente, frequentar terapias – que envolvem também técnicas de autocuidado – uma rotina atípica em um contexto considerado “normal”, dirá em tempos de pandemia. As políticas de distanciamento social coadunam-se com as necessidades terapêuticas do doente crônico. “Ficar em casa”, muitos de nós já estamos há dias, meses e anos, afinal, não temos outra alternativa, o corpo não permite – a não ser quando é para proporcionar desenvolvimento a esse mesmo corpo por meio dos cuidados de saúde. Faz-se necessário questionar e ir além de um modelo fechado e ao mesmo tempo universal imposto pelos padrões biomédicos. E isso cabe justamente ao corpo que necessita da intervenção médica a fim de ser reabilitado ou “normalizado” para poder ser aceito na vida em sociedade, condicionado a aparelhos institucionais de dominação, os quais detêm controle sobre ele.

A forma como as pessoas estabelecem relação com o corpo e com a diferença na sociedade ocidental, presente no imaginário da modernidade, mostra como a deficiência é construída socialmente, indicando os atributos do corpo que é objetivamente marginalizado (LE BRETON, 2012), como um lugar outro que ora necessita ser incluído, ora a exclusão é vista como parte da sua essência. São lógicas de distinções sobre o corpo que precisam ser superadas a fim de “[...] que (o corpo) não seja mais o que interrompe, distinguindo o indivíduo e separando-o dos outros, mas o conector que o une aos outros” (LE BRETON, 2012, p.11).

Santos (2020), na recente obra *A cruel pedagogia do vírus*, analisou o impacto da quarentena na vida de alguns grupos sociais, inclusive o de pessoas com deficiência, refletindo sobre as formas de dominação que atravessam o capitalismo, o patriarcado, o colonialismo e também o capacitismo. Como viver a quarentena, sobretudo quando estas (nós) pessoas dependem(os) de quem tem que violar a quarentena para lhes/nos prestar alguma ajuda? O vírus invisível escancara as desigualdades e também vozifica nosso silêncio entalado há tempos, reflexo da invisibilidade e das estruturas sociais pouco acessíveis às diferenças corporais.

¹ Belém/Pará/Brasil.

E quando a (im)paciente usa a sua voz para questionar esses padrões impostos acerca do seu próprio corpo? Qual lugar ela ocupa numa estrutura médico-cientificista? Como a sua autonomia é percebida nesse contexto em que transitam médicos, família e sociedade, de modo a torná-la protagonista de sua história? De que forma pensar uma antropologia da saúde que valorize a voz dos mais afetados pela sua falta? (COSTA, 2019).

1. Do Diagnóstico à Experiência da Deficiência

Mais do que mostrar respostas prontas e acabadas, levantar esses questionamentos é necessário para construir análises críticas que envolvem a questão da saúde. A problematização das doenças crônicas, ligadas a um enquadramento teórico dos estudos sobre deficiência (mesmo que doença e deficiência não tenham o mesmo significado), é importante para dimensionar essas categorias no campo social. A exclusão desses corpos dá-se também pela “construção cultural”, segundo Pereira (2006), e isso pode ser constatado quando identificamos a marginalização posta a estes por meio do olhar hierárquico, colocando-os como “indesejados”, “impuros”, “inferiores”, “fardos”, “improdutivos”, não dignos de humanidade. O sistema de classificação coloca a condição do corpo doente ou com deficiência de modo subalternizado, “naturalmente” embaixo – o que porventura vem justificar a sua exclusão.

Além disso, pensar em novas formas de lidar com o corpo doente ou com deficiência na nossa sociedade requer um esforço de romper com padrões corporais, assentados no binômio normal x anormal, arraigados na estrutura da nossa sociedade ocidental e moderna. O capacitismo discrimina tais corpos subjugando-os a lógicas opressoras e excludentes. Daí a necessidade de falarmos das dificuldades encontradas por pessoas com doença crônica e com deficiência durante a grave crise sanitária vivida na humanidade até o período de escrita deste texto.

Ser “prioridade” na fila de vacinação é importante, porém é preciso ir além, ao considerar nossos modos próprios de ser, viver e nos relacionarmos na sociedade que condiciona nossas experiências. É preciso o diálogo para que as políticas públicas cheguem até nós e contemplem nossas distintas particularidades. O contrário disso é subjugar-nos a formas imperiosas de aceitar determinadas condições sem buscar entender as especificidades, envoltas na nossa realidade do ser doente crônico ou ter deficiência.

É fato que as desigualdades sociais permaneceram evidentes a despeito das mudanças provocadas pelo processo de democratização. No que concerne à assistência à saúde, sabemos o quão dispendioso e cansativo é passar horas para conseguir atendimento em consulta; ficar no aguardo para poder marcar sem saber a qualidade desse atendimento; e se ele ainda vai ser suficiente, após a longa espera. São desafios encontrados por grande parte da população que depende unicamente do Sistema Único de Saúde (SUS) para acessar os serviços de saúde e tratar das suas “doenças compridas” (FLEISCHER, 2015), cujos sintomas são aliviados concomitantemente à boa assistência das redes de proteção.

Uma dessas “doenças compridas” – a esclerose múltipla – faz parte da minha realidade há mais de 12 anos. Impossível não rememorar as sensações dos primeiros sintomas, na cansativa busca pelo – até então – distante diagnóstico, consumado após muitas buscas, exames e conversas com diversos especialistas. Aceitar é um processo doloroso, mas também satisfatório quando é real.

Em tempos pandêmicos, a luta interna travada entre nós, doentes crônicos, e o próprio corpo, que pode responder de forma favorável ou “rebelde”, repercute no nosso organismo positivamente ou negativamente por meio de reações físicas e emocionais. A necessidade de realizar atividades físicas com acompanhamento profissional e sem poder fazê-lo por conta das medidas de distanciamento social foi um dos fatores que mais teve impacto na minha vida. O corpo sentiu, as dores voltaram. Ligado a tudo isso, o caos instalado pelas muitas perdas atravessando a humanidade, marcando um luto coletivo irreparável. Angústia, medo, ansiedade. A incômoda pergunta: quem será a próxima possível vítima do vírus?

De acordo com a medicina, doença crônica é aquela que se manifesta e não se resolve em um curto espaço de tempo, muitas não se sabem a causa e nem têm cura. A maioria das doenças autoimunes e genéticas é crônica (SILVEIRA, 2016). A experiência de ser um doente crônico, além de ter infindáveis dores e sintomas, perpassa a diversos aspectos, desde a descoberta do diagnóstico ao acompanhamento médico periódico; a ingestão de medicamentos, consultas regulares e mudanças de hábitos e estilos de vida ao longo da vida – cuidados esses essenciais para garantir a sobrevivência de forma menos dolorosa possível na trajetória crônica do ser doente. São os desafios encontrados por quem tem uma diferença biológica e busca sentido em sua vivência, cujas sensações e dores não são passageiras, e a tal “busca pela felicidade” torna-se um processo distante e danoso. Que felicidade é esta que coloca meu corpo ou minha condição como impedimento de tê-la? Nunca foi por falta de vontade, desatenção com a saúde ou falta de esforço pessoal. A felicidade sempre foi almejada e colocada como objetivo maior, pois alimenta a esperança, a fé e tudo isso que fazem questão que doentes crônicos tenham.

Quando falamos de diagnósticos, falamos sempre de algo indesejável? E quando falamos de doença, também falamos de cura? Inevitavelmente, lamentamos as doenças e desejamos um mundo livre de pestes e diferenças funcionais. Os mais religiosos oram por milagres. Os mais céticos buscam nas ciências curas e explicações. (SILVEIRA, 2016, p. 27).

A aceitação do diagnóstico talvez seja a parte mais difícil e desafiadora no processo de adoecimento crônico, pois exige uma readaptação a um novo modo de viver e de se relacionar com o corpo. Para uns, esse corpo é considerado fraco, para outros, ele é forte e resistente por aguentar tanto. Uns querem a sua cura, outros só querem que seus males sejam amenizados. O fato é que tudo isso provoca uma mistura de sensações que podem gerar raiva, angústia, impotência, frustração e, ao mesmo tempo, força e resiliência ao doente, pois, como coloca Pinheiro (2004, p.68), “[...] não há uma existência humana plenamente feliz e completamente protegida das incertezas da vida”.

Esse processo é atravessado por uma série de sensações que constroem a experiência, por meio do exercício reflexivo de uma antropologia que analisa o outro, mediante o olhar dele próprio, enquanto sujeito investigado e, ao mesmo tempo, pesquisador. Esse sujeito pesquisador também pode ser objeto de sua investigação, como aponta Caicedo (2003).

A Antropologia enquanto ciência que estuda “o outro”, nas suas mais distintas concretudes, permite a leitura dos diferentes contextos de análise a partir do exercício de agenciamento que constrói novas dinâmicas, novas perspectivas e olhares, pautados naquilo que esse outro pode trazer, o outro que pode ser nós mesmos. Assim, a subjetividade passa a legitimar

o surgimento de outros conceitos capazes de subsidiar reflexões para além do campo estudado, ultrapassando fronteiras epistemológicas ao ressaltar a importância do ‘eu’ enquanto sujeito participante e não distante do processo da pesquisa. Desafios de captar vivências colocando-se no lugar do outro, mantendo a distância social e psicológica (VELHO, 1987), a mesma questão que Da Matta (1978) colocara sobre **transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico**.

Desde quando recebi o diagnóstico de esclerose múltipla – doença neurológica degenerativa, autoimune, progressiva e ainda sem cura –, além das dores causadas pelos surtos da doença e efeitos colaterais das drogas medicamentosas das quais fiz uso por longos anos para conter o seu avanço, venho sentindo os impactos das expectativas negativas que a sociedade tem sobre mim. Isso manifesta-se por meio de comentários, sugerindo que a qualquer momento não terei mais autonomia para realizar as minhas tarefas cotidianas, que eu sou assexuada, impossibilitada a trabalhar, incapaz de obter títulos acadêmicos etc. Expectativas essas que venho rompendo diariamente com minhas práticas, buscas por tratamentos humanizados e vontade de viver sem amarras.

A pandemia trouxe muitas perdas, dificuldades várias e também aprendizados acerca das ressignificações sobre os sentidos da vida. Trazer um pouco de si nos escritos torna a realidade um pouco menos dura por facilitar a aproximação com nós mesmos, o que inclui dores, temores e aflições das novas experiências vividas. Em tempos em que o contato humano é evitado ao máximo para impedir a proliferação do vírus, a proposta de nos conectarmos conosco não parece ruim.

CONCLUSÕES

O coronavírus trouxe à tona a raiz multifacetada da desigualdade da forma mais dura e cruel. Alguns sentiram, outros sentiram muito. Essa dor, como aponta Krenak (2020), talvez ajude as pessoas a responder se de fato somos humanidade. Afinal, o verdadeiro sentido de ser humano levantou questionamentos cruciais nesse contexto adverso de mortes, fome e miséria. Quem é humano e quem se desumanizou indo na onda dos discursos políticos e ideológicos contrários a uma forma ética e humana de viver? Várias narrativas foram desenvolvidas nos jogos dos estranhamentos, das incertezas, das dúvidas e possibilidades. Por meio dos acontecimentos, a bricolagem (SPINK, 2021) foi feita de vários pedaços que desenrolaram e desenrolam – coloco no presente, pois, até momento atual, a pandemia ainda ocorre – diferentes assuntos e sensações que pontuam dimensões bem complexas de lidar. Tão complexas que não sabemos quando acabarão e se acabarão, pois a sensação intermitente incomoda a ponto de não se tornar possível dimensionar os impactos que já influenciaram e influenciam as nossas decisões, olhares e subjetividades.

Enquanto doente crônica, pesquisadora do campo da antropologia, aponto o quanto é difícil viver sob a condição de estar atenta ao que a sociedade espera de mim, mediante o meu olhar antropológico, relato este que espero não ser percebido como fraqueza ou vitimismo, pois não o é de modo algum. Socializar essas dores e incômodos torna a trajetória mais amena, provoca menos efeitos colaterais e mitiga possíveis estragos emocionais a longo prazo. Enquanto sujeita da pesquisa, escrevo a minha própria trajetória por meio de linhas curtas e simples, às vezes, como (im) paciente, sigo afetada por sensações experienciadas de forma singular a partir da dimensão relacional daquele “outro” que me espelha e que o olhar antropológico, científico e objetivo dificilmente alcança. Expressar-se é uma dádiva e as trocas fazem parte do processo de aprendizagem. Não há distanciamento possível, o jogo está nas emoções e eu sinto muito.

REFERÊNCIAS

- CAICEDO, A. *Aproximaciones a una antropología reflexiva*. Length: Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, 2003.
- COSTA, K. S. da. *Aonde eu coloco as minhas dores, doutor?* Um olhar antropológico da esclerose múltipla. Porto Alegre: Editora FI, 2019.
- CZERESNIA, D.; DE SEIXAS MACIEL, E. M. G.; OVIEDO, R. A. M. *Os sentidos da saúde e da doença*. São Paulo: Editora FIOCRUZ, 2013.
- DA MATTA, R. O ofício do Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edison de. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.
- FLEISCHER, S.; FRANCH, M. Uma dor que não passa: aportes teórico-metodológicos de uma antropologia das doenças compridas. *Política & Trabalho*, n. 42, 2015.
- GAMA, F. Tornar-se cronicamente doente: perspectivas de uma impaciente sobre cuidados médicos. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; MUNDO DE MULHERES, 13., 2017, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2017. p.1-12.
- GEERTZ, C. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- KRENAK, A. *O amanhã não está à venda*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020.
- LE BRETON, D. *A sociologia do corpo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária da UFMG, 2018.
- ORTEGA, F.; ZORZANELLI, R. *Corpo em evidência: a ciência e a redefinição do humano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PEREIRA, A. B. O Corpo (-) Sentido: reflexões sobre “Deficiência” e Doença Crônica. *Revista Eletrônica do Programa de Doutorado Pós-Colonialismos e Cidadania Global* [online], n. 2, p.1-49, 2006. Disponível em: ces.uc.pt/.../doutoramentos/programas-de-doutoramento/pos-colonialismos-e-cidadania-.... Acesso em: 22 abr. 2017.
- PINHEIRO, D. P. N. A resiliência em discussão. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 67-75, Abril, 2004.
- SANTOS, B. de S. *A cruel pedagogia do vírus*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- SILVEIRA, B. R. *Dor compartilhada é dor diminuída: autobiografia e formação identitária em blogs de pessoas em condição de doença*. 2016. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- SPINK, P. K. Covid 19: uma bricolagem de sentidos caminhantes. In: BRIGAGÃO, J. I. M et al (org). *Covid 19: versões da pandemia nas mídias*. São Paulo: Instituto de Psicologia USP, 2021. p.17-67.
- VELHO, G. *Observando o familiar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

Com a Pandemia, a Rotina tem seus Encantos

Rosa Maria Salvador Miranda

Me chamo **Rosa Maria Salvador Miranda**, tenho 77 anos e sou viúva há 3 anos, tendo sido casada por quase 50 anos com Maiolino, com quem tive 2 filhos, Cybelle e Leonardo. Na minha época, as mulheres se casavam cedo, eu demorei um pouco mais; antes do casamento exercia a função de caixa no Banco da Indústria e Comércio de Minas Gerais, o qual já avisara que, quando retornasse da lua de mel, já teria minhas contas feitas. Na época, não aceitavam mulheres casadas no trabalho.

Depois do casamento, que ocorreu em 1969, demoramos ainda uns anos para ter a primeira filha, de modo que decidi por ocupar o tempo fazendo faculdade, tendo optado por Letras devido a inspiração de meus professores do cursinho Rui Barbosa, João de Jesus Paes Loureiro, Heraldo Maués, Wilton Moreira e Luís Euclides. Outra razão foi a coincidência de meu grupo de estudos ter escolhido o mesmo curso, o qual contava com Cristine Pacheco, Sônia Renda e Regina Fernandes. Tive oportunidade de narrar um pouco dessa história no depoimento ao livro de memórias “Wilton Moreira e outros (in)confidentes”, lançado em 2015 pela editora Paka-tatu.

No final do curso, fiquei grávida, e nasceu a Cybelle, nossa mascote da turma. Comecei a exercer o magistério no Colégio Santa Rosa, mas o cuidado com a casa e com os filhos tornou-se incompatível com o horário de trabalho, de modo que optei por deixar de lecionar. Além disso, também auxiliava meu marido, médico psiquiatra, em marcação de consultas, preenchimento de formulários e na datilografia de centenas de laudos médicos. Era responsável também pelas cobranças junto aos planos aos quais ele era credenciado, de modo que esta atividade também me ocupava bastante.

Com o tempo, a aposentadoria de Maiolino e a independência dos filhos alterou nossa rotina, nos permitindo frequentar com mais assiduidade as programações culturais de Belém, como cinemas, teatros, exposições de arte, além das viagens. Com o falecimento de meu marido, passei a morar só num apartamento, simplificando os afazeres domésticos e proporcionando mais tempo para sair com as amigas. Contudo, veio a pandemia e os contatos pessoais passaram a ser motivo de apreensão.

1) Fale resumidamente sobre seu trabalho: o que faz, onde, tempo etc.

Acordo por volta das 7 horas, tomo café, verifico os serviços domésticos com a Claudia, molho as plantas, três vezes por semana recebo o *personal trainer* para fazer exercícios de reforço muscular. Na parte da tarde, ocupo o tempo assistindo televisão e fazendo fisioterapia respiratória devido à doença brônquica crônica. Faço consultas das notícias e das novidades dos amigos por meio das redes sociais (*Facebook* e *WhatsApp*). A rotina é quebrada por conversas com as amigas pelo telefone ou por troca de mensagens de texto e áudio.

Rosa Maria Salvador Miranda – Graduada no curso de Licenciatura em Letras em Língua Portuguesa/UFGA. Exerceu o magistério no Colégio Santa Rosa.

2) Durante a pandemia, quais os caminhos que tem percorrido tanto em suas atividades profissionais quanto domésticas?

Não tenho me deslocado de casa; devido à necessidade de manter a proteção contra o vírus, tenho estado em isolamento quase completo, sendo as raras saídas resumidas a consultas médicas, exames e à aplicação das duas doses da vacina, as quais tomei em modalidade *drive thru* no estacionamento da Basílica de Nazaré. Tenho uma amiga que circula por todos os ambientes como shoppings, supermercados e restaurantes e diariamente, às 20 hs, telefona para me atualizar das novidades.

3) Durante esse tempo, que situação lhe fez sentir maior apreensão, ou angústia?

Diariamente, com as notícias de falecimento nas redes sociais, os noticiários da televisão, quando parentes próximos ficam doentes e na rotina de cuidados com as acompanhantes e todas as pessoas com as quais tenho contato em casa.

4) Quais impactos sociais, pessoais da pandemia você destaca?

Percebo o afastamento das pessoas em relação aos contatos sociais, diminuindo sua rotina de saída e as comemorações em família. As pessoas ficam isoladas, mais restritas, não podem mais usufruir da convivência social e do lazer, as programações culturais deixaram de ser presenciais e passaram a ser feita na forma de *lives* e programas via internet. Percebo que fiquei desatualizada quanto à programação dos cinemas, a qual sempre acompanhava com meu marido, que era membro da Associação de Críticos cinematográficos e escolhia todo ano os melhores filmes. Porém, tenho mantido minha rotina e me adaptado ao isolamento, sem maiores abalos.

5) Outra questão que achou relevante relatar.


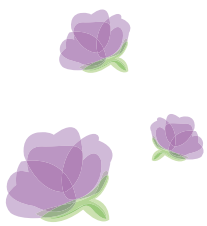
Esta experiência tem demonstrado que os seres humanos não têm capacidade de mudar seus hábitos, mesmo diante de tantos sofrimentos e perdas. Gostaria que fosse descoberto um remédio para a doença, além da vacina, que permitisse que vidas fossem salvas imediatamente.



Seção

C

Fotobiografias:
linguagens poéticas e artísticas
como resistência criativa



Fotobiografia de uma Família no Contexto da Covid-19: entre plantas e animais

Célia Leite

Pandemia da Covid 19. Nós pensamos que não tem trabalho na pandemia, mas tem. Viver na pandemia não é nada legal. Mas estamos aí atravessando ela, espero que ela acabe bem rápido porque já perdi até um irmão para a covid 19 e todo mundo quase aqui em casa adoeceu também desse problema. Mas já estamos bem e a vida continua. E estamos aí, cuidando dos gatos, da casa, das plantações, fazendo comida, uma rotina total, porque ninguém sai de casa para lugar nenhum, exceto para o médico. Então, a rotina é danada. Tem dia que está tudo legal, tem dia que eu estou ruim, uma dorzinha de cabeça, mas estamos levando a vida como tem que ser, não pode é se desesperar, se desesperar é muito pior. Então, vou cuidando aqui dos meus gatinhos, dos filhos. Eu sei que é assim.

Eu sou casada com o Leonardo, o Léo ou o Lió, há quase cinquenta anos. São 48 anos juntos, nos conhecemos quando eu tinha quinze anos e ele 25, tivemos três filhos, Leila, André e Lucélia, todos formados, a Leila em ciências sociais, o André em Geografia e a Lucélia em pedagogia, a Leila já tem o doutorado e a Lucélia o mestrado, ainda tem os dois sobrinhos que também são meus filhos, o Kito (Ewerton) e o Wellington. O Kito trabalha numa loja de peça de caminhão e faz universidade na UFRA, o Wellington trabalha na portaria da Assembleia Paraense.



Família de D Célia. Filha Leila, marido Léo e eu.

Quando nós soubemos a notícia da pandemia em 2020, ficamos arrasados, porque a pandemia foi uma doença, assim, digamos, triste, ela não só mexeu com o Brasil, mas com o mundo inteiro e nós sentimos que a cada dia que passa o mundo inteiro vai ficando bem mudado, a cada dia. Não é só num lugar, mas em todos, bem mudado. As pessoas ainda não levaram a sério porque ainda não pararam para pensar bem sobre isso, mas as mudanças estão sendo piores do que nas pandemias anteriores que tivemos. Muita gente já morreu, muitos conhecidos, muitos amigos, foi

uma coisa arrasadora e continua sendo porque ninguém sabe quando é que a pandemia vai acabar. Muitos tomaram vacina e ainda falta muita gente tomar, está sendo muito devagar o caso da vacina e ninguém sabe quando é que vai acabar essa pandemia.

O governo estadual e municipal sempre fala que estão dando o maior apoio para o povo, mas, na realidade, a gente sabe que isso é só uma capa. É só um faz de conta, tanto do governador quanto do prefeito. Saiu aquele e entrou outro, mas a gente sabe que o apoio de todos eles é só uma balela, não melhora nada a situação nem para os professores, nem para ninguém. Os concursos acabaram, muita gente desempregada, passando necessidade.

Todas as reuniões com toda a família que a gente fazia, aniversário, essas coisas, acabaram, a gente ainda faz alguns em casa, mas só com a gente de casa, a gente não chama ninguém de fora para não adoecer nem a gente de casa nem os de fora. As reuniões de família que minhas filhas gostam muito, os aniversários grandes, elas com as colegas, isso não teve mais, ninguém sabe nem quando que vai ter.



Eu na casa de minha irmã

A minha rotina inclui: Conversar com meu marido, minhas filhas, assistir à novela. Trabalho não falta em casa para fazer. E, com a quarentena, o trabalho aumentou porque a gente fica parada, aparece alguma coisa e nós vamos e fazemos, às vezes faz comida de manhã e de tarde. Cuidar da casa sempre dá muito trabalho e eu ainda fico preocupada com todo esse problema. Quando descobrimos que estávamos doentes, foi de surpresa, ninguém sabia que estava doente, fomos para o enterro do meu irmão e, quando voltamos de lá, no outro dia, começamos a nos sentir mal, febre, eu e meu marido, minha filha e, no dia seguinte, fomos ao médico e foi descoberto que era covid. Na primeira vez que fizemos o exame não deu nada, na segunda vez também não, só na terceira foi que atestou positivo.

Mas não fiquei desesperada, eu sabia que a situação era cruel, principalmente porque a gente fica preocupada com meu marido por ele já ter feito várias cirurgias, mas ele é forte e já até superou, já está bom. Nós já renovamos todos os exames e está tudo bem. Quando adoecemos, foi muito ruim, ficamos trancados no quarto um tempão, só as meninas fazendo comida e trazendo aqui, principalmente para mim, meu marido ainda saía para comer, mas eu fiquei aqui muito tempo porque me senti pior que ele. Estava com febre mais tempo que ele e precisei ficar mais tempo no quarto, e isso é muito ruim, só não foi pior por causa da televisão, e eu ficava assistindo novela.

Mas até nisso a rotina mudou, não assisto mais todas as novelas, só umas duas, não assisto filme. Para o meu marido, a mudança foi para mais, ele agora passa o dia todo na frente da televisão,

tem dia que ele vem deitar e, quando eu olho no relógio, já são duas, três da manhã. E quando é de manhã ele acorda muito tarde. Eu acordo cedo, quando vejo o sol, abro a janela; às vezes não, deito mais um pouco, tudo sem muita pressa, nessa pandemia não dá para ter muita pressa com toda essa situação perigosa. E, também, estou todo tempo me lembrando dos parentes que estão longe, com cuidado nos filhos para não adoecerem e, quando adoecem, a gente nem tem como evitar, quando pensa que não, já está doente, não tem como saber, uma coisa incrível.

Nessa pandemia, tudo mudou, acho que até o modo de viver mudou e não foi só aqui na minha casa, mas em todas as casas aconteceu isso. As casas dos conhecidos aqui que a gente observa. A vizinha da frente, que ela também abria a casa cedinho, agora abre mais tarde que a nossa; então mudou em todas as casas, mudou o mundo inteiro. Quando queremos falar com um conhecido, só pela internet, muito difícil essa situação. Meu irmão morreu e nós nem nos vimos mais, estávamos há muito tempo sem se ver, eu só fiquei sabendo da notícia, ainda bem que deu para irmos ao enterro, mas não pudemos olhar o corpo, estava tudo isolado no caixão, o genro dele contou que ele ficou dentro de dois sacos plásticos. Nunca ninguém espera que uma coisa dessas aconteça com ninguém, mas agora está acontecendo com a pandemia.

Os gatos em nossa casa: minha relação com os animais. Uma relação boa, eles divertem, fazem graça, principalmente porque são muitos. Mesmo sem a pandemia, sair é difícil por causa deles, eu fico muito preocupada. Então vou mostrar algumas fotos do meu cotidiano.



O gato Macalé



A gata Chayenne



A gata Mini

Encerrando esta fotobiografia, trago para a cena minha família, confirmando o que disse Fernanda Montenegro: “não pode desanimar”. As pessoas estão até se acostumando com essa coisa de ficar em casa, está todo mundo se acostumando. E ninguém sabe quando isso vai acabar, nem as médicas sabem. Nós vamos viver sempre amedrontados, com medo de tudo e de todos, sai na rua e está com medo, se fica em casa, está com medo. Com todas essas mudanças, até a rotina dos animais mudou, os gatos e os cachorros estão diferentes. O meu grupo de rezas mudou, eu não vejo mais nenhuma das senhoras, todas estão recolhidas, até a que mora aqui mais perto sumiu, têm as que estão doentes e já não podem mesmo participar e as outras todas estão se resguardando. Mas eu também não saio de casa, nem para o supermercado eu vou mais, nem para a feira, nós temos que aceitar que as coisas serão assim por longo tempo.



Ewerton (meu filho e sobrinho),
Léo, eu e Wellington (meu filho e
sobrinho) - 74 anos do Léo



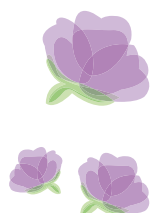
Eu, André (meu filho), Leila (minha
filha) e Lucélia (minha filha)

Então, vamos esperar que a vida volte ao normal, até para os jovens, se a universidade vai voltar a funcionar, até mesmo para as crianças as coisas estão difíceis, algumas estão estudando em casa, mas não é a mesma coisa. Quando voltarem às aulas, vai ser complicado para elas voltarem à rotina. Elas se sentirão estranhas junto com os coleguinhas, vai passar um bom tempo para se sentirem normais, o aprendizado delas volta tudo para trás, na internet não é a mesma coisa que estudar ao vivo. E ainda está mexendo com a cabeça de muitos professores, a vida dos professores mudou totalmente, de muita gente que trabalha como servidor público; na saúde, os médicos, um corre-corre dentro do hospital. Como disse aquela médica e a enfermeira no jornal, que morreram suas mães; elas, que são lá de dentro e trabalham com tudo isso, não conseguiram salvar as próprias mães porque não tinha a U.T.I. para internar e elas ficaram sem saber o que fazer. Quando conseguiram, com três dias, as mães morreram.

Passaram vários casos, funcionários da saúde que perderam pai e mãe. Quando nós estamos vendo algo assim acontecer, temos que agradecer a Deus e colocar as mãos para o céu por ter passado já por isso e estar aqui para contar a história. O Brasil está em segundo lugar em número de pessoas mortas, se fosse em segundo lugar salvando vidas, estava bom demais. Esse governo deveria ser tirado do poder igual fizeram com a Dilma, injustamente, e colocaram aquele Temer. Esse homem tem que sair.



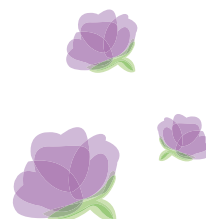
Léo e eu



Seção

D

Temática Livre



A Fuga do Padrão Dicotômico de Homem e Mulher no Filme A Garota Dinamarquesa

La Fuga del Patrón Dicotómico del Hombre y Mujer en la Película La Chica Danesa

The Escape from the Dichotomic Pattern of Man and Woman in The Danish Girl Movie

Flamilda de Moraes Paiva
Sandra Nazaré Dias Bastos

Resumo: O filme A Garota Dinamarquesa conta a vida real de Einar Wegener (Lili Elbe), artista que viveu na década de 1920. Sua história transcende o tempo e traz uma discussão atual sobre o tema da transgêneridade. Trazemos nesse texto problematizações que versam sobre corpo, sexualidade, gênero e identidade a partir do triângulo formado por Lili, Einar e Gerda, personagens centrais do filme. Nesse contexto, apresentamos uma análise sobre o que é ser mulher e homem dentro dos padrões sociais do início do século passado, problematizando como essas normas sociais são ainda vigentes na atualidade.

Palavras-chave: Corpo. Gênero. Identidade de Gênero. Transexualidade.

Resumen: La película “La chica Danesa” cuenta la vida real de Einar Wegener (Lili Elbe) artista que vivió en la década de 1920. Su historia trasciende el tiempo y trae una discusión actual sobre el tema de transgéneros. Traemos en este texto, problemáticas que versan sobre cuerpo, sexualidad, género e identidad a partir del triángulo formado por Lili, Einar y Gerda, personajes centrales de la película. En este contexto presentamos un análisis sobre lo que es ser mujer y hombre dentro de los patrones sociales de inicio del siglo pasado, problematizando como esas normas sociales y que están todavía vigentes en la actualidad.

Palabras clave: Cuerpo. Género. Identidad de Género. Transexualidad.

Abstract: The movie The Danish Girl is based on the real life of Einar Wegener (Lili Elbe), an artist who lived in the 1920s. His story transcends time and brings a current discussion on the theme of transgenderism. In this text, we bring problematizations that deal with the body, sexuality, gender and identity from the triangle formed by Lili, Einar and Gerda, the movie's main characters. In this context, we present an analysis of what it meant to be a woman and a man within the social standards of the beginning of the last century, problematizing how these social norms are still in force today.

Keywords: Body. Gender. Gender Identity. Transsexuality.

Flamilda de Moraes Paiva – Mestranda do Programa de Pós Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia – PPLSA/UFPA, Campus Universitário de Bragança. Especialista em Estudos Linguístico e Análise Literária. Licenciada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: flamildamp@gmail.com

Sandra Nazaré Dias Bastos – Doutora em Educação em Ciências e Matemáticas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora do Instituto de Estudos Costeiros (IECOS-UFPA), Faculdade de Ciências Biológicas. Docente do Programa de Pós Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA), Campus Universitário de Bragança. E-mail: sbastos@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Mesmo que aborde episódios ocorridos há um século, o filme *A Garota Dinamarquesa*¹ (Figura 1) trata de questões de gênero urgentes e atuais (ALVES, 2017). Adaptado do livro homônimo de grande sucesso escrito por David Ebershoff em 2016, que por sua vez foi inspirado pelo diário escrito por Lili Elbe em 1933, o filme traz a história da primeira mulher transgênero a se submeter a uma cirurgia de redesignação sexual. A produção cinematográfica explora o casamento amoroso do casal de artistas Einar e Gerda, tendo como tema central o surgimento de Lili, terceiro elemento de um triângulo que nasce a partir da identificação de Einar com o gênero feminino. O filme aborda ainda como processos patologizantes foram a resposta de diferentes campos da medicina para sua identidade de gênero (TOLEDO E DORNELAS, 2017).

Figura 1: Material de divulgação do filme *A Garota Dinamarquesa*



Iniciamos o texto trazendo reflexões sobre a perspectiva do que é "ser" mulher e homem no início do século passado e, mais do que isso, discutimos como essa questão se manifesta na atualidade como produto de uma sociedade moldada sob os termos biológicos, que marcam os corpos e definem formas de ser e estar em determinados espaços.

Essas reflexões nos levam ao pensamento defendido por Lauretis (1994), que se refere ao gênero como construção que vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados, como na era vitoriana, por exemplo, e que continua a ocorrer não só onde se espera que aconteça, como na mídia, nas escolas públicas e particulares, nos tribunais, na família nuclear extensa ou monoparental, mas também, embora menos obviamente, na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas ditas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo de forma bastante fecunda, no feminismo.

¹ Ficha Técnica: Título do filme: *A Garota Dinamarquesa*; Título Original: *The Danish Girl*; Cor filmagem: Colorida; Origem: EUA; Ano de produção: 2015; Gênero: Drama; Duração: 120 minutos; Classificação: 14 anos; Direção: Tom Hooper; Elenco: Eddie Redmayne, Alicia Vikander, Amber Heard, Matthias Schoenaerts. Informações Disponíveis em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-140552/>

Desse modo, os meios midiáticos, como as telas cinematográficas, são importantes ferramentas na construção e sustentação nos modos de subjetivação. Para Fischer (2006), a tela opera como uma espécie de processador daquilo que ocorre no tecido social, de tal forma que “tudo” deve passar por ela, “tudo” deve ser narrado, mostrado, significado por ela, dando ação ao produzir determinados modos de ser.

Assim, nota-se que as questões de gênero se fazem presentes em uma ampla rede de produções, moldando e configurando perfis que se apresentam socialmente, justificativa que nos remete a pensar os diferentes modos de estabelecer as relações sobre corpo, sexualidade, identidade de gênero, para pensá-las como produto e produção das categorias sociais.

Pensem no corpo como um processo em modulações, variações de existência, sendo o primeiro lugar onde a sociedade sempre esbarra, imprimindo sobre ele uma espécie de escrita viva na qual as forças imprimem “vibrações”, ressonâncias que cavam “caminhos”, o sentido no qual o próprio corpo se desdobra e nele se perde como num labirinto (LE BRETON, 2003).

Ao perceber o corpo como campo de escrita, onde os membros passam por um sistema simbólico de resignificação, Beatriz Preciado (2015) afirma que, sendo o gênero também um jogo de escrita, o corpo é socialmente construído como texto em desdobramento, um arquivo da história humana, no qual certos códigos se naturalizam, alguns ficam à margem e outros são sistematicamente eliminados ou riscados.

Corpo em processo, modulações, vias da diferença, fala-se de um corpo desconhecido, fora das fixações, não anexado, que é pessoal, que não se faz em molduras biológicas, que foge às regras e que, ao subverter os padrões, quebra as lógicas identitárias hegemônicas que fazem da carne lugar existencial de pertencimento. Mas, afinal de contas, o que (ou quem) compõe esse corpo? Quais são os discursos que o atravessam? O próprio corpo aqui emerge como ponto de interrogação, como uma problemática, um código, um incômodo das imagens confortáveis que criamos para nós mesmos.

Para Silva e Valença (2016), é preciso, a partir das imagens que projetamos como via de regra, problematizar o corpo como construção social, política, histórica e cultural. Percebê-lo enquanto texto que constantemente fala, problematiza, educa ou deseduca aquele que o lê. Desta forma, é pertinente lembrar os fatores que levam alguns corpos a não serem “aceitos” durante o curso da história.

Nessa vertente, Castro e Moira (2016) nos falam de um corpo que existe em sua inscrição, atravessado por um campo discursivo determinado. É este limite discursivo que a experiência trans extrapola ao articular estratégias que rompem o campo da inteligibilidade de gênero, dando espaço a novos fluxos que desestabilizam a fixidez das identidades e da norma. Ou seja, o corpo é lugar de um processo constante de construção e movimento, fazendo-se lugar primordial de passagem, transição e, sobretudo, apropriação de identidades. Para Guacira Lopes Louro, observar os corpos, avaliar, medir e classificar é:

Dar-lhes uma ordem; corrigi-los sempre que necessário, moldá-los às convenções sociais. Fazer tudo isso de forma a que se tornem aptos, produtivos e ajustados - cada qual ao seu destino, um trabalho incessante, onde se reconhecem - ou se produzem - divisões e distinções. Um processo que, ao supor "marcas" corporais, as faz existir, inscrevendo e instaurando diferenças (LOURO, 2000, p. 61).

A autora fala de corpos que são configurados por padrões sociais desde o nascimento, que são direcionados a caminhos previamente determinados, a falas que devem ser pronunciadas, a cores que devem ser usadas e a modos de ser que cumprem papéis sociais “aceitáveis” ou não. O que faz com que determinados espaços nos ensinem sobre ser e estar no mundo, nos eduquem e nos forneçam conteúdos a serem reproduzidos nos nossos corpos que são, ao final, produtos carregados das imagens e símbolos advindos do mundo social. Moreira (2003) fala especialmente sobre o poder do sistema midiático, que nas sociedades modernas é o principal gerador e difusor de símbolos e sentidos. Nas palavras do autor,

Símbolos e sentidos estes que geram tanto sentimentos de identificação e de pertencimento como de anomia e exclusão. Onde a partir dos discursos e das visões de mundo produzidos pelos sistemas de representação simbólica, os sujeitos podem se posicionar e construir sua identificação com determinados papéis, perfis, significados (MOREIRA, 2003, p.11).

Tais recursos, que alcançam e atravessam todo o corpo social, estão presentes na contemporaneidade não apenas como fonte de informação ou entretenimento, mas como uma eficiente maquinaria, que ensinam e, mais do que isso, intensificam olhares. Nesse sentido, Fischer (2006) faz referência à tela como um lugar privilegiado de diversos e diferentes modos de aprendizagem, ao dizer que “aprendemos com ela desde formas de olhar e tratar nosso próprio corpo, até modos de estabelecer e de compreender diferenças: diferenças de gênero, políticas, econômicas, étnicas, sociais e geracionais”. Isso nos leva a problematizar como as narrativas midiáticas são eficientes em dar visibilidade a formas de ser e estar na sociedade em que vivemos, modulando performances de gênero que transitam como falas, gestos, sentimentos, vestimentas, entre tantas outras ações, que conferem não apenas visibilidade, mas regimes de verdade às modulações das categorias de gênero.

As películas cinematográficas produzem posturas reservadas para homens e para mulheres em determinados contextos, compondo roteiros que produzem sujeitos e que passam pelos modelos constituídos *a priori* para caracterizá-los. Nesse sentido,

A construção de gênero efetua na contemporaneidade no mesmo ritmo do passado e de forma mais evidente em espaços como a mídia, por isso, faz-se necessário questionar e desconstruir a história, entender os mecanismos de exclusão, de constituição de discursos e os aparatos de construção social e cultural dos gêneros (MAIA; MAIA, 2014, p. 168).

Entendido como algo mutável e não limitado, como definem, por exemplo, as Ciências Biológicas, “as diferenças entre homens e mulheres não são apenas determinadas pela biologia, mas pelas construções culturais e sociais, e que modos de se comportar, condutas e papéis assumidos são moldados pela sociedade e pela cultura” (BARBOSA; GUIZZO, 2014, p.160). Na obra clássica ‘O Segundo Sexo’ de Simone de Beauvoir (1967), a autora defende que: “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma [...] o gênero é “construído” sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo”.

Com uma notável sobrevalorização dessas diferenças marcadas pelo conceito biológico, Mathieu (2009) atribui aos dois sexos funções diferentes (divididas, separadas e geralmente hierarquizadas) sobre um corpo social como um todo. Elas lhe aplicam uma “gramática”, um gênero (um

tipo) feminino e culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher social, e um gênero masculino ao macho, para que se torne um homem social. Outros aspectos do gênero como diferenciação da vestimenta, dos comportamentos e atitudes físicas e psicológicas, desigualdade de acesso aos recursos materiais e mentais, entre outras, são marcas ou consequências dessa diferenciação social elementar.

Levando em consideração os padrões atribuídos socialmente para homens e mulheres, é válido questionar como essas diferenças são construídas e como as relações de gênero são compreendidas como aquilo que diferencia socialmente as pessoas. Dessa forma, Louro (2007) defende que as questões de gênero foram conceitos desenvolvidos para contestar a naturalização das diferenças sexuais em diversos espaços de disputa, enquanto a sexualidade é a forma como as pessoas se expressam através de seus desejos e prazeres na relação com os outros indivíduos e com seu próprio corpo. A autora chama a atenção para as representações produzidas sobre essa questão. Para ela, não são propriamente as características sexuais, mas a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas, é que vão construir efetivamente o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico.

Nessa perspectiva, Judith Butler refere-se ao sexo como sendo ele próprio uma categoria tomada em seu gênero; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, uma superfície politicamente neutra, sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p. 25).

Nesse sentido, a identidade não é algo inerente ao sujeito, mas um efeito que se manifesta em um regime de diferenças, num jogo de códigos. Ao discutir a produção das diferenças e desigualdades, é preciso considerar os desdobramentos nos processos sociais mais amplos, que marcam e conformam sujeitos como diferentes em função do gênero, corpo, raça, sexualidade, classes sociais, incluindo-os num processo significativo que restitui no discurso e na matéria as representações valorativas que dão sentido às relações sociais (TONELI, 2012). Sendo assim, por um primeiro impulso, consideramos que o aprendizado em torno de “ser homem” e “ser mulher” ocorre por meio de uma socialização de “papéis sexuais” (SENKVIC; POLIDORO, 2012, p. 18).

O gênero, então, fornece um meio de codificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana, de acordo com as características visíveis e invisíveis, travadas em um contexto histórico que associa tempo, lugar e espaço e que são incorporadas por homens e mulheres. Nessa perspectiva, Stuart Hall (2005) fala que as identidades não são fixas e que não apresentam um único ponto de partida. Elas são móveis, formadas e transformadas nas diversas relações às quais somos submetidos. Nós somos representados ou interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Como definição histórica, e não dado de forma inata, o sujeito assume identidades diferentes em determinados momentos de sua história e da história da humanidade.

O que nos remete que falar de identidade é falar em identificação, das maneiras como os olhares nos atravessam e nos definem como sujeitos inatos, constituídos dentro dos diversos espaços sociais que preenchem nosso exterior e interior, nas formas pelas quais imaginamos que somos vistos pelos outros. Acostumamo-nos a pensar na identidade como nossa natureza essencial com a qual nascemos e que pode ser desenvolvida e aprimorada no decorrer de nossa existência. No entanto, sob a perspectiva de Hall (2005, p. 47), essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes, elas estão sendo constantemente formadas e transformadas.

Diante desse cenário, trazemos nesse texto algumas discussões e problematizações que versam sobre corpo, sexualidade, gênero e identidade. Fazemos isso a partir de um filme que pretende contar a história do corpo transexual de Lili Elbe, artista que, em seu processo de construção identitária, desmonta e desconstrói as marcas de seu corpo biológico.

Exercitar o olhar sobre as telas cinematográficas, de acordo com Furlani (2013), não somente é importante como necessário, pois nos ajuda no processo de desconstrução de determinadas normalidades que nos são impostas. Considerando o fato de que “a mídia não apenas veicula, mas também constrói discursos e produz significados, identidades e sujeitos” (FISCHER, 2001, p.588), é preciso colocar em questão as diferenças que ali são instituídas de maneira sutil e continuada, considerando que as regras linguísticas são criadas num contexto histórico de poder, e, se assim acontece, elas também poderão ser modificadas.

Essas discussões cabem na atualidade por compreendermos que corpos trans vivenciam intensa exclusão social tanto no mercado de trabalho como nas escolas, sendo esse espaço em particular um local de construção, apropriação e assimilação das diferenças. Isso nos leva a questionar: até que ponto a escola inclui em suas rotinas o corpo diferente? Quais corpos estão autorizados a transitar por ali? Em quais espaços? De que maneira esse corpo, que é dito diferente, desenha resistências para viver as rotinas escolares? Nessa direção, Louro pontua que:

Em sua materialidade física, o prédio escolar, informa a todos/as sua razão de existir. Servindo-se de recursos materiais, de símbolos e de códigos, a escola delimita espaços, afirma o que cada um/a pode ou não pode fazer, separa e institui. Para aqueles e aquelas que são admitidos em seu interior, a escola determina usos diversos dos tempos e do espaço, consagra a fala ou o silêncio, produz efeitos, institui significados [...] é na instituição que imprime, através de um aprendizado eficaz, contínuo e perspicaz, que ambos, incorporam gestos, absorvem movimentos, habilidades e sentidos, simultaneamente, eles e elas respondem, reagem, acatam e rejeitam. Envolvidos/as por inúmeros dispositivos e práticas, os sujeitos constituem suas identidades — escolarizadas (LOURO, 2001, p. 87).

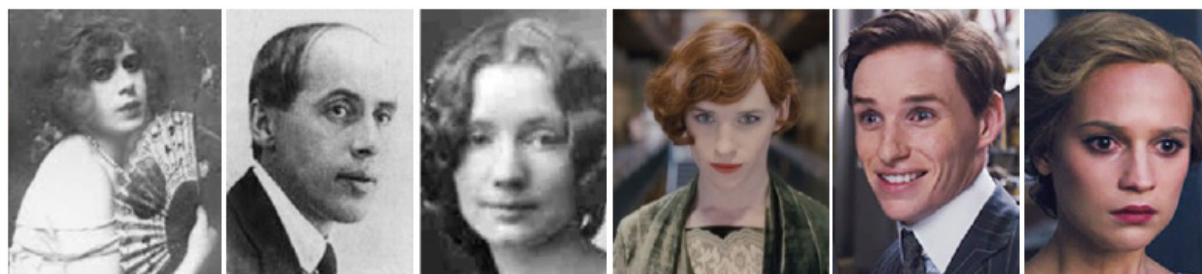
Instituindo significados, imediatamente, a escola convida os corpos estranhos a ela a se retirarem do ambiente. A exclusão pode também ser entendida como uma das referências empíricas dos corpos que não seguem uma estética de gênero dominante, pois o currículo proposto pela escola tende a impor equivalência e caráter homogêneo aos que nela transitam (SILVA; VALENÇA, 2016). Não raramente episódios de violência são direcionados, e marcam os corpos apontados como “fora do padrão”. Esses corpos sofrem constantemente por não se enquadrarem nos esquemas sociais de gênero, o que pode ser observado nas vivências narradas no filme *A Garota Dinamarquesa*. A partir dele, pretendemos discutir como as práticas discursivas falam, e por isso produzem os corpos femininos, masculino e o corpo transexual.

1. A Invenção de Identidades Sociais em *A Garota Dinamarquesa*: visitando os perfis de Lili, Einar e Gerda

O filme mostra a cinebiografia de Lili Elbe, que nasceu Einar Mogens Wegener, e foi a primeira pessoa a se submeter a uma cirurgia de mudança de gênero. Como trama central, o filme

focaliza o relacionamento amoroso do pintor dinamarquês com sua esposa Gerda e o processo que o levou a se identificar como mulher² (Figura 2).

Figura 2: Lili Elbe, Einar e Gerda: personagens reais e atores do filme *A Garota Dinamarquesa*



Fonte: <https://www.historyvshollywood.com/reelfaces/danish-girl/>

No enredo, Gerda é apresentada como uma mulher em dissonância com os padrões da época. Independente e moderna, era estudiosa e culta. Mesmo que vivesse à sombra do talento de seu marido Einar, procurava se afirmar como pintora de retratos, gênero considerado menor, uma vez que não exigia processos criativos mais elaborados. Gerda é a principal responsável pelo surgimento de Lili, a partir de uma pergunta simples que faz a Einar: “Poderia me ajudar com uma coisa?”. Essa situação que inicialmente se mostra desconfortável leva Einar a vestir meias e sapatos para que ela possa terminar um retrato feminino. Ante a resposta de que faria “qualquer coisa” para ajudá-la, Einar é envolvido pela possibilidade e experimentar algo novo. Relutante em princípio, ele pede que a mulher guarde segredo. Como num jogo, ela pede algo mais: que ponha o vestido para que possa finalizar a pintura. Ele se aproxima do belo vestido e observa seus detalhes, acaricia sua textura, coloca-o à sua frente experimentando a imagem no espelho. Masculino e feminino se sobrepõem numa espécie de flerte, ou seria o início de um processo de reconhecimento? Uma pergunta que nos inquieta: Gerda seria capaz de fazer um pedido tão transgressor a seu marido se, antes, tivesse percebido nele qualquer traço de feminilidade ou desejo reprimido de ver seu corpo em uma roupa feminina? O encontro de Einar e Lili (que nesse momento ainda não tem nome) é assim descrito:

Algo naquele vestido – o brilho opaco da seda, o peitinho de renda no corpete, as casas dos botões nos punhos desabotoados e escancaradas feito pequenas bocas – fez Einar ter vontade de tocá-lo. – Gostou? – disse Gerda.

Ele pensou em dizer não, mas seria mentira. Gostava do vestido, e quase podia sentir a própria carne amadurecendo embaixo da própria pele (EBER-SHOFF, 2016, p. 20).

Não é possível afirmar se, antes dessa ocasião, Einar estivesse vivendo algum conflito identitário de gênero. O enredo mostra que eles formavam um casal aparentemente feliz. Haviam se conhecido na Academia Real de Belas Artes em 1914. Gerda relutava em se envolver seriamente com os rapazes que a assediavam, tinha projetado para si a ambição de não se deixar prender, queria ser “uma intelectual, uma mulher perpetuamente jovem, livre para pintar diariamente à luz da janela”, no entanto, apaixonou-se por Einar, seu professor de aparência frágil, contido e muito tímido. Seria

² Sinopse e trailer do filme estão disponíveis em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-140552/>

possível que Gerda, ao pedir que o marido posasse para ela, já identificasse nele traços que não era capaz de repudiar? Teria ela usado essa oportunidade para, propositalmente, despertar em Einar um novo olhar para seu corpo?

Em outras cenas do filme, Gerda é retratada em ações não esperadas para mulheres daquela época. Ela insiste em ser acompanhada por Lili em um baile onde a apresenta como prima de Einar. Lá ela observa, à distância, Lili atrair olhares e ser cortejada por vários homens que ficam fascinados pela beleza e delicadeza de sua acompanhante. Também é ela quem estuda e busca os procedimentos médicos que poderiam ajudar Lili a se sobrepôr a Einar. Nesse caminho, Einar aos poucos vai desaparecendo da vida social.

Embora se perceba uma subversão de Gerda aos padrões sociais de representatividade da figura feminina, ainda é possível identificar características desempenhadas por ela que correspondem aos estereótipos traçados para uma mulher: Ela se mostra sempre carinhosa, sensível aos problemas do esposo, ela se mantém fiel a ele e o acompanha em todas as fases de sua transformação. Ela se submete às modificações corporais em nome do amor que sente por Einar, ao mesmo tempo em que renuncia ao seu próprio bem estar para que Lili possa, não apenas aparecer, mas assumir de uma vez por todas o lugar do esposo. Em outras palavras, Gerda cumpre com resignação tudo aquilo que se espera que uma esposa devotada e amorosa faça. Regras que, impostas pela sociedade a uma mulher casada, são assumidas por ela como uma condição de vida. Butler (2003) considera ainda que tentemos nos distanciar da construção do patriarcado universal, não sendo mais possível lhe dar tanta credibilidade como se fez no passado, a concepção genericamente compartilhada das “mulheres” no corolário dessa perspectiva tem se mostrado muito mais difícil de superar.

Nesse caminho, o filme nos faz refletir sobre os diferentes espaços ocupados pelas mulheres, em especial na sociedade ocidental. Sabemos que a mulher quase nunca foi objeto de análise para a compreensão de uma sociedade. Quase nunca foram citadas ou consideradas como peças importantes ou determinantes em conquistas sociais. Tampouco lhes era conferida a possibilidade de falar e escrever sobre si mesmas. Quando analisamos obras semelhantes ao filme *A Garota Dinamarquesa* e lançamos um olhar sobre Gerda, é pertinente perguntar se ela era, de fato, uma mulher que estava à frente de seu tempo ou era simplesmente uma mulher que não conhecíamos porque não se tinha qualquer registro sobre ela? Uma mulher que sempre existiu, mas que não era vista em espaços públicos e não era mencionada nas grandes histórias da humanidade?

Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a stasis, a desordem. Sua fala em público é indecente. "Que a mulher conserve o silêncio", diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão. Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno (PERROT, 2007, p.16).

A história bíblica é uma das justificativas para a invisibilidade feminina, assim como alguns conceitos advindos da ciência, principalmente da área das Ciências Biológicas que enfatizou, em determinado momento histórico, que o corpo feminino era incompleto, portanto, inferior e incapaz de ter as mesmas possibilidades de vida que o corpo masculino. Seja pelo viés bíblico ou científico, o que se aponta é o silêncio ao qual as mulheres estiveram submetidas por séculos. Dessa

forma, tal condição não pode ser vista como uma característica inata do gênero feminino, mas, sim, como uma construção social e arbitrária.

Tal como Gerda, Einar por sua vez também é mostrado como um homem diferente do que se esperava, ou se desenhava, para o papel masculino daquela época. Ele é assim descrito:

Fisicamente Einar era um homem incomum; disso Gerda sabia. Pensava nisso quando a camisa se abria ainda mais e todos à mesa espiavam o peito dele, que era obsceno feito o seio de uma menina recém-entrada na puberdade. Com aquele cabelo bonito e o queixo liso feito uma xícara, ele apresentava um quadro intrigante. [...] seus lábios eram mais rosados do que os bastões coloridos que Gerda comprava (EBERSHOFF, 2016, p.28).

Um sujeito inicialmente em ascensão profissional como pintor, ele tinha reconhecimento e uma boa colocação como artista de prestígio. Produzia pinturas de pântanos e paisagens tristes, como se essa fosse a forma encontrada para expressar sua própria vida. A vida que adormecida dentro de seu corpo ainda não havia encontrado a fresta por onde sair e se dar a conhecer.

Aquele quadro específico era escuro, um pântano ao crepúsculo durante o inverno. Uma linha fina de neve encardida era a única distinção entre o solo esponjoso e o céu (EBERSHOFF, 2016, p. 34).

Einar pintava constantemente as mesmas paisagens com as mesmas cores escuras, deixando transparecer um homem que era dito, e visto, como melancólico, frágil e nada viril, características que o afastam do que se costuma descrever para um perfil que socialmente é desenhado para o masculino. No relacionamento conjugal, se mostra sem voz ativa e se deixa ser confortavelmente e convenientemente conduzido pelas ideias da esposa. Em sua busca por sanar seus conflitos interiores, que refletem na sua inconformidade com a aparência física e biológica, é diagnosticado e, portanto, identificado como louco, pervertido e esquizofrênico. Tais adjetivos são frutos de uma época na qual se tinha pouco conhecimento sobre a fabricação de sujeitos que se afastavam da norma. Qualquer configuração corporal ou de comportamento que fugisse ao pré-estabelecido socialmente era entendido como anormalidade. Como vítima de um transtorno mental (ou de personalidade), Einar era passível de tratamento e, portanto, poderia obter a cura para seus “infortúnios”.

Contemporaneamente, outros discursos circulam sobre esses sujeitos e diversos estudos defendem que o sujeito e seu corpo estão imersos em configurações sociais e culturais que possibilitam diferentes configurações de existência. Sob essa perspectiva, Bento (2014) defende que o corpo, como um texto, se encontra em constante construção social e, como tal, é um arquivo vivo da história, do processo de construção e reprodução sexual, portanto, não se deve pensar no corpo como algo pronto, uma essência, pois essa visão caracteriza-se como reducionista e insuficiente, uma vez que corpo e gênero são plurais e, por isso, capazes de se reatualizar e ressignificar discursivamente.

Em uma época em que a palavra transexualidade sequer existia, Einar e Lili precisaram inventar um caminho a seguir uma vez que não possuíam qualquer referência que os ajudassem a compor um processo de transição. No filme, Einar é mostrado como um homem que “descobre” sua “verdadeira” identidade ao se vestir de mulher, aceitando uma provocação da esposa. Em conflito, mas

ao mesmo tempo seduzido e encantado por uma nova/outra possibilidade de vida, ele renova diariamente os votos de viver como Einar, tentando sufocar Lili que se impõe a ele mesmo em sonhos. Ela insiste em se fazer presente, tomando conta de seu corpo, de sua vida e de seu subconsciente. De forma insidiosa, ela aos poucos vai apagando a existência de Einar que, em certo momento, afirma: “Eu acredito que sou uma mulher!” “Este não é o meu corpo, é preciso deixá-lo ir”. Matar Einar e com isso fazer como que desapareça é a única forma de garantir a existência de Lili.

Lili dispõe de características corporais que possibilitam que se adeque rapidamente às novas formas de viver e se vestir. Suas roupas esvoaçantes e claras, se contrapõem aos trajés escuros, muito ajustados e tradicionais de Einar. Também as roupas ajudavam a compor o tom melancólico de sua personalidade triste. Sempre radiante, Lili é livre da melancolia de Einar e se diferencia por não saber (ou não se permitir) pintar. Separam-se, portanto, em definitivo. A partir dessa constatação e da permanência cada vez mais frequente de Lili, ela passa a modelar para Gerda. Percebe-se em Lili tudo aquilo que faltava em Einar: autoestima, luminosidade, alegria, determinação. Todas essas características a delineiam como uma figura forte e autossuficiente. Ela escolhe o sobrenome “Elbe” como referência ao rio Elba, o rio mais longo da Europa e que ela adorava observar. Ao associar seu nome e identidade ao rio, ela se mostra como suas águas: inconstante, que se renova continuamente, que possui vida e possibilita a existência de outras vidas.

Dessa forma, Lili Elbe segue afirmando sua nova identidade sexual e de gênero, submetendo-se a intervenções cirúrgicas experimentais na busca de se encaixar nos padrões femininos exigidos e impostos pela sociedade. Nesse caminho se permite viver sua nova vida, apaixonando-se por homens cisgêneros e alimentando a esperança de ser mãe. A maternidade se mostra a Lili como o ápice de sua nova vida, o apogeu de sua existência. Tanto é assim que seu último investimento é submeter-se a um transplante de útero e ovários, procedimento totalmente novo e arriscado que lhe custa a vida. Lili é uma mulher singular, lutadora, que se arrisca a ir até o fim para alcançar sua felicidade. Ela é diversa, plural e é agente ativa na fabricação de seu “eu”.

O “eu” que se oporia à sua construção é sempre parte dessa construção de alguma maneira para articular sua oposição; Além disso, o “eu” obtém em parte o que é chamado de “capacidade de ação” pelo próprio fato de estar envolvido nas mesmas relações de poder às quais pretende se opor (BUTLER, 2010, p. 181).

Em consonância, Lili vive uma relação dialética com o ser e existir ultrapassando os vários limites impostos a ela: os limites da medicina, o limite social e o limite cultural. Lili Elbe torna-se precursora na caminhada de resistência, contrariando todas as expectativas de vivência de gênero, sexo e sexualidade para a sua época. A história do seu corpo como o primeiro a ser submetido a uma cirurgia de redesignação de sexo e a opção de viver conforme a identidade feminina num momento histórico tão poroso, marcado por instabilidades políticas, a iminência de uma guerra, o nazismo, entre tantos outros conflitos humanos e sociais, a imortalizam e a tornam referência no campo da luta contra preconceitos dirigidos a mulheres trans. Assim como a tornam o ponto de partida para estudos acerca das desconstruções de gênero, ainda que não fosse essa a sua pretensão.

CONCLUSÕES

Em nosso cotidiano, passando por diferentes espaços, o sujeito é confrontado com afirmações que delimitam as posições que pode (ou deve!) ocupar. Essas instâncias estão ao alcance dos olhares e dos desejos que localizam não só os espaços, mas quais sentimentos ou ações cada um deve assumir.

Nesse sentido, Paraíso (2001, p. 142) argumenta que “quando acionamos o controle remoto da televisão ou o olhar sob as telas da mídia, somos conduzidos/as a um leque de entretenimento que funcionam como uma espécie de "educadora eletrônica" das novas gerações”. A incidência das realidades tecnológicas é cada vez mais evidente sobre todos os aspectos da vida social e os deslocamentos visíveis que ocorrem na esfera intelectual. Diante disso, somos obrigados a reconhecer que as tecnologias atuais e, especialmente a televisão, se constitui como tema político de grande importância nesse novo tempo. Nesse sentido, o mundo irreal da televisão, pode afetar as formas de pensar o mundo real (MORAIS; OLIVEIRA; MARANGONI, 2011).

Essas materialidades que rompem as cores, o romance e os dramas das telas do cinema e adentram a sala de aula, estruturando esse espaço como uma máquina que produz formas de pensar. Dentro do espaço escolar, segundo Silva e Valença (2016), por muitas vezes os corpos passam por um processo de silenciamento, aprendendo no silêncio o que deve se efetivar no social sobre todas as questões que não podem ser retomadas e problematizadas, pelo motivo de que um discurso dominante o subjugou como algo impróprio de se falar ou questionar.


Não apenas na escola, mas em outras instâncias sociais, como a família e a igreja, os conceitos e normas culturais fazem dos corpos transexuais um espelho da diferença, excluindo essas pessoas por não atenderem às normas socialmente escritas para elas. Ocorrendo, assim, o silenciamento do corpo, da voz, dos modos de ser e estar no mundo. Nesse contexto, podemos frisar que é na escola que normalmente se tem o primeiro contado com a diferença, por se tratar de um espaço que, em princípio, deveria acolher as muitas formas de existência.

A mídia como ferramenta de educação pode ser ponto de referência para marcar discussões acerca das temáticas sobre preconceito, violência e modos de sentir o mundo, compreendendo que é nesse espaço que os corpos são visualizados, apontados e configurados dentro de determinados conceitos. Pensando assim, é possível trilhar outros caminhos para olhar para além das identidades fixas e impostas. Pensar que a escola pode aproximar o cinema em consonância com a literatura como objeto que difunde o conhecimento (FANTIN, 2007).

Ao pensar e propor a mídia e a escola como difusores de conhecimento, trazendo para dentro dos muros escolares essas discussões, visamos provocar a desnaturalização desses discursos e municiar nosso olhar com outras formas de ver o que nos remete ser "natural". Olhares que nos incitem a ver e pensar de forma múltipla, encarando os corpos como produção singular de suas múltiplas identidades.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jorge André Nogueira. A Garota Dinamarquesa: A transgênero do Século XX. *Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero e 13º Mundos de Mulheres: Transformações, conexões deslocamentos*. (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.
- BARBOSA, Dianise Mello; GUIZZO, Bianca Salazar. Gênero e sexualidade: interfaces entre as diretrizes curriculares e práticas pedagógicas. *Revista de Iniciação Científica da ULBRA*, Canoas, v. 1, n. 12, p.158-165, 2014.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo: experiências vividas*. Tradução de Sérgio Millet, 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, p.485,1967.
- BENTO, Berenice. *A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamound. 2016.
- BUTLER, Judith. *Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar; Rio de Janeiro, Civilização brasileira – Sujeito e História, 2003.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"* 1ª ed. Paidós. Buenos Aires, 2002.
- CASTRO, Aline; MOIRA, Amara. O Corpo Ficcional: A micropolítica do devir-transexual: notas sobre A Garota Dinamarquesa. *Anais do Comunicon*. São Paulo, 13 a 15 de outubro de 2016.
- COLLING, Ana Maria. A Construção Histórica do Feminino e do Masculino. In: STRAY, Marlene N.; CABEDA, Sônia T. Lisboa; PREHN, Denise R. (orgs). *Gênero e Cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre – EDIPUCRS, p. 07 - 173, 2004.
- EBERSHOFF, David. *A Garota Dinamarquesa*. Tradução: Paulo Reis. 1ª ed. Fábrica 231. Rio de Janeiro 2016.
- FANTIN, Mônica. *Mídia-educação e cinema na escola*. Teias: Rio de Janeiro, ano 8, nº 15-16, 2007.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Televisão e Educação: fruir e pensar a TV – 3 ed – Belo Horizonte: Autêntica*, 2006.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. *Rev. Estudos Feministas*, vol.9, no.2, p.586-599, 2001.
- HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós- Modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª ed. São Paulo. DP&A editora, 2005.
- LAURETIS, Teresa de. La tecnología del género. In: Hollanda, Heloisa Buarque. *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-242, 1994.
- LE BRETON, David. *Adens ao corpo: Antropologia e Sociedade*. Tradução Marina Appenzeller, Campinas- São Paulo, ed. Papirus, 3º edição, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. *Educação e Realidade*, v. 25, n. 2, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico metodológicas. *Educação em Revista*, v. 46, p. 201-218, 2007.



LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, Marisa Vorraber; MOREIRA, Antônio Flávio; MEYER, Dagmar; LOURO, Guacira Lopes; VEIGA-NETO, Alfredo; SILVEIRA, Rosa Hessel; WORTMANN, Maria Lúcia; BERTICELLI, Ireno Antônio. *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 85-92, 2001.

MAIA, Renata Santos; MAIA, Claudia. A (des)construção de gênero nos filmes Shrek. *Rev. do Programa de Pós-Graduação em História*. Brasília, v. 2, n. 4, p. 167-186, 2014.

MATHIEU, Nicole Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE-DORÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MOREIRA, Alberto da Silva. Cultura midiática e educação infantil. *Educação e Sociedade*. v. 24, n. 85, p. 203-235, 2003.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. Tradução Ângela M. S. Côrrea. Contexto. São Paulo, 2007.

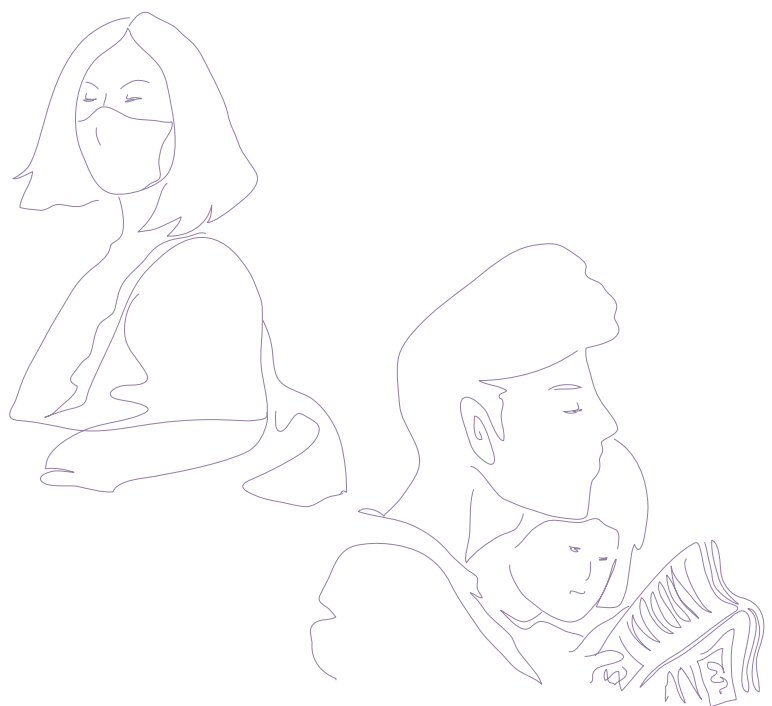
PRECIADO, Beatriz. *O Manifesto Contrassexual*. Práticas subversivas de identidade sexual. 1 ed. N-1 edições, 2015.

SENKEVICS, Adriano Souza; POLIDORO, Juliano Zequini. Corpo, gênero e ciência: na interface entre biologia e sociedade. *Revista da Biologia*, São Paulo, v. 9, p. 16-21, 2012.

SILVA, Robson Guedes; VALENÇA, Karina Mirian da Cruz. Corpos efeminados na escola: a subalternidade em um espaço excludente. *Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa Básica*, Recife, v2, n. 1, p. 36 – 50, 2016.

TOLEDO, Eliza Teixeira; DORNELAS, Isabela de Oliveira. Identidade de gênero, sexualidade e intervenções terapêuticas em A garota dinamarquesa (2015). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro v.24, n.3, jul.-set. 2017.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In: JACÓ VILELA, Ana Maria; SATO, Leny (orgs.). *Diálogos em Psicologia Social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 147- 167, 2012.



Mulheres nas Agitações Trabalhistas em Belém entre 1918 a 1919: nas greves, nos sindicatos e na imprensa operária

Mujeres en la Agitación Laboral en Belém de 1918 a 1919: en las huelgas, en los sindicatos y en la prensa obrera

Women in Labour Agitations in Belém between 1918 to 1919: in the strikes, in the unions and in the working press

Marcos Lucas Abreu Braga

Resumo: A conjuntura de 1917 a 1919 foi marcada por uma intensa agitação trabalhista em Belém, com empreendimento de dezenas de greves e manifestações coletivas dos trabalhadores desta cidade. Este artigo tem como objetivo analisar a participação das mulheres no movimento operário deste contexto. Assim, com base na consulta de periódicos, tanto da grande imprensa comercial diária quanto dos jornais proletários, se mapeou os diversos movimentos paredistas empreendidos e protagonizados pelas trabalhadoras belenenses, bem como seu envolvimento nas greves gerais que eclodiram entre esses anos; verificou-se a presença delas nos sindicatos e associações classistas existentes, assim como a atuação de algumas delas enquanto articulistas e leitoras da imprensa operária – que, por sua vez, também levantava a temática da “emancipação feminina” em suas páginas – que circulou no período.

Palavras-chave: Mulheres. Belém. Movimento operário.

Resumen: La coyuntura de 1917 a 1919 estuvo marcada por un intenso malestar laboral en Belém, con decenas de huelgas y manifestaciones colectivas de los trabajadores de esa ciudad. Este artículo tiene como objetivo analizar la participación de las mujeres en el movimiento laboral en este contexto. Así, a partir de la consulta de publicaciones periódicas, tanto en la gran prensa comercial diaria como en los periódicos proletarios, se mapearon los distintos movimientos huelguistas emprendidos y llevados a cabo por las trabajadoras belenianas, así como su implicación en las huelgas generales que estallaron entre estos años; se verificó su presencia en los sindicatos y asociaciones de clases existentes, así como la actuación de algunas de ellas como columnistas y lectoras de la prensa obrera - que, a su vez, también planteó en sus páginas el tema de la "emancipación femenina" - que he circulado en el transcurso del tiempo.

Palabras clave: Mujeres. Belém. Movimiento obrero.

Abstract: The conjuncture from 1917 to 1919 was marked by intense labor unrest in Belém, with dozens of strikes and collective demonstrations by workers in that city. This article aims to analyze the participation of women in the labor movement in this context. Thus, based on the consultation of periodicals, both in the large daily commercial press and in the proletarian newspapers, the various strikes movements undertaken and carried out by the belenian workers were mapped, as well as their involvement in the general strikes that broke out between those years; it was verified their presence in existing trade unions and class associations, as well as the performance of some of them as columnists and readers of the working press - which, in turn, also raised the theme of "female emancipation" in its pages - which circulated in the time course.

Keywords: Women. Belém. Labor movement.

Marcos Lucas Abreu Braga – Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor na Secretaria de Educação do Amazonas (SEDUC-AM). Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFAM. E-mail: marcoslucasab@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os anos finais da década de 1910 foram um momento muito difícil para a população da região amazônica como um todo e para a classe trabalhadora urbana em particular. Aos efeitos da crise da borracha, iniciada em 1911 devido à queda brutal no preço do principal produto da região – o látex, que correspondia à quase 80% das exportações dos Estados do Amazonas, do Pará e do Território Federal do Acre –, somou-se as consequências econômicas da Primeira Guerra Mundial, gerando falências de casas aviadoras e comerciais, desemprego, carestia ou desabastecimento dos gêneros mais básicos e mesmo a miséria e indigência de muitas pessoas nos sertões da Amazônia e nas periferias dos principais centros urbanos (SANTOS, 1980, p. 260-280; WEINSTEIN, 1993, p. 241-294). Essa crise agravou problemas que afetavam as classes subalternas e que não tinham sido equacionados nem mesmo no momento de maior fausto da economia da borracha, como as questões da falta ou precariedade das habitações (CANCELA, 2006, p.121-135) e do saneamento (VIEIRA, 2016). Como se não bastasse, a população de Belém ainda teve de enfrentar os efeitos da epidemia de gripe espanhola no mesmo momento (MARTINS, M., 2018).

Ao mesmo tempo, o operariado urbano da cidade, que já possuía alguma experiência na organização de sociedades proletárias e empreendimentos de greves desde as décadas finais do século anterior¹, respondeu às dificuldades da conjuntura e acompanhou a onda de agitação que se avolumava em outras regiões do país, *quicá* do Mundo, entre 1917 a 1920, empreendendo, nesta conjuntura, dezenas de greves – de várias categorias – ou manifestações públicas e coletivas, além da fundação de diversos sindicatos e da publicação de quase uma dezena de jornais operários. Parte do proletariado belemense que se organizava na União Geral dos Trabalhadores (UGT), fundada no começo de 1914, e – após o fechamento desta, em novembro de 1918 – na Federação das Classes Trabalhadoras do Pará (FCT), ambas de tendência sindicalista revolucionária com fortes elementos anarquistas, entabulou pelo menos três greves gerais entre 1918 a 1919: em outubro de 1918, em solidariedade às reivindicações salariais dos motoristas e condutores de bondes elétricos da *Pará Elétrica*; no final de novembro do mesmo ano, em protesto contra o fechamento da União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro; e em maio de 1919, reivindicando a jornada de trabalho de oito horas diárias, além de pautas específicas de várias categorias. Nessas manifestações, pode-se perceber uma enorme pluralidade de sujeitos sociais no interior da classe trabalhadora, de diversas categorias profissionais, nacionalidades, tendências político-ideológicas e de gênero.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo verticalizar a análise da atuação de uma categoria social específica nesta conjuntura de agitações trabalhistas: as operárias fabris de Belém, procurando identificar os movimentos grevistas em que elas tomaram parte ou foram protagonistas, as organizações trabalhistas que elas participavam, bem como sua atuação no espaço do período operário da capital amazônica.

Conforme já apontou Michelle Perrot, “da História, muitas vezes a mulher é excluída” em grande medida porque os materiais que os historiadores se utilizam para escrevê-la são em sua maioria produzido por homens, que possuíam o monopólio do texto e das coisas públicas. Mesmo as militantes têm dificuldades em “se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes” (PERROT, 2017, p. 170-172). Por isso, recorreremos à imprensa

¹ A historiografia sobre o movimento operário no Pará conta com poucos estudos, dos quais destaca-se: FONTES, 2002; OLIVEIRA, 2019; SALLES, 1992, 2001; sobre as operárias no início da década de 1930, RODRIGUES, 2013.

periódica; tanto a chamada grande imprensa, comercial e diária, representada pelo *Estado do Pará*², quanto pela imprensa operária que circulou no período, como o *Jornal do Povo*³, *A Revolta*⁴, *O Semeador*⁵ e *A Voz do Trabalhador*⁶. Esta base documental, embora de suma importância, restringe as perguntas que os historiadores podem fazer: na imprensa diária, as trabalhadoras geralmente aparecem como números ou de forma genérica⁷, dificilmente se pode identificar seus nomes e, mais raramente ainda, a nacionalidade ou etnia delas. A imprensa operária é um pouco mais solícita, pois além de dar uma maior ênfase no mundo do operariado feminino em artigos e editoriais, também traz à tona algumas vozes de mulheres que se utilizaram de suas páginas para entabular suas reivindicações – o que não chega a surpreender, pois, conforme já percebera Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015, p.173), “as páginas dos jornais operários constituem uma das fontes mais importantes para se chegar a dimensões do viver urbano até hoje pouco exploradas”, como a experiência e formas de lutas das operárias dos grandes centros.

1. As Mulheres nos Mundos do Trabalho de Belém: breve panorama.

Quanto às possibilidades de emprego para as mulheres em Belém de fins dessa década, elas poderiam ocupar os postos de trabalhos de forma majoritária em várias categorias: cozinheiras, engomadeiras, lavadeiras, passeadeiras, vendedoras ambulantes, tacacazeiras, empregadas domésticas, prostitutas, enfermeiras, professoras, dentre outras. Na classificação dos habitantes de Belém segundo suas profissões, realizada pela Diretoria Geral de Estatística em 1920, as categorias com maior número de mulheres foram a indústria de “vestuário e toucador”, que empregava 7.281 operárias; o “serviço doméstico”, com 5.169 trabalhadoras; a “agricultura, etc”, com 4.002; e o “Magistério”, que empregava 1.083 professoras. Em outros ramos da indústria, como na alimentação, cerâmica e produtos químicos, elas somavam 218. Nos transportes, 66; sendo 50 em “marítimos e fluviais” e apenas 16 nos “terrestres e aéreos” e nos correios. Já nas diversas modalidades de comércio, representavam 307, cuja maioria – 232 – foi classificada em “Outras espécies de comércio”⁸ – o que provavelmente representava o comércio ambulante ou em pequenas bancas.

Tais números não podem, todavia, ser tomados como reflexos fiéis da realidade, pois podem comportar possíveis erros, elementos não incluídos e critérios questionáveis. A presença de algumas dezenas ou centenas de prostitutas em Belém, embora não indicada pelo censo, pode ser muito facilmente proposta e deduzida. Já a cifra de quase 70.000 mulheres maiores de 14 anos classi-

² Diário matutino que começou a circular em abril de 1911, foi – ao lado do *Folha do Norte* – um dos principais periódicos da “grande imprensa” no período, com 6 a 8 páginas. Fundado por Justo Chermont, fez oposição ao intendente Antônio Lemos e se alinhou ao grupo político de Lauro Nina Sodré, procurando “firmar laços de solidariedade com as ricas famílias do estado” por meio de sua coluna *Notas Sociais* (VIEIRA, 2016, p. 19-22)

³ Semanário dito independente, de 4 páginas, cujo diretor era Alberito Martins. Circulou entre meados de 1918 a meados de 1919. Tinha fortes laços com a UGT, frequentemente cedendo suas páginas aos sindicatos associados a ela.

⁴ Pequeno semanário de 4 páginas, organizado pelo grupo anarquista “Aurora Libertária”, tinha vínculos com os trabalhadores da construção civil. Circulou entre julho de 1919 a abril de 1920, quando se fundiu com *O Semeador* para formar o *A Voz do Trabalhador*.

⁵ Semanário de 4 páginas de responsabilidade do grupo “Os Semeadores”, coletivo sindicalista revolucionário formado por trabalhadores de várias categorias. Seu primeiro número veio a lume em abril de 1919 e seu 44º e último em março de 1920. Deixou de circular por conta do lançamento do *A Voz do Trabalhador*.

⁶ Também semanário de 4 páginas, foi formado pela fusão dos dois anteriores. Foi o órgão oficial da Federação das Classes Trabalhadoras do Pará, circulando entre maio a outubro de 1920.

⁷ Quando informam que nas manifestações operárias participaram pessoas de ambos os sexos; ou citando categorias específicas – costureiras, cordoeiras, cigarreiras, por exemplo.

⁸ Recenseamento Geral do Brasil 1920 – Volume IV (5ª parte) – tomo 1 – População. p. 134-137

cadras como profissões “mal definidas”, “não declaradas” ou “sem profissão” pode mascarar uma miríade de situações de desemprego momentâneo em um momento de crise ou de trabalhadoras sem emprego fixo, exercendo diversas atividades laborais ao longo da vida.

Dentre as categorias profissionais com maior presença de mulheres, segundo o recenseamento de 1920, as operárias das indústrias foram as mais ativas no que tange aos movimentos paredistas e à vida associativa. O que é compreensível se analisarmos as outras categorias com forte presença feminina. Por um lado, as professoras – embora fossem assalariadas – pertenciam às franjas de classe, entre a classe trabalhadora e os segmentos médios urbanos. Na condição de alfabetizadas e formalmente educadas, grande parte delas poderia ser oriunda de famílias das classes médias ou mesmo das elites paraenses. Mesmo as de origens mais humildes poderiam considerar o magistério como forma de ascensão socioeconômica e de conquista de distinção social. Nesse sentido, as professoras tinham uma “respeitabilidade social” – reforçada por exercerem um trabalho intelectual – que as desestimulavam de participar dos movimentos dos trabalhadores manuais urbanos.

A categoria de “agricultura, etc”, por sua vez, não especifica se eram trabalhadoras assalariadas, pagas por empreitada ou pequenas proprietárias que produziam para subsistência e/ou para vender os excedentes; talvez indique todas as situações. Também pode incluir trabalhadoras sazonais, que circulavam entre os meios rural e urbano, trabalhando nas plantações e se estabelecendo na cidade nas entressafras.

Já as trabalhadoras domésticas, embora numerosas na capital paraense, estavam submetidas a uma disciplina e a uma cobrança para que fossem “morigeradas”, tendo seu comportamento fora do local de trabalho fiscalizado pelos patrões, principalmente em relação à vida sexual e às formas de lazer e sociabilidade, mas o que também incluía a condenação à participação delas nos movimentos de contestação social e nas organizações classistas. A divisão das domésticas em unidades de trabalho restritas – as casas dos patrões – dificultava o contato direto entre elas, o que era acentuado pelo fato de que uma parte delas residia na casa dos empregadores. Essa característica dificultava sobremaneira a organização de sindicatos da categoria e a preparação de greves. Isso não significa, todavia, que as domésticas não empreendessem atos de resistência ao domínio dos patrões de forma individual em seus cotidianos (LOBO, 2019, p. 359-388). No entanto, como já mencionado, aqui será dada ênfase nas manifestações tradicionalmente identificadas como classistas: as greves, os sindicatos e a imprensa operária.

2. As operárias fabris nas greves e nos sindicatos:

As empregadas em fábricas, por sua vez, concentravam-se às dezenas ou às centenas em estabelecimentos industriais, que preferiam sua mão de obra já que seus salários eram – assim como os dos menores de idade – mais baixos do que o de trabalhadores masculinos. São exemplos de indústria de Belém que se utilizavam da mão de obra feminina em larga escala a Fábrica Palmeira, fundada em 1892, localizada na então rua Paes de Carvalho, que produzia doces, biscoitos e produtos alimentícios – em 1923, contava com 54 operários e 35 máquinas⁹; a Fábrica de cordas Perseverança, reinaugurada em 1912, quando contava com cerca de “180 operários, entre homens, mulheres e crianças”¹⁰; a Fábrica de Roupas Aliança, uma das maiores da cidade, localizada rua

⁹ BELÉM de todas as épocas. s/d. p. 320-321 Disponível em: <https://issuu.com/belemdasepocas/docs/belemdetodasasepocas/189>. Consultado em 26 de abril de 2021.

¹⁰ “Fábrica Perseverança”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 370, 15 de abril de 1912, p. 1.

de Santo Antônio, nº 83-A, que ocupava em 1918 cerca de 400 “operários e operárias externas e internas”; e a Fábrica de fumos Girafa – localizada na rua da Indústria, 81 –, que neste mesmo ano empregava algo em torno de 200 operárias e 50 operários¹¹. Premidas por ambientes insalubres, salários de miséria e pelo autoritarismo dos patrões e capatazes, estas trabalhadoras fabris entabularam uma sequência de greves e movimentos de protesto entre o final de 1918 e o início de 1919. O protagonismo das operárias fabris no movimento operário pode ser verificado em outros Estados no mesmo período, como em São Paulo (FRACARRO, 2017) e no Amazonas (PINHEIRO; PINHEIRO, 2017, p.160-172).

Em agosto de 1918, o *Jornal do Povo* noticiou em um pequeno artigo que algumas operárias da Fábrica Palmeira, “coagidas pelas exigências de seus usurpadores patrões, querendo obrigá-las a trabalhar quase todo o dia dentro de uma estufa, onde o calor é demasiadamente asfíxiante, revoltaram-se e declaram-se em greve”¹², sendo todas imediatamente dispensadas da fábrica e substituídas por fura-greves, sufocando desta forma o protesto. A mesma matéria ainda afirma que os patrões pagavam 9\$000 por semana às trabalhadoras, justificando a quantia insignificante pelo fato de darem às empregadas café com pão e doces para a merenda delas. Neste movimento, o estopim foi a condição escorchante e insalubridade do ambiente de trabalho.

Algumas semanas depois – em 27 de setembro de 1918 –, cerca de duzentas e cinquenta trabalhadoras costureiras, engomadeiras e pregadeiras da Aliança entraram em greve, reivindicando aumento salarial¹³. No dia seguinte ao início da *parede* (como também eram chamadas as greves naquele momento), as grevistas ocuparam os arredores das fábricas, tentando convencer as companheiras que ainda estavam trabalhando a aderirem ao movimento; a UGT interveio, organizando uma tabela de pagamentos a ser apresentada aos donos da fábrica¹⁴. No terceiro dia de *parede*, as operárias se reuniram na sede da UGT para discutir a tabela de preços a ser reivindicada e, no mesmo dia, a apresentaram aos patrões; o *Estado do Pará* ainda apontou que nesta reunião “estiveram presentes, além das operárias, várias pessoas pertencentes a outras classes trabalhadoras”¹⁵. No início de outubro, o movimento continuava com as trabalhadoras em greve fazendo “guarda pelas imediações da fábrica com o fim de impedir que algumas operárias voltem ao trabalho”; a repressão também se intensificou: cerca de 60 operárias foram detidas pelos agentes da polícia e o *Estado do Pará* relatou, sem maiores detalhes, que “a grevista Graciana Santos deu explicações às autoridades.”¹⁶. A ausência de referências posteriores indica que, provavelmente, a repressão sufocou o movimento.

Algumas semanas depois, as costureiras voltariam a paralisar o trabalho em apoio aos trabalhadores da *Pará Elétric*, na ocasião da greve geral de outubro de 1918. Antes de aderirem formalmente à greve, elas já atuavam na mobilização de solidariedade, condenando, de forma jocosa, os fura-greves. Um articulista do jornal *Estado do Pará* relatou que: “Ante-hontem [dia 9/10/1918], à tarde, na avenida 15 de agosto, um grupo de costureiras vaiou o motorneiro e o condutor de um [bonde] elétrico, a quem mandaram vestir saias, por não terem os mesmos aderido aos seus companheiros de classe.”¹⁷. O escárnio das trabalhadoras aos seus companheiros também era uma

¹¹ “A grande exposição comercial e industrial promovida pelo Grêmio Literário Comercial Português”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2506, 22 de março de 1918, p. 3

¹² “A greve das operárias da Fábrica Palmeira”. *Jornal do Povo*, Belém. nº 16, 17 de agosto de 1918, p. 2.

¹³ “Grêve Operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2695, 28 de setembro de 1918, p. 1.

¹⁴ “Grêve Operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2696, 29 de setembro de 1918, p. 1.

¹⁵ “A Greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2697, 30 de setembro de 1918, p. 2.

¹⁶ “Grêve Operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2699, 2 de outubro de 1918, p. 2.

¹⁷ “A Greve dos Motorneiros e Condutores da *Pará Elétric*”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2708, 11/10/1918, p. 1.

prática comum nos movimentos classistas na França, entre o final do século XIX e início do XX; conforme afirma Perrot (2017, p.193): “Inversão, derrisão: armas clássicas das mulheres”.

Alguns dias depois, o mesmo jornal anunciou que “As operárias costureiras da Fábrica Alliança, à rua Gaspar Vianna, em número de 150, abandonaram o serviço, solidárias com os motorneiros e conductores”. Além delas, os trabalhadores da Fábrica Proença, da fábrica de cordas e da fábrica Girafa, todos estabelecimentos que possuíam mulheres em seus quadros de funcionários, também paralisaram as atividades laborais em solidariedade aos motoristas e condutores, o que indica que algumas operárias dessas fábricas também o fizeram. As costureiras e as engomadeiras foram representadas respectivamente por Isabel Vieira da Silva e Philomena Mata da Silva na comissão escolhida pelos representantes de diversas categorias solidárias aos motoristas e condutores que se reuniu com o governador do Estado, Lauro Nina Sodré, para discutir as reivindicações dos funcionários da *Pará Elétric*¹⁸. Os motoristas e condutores, com o apoio das costureiras e de outras categorias, conquistaram o aumento reivindicado.

No âmbito associativo, parte das costureiras se organizava no *Sindicato dos Artistas Alfaiates e Costureiras*, ligado à FCT. Embora a comissão executiva desta entidade tenha sido formada exclusivamente por homens¹⁹. No que pese o alijamento dos cargos dirigentes, as costureiras podiam estar presentes nas assembleias e reuniões ordinárias desta organização.

Na greve geral ocorrida no final de novembro daquele ano, em protesto contra o fechamento da *União Geral dos Trabalhadores* do Rio de Janeiro, as operárias de diversas fábricas também aderiram em peso. Fazendo um balanço do movimento, o *Estado do Pará* comentou que:

Em consequência da greve, ficaram paralisadas as seguintes oficinas: Alliança, à rua da Indústria, de propriedade de Quilhó, Pinto & Cia, onde abandonaram o serviço cerca de 120 operárias.

- Fábrica Girafa, de Nicolau da Costa & C^a, com cerca de 60 operárias em greve. Ficaram trabalhando somente 4 operárias cigarreiras e alguns empregados das oficinas.²⁰

No dia 27 de novembro, a sede da UGT (paraense) foi ocupada por uma força de 20 praças do 27º batalhão de caçadores, sob o comando do segundo tenente dr. Santana de Medeiros; o jornal que noticiou a invasão relatou que “este oficial encontrou no edifício muitos operários *de ambos os sexos*, a quem expos os fins de sua presença ali”; as cigarreiras das diversas fábricas e manufaturas de fumo da cidade também se mobilizaram junto aos seus companheiros de ofício:

Por iniciativa da União Geral dos Trabalhadores, os *cigarreiros de ambos os sexos* realizaram uma reunião no dia 24 [de novembro] (...) constituindo um agrupamento que tomou a denominação de *Sindicato dos Manipuladores de Cigarro do Pará*. Este enviou às fábricas de cigarro desta praça longos ofícios, alegando que por motivo de serem algumas fábricas dotadas de maquinas dispensando por isso

¹⁸ “A Greve dos Motorneiros e Condutores da *Pará Elétric*”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2713, 16/10/1918, p. 1.

¹⁹ Em 1919 a comissão executiva desta organização era formada por Martinho Alves Ferreira, secretário geral; Domingos Luiz Cascaes, dito de expediente; Armando Baptista, dito de atas; João Villas, bibliotecário; Manoel Reis, tesoureiro; Cláudio Santos, José Alves e Antônio Silva d’Almeida, delegados. “Vida syndical”. *O Semeador*, Belém. n° 4, 21/5/1919, p. 4. Já em 1920, era composta por Américo A. Baptista, secretário geral; Raymundo Gomes Moreira dito de expediente; Raymundo Sanches Laura, dito de atas; Manoel A. Ignácio, tesoureiro; Antônio Moraes de Maia, bibliotecário; Manoel Alípio da Fonseca, fiscal geral. “Pelos sindicatos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n° 6, 5/6/1920, p. 4.

²⁰ “Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2755, 27 de novembro de 1918, p. 1.

o serviço de operários, para manter “empregados pequenos operários *ou* operárias para carteirar e selar”, fez-se precisa a formação do sindicato.²¹

A oposição dos cigarreiros à introdução das máquinas – vistas como responsáveis pelo desemprego – no processo produtivo vinha de anos anteriores, pelo menos desde 1914 (FONTES, 2016, p. 131). No referido ofício, o sindicato estabelecia uma tabela de preços para as carteiras das fábricas de cigarro (Esmeralda, Girafa, Pará-Amazonas, Rosa Cruz, Tabacaria Matos, Tabacaria Paraense e Casa de Risca), com o prazo de 30 horas para a resposta dos respectivos proprietários. Como alguns estabelecimentos não responderam às exigências no prazo estabelecido, o recém-formado sindicato dos cigarreiros declarou greve no dia 27, até que fossem atendidas as reclamações. Assinam o *comitê grevista* as operárias Elvira Maria Rodrigues, Isabel Paula e Angocilla Nascimento, além de Elysio Lobato, Joaquim Rezende e Raymundo Marques²². Percebe-se uma paridade dos sexos na formação do comitê.

Embora seu início tenha coincidido com o da Greve Geral, a parede dos cigarreiros e cigarreiras foi um movimento independente daquela. Tanto é que, em 29 de novembro, voltaram “aos seus labores todas as classes operárias, com exceção dos cigarreiros, ficando, pois, normalizado o movimento da cidade”²³. No dia anterior, uma comissão dos cigarreiros formada por Elysio Lobato, Raymundo Marques e a sra. Isabel Salles esteve na redação do *Estado do Pará* para prestar esclarecimentos sobre o movimento e declararam que “julgam não ser exorbitante [a tabelle proposta], atendendo a insignificância dos salários que atualmente recebem”²⁴. A greve adentrou dezembro, mas foi derrotada. Em declaração publicada na imprensa, direcionada aos cigarreiros(as), os proprietários das fábricas manufadoras de cigarro afirmaram que não seria possível atender às reclamações que lhes fizeram por aumento de salário e que aceitariam os trabalhadores que quisessem retornar pela tabela que vinham recebendo antes da greve²⁵.

No final de abril do ano seguinte, foi a vez das operárias da Fábrica de Cordas Perseverança se levantarem em parede, iniciando o que foi o movimento protagonizado por mulheres mais significativo desta conjuntura. No dia 29 daquele mês, o subprefeito da cidade recebeu a comunicação de que elas estavam em greve, mandando imediatamente para as dependências da fábrica agentes da polícia. Estes averiguaram que o movimento teria sido motivado pelo “boato espalhado entre as operárias de que os proprietários da fábrica pretendiam reduzir os salários”²⁶.

No dia seguinte, a greve se radicalizou. Mais uma vez se verificou a tentativa de interrupção da produção, a não adesão de todas as trabalhadoras do estabelecimento à parede e os conflitos entre operárias grevistas e fura-greves. Estas últimas receberam da polícia transporte em automóveis e a escolta de praças embaladas até a fábrica. Um diário local relatou que:

Ao chegarem os veículos em frente ao estabelecimento, foram assaltados pelas grevistas que, a esse tempo, já estavam acompanhadas por vários operários da fábrica, garantindo à polícia as operárias que não estavam em greve, estabelecendo-se então entre os operários e soldados uma grande confusão, tendo algumas das grevistas caído e machucado várias partes do corpo.

²¹ “Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2756, 28 de novembro de 1918, p. 1.

²² *Idem*, p. 1-2.

²³ “Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2757, 29 de novembro de 1918, p. 1.

²⁴ *Idem, Ibidem*.

²⁵ “Aos senhores operários e operárias cigarreiras”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2761, 3 de dezembro de 1918, p. 4.

²⁶ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2907, 29 de abril de 1919, p. 2.

Antes, porém, as grevistas apedrejaram o edifício da fábrica, que durante todo o dia ficou guardado por praças de infantaria e de cavalaria.²⁷

O jornal operário *O Semeador* também registrou o conflito, apresentando uma versão diferente:

Na manhã do dia seguinte [ao início da greve], quando [as grevistas] procuravam convencer as furonas, em número de dez, a não irem prejudicar a sua causa, uma força de polícia ali postada às ordens do subprefeito Cícero correua-as, espaldeirando-as e chicoteando-as à cinturão! Ficaram gravemente feridas algumas companheiras, na cabeça, nos braços e nas mãos.²⁸

No *meeting* do dia Primeiro de Maio daquele ano, alguns dos oradores fizeram “referências acrimoniosas ao facto lamentável” ocorrido alguns dias antes em frente à Fábrica Perseverança, revelando a repercussão do ocorrido no meio operário. A manifestação se realizou nas imediações do mercado São Braz, à praça Floriano Peixoto, e contou com a participação de “operários e operárias de diversas fábricas, especialmente da ‘Alliança’ e da Perseverança”²⁹. O jornal *O Semeador* citou, entre os oradores que fizeram discursos nas manifestações do dia, os nomes das operárias Cecília Carvalho, Saturnina Otêro, no *meeting* da Praça Floriano Peixoto, e Anna Sirene, na sessão solene no Teatro da Paz³⁰.

Apesar da violenta repressão, o movimento das cordoeiras continuou; se imbricando com a Greve Geral de maio de 1919, que reivindicava a jornada de oito horas de trabalho. Ainda nas manifestações de 1º de Maio, uma “delegação de moças que contribuíam para o bom êxito da festa do trabalho” procurou um articulista do *Estado do Pará* para denunciar as condições de labuta da fábrica de cordas e expor suas reivindicações: as trabalhadoras recebiam como diária no máximo 2\$500 e exigiam os aumentos de 4\$000 para as de 1º classe, 3\$000 para as de 2ª e 1\$000 para as de 3ª. A argumentação delas induziu o articulista a “crer que é muito justa e até merecedora de apoio a pretensão das operárias”³¹.

Pari passu com a greve das trabalhadoras da Perseverança, é formada no fim de abril a *Liga de Resistência das Operárias do Pará*. Sobre a fundação desta entidade, um articulista de *O Semeador* comentou que:

Graças aos ingentes esforços da F.C.T, as operárias de Belém retomaram o lugar que foram forçadas a abandonar quando do fechamento da U.G.T em novembro do ano passado. Aconteceu o que sempre há acontecido: desta vez vieram mais fortes, em maior número e mais decididas!³²

A quase simultaneidade da fundação da *Liga* e do início da greve parecem ser mais do que coincidência. Na edição seguinte, o mesmo periódico comentou que as trabalhadoras por trás da *Liga* continuavam “Intemeratas, fortíssimas em suas resoluções, trabalhando para o levantamento da classe, por tantos anos lançada no esquecimento. E se não, vejam a notícia que hoje damos sobre a fábrica de cordas”³³. Já em seu terceiro número, o jornal noticiou que o *Sindicato dos A. Alfaiates*

²⁷ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2908, 30 de abril de 1919, p. 2.

²⁸ “Fábrica de cordas”. *O Semeador*, Belém. n° 2, 1º de maio de 1919, p. 4.

²⁹ “As festas do Trabalho”. *Estado do Pará*, Belém. n° 02910, 2 de maio de 1919, p.1.

³⁰ “1º de maio”. *O Semeador*, Belém. n° 4, 21 de maio de 1919, p. 3.

³¹ “A greve dos operários”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2912, 4 de maio de 1919, p. 2.

³² “Vida Syndical”. *O Semeador*, Belém. n° 1, 26 de abril de 1919, p. 4.

³³ “Vida Syndical”. *O Semeador*, Belém. n° 2, 1º de maio de 1919, p. 4.

e *Costureiras*, em reunião de assembleia geral realizada no dia 4 de maio, considerando a gravidade dos acontecimentos ocorridos alguns dias antes na fábrica de cordas, “resolveu tornar público o seu veemente protesto contra as ações arbitrárias da polícia, como a sua incondicional solidariedade à Liga de Resistência das O. do Pará”³⁴. Estes comentários são indícios de que as operárias da *Liga* estiveram na articulação do movimento paredista da fábrica de cordas. A FCT também expressou solidariedade a elas e nomeou uma comissão para acompanhar as grevistas, composta por Tito Salgado, J. Marques, Antônio Leite e José Barradas. A partir deste momento, a *Liga* esteve frequentemente na coluna Vida Sindical³⁵ d’O *Semeador*, do número 5, de 14 de junho, ao número 28, de 29 de novembro de 1919, sempre informando que ela se reunia aos domingos, às 2 horas da tarde, na rua Bailique, 49. Não foram encontradas, todavia, outras referências à organização, indicando que provavelmente ela se dispersou neste meio tempo. Ela não consta em nenhum momento na coluna Movimento Sindical³⁶ do *A Voz do Trabalhador*, indicando que não mais existia em 1920.

No que pese os múltiplos apoios que as operárias receberam após o incidente de 29 de abril, elas continuaram a sofrer com novas repressões violentas. Na primeira semana de maio, a greve prosseguia, não passando um dia em que elas “não se apresentem rondando a Fábrica e (...) que consigam trazer duas, três, quatro e mais furonas...”³⁷. No dia 22 daquele mês, o sr. Pádua Andrade – gerente da Perseverança – mandou três operários da fábrica dispersarem a bofetadas algumas grevistas que permaneciam pelas imediações do estabelecimento, tentando convencer as fura-greves (chamadas de “furonas” pela imprensa operária) a aderir. Ato contínuo:

À vista da agressão insólita desses operários, as grevistas reagiram a pedradas, uma das quais atingiu Domingos [um dos agressores]. As grevistas espancadas chamam-se Luiza Dantas, residente à rua dos Mundurucus; Maria do Carmo Souza, residente no Marco; Maria Generosa, moradora à travessa 22 de junho e Ramira Oliveira, residente à avenida de S. Jerônimo.³⁸

Tanto os agressores quanto as grevistas foram parar na chefatura de polícia devido ao incidente. As cordoeiras da Perseverança fizeram parte dos segmentos mais radicais da classe trabalhadora em Belém na greve geral de 1919. Em matéria publicada em fins de maio no *Estado do Pará*, onde foi feito um balanço do final do movimento paredista, quando a maior parte das categorias já tinham retornado ao serviço, pode-se ler que “as operárias da fábrica de cordas continuam em greve”³⁹. Apesar da resiliência das trabalhadoras na manutenção do movimento por quase um mês, elas foram derrotadas. Se seguiram as demissões, como pode-se depreender de um pequeno anúncio publicado na imprensa diária onde “pede-se às ex-operárias e ex-operários desta Fábrica [de cordas Perseverança] se sirvam retirar suas roupas de trabalho”⁴⁰.

Sem desconsiderar as especificidades de cada um, é possível estabelecer algumas generalizações nesses movimentos. Uma delas é a presença constante de fura greves, verificadas no caso das

³⁴ “Diversas notícias”. *O Semeador*, Belém. n° 3, 10 de maio de 1919, p. 4.

³⁵ Coluna fixa, geralmente na quarta página, onde a redação divulgava os endereços e datas das reuniões dos diversos sindicatos e organizações classistas da cidade.

³⁶ Assim como a “Vida Sindical” de *O Semeador*, esta era uma coluna fixa, geralmente na quarta página, onde a redação divulgava os endereços e datas das reuniões dos diversos sindicatos e organizações classistas da cidade.

³⁷ “Fábrica de cordas”. *O Semeador*, Belém. n° 3, 10 de maio de 1919, p. 3.

³⁸ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2931, 23 de maio de 1919, p. 1.

³⁹ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2935, 27 de maio de 1919, p. 2.

⁴⁰ “Fábrica de cordas”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2937, 29 de maio de 1919, p. 8.

paredes nas fábricas Palmeira, Aliança, Girafa e Perseverança, revelando a dificuldade na mobilização das trabalhadoras: talvez a maioria não quisesse perder os parques ordenados, naquele momento de profunda crise econômica – o que poderia levar mesmo à fome.

Outro fator desestimulante à adesão, que também é uma característica geral, era a forte repressão que as operárias sofriam: as da Palmeira foram sumariamente demitidas; as da Aliança foram detidas às dezenas; e as da Perseverança sofreram sucessivos atos de repressão, inclusive com agressões físicas e ameaças. No que tange aos motivos e reivindicações, todas as greves foram iniciadas em protesto contra condições de trabalho, por aumento salarial ou em solidariedade às outras categorias; nesse aspecto, foram muito parecidas com as greves empreendidas por trabalhadores masculinos no mesmo período.

Em relação às lideranças femininas, percebe-se que – diferente das masculinas, como Tito Salgado, Júlio Clemente, José Marques da Costa, Benito Rodrigues, Antônio Cesár de Oliveira, dentre outros, cuja atuação continuada pode ser constatada pelas referências espaçadas nos periódicos – eram predominantemente de ocasião, forjando-se de forma semiespontânea nas greves e momentos de protesto. Os nomes das costureiras Graciana Santos, Isabel Vieira da Silva e Philomena Mata da Silva; das cordoeiras Maria do Carmo Souza, Luíza Dantas, Ramira Oliveira, Maria Generosa; e das cigarreiras Elvira Maria Rodrigues, Isabel Paula e Angocilla Nascimento, apareceram cada uma apenas uma vez na documentação. O que não diminui a importância destes sujeitos, já que a história da classe operária – ou mesmo de seu movimento – não pode ser resumida à atuação das lideranças mais destacadas.

Já no que tange à presença das trabalhadoras nas associações de classe belemenses, percebe-se que, embora não ocupassem os cargos nas diretorias, podiam ser encontradas nas organizações das categorias onde eram numerosas, como no *Sindicato dos Artistas Alfaiates e Costureiras* e no *Sindicato dos Manipuladores de Cigarro do Pará*. O alijamento das mulheres dos cargos diretivos nos sindicatos e associações de trabalhadores, ou mesmo dos próprios sindicatos em si, não é uma exclusividade da região amazônica, sendo percebido no movimento operário francês da virada no oitocentos para o novecentos (PERROT, 2017, p. 192-193) e em São Paulo, na mesma conjuntura (FRACARRO, 2017); Cláudio Batalha (2018, p. 119) aponta que, no Brasil da Primeira República, embora o trabalho feminino tenha sido majoritário em alguns ramos fabris, como o têxtil e de vestuário, ele “esteve subrepresentado na face mais visível da classe operária: suas organizações.”

Nos estatutos das organizações operárias paraenses, eram frequentes artigos que indicavam que elas aceitavam trabalhadores independentemente “de cor, nacionalidade, religião ou credo político”, mas a maioria não falava nada sobre o gênero; duas exceções que podem ser citadas são os estatutos da *União dos Operários Sapateiros* e da *União dos Manipuladores de Pão*, ambas fundadas em 1913, que em seus respectivos e idênticos terceiros artigos determinavam que seriam admitidos nessas sociedades sócios “sem distinção de cor, sexos e nacionalidade e desde que não explore por conta própria operários ou aprendizes”⁴¹. Particularmente importante parece ter sido a *Liga de Resistência das Operárias do Pará*, fundada em abril de 1919, cujas informações são escassas, mas que parecia pretender congregar apenas trabalhadores mulheres e de diversas categorias. Infelizmente, o número de referências a esta entidade é inversamente proporcional à sua importância.

⁴¹ Cópias digitalizadas destes e de outros estatutos podem ser consultados em: <https://www.cma.ufpa.br/caixas/caixas.html>. Consultado em 15 de abril de 2021.

Por fim, pode-se perceber a solidariedade constante dos trabalhadores homens em relação às suas companheiras: a direção da UGT interferiu a favor das operárias da Aliança, na greve de setembro de 1918; cigarreiros e cigarreiras estiveram lado a lado na greve da categoria no final do mesmo ano; os redatores de *O Semeador* deram uma cobertura positiva à greve das cordoeiras da Perseverança. A solidariedade era de mão dupla, como pode-se perceber pela adesão de trabalhadoras de diversos estabelecimentos fabris em apoio aos motoristas e condutores de bonde em luta por aumento de salário, em outubro de 1918. O que não significa a ausência de conflitos e relações de poder entre trabalhadores de ambos os gêneros, como pode ser percebido no caso citado acima onde os operários da fábrica Perseverança agrediram as cordoeiras em greve.

No entanto, pode-se notar entre os militantes operários belenenses daquele período, sobretudo entre os anarquistas e sindicalistas revolucionários, estímulos para o engajamento das mulheres no movimento operário. Desta forma, o comerciário anarquista Honório Santos – em artigo concitando os trabalhadores à união – argumentou que:

(...) se a mulher se interessasse, a sério, pelas questões que dizem respeito à emancipação do proletariado, muitas dificuldades desapareceriam, muito tempo se ganharia, muito mais rápido se caminhará para vitória.

E porque tudo isto se reconhece, é que se tem sempre procurado interessar a mulher no movimento social, esforçando-se os militantes por entusiasmar a sua companheira, a sua irmã ou a sua filha, pelos acontecimentos a que ele deu lugar.

Eu sei que se fazem esforços para que as mulheres concorram às manifestações de propaganda; que se lhes dão livros, jornais, folhetos a ler; que em casa se conversa sobre o que se diz o jornal, de modo a fazer ver o aspecto da questão que nos apaixona.⁴²

Já o também caixeiro Fernando Nazareth finaliza um texto sobre o dever dos trabalhadores e a beneficência dando vivas à emancipação operária, à emancipação da mulher e ao Livre-Pensamento⁴³. O tipógrafo e escritor Bruno de Menezes⁴⁴ proferiu uma conferência intitulada “Da mulher operária”, no final 1919, na sede da União dos Chauffers – que foi transcrita e publicada pelo *O Semeador*. Ao longo de sua fala, Menezes cita vários pensadores e livros sobre a temática – “A Mulher não pode instruir nem educar”, de M. Trombeta; “A escravidão social da mulher”, de Russomano; “A arte da educação da mulher”, de Antero de Figueiredo; e “O Amor Livre”, de Charles Albert –, demonstrando uma preocupação deste militante com a situação e com as condições das mulheres operárias na sociedade e indicando quais referências teóricas sobre a questão circulavam entre os militantes paraenses. O livro de Albert, citado por Menezes, também consta na coluna “Leitura Proveitosa”⁴⁵ do periódico *A Revolta*, disponibilizado por sua redação ao preço de 1\$500 réis.

⁴² SANTOS, Honório. “Escutae Operário”. *O Semeador*, Belém. n° 4, 21 de maio de 1919, p. 3.i

⁴³ NAZARÉ, Fernando. “O dever dos trabalhadores e a Beneficência”. *O Semeador*, Belém. n° 16, 6/9/1919, p. 2-3.

⁴⁴ Sobre Bruno de Menezes, ver: FIGUEIREDO, 2005.

⁴⁵ Coluna fixa, geralmente localizada na quarta página deste periódico, que anunciava livros que eram vendidos pela oficina do mesmo. Livros referentes ao movimento operário.

3. As Mulheres na Imprensa Operária Belemense

As mulheres também marcaram presença na imprensa operária paraense deste momento, seja escrevendo alguns artigos, seja lendo os próprios jornais⁴⁶. A “questão feminina” também foi temática recorrente entre os artigos e editoriais das folhas operárias, como pode-se perceber na Tabela 1 – que elenca uma série de artigos assinados por mulheres e/ou cuja temática principal gira em torno da questão de gênero. Esta lista não se pretendeu exaustiva, já que as coleções dos jornais que dispomos são bastante fragmentárias e muito provavelmente outros textos sobre a temática foram publicados nos números que não foram preservados ou encontrados. De qualquer forma, estes artigos e editoriais são testemunhas interessantes, tanto da presença delas na imprensa operária quanto das representações masculinas que eram feitas sobre elas no meio militante.

Tabela 01: A mulher na imprensa operária paraense (1918-1920)

Título	Autor	Jornal	Número/data
Pela Rússia Livre: A nacionalização das mulheres	–	<i>A Revolta</i>	Nº 1, 26/07/1919
A Mulher	Amatoris	<i>O Semeador</i>	Nº 1, 26/04/1919
“Palavras” e “Reivindicação”	“Uma grevista” e Aida Arthur	<i>O Semeador</i>	Nº 5, 14/06/1919
Nossa Culpa	Catharina Karkar	<i>O Semeador</i>	Nº 7, 05/07/1919
A mulher e o amor livre	Amatoris	<i>O Semeador</i>	Nº 8, 12/07/1919
A Mulher	Mario Amador	<i>O Semeador</i>	Nº 20, 04/10/1919; nº 23, 25/10/1919.
Companheira exemplar	Gabriel Luna	<i>O Semeador</i>	Nº 25, 8/11/1919
O despertar da mulher	Vitória Régia	<i>O Semeador</i>	Nº 28, 29/11/1919.
Como eles andam	Vitória Régia	<i>O Semeador</i>	Nº 29, 06/12/1919.
Da mulher operária	Bruno de Menezes	<i>O Semeador</i>	Nº 31, 20/12/1919; nº 33, 03/01/1920; nº 34, 10/01/1920.
A mulher	–	<i>O Semeador</i>	Nº 38, 07/02/1920.
As fábricas de roupas	Mário Amador	<i>O Semeador</i>	Nº 39, 14/02/1920.
Às trabalhistas do Pará	–	<i>O Semeador</i>	Nº 42, 06/03/1920.
As vítimas da fome	Amatoris	<i>O Semeador</i>	Nº 43, 13/03/1920
Tem graça	Amatoris	<i>O Semeador</i>	Nº 44, 20/03/1920
A emancipação feminista.	H. Santos	<i>A Voz do Trabalhador</i>	Nº 1, 01/05/1920
Eduquemos a mulher operária.	Sócrates	<i>A Voz do Trabalhador</i>	Nº 17, 21/08/1920

Fonte: organizado pelo autor.

⁴⁶ Uma das leitoras ficou registrada n’O Semeador após um de seus articulistas publicar no próprio jornal um “Bilhete aberto, a uma senhora que diz ler o Semeador”, respondendo o questionamento feito por ela do porquê seus animadores adotarem a “doutrina anárquica”. “Bilhete aberto” em: *O Semeador*, Belém, nº 18, 20/9/1919, p. 2.

Embora não tenham sido incluídas na tabela acima, as folhas trabalhistas também publicaram algumas transcrições de textos assinados por mulheres, como o da militante anarquista e pedagoga espanhola Soledad Villafranca (1880-1948), sobre a pedagogia libertária⁴⁷; o artigo da militante carioca que adotava o pseudônimo de Nympha de Vimnar, sobre a morte de João Plácido de Albuquerque na capital federal, quando este representava os trabalhadores paraenses no Terceiro Congresso Operário Brasileiro⁴⁸; ou ainda, notícias da articulação de mulheres no meio associativo em outras localidades, como da fundação do *Centro Feminino de Estudos Sociais*, no Rio de Janeiro, em princípios de 1920⁴⁹.

Em vários destes textos é salientada a importância da educação formal e intelectual das mulheres como estratégia e dever patente dos militantes, como fica expresso pelo título do artigo assinado por “Sócrates” e publicado no número 17 de *A Voz do Trabalhador*. Honório Santos, em editorial no mesmo jornal, escreveu que “emancipar a mulher consiste tão somente em educá-la”; já Bruno de Menezes, na já citada conferência que proferiu em 1919, lamenta que “bem poucas são as nossas companheiras que lograram ler e escrever corretamente”. Neste sentido, os libertários paraenses⁵⁰ estão em consonância com os de outras regiões do país, como os paulistanos; analisando o discurso destes últimos na imprensa libertária da paulicéia, Margareth Rago (1985, p. 97) indica que a instrução das mulheres era vista por eles como uma “arma privilegiada de libertação” e “de luta contra as classes dominantes, contra o poder da Igreja e contra o Estado”.

Embora os militantes libertários levantassem a bandeira da emancipação feminina, não deixaram de reproduzir parte da ideologia dominante que pretendia relegar às mulheres os papéis de responsáveis quase exclusivas da criação dos filhos, como notaram várias autoras (RAGO, 1985; PRACCHIA, 1994). Nas palavras de Lygia Pracchia (1994, p.77), analisando o discurso dos libertários do eixo Rio-São Paulo sobre a educação das mulheres, “o argumento mais importante para que o elemento feminino tenha acesso à educação racional é que, livrando-se da ignorância (...) ela poderá, como mãe, melhor educar os filhos.”. Esse mesmo elemento pode ser encontrado entre os libertários paraenses, como fica expresso em artigo do primeiro número de *O Semeador*, com o sugestivo título “A Mulher”, onde o articulista afirma que “Ela, antes de mais nada deveria educar-se para que o reflexo de sua educação se refletisse [sic] na prole, na ramificação vulgarmente longa de sua árvore genealógica; transmitir-se-ia a educação de família em família até a completa perfeição humana”⁵¹. No entanto, como ressalta Pracchia (1994, p.78), “esses limites impostos pelos libertários à luta da mulher e por ela, não invalidam a própria luta, apenas moldam seus contornos e suas nuances.”.

Algumas mulheres também publicaram textos nos periódicos de trabalhadores. É o caso dos pequenos artigos intitulados “Palavras” e “Reivindicação”, assinados respectivamente por “uma grevista” e Aida Arthur, ambos publicados na edição 5 de *O Semeador*. O primeiro, provavelmente escrito por uma operária da Perseverança, lamenta pelo vigário de Nazaré ter cedido pessoal para normalizar o serviço da fábrica de cordas, sabotando desta forma o movimento, e aponta as suas “convicções inabaláveis” e as “ideias firmes, seguras e cheias de probidade” como principais armas

⁴⁷ VILAFRANCA, Soledad. “O ensino racional”. *O Semeador*, Belém. n° 22, 18 de outubro de 1919, p. 1.

⁴⁸ VIMNAR, Nympha. “Duro contraste”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n° 8, 19 de junho de 1920, p. 1.

⁴⁹ “Centro feminino de estudos sociais”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n° 16, 14 de agosto de 1920, p. 3.

⁵⁰ Isto é, os segmentos do movimento operário paraense que se concentravam na FCT e nos jornais *A Revolta*, *A Voz do Trabalhador* e *O Semeador*, que se dividiam entre “anarquistas sindicalistas” e “anarco-comunistas” (FIGUEIREDO, 2005, p.70), também denominados genericamente como “libertários”.

⁵¹ AMATOTIS. “A Mulher”. *O Semeador*, Belém. n° 1, 26 de abril de 1919, p. 1-2.

na luta contra a burguesia. Já no segundo, um pequeno artigo assinado por Aida Arthur, concitava os “homens que trabalham para mais cedo ou mais tarde não enxergarem a miséria” a não esmorecerem na luta, mesmo com a repressão que porventura venham a sofrer, já que “a obra está quase completa”.

Outra articulista, que assina como Vitória Régia – provavelmente um pseudônimo⁵² –, publicou dois artigos no mesmo jornal. Logo no primeiro, reflete acerca da condição da mulher e, em tom intimista, revela a insegurança que a afeta ao se jogar na arena jornalística, ao mesmo tempo em que afirma seu espaço no periodismo:

Qual criança a tremer quando ensaia os primeiros passos no caminho da vida; assim eu tremo. E por que? Porque sou mulher, mas porventura as mulheres não terão os mesmos direitos que têm os que pertencem ao sexo forte? Tem! Nós é que nos supomos fracas e por isso que vivemos subjugadas à qualquer joguete; influenciadas por outras pessoas que julgamos poderosas, deixamos germinar em nosso cérebro, como um cancro devastador, a sua peçonha venenosa; eis o nosso erro.⁵³

Os dois textos são perpassados pelo anticlericalismo. No primeiro, ela comenta um episódio que teria acontecido na vila de Pinheiro (Maranhão), onde um padre diretor de uma instituição educacional obrigou as professoras e discípulas a usarem vestidos longos de golas altas, “por ter medo de ser tentado por um colo de virgem”; com isto provando “que não tem força moral sobre si”. No segundo, Vitória Régia comenta um telegrama de Teresina, reproduzido em um dos diários belemenses (não especificado), que contava o caso do reverendo Clarindo Lopes, que contraiu matrimônio em Campo Maior, cidade onde fora vigário, mas que foi exortado pelo bispo de lá a abandonar a esposa em nome do celibato católico. Vitória Régia execra o ocorrido, o qualificando como “monstruosidade” e afirmando que “parece incrível que uma religião que legaliza o matrimônio seja a primeira a aconselhar (...) a quebra de um contrato feito entre duas pessoas que não sofrem das faculdades mentais”, finalizando o texto desejando muitas felicidades e prole numerosa a Clarindo Lopes.

O tema do anticlericalismo também está presente em um artigo assinado pelo pseudônimo de Amatoris, com severas críticas às freiras – condenando fortemente os hábitos e “absolutamente o modo hipócrita de viver”⁵⁴. Tanto o anticlericalismo quanto a questão da Mulher foram assuntos recorrentes nos textos de Amatoris, como pode-se notar na tabela 01. O pseudônimo não permite identificar se se tratava de um homem ou de uma mulher. A associação entre emancipação da mulher e o anticlericalismo e/ou o levantamento do anticlericalismo por mulheres na imprensa operária e anarquista foi comum naquele momento (MARTINS, P., 2019; PRACCHYA, 1994; SOUZA, 2018).

Pode-se identificar outros momentos em que mulheres participaram de movimentos anticlericais operários em Belém. Uma década antes de Vitória Régia e Amatoris publicarem seus artigos

⁵² Como já apontou Maria Luiza U. Pinheiro (2015, p. 174), abordando a imprensa operária amazonense, o uso de iniciais ou pseudônimos era uma prática muito comum entre os produtores e colaboradores dos jornais trabalhistas, como forma de se resguardar de possíveis retaliações, o que faz com que as informações sobre estes sujeitos sejam bastante fragmentárias ou inexistentes, dificultando a análise de suas trajetórias.

⁵³ RÉGIA Vitória. “O despertar da mulher”. *O Semeador*, Belém. n° 28, 29 de novembro de 1919, p. 1.

⁵⁴ AMATORIS. “Tem Graça!”. *O Semeador*, Belém. n° 44, 20 de março de 1920, p. 1.

em *O Semeador*, Maria Lages Guerra – esposa do chofer português expulso do Pará em 1914, Eduardo Guerra (FONTES, 2016, p. 135) – enviou uma carta ao jornal anticlerical e libertário paulistano *A Lanterna*, onde comenta o Sírrio de Nazaré, comemoração tradicional de Belém, expressão do catolicismo regional. Nela, Guerra lamenta a multidão de maltrapilhos que “dá ideia da ignorância e do atraso do nosso povo.”⁵⁵. Nos anos seguintes, Guerra esteve envolvida nas organizações classistas na cidade: em julho de 1912, assinou junto a outros militantes uma carta de protesto contra a agressão que o militante paulista Francisco Calvo sofreu da polícia⁵⁶. Alguns meses depois, foi uma das assinantes – a única mulher – da ata de fundação do Centro Sindicalista das Classes Trabalhadoras do Pará, organização de orientação sindicalista revolucionária cujo fim era “fazer uma ativa propaganda do ideal de emancipação humana no seio dos trabalhadores”⁵⁷. Maria Guerra foi uma das principais lideranças femininas no movimento operário paraense do início do novecentos.

No mesmo período, algumas mulheres participaram da articulação e funcionamento do *Centro Humanitário Amor, Sciencia e Liberdade*, fundado em 1º de maio de 1912, que tinha por fim principal “manter uma biblioteca e uma escola prática para o desenvolvimento intelectual e a educação racional de seus associados e alunos, compostos exclusivamente de livres-pensadores”. Esta organização também trocava correspondência com os redatores do *A Lanterna*, da qual uma parte foi publicada em dezembro de 1912: em uma carta de protesto dos membros do *Centro* e dos alunos da “Escola Livre Século XX” – “compostos de operários e filhos de operários livres-pensadores” – contra a realização do Congresso Operário convocado por Hermes da Fonseca naquele ano, assinam cerca de trinta pessoas⁵⁸, entre os quais consta os nomes de Lucila Monteiro, Clara de Almeida e Ana Monteiro; no dia 13 de outubro (talvez não por coincidência no aniversário do assassinato de Francisco Ferrer), os signatários deste protesto fundaram a Liga Anticlerical do Pará, anexa ao *Centro*; Lucila Monteiro ocupava o cargo de secretário-correspondente do *Centro*⁵⁹. A última referência encontrada sobre esta organização data de janeiro de 1914, em um anúncio de *A Lanterna*, onde seu endereço para correspondência foi indicado como Estrada de S. Braz, 36⁶⁰.

Embora os militantes do *Centro* pautassem assuntos educacionais ou francamente anticlericais, a questão operária também ocupava lugar em suas preocupações, como pode-se perceber no protesto contra o Congresso “dos falsos operários” de 1912, na indicação de que os estudantes de sua escola eram filhos de operários, na manifestação do “desejo de entrar em relações com todos os jornais, sociedades e grupos operários e de propaganda do Brasil e também do exterior”⁶¹ e na presença de conhecidos militantes operários, como Eduardo Guerra e o sapateiro espanhol Antônio Domínguez, em suas fileiras.

Os sobrenomes das participantes são indicativos de parentesco com outros membros do *Centro*. Lucila Monteiro e Ana Monteiro podem ter ligações com Manoel Monteiro, bibliotecário da mesma organização. Já Clara de Almeida parece ter, mais claramente, ligação com José de Almeida,

⁵⁵ GUERRA, Maria L. “A ‘Lanterna’ no Pará”. *A Lanterna*, São Paulo. nº 63, 24 de dezembro de 1910, p. 2.

⁵⁶ “Vida Operária”. *A Lanterna*, São Paulo. nº 152, 17 de agosto de 1912, p. 3.

⁵⁷ “Vida Operária”. *A Lanterna*, São Paulo. nº 156, 14 de setembro de 1912, p. 4.

⁵⁸ André Lobo, Lucila Monteiro, Clarindo Castro, Esmeraldo Mota, A. Castelo Branco, Alberto Abreu, Diocécio Banhos, Alberico Aguiar, Alcides Silva, Júlio Carneiro, Lincoln Pires, Manoel Monteiro, Nestor Galvão, José de Almeida, Clara de Almeida, Djalma Caldas, Anatólio Caldas, Ana Monteiro, Eduardo Guerra, José Loureiro, José Cezar, Artur Aguiar, Abel Nogueira, José Nogueira, Adolfo Ferron, José Conde, Júlio Barbarro, Manoel Salgado e Antônio Domínguez.

⁵⁹ “Núcleos da Vanguarda”. *A Lanterna*, São Paulo. nº 169, 14 de dezembro de 1912, p. 4.

⁶⁰ “Núcleos de Vanguarda”. *A Lanterna*, São Paulo. nº 227, 24 de janeiro de 1914, p. 3.

⁶¹ “Núcleos de Vanguarda”. *A Lanterna*, São Paulo. nº 154, 31 de agosto de 1912, p. 4.

tendo em vista que os nomes de ambos aparecem lado a lado nas assinaturas de protesto contra o Congresso operário de 1912. Talvez fossem, assim como Eduardo e Maria Guerra, “una familia radical en la que ambos sexos y más de una generación formaron parte de la dirigencia local”, como as que Dorothy Thompons (2013, p. 4) identifica como comuns no movimento operário inglês da primeira metade do século XIX. Embora o nome de Maria Guerra não conste nas referências sobre o *Centro*, é factível a hipótese de que ela acompanhasse as atividades desta organização, tendo em vista seu expresso anticlericalismo.

Conforme Gláucia Flaccaro (2017, p.76), “(...) é preciso abordar a presença das mulheres no movimento operário tendo em vista as suas pautas específicas e a forma como essas reivindicações se inseriam na atuação política mais ampla da classe.”. Neste sentido, o anticlericalismo foi uma pauta assumida com especial ênfase pelas mulheres na imprensa operária de Belém e revela uma atuação política de contestação e resistência a opressões outras que não as exclusivamente econômicas.

CONCLUSÕES

Premidas pelas jornadas de trabalho diárias escorchantes, pelas exigências do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, pressionadas pelo patriarcado que pretendia relegá-las ao espaço privado – com apoio e aquiescência, inclusive, de vários trabalhadores homens –, muitas operárias belemenses não encontraram tempo ou interesse pela vida sindical e associativa ou por outras manifestações classistas, como a imprensa operária.

No entanto, algumas trabalhadoras cidadinas também marcaram presença nas agitações trabalhistas de Belém naqueles conturbados anos finais da década de 1910; inclusive, com um grau de radicalidade que contrasta com as representações geralmente difundidas pela imprensa que as apresentavam como o “sexo frágil”, dóceis, passivas, moderadas e ordeiras. Foram protagonistas de pelo menos quatro greves entre 1918 a 1919 reivindicando aumentos salariais e melhores condições de trabalho, além de estarem presentes nas três greves gerais empreendidas pelo proletariado paraense no mesmo período. Embora excluídas dos cargos de direção, estavam presentes em alguns sindicatos, como no dos cigarreiros e no dos alfaiates e costureiras. Algumas delas, como Vitória Régia, Aida Arthur e uma grevista anônima, assinaram artigos nos jornais de trabalhadores que circulavam naquele momento – que por sua vez também publicava artigos, assinados por homens, que colocavam em pauta a emancipação da mulher e as condições do trabalho feminino.

Seja participando das manifestações do primeiro de maio; das assembleias ou de *meetings*; consumindo ou colaborando com a imprensa operária; paralisando o trabalho por aumento de salários, em solidariedade às outras categorias ou reivindicando condições mais dignas; arremessando pedras ou ridicularizando os trabalhadores fura-greves, elas também fizeram parte da história da classe trabalhadora na capital amazônica. Uma história de estruturas de dominação, mas também de ações de resistência, individuais e coletivas, a essas estruturas.

REFERÊNCIAS

- BATALHA, Cláudio de Moraes. “Formação da Classe Operária e projetos de identidade coletiva”. Em: DELGADO, Lucila de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs). *O tempo do liberalismo oligárquico: da proclamação da república à revolução de 1930*. (Coleção o Brasil republicano, volume 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém - 1870-1920)*. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. RUBRA POESIA-Bruno de Menezes, anarquista, 1913-1923. *ASAS DA PALAVRA*, v. 10, n. 1, p. 69-77, 2005.
- FONTES, Edilza J. O. *Preferem-se português(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. - Belém: EditAedi, 2016.
- FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 76, p. 73-90, 2017.
- LOBO, Marcelo Ferreira. O trabalho doméstico em Belém: entre a escravidão e liberdade (1880-1898). In: SPERANZA, Clarice Gontarski; SCHEER, Micaele (Orgs). *Trabalho, democracia e direitos, volume 1: trabalho livre e escravizado*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 359-388, 2019.
- MARTINS, Maria José Moraes. *A Gripe Espanhola em Belém, 1918. Cidade, cotidiano e medicina*. Tese de Doutorado –Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação e História Social da Amazônia. Belém, 2018.
- MARTINS, Pablo dos Santos. O anticlericalismo anarquista durante a primeira república Brasileira (1899-1920). *Revista Cantareira*, (28), p. 150-160, 2018.
- OLIVEIRA, Adriano C. de. *Trabalhadores na Primeira República no Pará (1860-1930): estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação*. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças associações e greves em Manaus (1880-1930)*. Jundiá: Paco Editorial, 2017.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Manaus: EDUA, 2015.
- PRACCHIA, Lygia. Os libertários e os caminhos da emancipação feminina. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 11, p. 69-78, 1994.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.
- RODRIGUES, José Ivanilson da Luz. *O Labor Feminino do Lar à Fábrica: Lutas, Práticas e Representação Social (Belém, 1930-1935)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém.

SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos: capítulos da história do Pará*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

_____. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: Edições CEJUP, 1992.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: TA Queiroz, 1980.

SOUZA, Ingrid Souza Ladeira de. O anticlericalismo e a luta feminina anarquista: La Voz de la Mujer como estudo de caso (Buenos Aires, 1896). *Pergaminho* (9): 27-44, 2018

THOMPSON, Dorothy. Las mujeres y la radicalidad política en el siglo XIX: una dimensión ignorada. *Mora*, n. 19, p. 65-82, 2013.

VIEIRA, Elis Regina Corrêa. *Manchete do dia: imprensa paraense e saneamento rural*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

Relações de Gênero e Empoderamento do Futebol Feminino

Relaciones de Género y Empoderamiento del Fútbol Femenino

Gender Relations and Women's Soccer Empowerment

Reinaldo Eduardo da Silva Sales

Mayara Mendes Leal

Ítalo Fabiano Correa Silva

Paulo Henrique Garcia da Silva

Resumo: O artigo apresenta a pesquisa e os resultados de um estudo sobre sociabilidade, relações de gênero e diferentes papéis exercidos pelas mulheres da agrovila de Trindade, em Santa Isabel, no Pará. O ponto de partida foi o futebol feminino, prática que reafirma suas condições sociais e as empodera. O estudo ocorreu com 8 mulheres que preferiram ficar no anonimato e, através de uma roda de conversa com um roteiro de entrevista aplicado, demonstrou que as mulheres utilizam o futebol como forma de sociabilidade coletiva, processo que influencia diretamente na permanência do futebol na comunidade. As relações de gênero relegam às mulheres papéis sociais subalternos e inferiores e, para superá-los, utilizam do futebol para melhorar sua autoestima, para realização pessoal e empoderar-se socialmente.

Palavras-chave: Relações de Gênero. Futebol Feminino. Sociabilidade. Empoderamento. Mulheres.

Resumen: El artículo presenta la investigación y los resultados de un estudio sobre la sociabilidad, las relaciones de género y los diferentes roles desempeñados por las mujeres de la Comunidad de Trindade en Santa Isabel-Pará. El punto inicial fue el fútbol femenino, una práctica que reafirma sus condiciones sociales y les da poder. El estudio se realizó con 8 mujeres que prefirieron permanecer en el anonimato y, a través de una rueda de conversación y un guión de entrevista aplicado, mostró que las mujeres utilizan el fútbol como una forma de sociabilidad colectiva, un proceso que influye directamente en la permanencia de este deporte en la comunidad. Las relaciones de género relegan a las mujeres a roles sociales cada vez más bajos y, para superarlas, utilizan el fútbol para mejorar su autoestima, realización personal y empoderamiento social.

Palabras clave: Relaciones de género. Fútbol femenino. Sociabilidad. Empoderamiento. Mujeres.

Abstract: The article presents the research and results of the study about sociability, gender relations and different roles exercised by women from Trindade village, Santa Isabel, Pará. The starting point was women's soccer, practice that reaffirms their social conditions and empowers them. The study occurred with 8 women who wished to remain anonymous and, through conversation round and with an applied interview script, it demonstrated that women use football as a form of collective sociability, process that directly influences the permanence of soccer in the community. The gender relations relegate to women subordinate and inferior social roles to overcome them and, they use soccer to improve their self-esteem for professional fulfillment and empowering themselves socially.

Keywords: Gender relations. Women's soccer. Sociability. Empowerment. Women.

Reinaldo Eduardo da Silva Sales – Sociólogo. Mestre em Educação. Professor do IFPA, Campus Castanhal.
E-mail: reinaldo.eduardo@ifpa.edu.br

Mayara Mendes Leal – Historiadora. Mestre em História Social. Professora do IFPA, Campus Castanhal.
E-mail: profmayara@yahoo.com.br

Ítalo Fabiano Correa Silva – Aluno do Curso de Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, IFPA, Campus Castanhal. E-mail: italo.hayashi@gmail.com

Paulo Henrique Garcia da Silva – Aluno do Curso de Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, IFPA, Campus Castanhal. E-mail: henriquegarcia915@gmail.com

INTRODUÇÃO

A história nos ensina que a participação das mulheres nos esportes é permeada por dificuldades e superações. Durante muito tempo a maior parte dos esportes ficou restrita ao gênero masculino seja por interdição cultural ou por proibição legal.

As modalidades esportivas, quando praticadas por mulheres, visavam à conservação das formas corporais em conformidade com normatividade de gênero, a suavidade dos gestos e o condicionamento físico para a manutenção e à promoção da saúde das futuras mães, tais como ginástica, dança e natação (FRANZINI, 2005). Dessa forma, a mulher praticava esporte para cuidar do físico, nunca para competir ou como trabalho, de forma séria e comprometida.

Neste contexto, o futebol, como muitos outros esportes, era visto como coisa de “homem”, como um elemento que demarcava os papéis masculinos sobre os femininos, portanto, não cabia às mulheres praticá-lo. Às que desafiassem transgredir essa norma, teriam sua sexualidade questionada e, automaticamente, sofreriam um grande julgamento social. E, quando o futebol feminino é praticado em espaços rurais, como o caso desta pesquisa, surgiam novos problemas e os já existentes se acentuavam.

Assim, ao longo do tempo, as mulheres tiveram que derrubar barreiras. Fato este comprovado com a investigação do grupo de mulheres da comunidade de Trindade, no Estado do Pará, que formam o time de futebol amador “As Guerreiras”. Verificou-se *in loco* que a prática do futebol feminino é utilizada pelas mesmas para integração social, para melhorar sua autoestima, empoderamento e realização pessoal e perpetuação da atividade, pois estimulam seus filhos e filhas a “jogar bola”.

O interesse por esta temática surgiu da tentativa de aproximação das questões de gênero ao curso técnico de agropecuária, oferecido pelo Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus

Castanhal, uma vez que são poucos os estudos da área da agropecuária que versam sobre as relações de gênero-papéis femininos, e menos ainda os que discutem relação do futebol feminino na comunidade como elemento socializador.

Desta forma, o que se pretendeu compreender foram as formas de sociabilidade, as relações de gênero, os diferentes papéis sociais exercidos e o empoderamento dessas mulheres a partir do futebol feminino.

A pesquisa evidenciou que neste espaço há um movimento velado de obstrução ao futebol feminino, o que implica na dificuldade das mulheres não só em praticá-lo como também limita a realização desta prática na comunidade.

1. Futebol Feminino e Sociabilidade Rural

Por muito tempo, a maior parte dos esportes ficou restrita ao gênero masculino, seja por questões culturais ou por proibição legal. No entanto, relatos históricos como os de Franzini (2005) comprovam a participação feminina como protagonista, ainda que as modalidades esportivas fossem indicadas somente para os homens, uma vez que às mulheres cabiam apenas os afazeres de casa.

Segundo Martins e Moraes (2007), quando o recorte esportivo é o futebol, as mulheres, por muitos anos, sofreram com a discriminação de gênero. Às praticantes, além de não ter o mesmo in-

vestimento que os homens, ainda têm sua sexualidade questionada. Falta ainda à prática do futebol feminino visibilidade midiática, incentivo financeiro e apoio familiar.

Para Stahlberg (2013), o futebol é um espaço marcado pela masculinidade e heterossexualidade. Isto se justifica pela maneira como se constituiu a prática do jogo, caracterizada por uma performance bastante definida e voltada para aquilo que seria inerente a uma condição do que se entende idealmente como ser homem. Neste cenário, o próprio padrão definido para a prática do futebol, induz à ideia equivocada de que ele seria um esporte pouco adequado e desejável ao corpo feminino.

De acordo com Salvini e Marchi Júnior (2016, p. 303), a discriminação no futebol é uma prática recorrente e que se acentua devido a aspectos como situação econômica e o gênero das/os praticantes. “No entanto, outra noção que acompanha as reflexões acerca do futebol feminino é a noção de resiliência, ou mesmo, de força de vontade para se manterem na prática mesmo com tantos fatores contrários”.

No caso específico do futebol feminino no Brasil, ele começou a ser praticado oficialmente no Rio de Janeiro, na década de 1980 (SALLES *et al*, 2015). Para Salvini e Marchi Júnior (2016, p.5), este processo foi influenciado pela *Tv Bandeirantes* com objetivo de “trazer aos telespectadores uma forma lúdica e mais barata de produzir conteúdo aos fins de semana”. Não só pelos baixos custos, se comparado ao futebol masculino, mas também pelo lazer proporcionado, o futebol feminino criou uma rede de sociabilidade, sobretudo nos espaços rurais.

Segundo Bombardi (2004), as comunidades rurais utilizam o lúdico como forma de sociabilidade, cujas características são diferentes das cidades quanto à organização e valores culturais, formados a partir do grupo de vizinhos, em que a prática mais utilizada para a construção das redes de sociabilidade é o futebol.

A socialização das comunidades no meio rural ocorre principalmente através de festas religiosas e de práticas futebolísticas, com música e comida para todo o grupo social. Neste cenário, a sociabilidade é praticada tanto no âmbito geral quanto no caso específico das mulheres que praticam o futebol na comunidade de Trindade, alvo deste estudo.

Para Bombardi (2004), a sociabilidade é um atributo para a vida em sociedade e a maneira de estar integrado. O seu conceito supõe ações onde as pessoas não têm outro fim senão a de criar uma interação com os demais.

Nestes espaços, a sociabilidade assume uma forma lúdica de associação, no qual os envolvidos cooperam mutuamente e desenvolvem ações práticas em favor do grupo do qual fazem parte. E é no futebol que se constroem a maioria das redes de sociabilidade. No caso da temática proposta para este estudo, o recorte foi o futebol feminino, cujas relações de gênero e as dificuldades são mais acentuadas que o masculino. Desta forma, o propósito deste trabalho foi evidenciar as formas de sociabilidade, relações de gênero e diferentes papéis sociais exercidos pelas mulheres do time de futebol “As Guerreiras”.

2. Síntese da Metodologia

A pesquisa ocorreu na comunidade de Trindade, localizada a aproximadamente 35 km da zona urbana do município de Santa Isabel, Estado do Pará. Os habitantes do lugar sobrevivem a

partir da pequena agricultura da mandioca, da venda de leguminosas e, sobretudo os homens, como trabalhadores de uma empresa de extração de madeira, localizada em uma comunidade vizinha.

A comunidade fica em área limítrofe aos municípios paraenses de Castanhal, Santa Isabel e Inhangapi, daí o nome de “Trindade”. A religião predominante é o catolicismo, muito difundido em áreas rurais no interior do Brasil.

As relações sociais existentes fundamentam-se em laços de parentesco e compadrio. As festividades, em sua maioria, mesclam práticas religiosas (missas, casamentos, batismos, festa dos santos, entre outras) com atividades lúdicas, entre elas a música e o futebol, objeto deste estudo. O campo de futebol é uma extensão da igreja católica e do barracão de festas. Estes três elementos, catolicismo, futebol e música, são essenciais para a reprodução social da comunidade.

Os dados foram coletados com o time de futebol amador “As Guerreiras”. Esta equipe conta com 15 integrantes, porém, por diversos fatores, no dia e horário marcado, somente 8 compareceram. Dentre as razões que as demais não puderam participar, estão a proibição pelo seu cônjuge e a ausência nos dias da coleta dos dados. Durante as entrevistas, ficamos sob os olhares das crianças e de alguns homens que, vez ou outra, apareciam no espaço da conversa, certamente com o objetivo de verificar se estava “tudo certo”.

O instrumento para a coleta foi um roteiro de entrevista aplicado em uma roda de conversa, onde as mulheres ficaram à vontade para falar do assunto. Os dados foram analisados sob o olhar qualitativo. As perguntas realizadas versavam sobre as formas de sociabilidade, relações de gênero, diferentes papéis sociais exercidos e empoderamento das mulheres a partir do futebol feminino.

Os procedimentos consistiram em uma visita inicial à comunidade para a identificação das participantes da pesquisa, onde foi assegurado a elas o anonimato. Como garantia da ética, elas assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o de Cessão de Direito de Uso de Imagem e Voz. Uma vez definidas as entrevistadas, partiu-se para realização das rodas de conversa, cujo material coletado foi transcrito, analisado e compõe este artigo.

3. Resultados e Discussão

Tendo como ponto de partida o futebol feminino na vida da Trindade, a pesquisa investigou sobre como ocorrem as relações de sociabilidade e de gênero das praticantes deste esporte, que diferentes papéis sociais elas exercem o empoderamento do futebol feminino e de que forma isso se reflete na vida delas.

3.1 Relações de Sociabilidade a partir do Futebol Feminino

A sociabilidade é um processo social através do qual o indivíduo interage com outras pessoas a partir de alguns aspectos em comum. Portanto, é um conceito que está ligado à identidade e à cultura de cada grupo social.

Desta forma, desenvolver a sociabilidade em um mundo cada vez mais individualista não tem sido tarefa fácil. Os resultados da pesquisa demonstraram que o futebol feminino na comunidade de Trindade tem sido o elo de ligação entre as diferentes gerações. A partir dos relatos, notou-se que esta prática vem desde os anos 1990, onde “As Guerreiras” são a segunda geração de atletas,

cuja relações sociais não começam no futebol, mas entre as famílias e vão desde a participação na igreja até os afazeres domésticos.

Em tempos de avanços tecnológicos, a sociabilidade, sobretudo no meio rural, enfrenta o desafio de se ressignificar a partir das novas mídias sociais, que criam novas “comunidades”, no ciberespaço. No entanto, em um espaço marcado pela tradição oral, a sociabilidade a partir do contato físico tem sido a forma encontrada pelas “Guerreiras” para criar uma rede de apoio mútuo, disseminar informação, promover encontros e estabelecer um senso de integração e identidade social.

As redes de sociabilidade também influenciaram no processo de permanência do futebol na comunidade. A prática de ser sociável aplica-se nas relações entre as comunidades rurais e se constitui em um meio de comunicação e ajuda mútua (SALLES *et al*, 2015).

No caso das “Guerreiras”, essas redes ocorrem interna e externamente. Internamente, existem fortes laços entre elas, visto que na maioria dos casos são parentes. Desde a origem do time, a interação entre as jogadoras é basicamente familiar. Apesar de suas particularidades, essa união tem se fortalecido.

Para Bombardi (2004), nas relações sociais, quando a solidariedade se faz presente nos grupos, há a sociabilidade, que se desenvolve no momento em que há uma neutralização das diferenças entre os indivíduos, mesmo que seja temporária.

Desta forma, desenvolvem-se entre elas relações de altruísmo, garantindo a permanência do time. Em muitos casos, os laços extrapolam o campo de futebol, estendendo-se nas famílias, na igreja e nas decisões tomadas no cômputo da comunidade. Assim, a solidariedade na comunidade se concretiza através de ações como o futebol e a ajuda mútua entre as mulheres.

Já externamente, com as comunidades vizinhas, essas relações são divergentes, há entre elas algumas rivalidades que não se limitam apenas ao futebol, mas vão desde desentendimentos pessoais até a concorrência econômica, o que torna ainda mais competitivas as disputas no futebol.

A pesquisa também percebeu que, além das redes de sociabilidade, para a permanência do futebol na comunidade, estas mulheres utilizam outras estratégias como a iniciação das adolescentes no esporte e a formação de uma diretoria para o time.

Segundo uma informante, *“ainda crianças elas vão pegando o gosto pela coisa”* para, posteriormente, ocupar o lugar que pertenceu à sua mãe, fato que demonstra que as meninas, desde cedo, são influenciadas a “tomarem gosto” pelo futebol. Em muitos casos, essa passagem de bastão não tem sido tranquila, porque boa parte dos maridos e/ou pais são contrários à prática do futebol feminino, o que produz maior dose de resiliência no grupo pesquisado.

Outra ferramenta para a permanência do time é a formação de uma diretoria pelas próprias atletas, fato que, além de cuidar da administração, exerce papel motivacional. A autogestão, como princípio, é um importante elemento na afirmação e no empoderamento dessas mulheres.

De acordo com Salvini e Marchi Júnior (2016), a ausência de mulheres em cargos de liderança, não apenas no futebol, é reflexo de um contexto mais amplo da sociedade em que faltam mulheres em espaços decisórios. No entanto, os dados da pesquisa demonstraram que as mulheres ocupam cargos na diretoria do time para não só produzir decisões administrativas, mas principalmente como uma forma de autogoverno, empoderamento, paridade de gênero e atuação política e liberdade.

3.2 Relações de Gênero e Dificuldades para a Prática do Futebol Feminino

As relações de gênero são construções sociais que refletem a forma como a sociedade ou grupo lida com as diferenças sexuais e de gênero. O papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo.

No contexto em estudo, essas relações referem-se às formas desiguais de distribuição do poder entre homens e mulheres, produto de um contexto patriarcal mais abrangente. No meio rural, o futebol está presente no cotidiano da comunidade, mas ainda com predominância do gênero masculino. “As Guerreiras” enfrentam dificuldades para a prática do esporte, como falta de apoio no lar e rejeição sociocultural, como foi identificado nas entrevistas.

Tal processo se justifica em parte devido à concepção patriarcal dos homens sobre o futebol. As entrevistadas relataram que enfrentam preconceito por praticá-lo, uma vez que ele ainda é visto como uma exclusividade masculina, relegando-as às atividades do lar. Muitos homens querem se sobrepor às mulheres, como se o futebol demarcasse a superioridade dos papéis sociais masculinos sobre os femininos, como, por exemplo, a maioria dos companheiros não apoia a prática do esporte por elas e dificulta esse momento de encontro, criando situações que as atrasem para a partida e/ou que as façam faltar no jogo marcado.

Para Salvini e Marchi Junior (2016), o futebol, sobretudo no Brasil, é um espaço de dominação masculina e está imbuído de valores culturais que não incentivam as mulheres a praticarem esse esporte.

A forma como os corpos femininos são vistos no futebol feminino vão de um extremo a outro, seja pela masculinização, seja pela erotização. Quando o futebol é visto como “coisa de homem”, as jogadoras têm sua sexualidade questionada. Culturalmente, o preconceito recai sobre a forma de como se usa o corpo, e, por extensão, à sexualidade da mulher futebolista. O que é imperioso neste contexto é a desconstrução desse estereótipo.

Por outro lado, quando o corpo feminino é erotizado, cria-se um estereótipo da jogadora cujas curvas são mais valorizadas que o desempenho no campo.

Para Salvini e Junior (2016), o apelo à beleza das jogadoras e a erotização são sustentados ideologicamente pelo argumento de que, se elas forem atraentes, atrairão público aos estádios, mais expressividade midiática, aumento no consumo de produtos e serviços e, principalmente, atrairão patrocinadores, cuja ausência é apontada pela mídia esportiva como um dos grandes problemas do futebol feminino no país.

Lamentavelmente, este fato já ocorreu quando, em 2019, o Clube de Futebol brasileiro Goiás publicou em suas redes sociais uma peça publicitária, que, ao apresentar seus novos uniformes, utilizava jovens mulheres que sensualizavam com a camisa do clube. Esta postura gerou críticas e está na contramão do momento histórico em que as mulheres buscam mais respeito e espaço dentro do futebol.

Sobre as relações sociais, no caso da pesquisa com “As Guerreiras”, percebeu-se que elas ultrapassam o futebol e se estendem até à família, ao lazer e à vida em comunidade. Assim, criam-se vínculos de apoio em diversos aspectos com cada uma das integrantes do time, como ajuda financeira e realização de eventos para provisão de recursos para a comunidade.

A pesquisa revelou que alguns homens da comunidade não levam em consideração as limitações físicas, emocionais, sociais e familiares das mulheres. As mulheres relataram que têm dificul-

dade para praticar o futebol: rejeição sociocultural masculina, falta de espaço adequado, limitações físicas, preconceitos quanto à sua sexualidade e falta de tempo devido os afazeres domésticos que realizam.

Segundo Stahlberg (2013), o futebol feminino sempre teve muitas dificuldades no Brasil. Chegou até a ser exibido em circos como atrações curiosas. Vários aspectos, como os já demonstrados pela pesquisa, explicam a discriminação sobre esta prática: as meninas desde cedo são tolhidas de praticarem-no. Aprendem que futebol é coisa de “homem” e que mulher fica em casa cuidando da família, a opressão tem se repetido ao longo dos anos.

Os homens não gostam de vê-las praticando o futebol porque “*se preocupam com a integridade física de suas esposas*”. Outros esperam que elas apresentem os mesmos resultados que os seus, não levando em consideração as condições físicas femininas.

Não se pode considerar apenas o fator biológico como determinante do desempenho esportivo. Muitos gestos, formas de agir, gostos e habilidades são adquiridos através de relações de gênero que são estabelecidas e impactam diretamente em estereótipos desfavoráveis à elas.

Segundo Salvini e Marchi Júnior (2016), argumentos e narrativas como as apresentadas pelos homens da comunidade são comuns em uma sociedade patriarcal. Mas as jogadoras se posicionam de forma contrária a eles, sensibilizando a comunidade de que elas possuem, sim, condições de praticar o futebol.

3.3 Múltiplos Papéis Sociais e Empoderamento do futebol feminino

Segundo Sales (2018), inúmeros são os estudos que demonstram a importância da mulher na sociedade. Porém, seus papéis são considerados invisíveis sob a lógica da produção material e da reprodução social. E, no caso da Amazônia, a invisibilidade dos papéis sociais femininos é quase um tabu. Costa (2001) e tantas outras pesquisadoras demonstraram em seus estudos realizados no litoral paraense que a mulher é indispensável à produção material e à reprodução socioeconômica familiar e comunitária como um todo.

A análise das entrevistas permitiu identificar uma dupla jornada de trabalho para as mulheres, uma *no lar* e outra *extra-lar*, tais como esposa, mãe, dona de casa, agricultora, líder na comunidade e atleta de futebol. E, mesmo no futebol, assumem as funções de jogadoras, dirigente do time amador, árbitra e treinadora. Em casos específicos, uma única mulher pode exercer todas essas funções. Esses múltiplos papéis são de fundamental importância social, afetiva e econômica para a comunidade.

No espaço doméstico, elas realizam várias tarefas, como cuidar dos filhos; na agricultura, fazem plantios, tratos culturais e colheitas; e, na comunidade, exercem liderança como membro da diretoria e do time de futebol, atividades nas festividades religiosas, atividades diárias que não eliminam seus papéis sociais no lar.

Via de regra, os papéis domésticos são vistos por elas como **naturais**. A maioria das entrevistadas consideram tais atividades sem importância ou mesmo **invisíveis** por aquelas que o exercem. Elas não veem tais atividades como um *trabalho*, mas como uma **obrigação feminina**.

Além dos múltiplos papéis que desempenham, as mulheres que praticam o futebol ainda enfrentam a rejeição social, como se o futebol fosse exclusividade masculina. Elas ouvem frases

depreciativas como: *“vai fazer comida pro teu marido, essa bola não dá futuro para vocês”*. Essas afirmações representam a ideia predominante na comunidade de que mulher é “frágil” e só tem espaço na cozinha.

É preciso superar as concepções de naturalização dos papéis sociais domésticos e também de que o futebol é reservado ao público masculino e não ao feminino. Mas, para Salles *et al* (2015), não se pode negar que o futebol feminino vem ganhando espaço na sociedade e derrubando estereótipos, a exemplo da mais importante jogadora de futebol feminino no Brasil, Marta, que já foi eleita a melhor do mundo por 6 vezes e é a maior goleadora da história da seleção de futebol do Brasil, entre as seleções feminina e masculina.

O futebol nesta comunidade é praticado por grande parte dos moradores, tanto homens quanto mulheres, embora em condições mais desfavoráveis a elas, sobretudo por não obterem resultados similares ao time masculino e pela falta de tempo para treinos devido os afazeres domésticos.

Para Franzini (2005), vive-se em uma sociedade patriarcal, na qual a mulher é vista como propriedade; e também elitista, que rejeita pessoas pela aparência física, origem rural e com poucas oportunidades econômicas.

“As Guerreiras”, em seus relatos, dizem que sofrem com essas barreiras econômicas, principalmente quando os jogos são em outras comunidades. Dizem que, quando têm que ir “pagar uma visita” em outra comunidade, às dificuldades começam antes mesmo do jogo. A locomoção do time e a compra de materiais esportivos são restrições que elas enfrentam, uma vez que não contam com financiamento público e nem com o apoio da maioria dos maridos.

Com frequência, ouvem comentários depreciativos por serem mulheres, ditos até pelo próprio time adversário. Em muitos desses amistosos, “As Guerreiras” saem vitoriosas, o que melhora consideravelmente sua autoestima e garante a continuidade do time.

Às vezes a gente faz até graça quando vai pros cantos. Quando chega lá, vê as outras meninas tudo arrumada e nós fica lá no canto, tudo “rupela”. Tipo assim.... Elas olham pra gente e dizem “a gente vai dar é uma pisa nessas molecas”, só porque a gente não tem muita coisa....

A exclusão gerada pela competitividade não se manifesta apenas quando o jogo é praticado entre as mulheres, ou seja, ela não é um problema somente de gênero. Gênero, idade, potencial econômico e oportunidades sociais são critérios, entre tantos, que produzem exclusão.

Conforme Stahlberg (2013), as relações de gênero se fundamentam nas condutas sociais e nas diferenças biológicas, geralmente transformadas em desigualdades que tornam a mulher vulnerável à exclusão social. Assim, para compreender a exclusão de gênero no futebol feminino

é necessário relacioná-la a outros aspectos da vida social e suas diferentes manifestações. Este processo se dá, em muitos casos, simultaneamente, pelas vias do esporte, trabalho, classe, cultura, etnia e diferenças geracionais, tornando-se difícil atribuí-la a um aspecto específico, uma vez que ela combina vários dos elementos da exclusão social.

É por isso que praticar o futebol é uma forma de lazer, melhora a autoestima e é um modo de realização pessoal para essas mulheres. O próprio nome do time reforça a sua identidade de pessoas que lutam e vencem com dificuldade. Como disse uma das jogadoras *“...a gente quer mostrar que tem*

força e independência, que sabe chutar uma bola”. Outra argumenta que “não é pra gente dizer que somos melhor do que os homens, mas nós queremos participar do futebol”.

Neste contexto, o futebol representa a realização pessoal, um momento de empoderamento, lazer e uma maneira para usufruir de liberdade. Para “As Guerreiras”, praticá-lo é um compromisso que segue regras sociais, cronograma de atividades e participação em eventos como torneios, campeonatos e amistosos; é uma forma de tornar público uma realização que é pessoal.

Ainda assim, há muito o que conquistar. A visibilidade e a profissionalização para mulheres no futebol ainda é algo distante, sobretudo devido às construções sociais que se têm do masculino e do feminino.

Para Salvini e Marchi Junior (2016), para que o futebol feminino ganhe espaço é necessário que ele seja consumido. Para que o consumo ocorra, é preciso existir algum tipo de oferta de produtos, de equipes, de campeonatos ou de incentivo. E, paralelo à oferta, deve haver também a demanda.

[...] para que seja criada uma demanda que venha a consumir essa modalidade, as jogadoras são incentivadas (pelos diretores, clubes e também patrocinadores) a se apresentarem de maneira mais próxima à normatividade do gênero feminino, dentro e fora dos gramados. Essa nova roupagem na apresentação das jogadoras se dá no sentido de desmistificar o estereótipo de jogadora de futebol que não cuida da aparência física para além das atribuições do esporte. (SALVINI E MARCHI JÚNIOR, 2016, p. 309).

Mesmo longe da profissionalização e com muitos afazeres no seu cotidiano, estes múltiplos papéis não são limitadores para que elas deixem de praticar o futebol, fazer o que gostam, o que lhes empodera. Ao contrário, isso as instiga a prosseguir e as motiva a persistir no futebol como prática libertadora e que as define socialmente.

CONCLUSÕES

A pesquisa produziu uma análise sobre as formas de sociabilidade, as relações de gênero, os diferentes papéis sociais e o empoderamento feminino tendo como recorte o futebol praticado pelas “Guerreiras” na Comunidade de Trindade.

A partir da pesquisa, notou-se que, para as mulheres entrevistadas, praticar o futebol é uma forma de lazer, melhora a autoestima e é um modo de realização pessoal, além de fortalecer os vínculos na comunidade. Além das questões de gênero, elas usam o futebol para disseminar a cultura, fortalecer sua identidade, como meio de sociabilidade e ferramenta de interação social.

Mesmo com dificuldade, elas possuem conquistas, seja no campo ou fora dele. Essas mulheres buscam paridade de gênero, visibilidade social, reconhecimento e espaço para que possam manter o livre arbítrio para praticar o futebol, estreitar seus vínculos sociais e superar suas dificuldades.

“As Guerreiras” são exemplo de perseverança e empoderamento, se inserindo em um contexto cercado de paradigmas negativos, tentam ter voz e lutam por direitos. Embora não existam recursos suficientes, não falta a elas força de vontade e resiliência para superar seus próprios limites.

REFERÊNCIAS

- BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro rural como identidade territorial: Especificidade da abordagem do campesinato na geografia*, São Paulo, n 01, jul/dez. 2004. Disponível em: <http://www.geografia.uffch.usp.br/revistaagraria>. Acessado em: 11 outubro, 2018.
- COSTA, Maria José Jackson (Org). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências da pesquisa*. Belém: Ufpa, 2001.
- FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 25 n° 50, p. 315-328, julho/dezembro de 2005.
- MARTINS, L. T. MORAES, L. *O futebol feminino e sua inserção na mídia: a diferença que faz uma medalha de prata*. São Paulo, 2007.
- SALES, Reinaldo Eduardo da Silva. Múltiplos Papéis Exercidos pelas Mulheres na Praia do Crispim/Pará. *Anais do X Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária: artigos científicos & resumos expandidos*. IFPA, Castanhal, 2018, pp. 1102-1112.
- SALLES, J. G. C.; Silva, M.C.P. & Costa, M.M. A mulher e o futebol: significados históricos. In: VOTRE, S. (Coord.) *A representação social da mulher na educação física e no esporte*. Rio de Janeiro: Editora Central da UGF, 2015.
- SALVINI, Leila; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. “Guerreiras de chuteiras” na luta pelo reconhecimento: relatos acerca do preconceito no futebol feminino brasileiro. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*: São Paulo, 2016 Abr-Jun; 30(2):303-11.
- STAHLBERG, Lara Tejada. *Mulheres em Campo: Novas Reflexões a cerca do feminino no futebol*. São Carlos: UFSCar, 2013.

Grupos de Reflexão para Mulheres que Sofreram Violência Doméstica: um estudo de campo

Grupos de Reflexión para Mujeres que han Sufrido Violencia Doméstica: un estudio de campo

Reflection Groups for Women who have Suffered Domestic Violence: a field research

Elza Beatriz Barros de Paiva
Julio Cesar Pinto de Souza

Resumo: A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno de caráter sócio-histórico que deixa inúmeras sequelas, e as de cunho psicológico são as que os grupos de reflexão são voltados à enfrentar mais diretamente, proporcionando um espaço de acolhida, de informação e de partilha de experiências. Este trabalho tem como objetivo geral compreender a atuação dos grupos de reflexão no empoderamento de vítimas de violência doméstica e as mudanças ocorridas nas mesmas, em razão do grupo. A pesquisa é de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e de campo. Os instrumentos utilizados foram a entrevista semiestruturada e a observação participante.

Palavras-chave: Violência doméstica. Violência de gênero. Grupos de reflexão.

Resumen: La violencia intrafamiliar contra las mujeres es un fenómeno de carácter sociohistórico, que deja innumerables secuelas, y las de carácter psicológico son las que los grupos de reflexión se dirigen a afrontar de forma más directa, brindando un espacio de acogida, información y compartir experiencias. Este trabajo tiene como objetivo general comprender el papel de los grupos de reflexión en el empoderamiento de las víctimas de violencia intrafamiliar y los cambios que se han producido en ellos, debido al grupo. La investigación tiene un enfoque cualitativo, descriptivo y de campo. Los instrumentos utilizados fueron entrevistas semiestructuradas y observación participante.

Palabras clave: Violencia intrafamiliar. La violencia de género. Grupos de reflexión.

Abstract: The domestic violence against women is a phenomenon of a social-historical character that leaves numerous sequels, and those of a psychological nature are the ones that the reflection group are focused on face more directly, providing a space for welcoming, information and sharing experiences. Therefore, this work has as a main objective understand the acting of reflections groups in the empowerment of domestic violence victims and the changes occurred on these people due to the group. The survey is of a qualitative approach with a descriptive character and a study field survey. The instruments used were the semi-structured interview and participatory observation.

Keywords: Domestic violence. Gender violence. Reflection groups.

Elza Beatriz Barros de Paiva – Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO; Mestranda em Processos Psicológicos e Saúde pela Universidade Federal do Amazonas (2021-2022). E-mail: elzabeatrizbarros@gmail.com

Julio Cesar Pinto de Souza – Graduado em psicologia clinica pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), especialista em psicologia do esporte (Faculdades Integradas -Brasília/DF) e Mestre em psicologia (linha psicossocial) pela UFAM. E-mail: cmte01@yahoo.com.br

“No patriarcado, o destino das mulheres é a violência”
(Márcia Tiburi, 2020, p. 32)

INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher é um assunto de grande relevância no cenário mundial, tendo em vista que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a erradicação deste tipo de violência, pois os números de casos continuam a crescer e é notável a necessidade de mais informação e apoio a essas vítimas (OPAS; OMS, 2017).

Ainda que a realidade siga sendo árdua para essas mulheres, inúmeros feitos visando a minimização da violência e a proteção das mesmas já foram alcançados. No Brasil, um dos dispositivos que mais fizeram diferença nesse cenário foi a Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que estabelece condições mais favoráveis para as vítimas e punições mais céleres e justas para os agressores. Isto porque, antes da existência da referida lei, os crimes de violência contra a mulher eram, em sua maioria, considerados pelo sistema judiciário brasileiro como crimes de menor potencial ofensivo, o que implicava em penas irrisórias para os agressores que consistiam em no máximo 2 anos de restrição de liberdade ou ainda poderiam ser cumpridas com trabalhos comunitários, fornecimento de cestas básicas, dentre outros. Somente a partir da referida lei é que crimes de violência contra a mulher começaram a ser oficialmente encarados como grave violação dos direitos humanos e não mais passíveis de impunidade penal (MENEGBEL, *et al* 2013).

É ainda importante ressaltar que a Lei Maria da Penha surgiu a partir de um histórico de dor e sofrimento de Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica que sofreu nas mãos do marido e ficou paraplégica após duas tentativas de feminicídio pela parte do mesmo. Os crimes ocorreram em 1983 e o agressor só foi julgado pela primeira vez em 1991, 8 anos depois, e não cumpriu a sentença. Em 1998, o caso ganhou visibilidade internacional, e, mesmo assim, o sistema judiciário permaneceu omissor. Somente a partir de repreensões feitas ao Brasil pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e de o país ter sido acusado de negligência e omissão com relação à violência contra as mulheres, é que medidas jurídicas e legais começaram a ser efetivadas. Em 2006, 23 anos depois de Maria da Penha ter sido mantida em cárcere privado pelo marido e ter recebido um tiro nas costas enquanto dormia, é que a Lei nº 11.340/2006 foi promulgada (Instituto Maria da Penha, 2020).

Maria da Penha representa inúmeras mulheres que foram violentadas e oprimidas sem punição a seus agressores e sem que o Estado oferecesse oportunidades de que saíssem dessa realidade. Foi também graças a outras mulheres participantes dos Movimentos Feministas, que ganharam força no Brasil na década de 1970, que essas e outras conquistas puderam ser alcançadas. Esses movimentos colocaram em discussão a violência contra a mulher, demonstrando que a mesma possui sólidas raízes no patriarcado, sistema opressor de minorias, que desampara mulheres brancas, negras, indígenas, trans e a população LGBTQ+, assim como quaisquer outros que não se encaixem na normatividade cisheteropatriarcal (MENEGBEL, *et al* 2013).

De acordo com Meneghel (2013), a Lei Maria da Penha tem, em sua fundação, características basilares postuladas na Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher (1979) e também na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994), também conhecida como Convenção de Belém do Pará. Tais eventos foram grandes marcos para a criação de dispositivos de proteção contra as mulheres que pudessem coibir a violência e ampliar os serviços jurídicos e de saúde para as vítimas.

O presente artigo delimitará a discussão para a violência que ocorre no âmbito intrafamiliar. Esse tipo de violência se manifesta de diversas formas: física, psicológica, moral, financeira/patrimonial e sexual. É compreendido como um fenômeno social e cultural, que está diretamente relacionado à violência de gênero e ao caráter histórico do machismo e do preconceito contra as mulheres. Tendo em vista que, há cerca de um século, as mulheres ainda eram consideradas propriedades de seus maridos e estes tinham o direito legal de puni-las quando achassem necessário. A partir destes constructos sociais, o cenário atual de violência doméstica contra a mulher se formou e continua a ser perpetuado e passado através das gerações, fazendo com que boa parte dessas vítimas se enxerguem como submissas aos seus companheiros e cônjuges, e aceitem os maus tratos como parte de seu papel como mulheres (PURIFICAÇÃO, *et al.*, 2017).

A relação de intimidade que elas possuem com esses mesmos companheiros acaba constituindo situações propícias para que se tornem dependentes, sejam chantageadas, humilhadas, dentre outros comportamentos que caracterizam a violência psicológica, e que estas mulheres, seja por falta de informação ou por perceberem a si mesmas como submissas e merecedoras desse tratamento, não tenham a compreensão de que estão passando por um tipo de violência, que é a psicológica, espécie essa que deixa marcas profundas e mais duradouras do que as demais, e que também é, muitas vezes, a causadora da permanência das mulheres nesses relacionamentos, já que é criada uma dependência, sua autoestima é afetada, dentre outras graves consequências. Tal relação de intimidade e afeto, dentro do espaço doméstico, acaba sendo a principal fonte de manutenção do poder que o homem detém nesses relacionamentos abusivos que escancaram de modo contundente as desigualdades de gênero perpetuadas pelo patriarcado, sistema de opressão atuante na sociedade contemporânea e que possui como base o discurso machista de dominação às mulheres, diminuindo-as enquanto seres humanos e perpetrando violências e silenciamentos que perpassam todos os espaços sociais (públicos e privados), políticos e institucionais (CLARK, *et al.*, 2018; NARVAZ, KOLLER, 2006).

Os grupos de reflexão, em âmbito mundial, foram criados nos anos 70, tendo seu desenvolvimento ocorrido primordialmente por grupos de mulheres feministas. Constituídos com o intuito de fornecer apoio, visam intervir principalmente nas consequências psicológicas da violência doméstica, criando um ambiente confortável, de troca e partilha de experiências, socialização e validação das vivências (OLIVEIRA, 2017).

Dito isso, o presente trabalho buscou investigar a temática relacionada a esses grupos de reflexão para mulheres que sofreram violência doméstica e as mudanças que os mesmos acarretaram na percepção dessas mulheres sobre si mesmas, suas relações e seu espaço dentro de uma sociedade machista.

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender a atuação dos grupos de reflexão no empoderamento de vítimas de violência doméstica e as mudanças ocorridas nas mesmas, em razão do grupo. Foi delineado como objetivos específicos: 1) Investigar a forma de atuação dos grupos de reflexão nesse tipo de intervenção e como a metodologia utilizada contribui para o enfrentamento da violência e suas consequências; 2) Identificar a percepção das vítimas em relação ao grupo terapêutico e as mudanças que perceberam em si mesmas em razão do grupo; 3) Investigar a percepção da psicologia quanto aos grupos terapêuticos direcionados às vítimas de violência doméstica.

Dentro desse contexto, a psicologia tem um papel fundamental ao realizar grupos de reflexão ou terapêuticos com essas mulheres. Por isso, faz-se relevante investigar os aspectos que são modi-

ficados através desses grupos, levando em conta as perspectivas relacional e social dessas mulheres. Tendo em vista que há constructos sociais envolvidos, como o preconceito de gênero que atua como precursor não só dos episódios de violência, mas de toda a concepção da relação, tanto pela parte da vítima quanto pelo agressor.

1. Percurso Metodológico

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2017), a abordagem qualitativa ressalta a expressividade do fenômeno, os aspectos que vão caracterizar suas particularidades; nas palavras da autora

Trabalha muito menos preocupada com os aspectos que se repetem e muito mais atenta com sua dimensão sociocultural que se expressa por meio de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas (MINAYO, 2017, p. 2).

Os instrumentos utilizados foram a entrevista semiestruturada e a observação participante. Segundo Cunha (2007), a entrevista é um composto de técnicas que permitem, por meio da conversação, coletar dados acerca do entrevistado. Na entrevista semiestruturada, o entrevistador conduz o diálogo e já sabe precisamente o tipo de informação que deseja reunir, assim como a sequência que fará as perguntas e também a forma como as elaborará ao entrevistado. A análise das mesmas também seguirá um padrão e critérios já previamente dispostos pelo entrevistador.

Observação participante é um método utilizado com o objetivo de permitir que o observador compreenda como se dá determinada situação em seu ambiente natural, e, a partir desta relação direta com os participantes, ele realiza a coleta de dados (MINAYO, 2014).

Para auxílio na observação participante, foi utilizado o Diário de Campo, instrumento que consiste em um caderno de notas do que o pesquisador observou durante os encontros (MINAYO, 2014).

Para que ocorresse a coleta de dados, primeiramente fez-se o contato inicial com o Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher (CREAM), instituição onde ocorreu a pesquisa. Após a mesma assinar o Termo de Anuência, o pré-projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e, após a aprovação com o parecer de número 3.912.514., a pesquisadora fez um segundo contato com o local e em seguida iniciou a coleta de dados.

A análise dos dados foi feita por meio de Análise do Discurso de Orlandi (2005). Essa tipologia consiste na análise não só da fala do entrevistado, mas também do comportamento como um todo no momento da entrevista, integrando sua linguagem corporal, expressões faciais, etc. Para esta análise, o contexto histórico e social no qual o indivíduo está inserido irá manifestar-se em seus enunciados, revelando suas crenças, preconceitos e ideologias, e somente a partir dele é que poderá ser atribuído sentido à fala.

Nesta tipologia de análise, a linguagem utilizada é essencial, e pode-se ressaltar a esse respeito que a linguagem não é neutra. Nota-se, ao longo dos anos e das modificações nos discursos, que os mesmos sempre foram e permanecem sexistas, dotados de estigmas que enquadram o masculino como a generalização, enquanto o feminino não é usado como a leitura do todo (SCARDUELI, 2012).

Participaram da pesquisa mulheres voluntárias que faziam parte do grupo de reflexão por pelo menos um mês, que ocorre no CREAM, voltado ao enfrentamento das consequências da violência doméstica. A população pretendida inicialmente era de 12 mulheres. No entanto, na data prevista para a coleta de dados (segundo semestre de 2020), devido à pandemia da Covid-19, o grupo foi reduzido e muitas mulheres não puderam participar, tendo, assim, a amostra reduzida a 4 mulheres. Quanto à população de psicólogos a serem entrevistados, inicialmente pretendeu-se entrevistar dois psicólogos: responsável pelo grupo e a assistente e/ou estagiária. A meta foi atingida e ambas as profissionais foram entrevistadas.

Foram respeitadas todas as normas previstas na Resolução N° 466 de 12 de Dezembro de 2012, e as voluntárias só participaram da pesquisa após concordarem expressamente com a mesma, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A fim de preservar a confidencialidade e o sigilo, as participantes da pesquisa foram designadas a partir das iniciais de seus nomes.

2. Análise e Discussão dos Dados

Inicialmente, foi realizada a observação participante, que permitiu com que a pesquisadora atestasse a resposta positiva das participantes em relação ao grupo. Todas as mais assíduas demonstram gratidão e dizem ter passado por transformações positivas desde que ingressaram no mesmo. Por outro lado, muitas faltam e deixam de ir às sessões, por motivos que a psicóloga responsável pelo grupo não soube informar com precisão. Essas ausências prejudicam a eficácia da resposta ao grupo.

Após o término de cada sessão, a pesquisadora realizou uma entrevista individual com uma participante voluntária por vez.

2.1. Entrevista com as Participantes

A entrevista com as participantes foi composta de 7 perguntas norteadoras e, nos momentos que achou necessário, a pesquisadora fez perguntas complementares a fim de ter um melhor esclarecimento acerca do que foi respondido. As perguntas foram transformadas em tópicos que serão analisados e discutidos a seguir, englobando também na análise as observações feitas.

2.1.1. Entendimento acerca do Machismo

Quando as participantes foram questionadas acerca de seu entendimento sobre o machismo, quatro responderam que era um conceito que podia ser entendido como sinônimo de egoísmo. Três das quatro falaram que dizia respeito a alguém egocêntrico, que “gosta de ser o centro das atenções” e que quer que “tudo seja sobre ele”, como pode-se ver no trecho transcrito de uma das participantes: “Homens que gostam de ser o centro das atenções, com pensamentos e ações voltados apenas para eles mesmos” (R.W.).

Apenas uma disse que machismo lhe trazia a ideia de submissão forçada, como transcrito em sua fala:

Quem é machista rebaixa as mulheres, faz com que elas sejam submissas e aceitem somente o que eles querem, se impondo. Não respeita a vontade das

mulheres, a senhora concorda? Também não respeita os direitos delas, né? E forçam as mulheres a agir do jeito que eles querem (R. B.)

Essa pergunta foi incluída na entrevista como forma de rastreio acerca da percepção dessas mulheres sobre o machismo e a sociedade patriarcal em que estão inseridas, tendo em vista que esse contexto influencia diretamente na violência doméstica, que pode também ser compreendida como violência de gênero (OLIVEIRA; GOMES; VERAS, 2019).

O fato de todas as entrevistadas entenderem o machismo como um homem egoísta evidencia alguns pontos do funcionamento do patriarcado, como questões relacionadas à heteronormatividade que dita como os relacionamentos devem funcionar, e um dos aspectos é o doméstico, onde as mulheres são ensinadas e treinadas a servir e agradar aos homens, que detém o poder. As mulheres já nascem sendo ensinadas e iniciadas nos trabalhos domésticos, sem qualquer tipo de remuneração, um trabalho que, como ressalta Tiburi (2020), é muito similar à servidão, e que movimenta a economia do país, embora não seja sequer reconhecido como um trabalho. Outro aspecto que pode ser ressaltado acerca da resposta dada pelas entrevistadas é o das relações sexuais. Uma sociedade que aplaude as demonstrações de sexualidade quando vindas do homem, e julgam negativas quando vindas das mulheres. Analisando-se o ato sexual em si, percebe-se que as relações sexuais heterossexuais, em sua maioria, acontecem de acordo com a vontade do homem, o ato tendo início e fim de acordo com as necessidades dele, e as mulheres, principalmente em um contexto familiar abusivo, acabam por normalizar essa prática, muitas vezes sofrendo violência sexual (WOLFF; SALDANHA, 2015).

A entrevistada R. B., que compreende o machismo como encorajador da submissão forçada das mulheres, em sua fala (transcrita acima), buscava validação da entrevistadora, sempre terminando suas sentenças com “né” ou “a senhora concorda”? O comportamento da entrevistada pode remeter a certo desconforto ao abordar o tópico, assim como a uma busca por validação em sua fala, quando pergunta constantemente à entrevistadora se ela concorda. Em uma das sessões do grupo de reflexão, R.B. compartilhou que estava separada de seu companheiro, com quem tem filhos, há cerca de um mês. A recente separação, e, por consequente, a recente quebra do ciclo de violência, pode vir a justificar seu comportamento mais ansioso e inquieto quando convidada a falar sobre o assunto. Segundo Minayo (2005), dentro de um relacionamento conjugal, os homens, para reforçar a imagem de masculinidade que lhes é cultural e socialmente exigida, agem frequentemente com o intuito de aplicar castigos em suas companheiras, violentando-as psicológica e fisicamente, e transformam essas ações em “atos de correção”, logo, esse comportamento também é estendido para as filhas. O comportamento violento, para eles, é explicado pelo fato de que as mulheres não atendem suas expectativas, deixando de comportar-se da maneira que gostariam, e, portanto, não sendo submissas. A mulher, nestes casos, acaba carregando a culpa pela própria violência que sofre.

2.1.2. De que Forma o Machismo Interfere nas Relações

Quando questionadas se o machismo interfere ou não em suas relações, duas responderam que não interfere. A entrevistadora, então, perguntou o porquê da resposta negativa de ambas. R. W. respondeu que o machismo não interferiu em suas relações pois não era o motivo de ela estar ali, e sim a violência que a fez denunciar o companheiro e em seguida ser encaminhada da Delegacia da Mulher para o CREAM. V. S. respondeu que o machismo não a afetava diretamente, já que ela

estava no grupo pela violência que sua filha sofreu do marido, e ela do genro, e não de seu próprio marido. As outras duas entrevistadas, R. B. e R. C., afirmaram que o machismo interfere em suas relações, pois ele é responsável pela falta de empatia e agressividade. “Interfere. O machismo transforma as relações, deixa elas agressivas, deixando marcas e muitas vezes nunca mais voltando a ser as mesmas” (R.B.).

As respostas de R. W. e V. S. explicitam a falta de conhecimento acerca de todas as implicações do machismo que fizeram com que a trajetória histórica das mulheres fosse repleta de vulnerabilidades e abusos, e de suas ligações diretas com a violência de gênero e, por consequente, a doméstica. As participantes não percebem essa interligação justamente porque o patriarcado cria mulheres e homens com a visão hierarquizada dos gêneros. Hierarquia essa que coloca o poder hegemônico nas mãos dos homens cis, heterossexuais e brancos. Assim, o funcionamento social ocorre a partir das particularidades destes homens, preenchendo suas necessidades e subalternizando quaisquer outros gêneros, raças e classes que não se encaixem na normatização cisheteropatriarcal (SOUZA, SILVA, ABREU, 2017). O patriarcado, portando, está arraigado em todas as esferas sociais, ocupando, inclusive, espaço para se proliferar nas ações não só de homens, mas também de mulheres que desconhecem a amplitude dos mecanismos que compõem este sistema e todas suas ramificações, que se manifestam diretamente nas opressões sofridas por essas mulheres que são engolidas por ele. O patriarcado, em sua complexidade, reforça e reproduz as desigualdades de gênero, violentando e oprimindo as mulheres, mas está tão profundamente enraizado na cultura e na sociedade que consegue fazer com que as mulheres entendem que esse lugar de submissão é o lugar ao qual pertencem (NARVAZ, KOLLER, 2006).

2.1.3. Mudanças no Modo como Entende seu Lugar nas Relações e na Sociedade Ocorridas Após a Entrada no Grupo

Três das quatro entrevistadas afirmaram ter modificado sua autopercepção e também o modo como enxergavam seus papéis após ingressarem no grupo de reflexão, como exemplificado no trecho:

[...] Agora me percebo de maneira diferente, sei me impor mais, estou buscando minha independência em todos os lugares da minha vida. Percebo que as pessoas me olham de forma diferente, com respeito, sinto que me levam mais a sério (R.C.)

E as quatro responderam que modificaram seu modo de se auto afirmar em suas relações, percebendo maior independência e autonomia:

Muita coisa mudou, antes eu vivia no automático, sem perspectiva de algo melhor, de uma evolução. Agora eu consigo demonstrar minhas vontades, quando estou insatisfeita com algo eu falo, estou mais determinada (R.W.)

Durante as sessões, foi observado no discurso de cada uma delas grande determinação em mudar o modo como se portavam na sociedade, seus papéis e também questões relacionadas à educação. Três das quatro participantes, durante as sessões do grupo, demonstraram a vontade de continuar a graduação ou iniciar uma, para que pudessem se aperfeiçoar e ter maior independência

financeira. Durante uma das sessões, foi aplicada uma dinâmica de grupo que tinha por objetivo ampliar as perspectivas futuras das participantes, e R.W. compartilhou seus planos de voltar à faculdade, trabalhar mais e comprar um veículo próprio.

Em uma pesquisa feita por Ramos e Oltramari (2010), observou-se que as mulheres participantes do grupo de reflexão estudado por eles relataram possuir medo de enfrentar alguns problemas práticos da vida que o cônjuge geralmente era responsável, como situações relativas a cuidados básicos e de saúde e segurança financeira. E também questões mais subjetivas, como o medo de ficarem sozinhas caso pusessem um fim ao relacionamento. Essas questões fazem com que essas mulheres não assumam posições de autonomia e independência dentro da relação e, de modo geral, em suas vidas. E o grupo de reflexão as auxilia a se auto afirmar dentro dessas relações abusivas, reconhecendo suas potencialidades, seus direitos, e esse é um grande passo para que haja a quebra do ciclo de violência. Tal como no grupo de reflexão sediado no CREAM, acompanhado neste trabalho, as vivências proporcionaram às mulheres uma nova forma de pensar, agir e se perceber diante de suas relações.

2.1.4. Entendimento a Respeito do Grupo

Três das quatro entrevistadas relataram enxergar o grupo como um espaço de empatia e solidariedade. R. C. relatou: “Para mim aqui o grupo nos faz ajudar o próximo, ver que quem participa está passando pelo mesmo que eu, e que além de me ajudar, eu também posso ajudar elas[...]”

A invisibilidade e o preconceito social com mulheres que sofrem violência doméstica é duplamente maior, isto porque muitos não conseguem compreender a complexidade destes tipos de relações abusivas, que envolvem afetos e confiança, e, portanto, dificultam sobremaneira na quebra do ciclo de violência. Conhecer realidades semelhantes, principalmente de mulheres que já quebraram esse ciclo de violência e se libertaram, saber que não se está só, conscientizar-se de que seus medos e aflições são reais, faz com que se sintam acolhidas, estimadas, e afeta diretamente na autossuficiência e empoderamento (MATOS, MACHADO, 2011).

Durante uma das sessões, V.S., que participa do grupo por ter sofrido violência de seu genro quando foi resgatar a filha do relacionamento abusivo, compartilhou que continuaria a tentar trazer a filha para o grupo, pois a mesma se recusava a participar. Em seu relato, ela disse que não desistiria da filha. R.W. se emocionou e parabenizou V.S. por ser uma mãe determinada, relatando, em seguida, que havia perdido a mãe recentemente, e que não havia se recuperado da perda. Essas interações corroboram com os pontos de vistas das participantes, de que o grupo é um espaço que promove empatia, gratidão e sororidade entre as mulheres.

O termo sororidade está aparecendo cada vez mais em meio à luta feminista, que tem como uma das principais questões o combate à violência doméstica, que pode também ser compreendida, se considerarmos o contexto sociocultural vigente, como violência de gênero. Esse termo surgiu da palavra em latim *sóror*, que significa “irmã”. No entanto, o feminismo entende sororidade como algo ainda maior do que a irmandade entre as mulheres, o termo também remete ao não julgar, ao tentar entender as lutas individuais femininas e suas reivindicações (WOLFF, 2020). Nesse prisma, verifica-se a necessidade de mais sororidade para com as mulheres que sofrem violência doméstica, pois o preconceito é permeado geralmente pelo pensamento de que essas mulheres não saem dos relacionamentos abusivos porque não querem, e, como já

exposto, esse tipo de violência carrega complexidades muito maiores do que essa visão simplista e preconceituosa.

Um outro aspecto que foi ressaltado na fala da participante R.B. foi em relação ao conforto e acolhimento que o espaço proporciona. Em sua fala: “Entendo o grupo como um espaço que me deixa confortável para ser eu mesma. Eu consigo falar coisas que não consigo falar para outras pessoas [...]”. Sua fala demonstra que o espaço cumpre seu propósito de acolhimento. A própria sala onde o grupo ocorre é cuidadosamente arrumada para o conforto das participantes. Almofadas são dispostas em um grande círculo no chão, em cima de um tapete confortável, a temperatura do ar condicionado é verificada para que o clima seja ameno e as participantes ficam descalças. Todo o ambiente é pensado com o objetivo de trazer um maior conforto para as mulheres, mostrando que ali podem ficar à vontade, despir-se de seus medos e preconceitos.

A troca de vivências, o acolhimento, as psicoeducações acabam por fazer com que o grupo, apesar de não ser terapêutico, tenha efeitos terapêuticos nas participantes. O desenvolvimento da autoestima, empatia e solidariedade são alguns desses efeitos. A fala de R. W., que caracterizou o grupo como um espaço de autoconhecimento, corrobora isso: “Eu vejo o grupo como uma forma de me entender, de aprender a lidar comigo mesma e com as outras pessoas que estão vivendo a mesma coisa que eu”. Isso ocorre porque o grupo impulsiona as participantes a refletirem sobre os eventos traumáticos de sua vida, e também sobre seus cotidianos de modo geral, essa reflexão coletiva é uma fonte rica para se chegar a uma compreensão mais profunda de si (RAMOS; OLTRAMARI, 2010).

2.1.5. Mudanças Percebidas em si Mesmas e nas Relações Desde o Primeiro Contato com o Grupo

Três das quatro entrevistadas afirmaram que possuem mais amor próprio, sinalizando um aumento na autoestima e também na autovalorização como uma das principais mudanças percebidas desde o primeiro contato com o grupo. Em suas palavras:

Desde que entrei no grupo me sinto mais confortável não só para conversar e falar sobre assuntos que antes eu nunca pensei que poderia compartilhar com outra pessoa, mas também confortável comigo mesma, com o meu corpo (R.B.)

Em sua fala, R.B. evidencia a evolução positiva em sua autoestima não só pelos encontros no grupo de reflexão, mas também no CREAM em si. Na percepção da pesquisadora, isso se dá porque o grupo foca bastante no empoderamento feminino, e o próprio espaço físico do CREAM corrobora para isso. Espalhado pelas paredes do Centro, há inúmeros cartazes que motivam as mulheres a se aceitarem como são, a não seguirem padrões estéticos de beleza, a respeitarem-se. O ambiente em si é de conforto e aceitação, o que é primordial para a reestruturação no modo como essas mulheres se enxergam em seus relacionamentos.

É de grande importância ressaltar que uma das consequências da violência doméstica contra a mulher é a perda da autoestima, dentre outras disfuncionalidades na autoimagem e no autoconceito. No geral, as mulheres perdem a voz ativa na relação e tendem a tornar-se mais dependentes dos companheiros, seja por aspectos práticos como o financeiro, ou aspectos emocionais, como a baixa autoestima (SILVA, *et al.*, 2019; OLIVER, *et al.*, 2014).

Duas das entrevistadas apontaram o desenvolvimento da empatia como mudanças percebidas em si mesmas desde que ingressaram no grupo reflexivo, como indicado na fala a seguir: “Me fez perceber que eu sou mais do que só uma vítima. E também me fez enxergar a vida do próximo como algo mais valioso, pois eu vejo que muitas mulheres passam pelo mesmo que eu passei” (R.C.).

A empatia e o altruísmo são funções metacognitivas avançadas que, se cultivadas frequentemente, aumentam as chances de o indivíduo desenvolver-se melhor nos níveis intrapessoal e interpessoal, pois afetam diretamente nas habilidades em lidar com conflitos, em gerir relações e metas (KNAKIEVICZ, 2014).

Além da empatia com relação às outras participantes do grupo, também há casos como o de V.S., que desenvolveu maior empatia e amor à sua filha, vítima de violência doméstica, a quem V.S. auxilia dando suporte emocional e financeiro. Seus aprendizados no grupo refletem diretamente na sua relação com sua filha.

Eu valorizo muito mais as mulheres e as vontades delas. Tento falar todos os dias para minha filha que ela precisa se colocar em primeiro lugar, depois pensar no resto. Ela só vai conseguir deixar bem a vida dela, se ela estiver bem e se ter como prioridade. Eu aprendi que eu, meus filhos e netos somos as prioridades sempre (V.S.)

2.1.6. Modo que o grupo Ajudou no Enfrentamento da Violência e de Suas Consequências

Neste quesito, cada uma das entrevistadas teve uma resposta diferente. O que mostra que, apesar de as participantes estarem no grupo por conta de um denominador comum (terem sido vítimas de violência doméstica), cada uma enxerga a atuação do grupo reflexivo de modo subjetivo.

R.C. ressaltou que o grupo a ajudou no enfrentamento pois aumentou sua capacidade de se autoafirmar e a fez conhecer suas próprias capacidades, como exemplificado no seguinte trecho: “Me ensinou a não ter medo, a conhecer meus direitos, minhas forças. Do que eu sou capaz[...]”. Durante as sessões, R.C. demonstrou uma atitude ativa, embora ainda bastante revoltava ao falar sobre o relacionamento abusivo que passou, mostra estar determinada a traçar metas para seu futuro, que irão fazê-la alcançar a independência completa, sem precisar ser submissa a ninguém.

Em um outro estudo realizado com mulheres que sofreram violência doméstica, notou-se que as mesmas encontram-se em uma posição passiva dentro do relacionamento, sem conhecer suas capacidades, e sentem-se vulneráveis e suscetíveis às vontades do companheiro. Isso, segundo elas, se dá pelo machismo incrustado na sociedade, por receio de serem estigmatizadas como mulheres divorciadas e pela ausência de apoio social e familiar. O relato de que, após o grupo, houve uma mudança nas crenças de vulnerabilidade e submissão infere que o grupo possibilita a quebra e a desmistificação de um pensamento baseado em uma lógica patriarcal e o entendimento de que a violência é um fenômeno cultural, e que, assim como iniciou, também pode ser desfeito (PARENTE; NASCIMENTO; VIEIRA, 2009).

R. W., em resposta à mesma pergunta, afirmou que o grupo ajudou no aumento de sua autoestima e também na construção de metas e planejamentos futuros, dentre esses, voltar a estudar e, futuramente, terminar sua graduação. A participante relatou, durante uma das sessões grupais, que, antes de ingressar no grupo, não possuía planos para o futuro, pois estava abalada demais com os acontecimentos recentes em seu relacionamento. O planejamento e o traçar de metas são fundamentais para que a mulher consiga estabelecer um maior equilíbrio nas áreas de sua vida,

como a financeira, por exemplo. Através do planejamento, a mulher estará se autoafirmando como protagonista de sua vida e também estará muito mais próxima de não depender financeiramente do parceiro, cenário esse que consiste em um dos motivos pelos quais as mulheres hesitam em deixar seus parceiros, principalmente quando o casal tem filhos (GOMES, *et al.* 2012).

V. S. relatou que o grupo aumentou o sentimento de autovalorização e também sua fé e gratidão. Sua resposta foi: “Me ajudou a me valorizar mais e ver que posso viver mais e que só Deus e essas pessoas dedicadas (Psicólogas) que podem nos ajudar. Pessoas que se importam e estão dispostas. Sou muito grata a elas”. Notou-se bastante emoção em sua fala ao referir-se às psicólogas mediadoras do grupo, e, mais tarde, em uma conversa informal, também à psicóloga infantil responsável pela ludoterapia com seus netos. Chamou-as de “profissionais iluminadas”.

A espiritualidade, quando bem trabalhada, é uma ferramenta fundamental para qualquer indivíduo, e uma mulher que está saindo de uma situação de violência doméstica tem muito a ganhar quando desenvolve esse aspecto subjetivo de si. Essa espiritualidade pode aumentar seus momentos de reflexão, seu amor próprio e o amor para com outras pessoas que a tratam bem em sua vida, pode aumentar seu autoconhecimento, a esperança de um bom futuro, sua empatia e gratidão. Todas essas são habilidades interpessoais fundamentais para que mulheres e homens lidem bem com as suas emoções e tome a dianteira nas ações que pretendem empreender em suas vidas (REGINATO; BENEDETTO; GALLIAN, 2016).

R.B., ainda a respeito dos pontos em que o grupo reflexivo veio auxiliar no enfrentamento da violência doméstica, respondeu:

O grupo me ajudou a enfrentar as consequências do que eu sofri porque me deixou confortável para que eu falasse coisas que estavam presas, entaladas, que me faziam mal, que me deixavam triste, angustiada, com um aperto no peito. Com o grupo, eu consegui tirar todas essas coisas, foi um alívio (R.B.)

Durante as sessões no grupo, R.B. mostrou-se à vontade para compartilhar suas vivências, expressando seu conforto em saber que as participantes do grupo e as profissionais não iriam proferir nenhum julgamento de valor, e por isso ela disse se sentir confortável o suficiente para expressar-se livremente. Também evidenciou-se não só nos discursos e comportamentos de R.B., mas também das demais participantes durante a sessão, que o ambiente era visto como um ambiente de segurança, equilíbrio e estabilidade, algo que em seus lares – principalmente para R.W., que ainda não havia rompido o relacionamento – estavam em falta. Aspectos esses que devem prevalecer em um ambiente familiar saudável (SULSBACH, 2018).

Sua resposta também mostra a importância de ter pessoas confiáveis com quem compartilhar suas experiências, seus pensamentos e planos para o futuro. Expressar-se verbalmente, de forma livre, é uma conhecida estratégia de enfrentamento contra as consequências da violência doméstica. Caracterizando-se como um recurso externo de enfrentamento (SULSBACH, 2018).

2.1.7. Sugestões de Mudanças e/ou Apontamentos com Relação à Metodologia Utilizada no Grupo

Sobre o tópico de sugestões e mudanças na metodologia do grupo, todas as participantes evidenciaram satisfação com o funcionamento atual do mesmo. Como evidenciado nos seguintes

trechos: “Não tenho nenhuma sugestão, pois acho que o que fazem é eficaz e deve permanecer assim” (R.C.); “Pode continuar da mesma forma, pois está ótimo. Eu me sinto bem, e está ajudando todas nós a ver nossa vida de maneira diferente, melhor” (R.W.); “Acho que deve continuar da mesma forma, tudo é aprendido. Tudo que fazem no grupo me faz me sentir bem, todas me acolhem, me deixam confortável” (R.B.).

A partir das respostas acima, nota-se que a eficácia do grupo de reflexão é percebida pelas participantes e que o grupo atende seus objetivos de promover um local de trocas, de compartilhamento de vivências, de melhorias, bem-estar às participantes, vínculos saudáveis e empáticos, dentre outros objetivos que os grupos reflexivos visam alcançar (SILVA; TORMAN, 2018).

Durante as sessões, as participantes demonstram satisfação em estarem ali, além de gratidão para com as profissionais que dirigem o grupo.

A fala de V.S., transcrita a seguir, mostra a valorização ao grupo, e a mudança que o mesmo promove:

As metodologias são ótimas, permanecer nesse grupo tem me ajudado bastante. Eu não tinha ideia de como era e no começo estava em dúvida se entrava ou não, pois tinha medo de não me sentir à vontade. Mas ao contrário, me senti acolhida. Hoje me sinto uma nova mulher, apesar de cada dia ter que “derrubar um leão”, eu vou em frente, porque Deus e esse grupo me fortalecem.

A fala também demonstra suas expectativas para o futuro e sua forte espiritualidade, que está presente sempre em seus discursos e que vem a ser um ponto bastante positivo, pois a mesma é um dos recursos individuais estreitamente relacionados ao enfrentamento da violência doméstica (SOUZA; SILVA, 2019).

As respostas positivas de todas as participantes, demonstrando suas percepções de que o grupo tem grande importância no enfrentamento da violência doméstica para elas, demonstra a eficácia das técnicas utilizadas no grupo e no manejo das mediadoras. Esses pontos serão mais profundamente abordados a seguir, na entrevista com a psicóloga mediadora e a estagiária auxiliar.

2.2. Entrevista com a Psicóloga e Auxiliar

A entrevista com a psicóloga e a auxiliar foi composta de 4 perguntas que foram transformadas em tópicos e analisadas e discutidas a seguir, junto aos elementos colhidos a partir das observações realizadas pela pesquisadora, tal como feito na entrevista com as participantes.

2.2.1. Principais Técnicas Utilizadas no Grupo

Quando questionada a respeito das técnicas utilizadas no grupo, a psicóloga respondeu que a base do grupo reflexivo é a roda de conversa. Dentro da mesma

Elas (participantes) trazem as vivências delas nas questões de violência e nós (psicóloga e auxiliar) tentamos dar um retorno pontual, empoderando essa mulher para futuramente sair desse ciclo de violência e para que tome conhecimento disso, porque muitas delas nem se veem nessa situação.

A auxiliar, em uma resposta similar, ressaltou que no grupo são trabalhadas “primordialmente atividades que gerem reflexão”. “Procuramos nos moldar de acordo com as necessidades que percebemos em cada sessão, por isso, durante o grupo, não abrimos mão da escuta qualificada [...]”

A roda de conversa e as demais atividades que promovem reflexões são essenciais ao grupo, pois é quando as mediadoras dão um *feedback* pontual acerca da questão trazida pela participante, ressignificando sua fala, sua experiência. Isso vale, em especial, para as mulheres que ainda não perceberam que estão em um relacionamento violento, e que toleram a agressividade e justificam a violência como um ato que tem por objetivo educar, impor limites, demonstrar proteção, dentre outros (SOUZA; SILVA, 2019).

A psicóloga ainda citou mais técnicas utilizadas no grupo, como:

[...] Recurso audiovisual, psicodrama, dinâmicas de grupo, procuramos dinâmicas que se enquadrem nas demandas. [...] Também estamos trabalhando projetos de vida, onde trabalharemos com essa mulher o que ela vivenciou, onde ela está hoje e onde quer estar no seu futuro. Estamos iniciando esse método através da montagem de um livro onde elas possam se ver enquanto sujeito e trabalhar em cima da ressignificação do que já viveram.

O desenvolvimento de técnicas como dinâmicas de grupos e psicodrama oportunizam trabalhar e treinar inúmeras habilidades que as participantes necessitem desenvolver, tais como aceitação, escuta, como melhor se expressar, diminuir a timidez, aumentar a confiança e a empatia, traçar metas para o futuro, ressignificar vivências, este último acontecendo principalmente quando se trata do psicodrama, onde são utilizadas técnicas como o *roleplay* (GATTAI, 2019).

O CREAM tem parceria com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), e juntos promovem cursos profissionalizantes gratuitos para as mulheres que são atendidas no Centro. Essa iniciativa proporciona um aumento na qualificação profissional das mulheres, facilitando sua entrada no mercado de trabalho, e possibilitando sua independência financeira (GOMES, et al. 2012).

2.2.2. Compreensão da Importância do Grupo

Quando questionada sobre como compreende a importância do grupo para as mulheres que participam, a psicóloga ressaltou o compartilhamento das vivências como um dos principais aspectos; em sua fala:

[...] é entender que existem mulheres que vivem retratos bem parecidos. Esse compartilhamento da dor, digamos assim... Porque muitas dessas mulheres não falam o que elas vivem para a família. Nós temos algumas assistidas que a família não sabe da magnitude da violência que elas estão passando ou já passaram. E através desse compartilhamento elas são capazes de ressignificar suas experiências [...]

A escuta e a fala dentro da psicologia são reconhecidamente instrumentos que permitem ao paciente se expressar sem ser julgado, sem que seja cobrado do mesmo qualquer tipo de coerência, e que se sinta acolhido em sua dor. Instrumentos que se provam eficazes em mais de uma abordagem e em mais de um contexto (FOCHESATTO, 2011; SILVA; SAMICO, 2020; ELIAS;

VERAS, 2008). A escuta e a fala também possibilitam que o paciente concatene ideias abstratas, e, a partir das pontuações do terapeuta – neste caso, as mediadoras –, ele pode vir a ter compreensões diferentes dessas ideias e memórias, resignificando-as e, conseqüentemente, atribuindo novas emoções e sentimentos a elas (FOCHESATTO, 2011).

Quando feita a mesma pergunta à estagiária que auxilia na mediação do grupo, a resposta abrangeu situações técnicas e também pessoais. Como exemplificado a seguir:

A primeira percepção que eu tenho sobre o grupo, da importância dele, é que elas veem como um local seguro. Eu acho que elas viram o extremo do que é não se sentir segura, que é a violência na própria casa. E no grupo elas se sentem seguras, onde elas podem falar o que sentem e compreender melhor tudo que elas passaram, sem tanta culpa e sem tanta dor[...]

Colocando em pauta a visão empática e holística que ambas as mediadoras possuem do grupo, pode-se afirmar que essa postura é fundamental para que o mesmo tenha bons resultados, pois o vínculo é mais facilmente criado. Algo que não é tão simples, pois essas mulheres, na grande parte das vezes, tiveram sua confiança abalada, já que foram violentadas dentro de seus próprios lares, pelos parceiros, que deveriam simbolizar lealdade, companheirismo e até mesmo proteção. A partir da criação do vínculo, abre-se um leque de novas vivências que podem ocorrer dentro do grupo, as mesmas pautadas em confiança, e que, por isso, terão significados mais profundos e transformadores (MAIA, 2017).

2.2.3. Papel Exercido pela Mediadora no Grupo

A psicóloga respondeu que o principal papel é a resignificação. Em suas palavras, “Essa mulher me traz a dor e eu preciso transformar essa percepção e dar o retorno a ela”. Também pontuou sentir dificuldade para fazer isso, no sentido de ser um processo complexo e delicado:

[...] é um aspecto que eu sinto dificuldade porque a dor é muito subjetiva, então o que é dor para mim, talvez não seja para ela, o que é amor para mim, talvez não seja para ela, então eu acredito que o papel de mediadora é de empoderar, resignificar, fazê-la refletir a respeito do que ela está passando [...]

Um outro aspecto que foi ressaltado pela psicóloga como sendo seu papel enquanto mediadora, foi a ação de sensibilizar as mulheres em relação à autoproteção, ao respeito que lhes é devido e a limites pessoais. Nesse ponto da entrevista, também pode ser percebido o envolvimento pessoal da psicóloga no sentido de demonstrar sororidade para com essas mulheres. Em sua fala: “[...] e eu faço isso (sensibilizá-las) não só como psicóloga, mas como mulher [...] Preciso trabalhar para protegê-las”. Essa visão de que esse é seu papel não só enquanto profissional, mas como mulher, reforça a resolução de trazer mais experiências positivas ao grupo e promover ações de autocuidado e segurança às participantes.

A mediadora auxiliar, ao responder a mesma pergunta, frisou em dois aspectos diferentes: o papel de instigar a reflexão e o empoderamento. Nas suas palavras:

Papel de instigadora desse processo reflexivo, da vivência delas como um todo. E também de propagadora da ideia de empoderamento, nós falamos muito

sobre isso. Eu acho que “empoderamento” é uma palavra muito abrangente para todos os processos específicos que fazemos no grupo. Fazer com que elas consigam ter forças para não voltar para esse ciclo de violência [...]

Sua fala vai ao encontro da resposta de algumas das participantes que, quando perguntadas acerca das mudanças que perceberam em si mesmas após a entrada do grupo, responderam que se sentem diferentes, conseguindo se impor em situações que causam desconforto, demonstrar suas vontades, falar quando estão insatisfeitas com algo, buscar maior independência, aumento na autoestima, dentre outros aspectos que correspondem ao conceito de empoderamento (CORNWALL, 2018).

Com relação a esse ponto, ficou claro que ambas as profissionais compreendem seus papéis dentro do grupo, o que é essencial, pois mediar o grupo não se trata somente das técnicas aplicadas, mas também de fatores como estabelecimento de vínculo e confiança com mulheres que já tem esses aspectos fragilizados, além do conhecimento acerca da conjuntura social e afetiva que permeia as relações e as torna machistas, dimensão essa que, como já visto, influencia diretamente na violência doméstica contra as mulheres (PURIFICAÇÃO, et al., 2017).

2.2.4. Principal Objetivo do Grupo

A última pergunta da entrevista foi acerca do objetivo principal do grupo. Quando questionada, a psicóloga ressaltou de modo contundente que o principal objetivo é a quebra do ciclo de violência, e que as técnicas, o incentivo à autorreflexão, e todos os outros aspectos do grupo, são geridos para o alcance desse objetivo maior.

[...] Trazer a autorreflexão, autoconhecimento para que elas se vejam nessa situação e consigam quebrar esses relacionamentos abusivos e não só isso, mas para que generalize esse conhecimento para todos os outros relacionamentos de sua vida, para que não entrem mais em nenhum outro relacionamento abusivo.

A psicóloga demonstrou empenho para concretizar esse objetivo, e, durante às sessões, a pesquisadora pôde observar que essa quebra do ciclo de violência é colocada como meta primordial durante o grupo. Nas sessões, as mulheres, sempre que dão abertura em suas falas para isso, são sensibilizadas pelas mediadoras acerca do que se caracteriza como violência, sendo explicado de forma clara, os tipos de violências existentes. Assim como as maneiras que essas violências se manifestam, que são diversas, como: ataque à autoestima, xingamentos, dívidas no nome da mulher, forçar toques e quaisquer outros contatos físicos que não seja recíproco e bem-vindo, degradar a imagem na frente dos filhos, dentre outras muitas (SOUZA; SILVA, 2018).

A mediadora auxiliar teve uma resposta bastante semelhante à psicóloga, dizendo que o grupo tem como objetivo principal “[...] fazer com que elas tenham força para sair desse ciclo de violência e que possam identificar quando estiverem entrando em outro ciclo, conseguirem desenvolver essa percepção e autovalorização.”. As respostas consonantes mostram que ambas as mediadoras estão alinhadas com relação ao objetivo principal do grupo, e suas posturas, ao longo das observações feitas pela pesquisadora, demonstram que as mesmas possuem bons vínculos com as participantes, valorizando o trabalho que realizam no grupo e demonstrando grande empenho ao lutarem contra a violência doméstica junto às participantes, tomando um lugar nessa luta não só como profissionais, mas também enquanto mulheres que precisam de proteção e devem proteger umas às outras.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa permitiu a obtenção de informações reais, coletadas a partir de vivências diretas com as mulheres, acerca do impacto que o grupo de reflexão tem em suas vidas, sobre as mudanças que o grupo acarreta na percepção que elas possuem de si mesmas, de suas relações e do espaço que ocupam em uma sociedade machista. A partir disso, vale ressaltar que nem todas as participantes possuem um entendimento adequado do que é o machismo e do modo como ele interfere em suas relações: tornando-as agressivas e violentas.

Notou-se também que o grupo influencia positivamente a totalidade das participantes, auxiliando-as com estratégias de enfrentamento e objetivando primordialmente a quebra do ciclo de violência. As participantes percebem os impactos positivos do grupo de reflexão em suas vidas, que modificou não só o modo como agem em seus relacionamentos, mas a forma que se enxergam na sociedade. De modo geral, as mulheres chegam ao grupo assustadas, apresentando uma postura submissa, com baixa autoestima e muito pouca autonomia. E, a partir da abordagem utilizada no grupo, todos esses aspectos modificam-se, e as mulheres conseguem desenvolver suas potencialidades e passam a ter uma percepção positiva e empoderada de si mesmas e de suas relações, além de passarem a assumir um papel mais ativo em todos os contextos de suas vidas.

As profissionais mediadoras possuem ligações pessoais com o tema de que o grupo trata. Portanto, o vínculo criado com as mulheres é genuíno, acolhedor e protetivo, inspirando confiança e contribuindo grandemente nos efeitos terapêuticos do grupo.

A pesquisa abre possibilidades para futuras ações acerca de variações do tema, como por exemplo, um grupo que delibere acerca do machismo e do preconceito de gênero, com o fim de psicoeducar essas mulheres que, como visto nas entrevistas retratadas, não possuem conhecimentos profundos acerca do tema, algo necessário, já que suas vidas são diariamente impactadas por ele.

A partir disso, percebe-se ainda a premente necessidade de se iniciar mais grupos como esses na cidade de Manaus, tendo em vista a eficácia e o grande impacto positivo do grupo, percebida de modo geral pelas participantes, mediadoras e pela pesquisadora.

Além dessas ações, a presente pesquisa também possibilitou a percepção de que há uma carência de pesquisas e estudos científicos acerca das ações que ocorrem no CREAM. O que demonstra a abertura para investimentos em pesquisas no campo da violência doméstica, que, infelizmente, é a realidade de tantas mulheres e que se caracteriza como um problema de saúde pública e também de ordem social.

REFERÊNCIAS

- BRASÍLIA, *Lei N° 11.340, de 7 de Agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher_[2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 24 out. 2019.
- CORNWALL, A. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 52, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100202&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 nov. 2020. Epub 30-Nov-2018.
- CLARK, L. M.; SILVA, L. F. I.; ANDRADE, R. D. Violência psicológica contra a mulher. *Revista Eixos Tech*. V.5 n.2 2018. DOI: [10.18406/2359-1269](https://doi.org/10.18406/2359-1269) . Disponível em: <http://eixotech.pas.ifsulde-minas.edu.br>
- CUNHA, J. A. *Psicodiagnóstico* – V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DA SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; DE CAPONI S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface*, Santa Catarina, v.11, n.21, p.93-103, jan/abr 2007.
- ELIAS, G. G. P.; VERAS, M. O. Psicologia escolar: abrindo espaço para a fala, a escuta e o desenvolvimento interpessoal. *Revista da abordagem gestáltica: phenomenological studies*, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 182-189, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3577/357735511005.pdf>. Acesso em: 03 novembro 2020.
- FOCHESATTO, W. P. F. A cura pela fala. *Estud. psicanal.* Belo Horizonte, n. 36, p. 165-171, dez. 2011. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372011000300016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03 novembro 2020.
- GATTAI, M. C. P. *Dinâmicas de grupo: da teoria à prática*. São Paulo: Senac, 2019.
- GOMES, N. P. et al. Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas. *Rev. Gaúcha Enferm.* Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 109-116, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472012000200016>.
- KNAKIEVICZ, T.; Empatia, percepção e inteligência. *Interparadigmas*. V. 2, n. 2, p. 83-101, 2014).
- MAIA, A. M. O atendimento em grupo operativo no CRAS: relato de uma experiência. *Vínculo: revista do NESME*, São Paulo, v. 14, n. 1, p.1-8, 2017.
- MATOS, M.; MACHADO, A. Violência doméstica: intervenção em grupo para mulheres vítimas. *Manual para profissionais*. Lisboa: Comissão para cidadania e igualdade de género, 2011.
- MELO, K. M. M.; MENTA, S. A. ROMPENDO COM O SILÊNCIO: A mulher em situação de violência doméstica e a caracterização de um serviço que compõe a “rota crítica”. *Caderno Espaço Feminino*, Minas Gerais, v. 26, n. 1 - Jan./Jun. 2013.
- MENEGHEL, et al. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. *Ciência & saúde coletiva*. v. 18, n. 3, p. 691-700, 2013.
- MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: Consensos e controvérsias. *Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017.

MINAYO, M. C. S. Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 18-34, 2005

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NARVAZ, Martha Giudice e KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*. 2006, v.18,n.1,p.49-55. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>.

OLIVEIRA, Rosane Cristina; GOMES, Raphael Fernandes; VERAS, Herbert Soares. “Ele disse que me mataria...”: cultura machista, violência doméstica e impunidade. *Auditorium*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 131-144, nov. 2018/fev. 2019. DOI: <https://doi.org/10.30749/2177-8337.v2n44p131-144>.

OLIVEIRA, T. L. Intervenção psicossocial com mulheres em situação de violência doméstica. In: 13º MUNDO DE MULHERES & FAZENDO GÊNERO 11, 13., 2017, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499259432_ARQUIVO_Intervencao%20psicossocial%20com%20mulheres%20em%20situacao%20de%20violencia%20domestica.pdf. Acesso em: 02 nov. 2020.

OLIVER, M. S.; LLANOS, L. T. D. L.; VALLEJO, R. R.; HERNÁNDEZ, A. I. *Palma*, Espanha, v. 32, n. 1, p. 57-63, 2014.

OPAS; OMS. *Folha informativa: violência contra as mulheres*. Brasília: OPAS Brasil, 2017.

ORLANDI, E. P., *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas: 2005.

PARENTE, E. O.; NASCIMENTO, R. O.; VIEIRA, L. J. E. S. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 445-465, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000200008>.

PURIFICAÇÃO, M. M., CATARINO E. M., SANTANA, M. L. S.; TEIXEIRA, F. (2017, set/dez) A violência contra a mulher numa perspectiva histórica: uma questão de gênero. *Revista eletrônica da FAINOR*, 10(3), 465-473


QUEM É MARIA DA PENHA. *INSTITUTO MARIA DA PENHA*, 2021. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 02 maio 2021.

RAMOS, M. E.; OLTRAMARI, L. C. Atividade reflexiva com mulheres que sofreram violência doméstica. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 418-427, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 outubro 2020.

REGINATO, V.; BENEDETTO, M. A. C.; GALLIAN, D. M. C. Espiritualidade e saúde: uma experiência na graduação em medicina e enfermagem. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 237-255, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00100>.

SCARDUELI, Marcia Cristiane Nunes. Relações de gênero em campanha sobre a violência contra a mulher: submissão feminina mantida. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 4. 2012, Santa Catarina. *Anais: [...]*. Santa Catarina: Unisul, 2012)

SILVA, A. L. C. A.; SAMICO, F. C. Considerações sobre a importância da fala na psicanálise e sua afinidade com o programa de doze passos de Alcoólicos Anônimos. *Revista Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 107-112, 2020. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2284/1378>. Acesso em: 03 novembro 2020.



SILVA, Denise Regina Quaresma de; TORMAN, Ronalisa. “Em briga de marido e mulher”, metemos a colher: grupos terapêuticos com mulheres em situação de vulnerabilidade e violência de gênero. *Gênero & Direito*, Paraíba, v. 7, n. 3, p. 22-42, 2018.

SILVA, E. L. M.; BOVOLINI, T. T.; SARDINHA, L. S.; LEMOS, V. A. Um olhar da Psicologia sobre a autoestima de mulheres vítimas de violência doméstica. *Diálogos interdisciplinares*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 34-44, 2019.

SOUZA, M. B.; SILVA, M. F. S. Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira. *Pensando fam.*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 153-166, jun. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 novembro 2020.

SOUZA, M. B.; SILVA, M. S.; ABREU, G. S. Violência doméstica entre parceiros íntimos: questões culturais e sociais acerca dos homens autores de violência. *Revista multidisciplinar e de Psicologia*. V. 11, n. 38, p. 388-407, 2017.

SOUZA, M. K. G.; SILVA, Q. M. C. Mulheres brasileiras: um estudo da violência doméstica e suas tipologias. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 6; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 13., 2018, *Vitória Anais [...]*. Vitória: UFES, 2018.

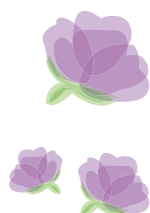
SULSBACH, P. A. A resiliência das mulheres que sofreram violência doméstica: uma revisão. *Rev. Inter. Interdisc.* Florianópolis, vol. 15, n 1, p. 111-129, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2018v15n1p111/35888>. Acesso em: 02 nov 2020.

TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum*. 14a. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

WOLFF, C. S.; SALDANHA, R. A. Gênero, sexo, sexualidades: categorias do debate contemporâneo. *Retratos da escola*, Brasília, v. 9, n. 16, p. 29-46, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 21 outubro 2020.

WOLFF, T. C. A LUTA POR SORORIDADE: União feminina e uma experiência militante na palhaçaria. *Arte da Cena*, v. 6, n. 1, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/artce/article/view/61179/35170>. Acesso em: 01 nov. 2020.

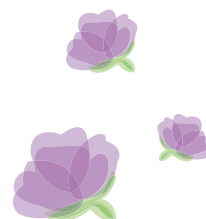




Seção

E

Resenha



Isolamento, Cuidados e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia

Violência de gênero e a pandemia de COVID-19.

SENHORAS, Elói Martins;
SENHORAS, Cândida Alzira
Bentes de Magalhães (org). Boa
Vista: Editora da UFRR, 2020,
151p. Coleção: Comunicação e
Políticas Públicas, v.81, 152 pág.

1. Sobre a Estrutura da Obra

O livro “*Violência de Gênero e a pandemia de COVID-19*” é resultado do trabalho em grupo desenvolvido por 25 pesquisadores de diferentes áreas de formação, atuação e expertises nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil que se desfecha nos respectivos capítulos:

1. Violência contra a mulher, pandemia de COVID-19 e isolamento social no Brasil;
2. Necrobiopoder: qual o corpo legível a cuidados na pandemia da COVID-19?
3. Violência contra mulheres: produção de novos olhares em tempos de pandemia
4. COVID-19, Violência contra a mulher e a teoria da motivação humana de Abraham Maslow
5. COVID-19, violência doméstica e familiar e medidas jurídicas para a proteção da mulher
6. Isolamento social e o aumento da violência contra a mulher
7. Distanciamento social, isolamento e o aumento da violência doméstica em tempos de COVID-19

2. Resumo Informativo

O livro “Violência de Gênero e a pandemia de COVID-19”, partindo da temática de estudos e elaboração de políticas públicas sobre gênero e violência de gênero, apresenta, em uma linguagem denotativa e multidisciplinar, os resultados da pesquisa exploratória, em sua maioria qualitativa, acerca dos casos de violência contra mulher no contexto mundial de alerta à saúde pública em virtude da incidência de casos de coronavírus e a implementação da quarentena em diversos Estados do Brasil como estratégia para conter a circulação do vírus.

Em vista da premissa de que a violência de gênero é um dos instrumentos patriarcais mais antigos de opressão de mulheres que se reitera nas relações de poder binárias de gênero constituídas social e culturalmente no Brasil, os autores redigem no primeiro capítulo como, durante a quarentena, diferentemente do esperado, o ambiente doméstico-familiar não se tornou um lugar tão seguro para muitas mulheres brasileiras, que passaram a enfrentar maior vulnerabilidade, o que implica a perspectiva do aumento dos casos de violência doméstica na pandemia também como um problema de saúde pública. Entre os principais efeitos pandêmicos agravantes da violência contra a mulher, citando Melo *et al.*(2020), os autores listam a fragilização da comunicação com familiares e pessoas próximas, limitações financeiras com a suspensão de atividades não essenciais, o aumento de desemprego, o aumento do consumo de substâncias alcoólicas e ilícitas, dificuldade de acesso aos órgãos públicos e outros fatores envolvendo gênero, sexualidade, raça e classe.

Também, partindo dessa anterioridade da violência ao atual cenário, no segundo capítulo é apresentada a discussão entre Estado,

Necropolítica e Gênero. Sendo assim, a fim de responder a pergunta “qual o corpo legível a cuidados na pandemia da COVID-19?”, citando Mbembe(2017), o Estado é caracterizado no livro pelo *modus operandi* fundamentado na soberania do poder e da capacidade de escolher quais corpos são valorizados e quais são subalternizados. Por meio desta perspectiva teórica, a autora discorre da relação entre o aumento da violência de gênero e o plano político do atual Governo Federal, analisando as vítimas como sujeitas de direito.

Outra importante perspectiva apresentada no livro é a da necessidade da análise da violência de gênero na Pandemia para além da relação direta causal entre o isolamento social. Com isso, é proposto pelas autoras que haja, por meio da teoria do Movimento Institucionalista e da interseccionalidade, uma ruptura com uma visão cartesiana e reducionista a fim de uma visão sistêmica que considere a dimensão histórico-social da violência contra a mulher na pandemia, haja vista a multifacetabilidade deste fenômeno social.

Além disso, no quarto capítulo é apresentada a análise da violência doméstico-familiar sob a luz da teoria da motivação humana de Abraham Maslow, que organiza de forma hierárquica as necessidades básicas dos indivíduos sociais em fisiologia, segurança, rede afetiva, autoestima e realização pessoal, com o objetivo de refletir sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nos casos de violência contra a mulher praticados por homens, em virtude da recorrência entre casais heterossexuais.

Segundo a teoria da motivação humana, a necessidade fisiológica se diz respeito à alimentação, água e saneamento básico e demais elementos essenciais para a sobrevivência. A segurança é a manutenção da integridade pessoal. A autoestima e a realização estão ligadas à forma que o indivíduo se relaciona consigo mesmo, sendo a primeira o autorrespeito e a

autovalorização, e, a segunda, a validação e motivação de sua própria existência.

A partir disso, os autores redigem acerca das dificuldades de acesso às cinco necessidades humanas de Abraham Maslow por parte das mulheres como implicação da pandemia de COVID-19 que, em vista dos efeitos negativos desta privação, afetam aspectos importantes para a existência destas vítimas, como a autoestima. Sendo assim, é proposto que haja a inclusão tanto de análises de gêneros semelhantes a esta quanto de estudos epidemiológicos às Políticas Públicas de saúde.

Partindo do aumento do número de casos de violência doméstico-familiar no Brasil durante a Pandemia, os autores do capítulo cinco e seis analisam, por meio da metodologia quali-quantitativa e a análise de dados documentais registrados por órgãos públicos responsáveis pelo enfrentamento da violência de gênero, quais medidas protetivas e preventivas foram adotadas, e buscam responder tanto à pergunta por eles levantada, acerca da necessidade da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) para a garantia da proteção e punição imediata dos agressores, quanto entender a violência contra a mulher relacionando seu aumento ao isolamento social.

A violência pode ser entendida como qualquer ato que causa danos à integridade de um indivíduo, e quando se fala da violência doméstico-familiar para além de sua ocorrência dentro desse espaço, ela é caracterizada pela existência de vínculos afetivos e familiares. Em sua maioria, as vítimas são crianças, idosos e mulheres. Apesar de ser mais comumente associada às agressões físicas, a violência doméstica e familiar contra a mulher pode ocorrer de diversas formas, e a lei que trata especificamente desses casos é a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Entre as principais medidas de Enfrentamento à violência doméstico-familiar desenvol-

vidas no Brasil na pandemia, os pesquisadores citam que, no início de 2020, o Governo Federal, junto ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, criaram o aplicativo “Direitos Humanos BR” para atender às denúncias juntamente com os sites da ouvidoria do disque 100 (www.disque100.mdh.gov.br) e 180 (www.ligue180.mdh.gov.br), para facilitar a realização de denúncias por parte das vítimas e pessoas próximas, mantendo a privacidade e agilizando a intervenção dos Órgãos Públicos para que se faça cumprir a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Também para substituir a Lei nº1.292/2020, foi aprovada, em unanimidade, a Lei 2.029/2020, proposta pela Senadora Rose de Freitas, que regulamentou a oferta de Casas-abrigo para mulheres, crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em situação de violência durante a pandemia como serviços essenciais para o atendimento de ocorrências e ameaças de qualquer conduta que fira a integridade física desses grupos.

Por fim, são apresentadas pelos autores as seguintes medidas preventivas contra a violência doméstico-familiar que podem ser adotadas durante período de reclusão pelas próprias usuárias: convidar alguém para ficar junto ao casal; manter fora de alcance objetos que podem servir como instrumentos de agressão; impedir a compra e o consumo de bebidas alcoólicas e ilícitos; em caso de incidência de violência, comunicar a vizinhos ou parentes; manter contato com amigos, familiares e pessoas próximas por telefone ou redes sociais; localizar onde se abrigar em caso de emergência; contribuir com autoridades governamentais para a elaboração de um plano protetivo de mulheres e seus filhos.

No último capítulo, conclui-se o livro com um ensaio acerca do distanciamento social, isolamento e a violência doméstica, abordando as condições de vulnerabilidade enfrentadas pelas mulheres neste cenário. Neste

capítulo, também é apresentado o monitoramento de relatos de violência postados na rede social *Twitter* do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com uma empresa de análise de dados e redes sociais. No total, foram coletados 52 mil posts; entre as descrições, na maioria das vezes feitas por vizinhos das vítimas, foram percebidos, recorrentemente, gritos e choros. Outro importante dado desta pesquisa é o registro percentual de aumento em 431% entre fevereiro e abril de 2020, sendo que foram 67% das publicações realizadas por internautas femininas, recorrentemente durante as sextas-feiras, entre 20h e 03h, representando 25% dos registros. Demonstrando a importância tanto do rompimento com a máxima popular “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, que inviabiliza casos de violência doméstico-familiar quanto a importância do fortalecimento da rede das articulações comunitárias de mulheres.

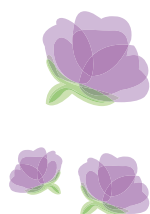
CONSIDERAÇÕES

De modo geral, o livro “Violência de gênero e a pandemia de COVID-19”, disponível no site da Coleção Comunicação e Políticas Públicas (<https://livros.ioles.com.br/index.php/livros/catalog/book/7>), apresenta escrita clara e objetiva, garantindo fácil entendimento das perspectivas abordadas ao longo da obra em uma leitura fluida e corrida, com disposições de capítulos que parecem seguir uma linearidade, considerando a aproximação de trabalhos que discorrem perspectivas e críticas mais interligadas.

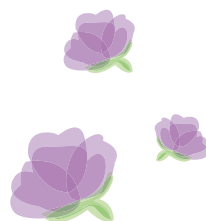
A respeito do conteúdo da obra, é evidente a diversidade de perspectivas teóricas sobre a violência de gênero, apesar da predominância da metodologia qualitativa em decorrência das dificuldades de uma maior proximidade por conta da COVID-19, não podendo ser diferente frente à complexidade do tema. Destaca-se como diferencial entre os

trabalhos a apresentação social da área da saúde acerca do tema Violência doméstica e Políticas Públicas, em decorrência da maior parte dos pesquisadores participantes serem da área da saúde.

Em conclusão, o livro discorre acerca de uma temática pertinente e que demonstra ser crescente dentre os trabalhos acadêmicos, haja a vista a urgência de se combater os atos de violência de gênero no Brasil, país que ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Feminicídio, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNU-DH), demonstrando a necessidade de articulações de políticas públicas para o combate e prevenção da violência contra a mulher.



Normas de Publicação



A **Revista Gênero na Amazônia** (www.generonaamazonia.com/ www.generonaamazonia.ufpa.br) é uma publicação semestral (julho e dezembro) do GEPEM/UFPA, indexada no International Standart Serial Number (ISSN). Com o objetivo de fomentar o debate sobre mulher e relações de gênero em diferentes manifestações e enfoques teórico-metodológicos, numa perspectiva inter e multidisciplinar; a revista recebe trabalhos **inéditos** sob a forma de artigos e/ou resenhas bibliográficas, assim também traduções, entrevistas, dossiês temáticos e outras manifestações intelectuais de autores/as brasileiros/as ou estrangeiros/as.

Neste sentido:

1 - Os textos devem ser enviados para: generonaamazonia@gmail.com no formato de arquivo doc, sem exceder a 1MB, incluindo as imagens; ou em CD-ROM e postado no Correio para: GEPEM – Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH – Altos) – Av. Augusto Corrêa, s/n – Guamá, 66075-110 – Belém/PA.

2 - Os trabalhos submetidos à publicação serão avaliados pelo Conselho Científico e analisados por pares (especialistas reconhecidos e de notório saber, de diferentes instituições e países), todos pareceristas *ad hoc*, os quais arbitrarão sobre a conveniência, ou não, de sua aceitação. O texto encaminhado aos avaliadores não terá identificação da autoria. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo serão comunicadas ao/à(s) autor/a (es/s), com prazo para reapresentação.

3 - A informação sobre a origem do trabalho deverá ser fornecida pelos autores (apresentação em encontros e publicação em Anais) e será repassada aos pareceristas quando iniciar o processo de revisão por pares. Se o artigo for aceito para publicação, a informação será disponibilizada aos autores.


4 - O/a(s) autor/a (es/s) e co-autores/as (se for o caso) de texto selecionado assinarão termo de cessão de direitos autorais, permitindo a publicação.

5 - No caso de artigos que mencionem o nome social de pessoa (física ou jurídica) e/ou depoimentos **ipsis litteris/ipsis verbis**, deve ser enviada uma declaração assinada pela pessoa citada no texto ou pelo/a seu/sua representante legal, autorizando a menção a quaisquer das exposições públicas referidas. As imagens originais só serão publicadas com autorização da fonte (autor/a) e das pessoas que eventualmente possam ser identificadas nas fotos.

6 - No caso de artigos e resenhas, o texto deve ser redigido em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, inglês) e formatado de acordo com as seguintes orientações:

5.1 - Artigos:

a) oito a vinte páginas (incluindo anexos) no tamanho A4; texto justificado, margens 2,5cm e parágrafos a 1 cm da margem; entrelinhamento 1,5; resumo/resumen/abstract (cada um em torno de **130 palavras/ 860 caracteres**, com espaço – tradução especializada em espanhol e inglês, incluindo os títulos do artigo), contendo três a cinco palavras-chave (substantivos citados no título e/ou no texto do resumo); nome(s) do/ a(s) autor(es)/a(s) e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;

- 
- b) fonte Garamond: 12 (texto, título de seções e de tabelas); 11 (citações com mais de 3 linhas) e 10 (legendas e notas);
 - c) citações e figuras (máximo de 10) de acordo com as normas ABNT específicas;
 - d) referências: ao longo do texto, usar remissão ou sistema autor/data; ao final do artigo, listar segundo a ABNT (NBR 6023);
 - e) notas bibliográficas e/ou explicativas, em rodapé;
 - f) usar letras maiúsculas para indicação de anexos (Ex: Anexo A; Anexo B etc.);
 - g) exige-se severa revisão gramatical.

5.2 - Resenhas Bibliográficas:

- I) tratar de livro publicado nos últimos dois anos (considerar a edição da revista);
- II) não exceder a cinco páginas tamanho A4;
- III) digitalizado em fonte Garamond 12 (texto e seções); justificado com margens de 2,5cm e parágrafos a 1cm da margem; entrelinhamento 1,5;
- IV) conter os seguintes tópicos, respectivamente:
 - a) referências editoriais do livro, segundo a ABNT;
 - b) nome do/a resenhador/a e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;
 - c) resumo informativo = descrição/enumeração sucinta da estrutura da obra: divisão e assunto dos capítulos;
 - d) resumo do conteúdo da obra = assunto tratado, abordagens essenciais e ponto de vista do/a autor/a do livro (perspectiva teórica, método, linguagem etc.);
 - e) comentários avaliativos = apreciações/percepções do/a resenhador/a sobre o enfoque, a qualidade do conteúdo, o modo como o texto está formulado/elaborado/constituído (recomenda-se evitar, ao longo do texto, inserções de trechos (citações diretas) da obra resenhada.

OBS: é recomendável que os itens **c, d, e** sejam apresentados em seção com título específico.

